

ANTONIO PAULO BENATTI

**O CENTRO E AS MARGENS**  
**Boemia e prostituição na "capital mundial do café"**  
**(Londrina: 1930-1970)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Oliveira Burmester e co-orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth Rago, para a obtenção do grau de Mestre em História.

CURITIBA

1996

**ANTONIO PAULO BENATTI**

**O CENTRO E AS MARGENS**

**Boemia e prostituição na “capital mundial do café”**

**(Londrina: 1930-1970)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de História da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria de Oliveira Burmester  
Departamento de História, UFPR

Prof. Dra. Margareth Rago  
Departamento de História, UNICAMP

Prof. Dra. Marilene Weinhardt  
Departamento de Letras, UFPR

**CURITIBA**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cecílio e Nidelce; e aos meus avós, Anésio e Tercília, por simplesmente tudo;

Ao “seo” Manoel e D. Edna Prado, pelo carinho e apoio de sempre;

Aos mestres que me iniciaram na “coisa da história”: José Miguel Arias Neto, Willian Reis Meirelles, Nelson Tomazi e Gilmar Arruda;

Ao professor Francisco Paz (*in memoriam*);

Aos velhos boêmios que partilharam comigo fragmentos de suas memórias: Mário Fuganti, Clério Pelegrini, Edson Maschio, Rosendo Rodrigues de Carvalho, Antonio Catenazzi e Francisco Ferreira Leite;

Aos amigos e companheiros de viagem, que participaram de variadas formas em diferentes momentos e lugares: Otávio Sanches, Beto, Gino, Luciano, Youssef Kalil Nabut, Alan, Humberto, Flávio Deckes, Wilma, Léa, Tony Hara, Rogério Ivano, José Antonio, Luis Fernando, Johnni;

A Caria Braga, Adriana Dal-Ri e Clara Juk;

A Ivone Portela;

A Marilene Weinhardt e Maria Ignês Mancini de Boni;

A Edson Holtz Leme, do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL); aos funcionários da Biblioteca Pública de Londrina; do Setor de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; da Biblioteca do Museu Paranaense; do Laboratório de Geografia Urbana da UEL, na pessoa de Paulo Brambila; do Museu Histórico Pe. Carlos Weiss; do Núcleo de Teatro da Casa da Cultura da UEL, que sempre me atenderam muito bem;

A CAPES, pela concessão da bolsa que tornou possível este trabalho;

A todos a minha gratidão.

Gostaria de deixar registrado um agradecimento todo especial e carinhoso a Ana Maria de Oliveira Burmester, minha orientadora, e a Margareth Rago, co-orientadora, pela força e pela crítica;

E, finalmente, a minha mulher Lúcia, pelo amor de todos os dias.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 1   |
| CAPÍTULO 1 - METAMORFOSES FISIONÔMICAS DA CIDADE .....          | 12  |
| UMA HARMONIA PREESTABELECIDADA .....                            | 13  |
| SUA MAJESTADE O CAFÉ ou A HORA E A VEZ DO NORTE DO PARANÁ ..... | 24  |
| CIDADE PIONEIRA E CIDADE MODERNA.....                           | 28  |
| O ELDORADO: IMAGINÁRIO & PROPAGANDA.....                        | 59  |
| CAPÍTULO 2 - DISTOPIAS E HETEROTOPIAS: A CIDADE ERÓTICA .....   | 70  |
| IMAGENS DA MIGRAÇÃO .....                                       | 71  |
| A PROSTITUIÇÃO PIONEIRA .....                                   | 90  |
| A EXPANSÃO DAS MARGENS .....                                    | 105 |
| OS BORDÉIS DO INTERIOR.....                                     | 113 |
| CAPÍTULO 3 - OS AVESSOS DO LÚDICO .....                         | 157 |
| O EROS ACANTONADO.....  | 158 |
| ESPAÇO, TERRITÓRIO E PODER .....                                | 174 |
| AS AMBIGÜIDADES DA TOLERÂNCIA.....                              | 194 |
| BOEMIA E MARGINÁLIA .....                                       | 204 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                      | 216 |
| FONTES DOCUMENTAIS .....  | 220 |
| BIBLIOGRAFIA .....  | 222 |

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo a escrita de uma história dos marginais na cidade de Londrina; mais especificamente, uma história dos territórios e personagens da prostituição no período de auge da cafeicultura no chamado “norte do Paraná”, região de colonização recente e polarizada por Londrina, cidade conhecida nos anos cinquenta como “capital mundial do café”.

O interesse por uma história da prostituição nessa cidade nasceu durante os anos finais do curso de graduação em História na Universidade Estadual de Londrina. Durante o período de março de 1992 a dezembro de 1993, tive a oportunidade de participar do Projeto “Memória e Cidadania: as classes populares em Londrina e região”, pesquisa sob orientação do Prof. Willian Reis Meirelles. O projeto foi viabilizado pela concessão de bolsas institucionais de iniciação científica (Convênio CNPq/UEL/UEM), o que tornou possível a dedicação de 20 horas semanais ao trabalho de levantamento de fontes documentais, principalmente no acervo de jornais antigos do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL. O termo de concessão da Bolsa exigia do aluno bolsista a elaboração de um sub-projeto, visando uma futura pós-graduação. O contato sistemático com os registros do passado e a própria concepção que norteava a pesquisa - a leitura “a contrapelo” dos documentos da cultura oficial - engendraram as primeiras versões do projeto desta pesquisa.

A atenção pelas margens da cidade, por outro lado, me foi despertada por uma frase do medievalista francês Jean-Claude Schmitt: “Porque é uma contribuição essencial da história da marginalidade ter não somente preenchido as margens da história,

como ter possibilitado também uma releitura da história do centro.”<sup>1</sup>Logo ficou claro que eu não poderia empreender uma história das margens da cidade sem abordar a história de seu centro, pois o cêntrico e o marginal se determinam mutuamente e só se definem um em relação ao outro. Essa idéia de transitar entre duas perspectivas sem necessariamente parar em lugar nenhum determinou a estrutura da dissertação. Uma passagem do poeta Paulo Leminski em seus *Anseios Crípticos* reforçou minha obsessão: “Uma cidade se lê com tudo. Uma cidade se lê em todas as direções. Uma vida é muito curta para que se saiba de cor mais de uma cidade.”

Finalmente, interessava-me uma história da prostituição em um espaço específico, ilustrada com a cor local, inserida num contexto mais amplo da história social de uma região ou cidade particular. A apaixonante história da cidade de Londrina veio bem a calhar.

De “boca do sertão” no início dos anos trinta deste século à “Capital do Café” e novo Eldorado nos anos cinquenta, Londrina, situada ao norte do estado do Paraná, foi palco de profundas e bruscas transformações. Fundada em 1929 como cidade-sede de uma grande companhia inglesa de colonização, responsável em grande parte pela ocupação capitalista do território, essa cidade foi palco das contradições do progresso e das tensões da modernidade que caracterizaram as “cidades do capital” a partir do século XIX. Dentre essas transformações, cumpre destacar: a urbanização acelerada e o aburguesamento da sociedade de pioneiros, processo concretizado no esteio do fausto econômico propiciado pela cafeicultura; a intensificação do fluxo migratório, comparada por muitos ao *rush* para o *Midle West* norte-americano, e que teve como imaginário atrativo as representações em torno das “terras de promessa”, do “Eldorado”, da “terra

---

<sup>1</sup> SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **A História Nova**. Trad. de

sem males”]; a explosão da periferia urbana, o crescimento da pobreza e o aparecimento dos clássicos bolsões de miséria; enfim, o *boom* da criminalidade e de diversas atividades ilícitas, notadamente a prostituição e a jogatina, responsáveis pela “má fama” da cidade principalmente nos anos cinquenta.

Esse processo contraditório do progresso, que, nos termos de Benjamin, engendra a civilização mas também seu complemento necessário, a barbárie, encontra seu tempo quente na década de cinquenta, anos do “ouro verde”, verdadeiro ponto de inflexão na cronologia da cidade.<sup>2</sup> Por um lado, e principalmente no discurso das elites regionais emergentes, a condição de cidade moderna atestava a vitória definitiva da “civilização” sobre o sertão bruto. Por outro lado, o adensamento da população, a maior visibilidade das diferenças de classe e o acirramento das fricções sociais evidenciavam a face amarga desse mesmo progresso. Esse lado “negativo” foi amplamente tematizado nas páginas da imprensa e da literatura locais como “problemas urbanos”, numa clara reificação dos problemas sociais que apareciam lado a lado com os signos da riqueza. Em suma, o núcleo citadino planejado segundo a racionalidade do capital colonizador - quer dizer, com uma perspectiva de ordem e disciplina a que deveria sujeitar-se toda a população -, via-se às voltas com a falência da utopia da cidade ideal. A “hierarquização artificial e tensa” dos espaços cedia em vários pontos. Os pobres invadiam os espaços centrais. Manchas “deterioradas” maculavam o tecido urbano. Os subúrbios transbordavam o quadrilátero inicial da cidade. A marginalia, principalmente os que gravitavam em torno do mundo da prostituição, desenhava territórios heterotópicos no seio e nos umbigos da *city*. Acirravam-se os conflitos da geopolítica urbana. O amplo movimento de restauração da ordem, levado a efeito pelos poderes urbanos, engendrará práticas de

---

Eduardo Brandão. São Paulo: MartinsFontes, 1990, p. 285.

segregação, controle e higienismo social características das metrópoles, sempre em nome de noções e valores ideológicos como trabalho, disciplina urbana, progresso, civilização e modernidade.

Os espaços “decaídos” e “deteriorados” - baixo meretrício, pensões, botequins, bilhares e locais de sociabilidade mais popular - serão os objetos privilegiados da vigilância e da repressão, dos discursos e das práticas em prol do controle e da remoção da marginalia. O *trottoir* (prostituição de calçada) nas ruas centrais e os chamados *muquifos* (pequenos lupanares clandestinos) serão as modalidades mais combatidas de prostituição e o principal alvo das políticas de controle das ilegalidades. Ao contrário, a prostituição elegante, os bordéis por onde circulava a elite boêmia da região, chegarão mesmo a possuir uma relação “positiva” (ainda que totalmente informal) com o poder, ao menos enquanto fossem úteis à sociedade dominante, não fugissem ao controle das autoridades e não representassem entraves à exigências mais imperativas, como por exemplo o crescimento urbano que encampava as bordas da cidade onde se toleravam esses espaços heteróclitos.

As formas de relação da sociedade dominante, regida pelos valores de uma moralidade convencional, com suas margens (representadas, da perspectiva do centro, como uma espécie de anti-sociedade) combina *simultaneamente* estratégias de exclusão e de integração, de recusa e de aceitação, num complexo e permanente jogo de forças que define ao mesmo tempo os estatutos dos sujeitos cênicos e dos sujeitos marginais. Nisso reside a principal dificuldade de uma definição abstrata dos fenômenos de marginalidade, bem como a insuficiência das análises que privilegiam um único polo dessa relação. Como escreve Schmitt,

---

<sup>2</sup> Cf. ADUM, Sônia M.S. Lopes. **Imagens do Progresso**: civilização e barbárie em Londrina (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Depto. de História da UNESP, Campus de Assis, 1991.



(...) *a priori*, várias noções podem ser distinguidas: a de marginalidade, que implica um estatuto mais ou menos formal *no seio* da sociedade e traduz uma situação que, pelo menos teoricamente, pode ser transitória; a quem da marginalidade, a noção de integração (ou reintegração) que indica a ausência (ou a perda) de um estatuto marginal no seio da sociedade; e, ao contrário, além, a noção de exclusão, que assinala uma ruptura - às vezes ritualizada - em relação ao corpo social.<sup>3</sup>

O projeto de pesquisa não se orientou apenas por um problema de geografia ou sociologia urbana, mas também por um problema “geopolítico” ou micropolítico, buscando responder uma pergunta bastante geral: como e por quê se constituem, como *alteridade*, os lugares ou territórios marginais e quais as formas de relação que estabelecem com os espaços e personagens “centrais”, normatizados, palco da “boa sociedade”. Para responder a essa questão norteadora, parte-se do pressuposto de que são as relações sociais (relações de poder) que permeiam a constituição desses espaços, definindo e redefinindo seu estatuto no cotidiano da cidade. Cotidiano conflituoso e violento, na maioria das vezes, mas que também comporta momentos de aceitação e “utilização” dos marginais em meio a uma ampla política de controle social e gerência da criminalidade popular.

Um dos encantos de uma história dos marginais é o seu caráter mesmo de “anti-história”, a possibilidade que ela oferece de uma navegação outra nos conteúdos da história, no sentido contrário à tradição imposta pela memória hegemônica e triunfalista dos vencedores. Mas uma questão imediatamente se coloca: como escrever uma história dos marginais quando sabemos que são abundantes os registros indiretos, partidos do “centro”, mas faltam registros diretos, partidos deles mesmos, sobre sua experiência vivida? Sem dúvida, a falta de fontes ou a forma como foram registradas já é indicativo da problemática vivida por esses personagens. Isso exige uma leitura nas entrelinhas que

---

<sup>3</sup> SCHMITT, J.-C., op. cit., p. 264.

ultrapassa a intencionalidade imediata do registro. Trata-se de estar pensando não só o que está sendo representado, mas porque está sendo representado daquela forma e não de outra. A história dos marginais é necessariamente uma história fragmentada. Ela faz-se pelos indícios que foram deixados principalmente pelos que detinham o monopólio dos discursos, pelos que falavam sobre os marginais, mas não os deixavam falar. Por isso a necessidade de recorrer aos mais variados tipos de fonte (ou mesmo construí-las, quando isso é possível) para, através da multiplicação dos pontos de observação e do confronto de diferentes tipos de testemunho, escrever uma “outra história” ou dar da história do centro uma nova perspectiva.

As variadas fontes utilizadas nesta pesquisa permitem analisar as diferentes formas de relação entre o “centro” e as “margens” da sociedade.

As fontes jornalísticas contém em seu interior tanto as imagens da cidade ideal, que está no imaginário dos que a dominam, quanto as imagens da cidade “real”, que aparecem como disfunções daquele ideal. Os jornais, em sua discursividade cotidiana, desempenham um papel político na vida da cidade. Isso fica claro quando o objeto tematizado é a prostituição e os espaços da marginalia: em sua imensa maioria, os textos jornalísticos pretendem diagnosticar uma anomalia do social. Mais que isso, pretendem atuar nesse mundo representado, esquadrihando e delimitando áreas “deterioradas” e perigosas, mapeando moralmente os espaços, constituindo personagens-alvo, registrando avanços e recuos das margens, acionando os órgãos de repressão direta. A reiteração cotidiana das notícias exerce, por assim dizer, uma função banalizadora do exercício do poder e da violência legitimada. A análise do discurso jornalístico implica considerar o pensar e o representar como momentos da práxis tanto quanto a ação social efetiva; implica pensar, no caso de uma história dos marginais, determinadas

representações sociais como orientadoras de práticas concretas de repressão e controle, ao mesmo tempo em que são informadas por essas práticas cotidianas.

Ao contrário da imprensa do período (que tendia em geral para o lado da “exclusão”, da moralização ou do controle), a literatura local comporta registros mais “compreensivos” do mundo - ou do submundo - da prostituição na cidade. Comentando o pensamento de Walter Benjamin, Flávio Khote chamou a atenção para esse caráter de relativa autonomia do texto literário frente ao instituído:

As obras literárias, mesmo não pretendendo ser e não sendo um mero registro histórico, acabam sendo também uma historiografia inoficial. Na medida em que não querem ser documento, seu caráter autônomo lhes permite uma liberdade de registro e transmissão que escapa à historiografia oficial, comprometida com as omissões, cortes e deformações que as relações de produção lhes impõe.

Aquela liberdade de registro pode se dar até mesmo através da constituição de um refúgio utópico de beleza e harmonia, oposto ao social, negando-o por natureza, fato que pode ser depois decifrado pelo crítico.<sup>4</sup>

Enquanto os jornais deitam sobre a cidade e sua população um olhar armado, censor e vigilante, alguns literatos apresentam uma empatia maior com realidades silenciadas por aquele tipo de discurso; sua representação do real é mais ampla e menos comprometida com o *status quo* que um registro policial, um texto moralista ou um editorial de alarme; em suma, seu diagnóstico é mais compreensivo que acusatório. Algumas publicações chegam a compor uma imagem mais hedonista que negativa do mundo da prostituição e seus personagens, apontando para a positividade social desses espaços do prazer, sua aceitação e “integração” no cotidiano da cidade.

Finalmente, complementando o *corpus* documental literário e jornalístico, há que se falar das fontes orais. Utilizo os métodos e técnicas da História Oral para produzir uma documentação que permita responder algumas perguntas: o que era um

boêmio? Quem era considerado boêmio? O que distingüia a figura do boêmio da figura estigmatizada do marginal? Como, em suas reminiscências, os depoentes representam a vivência boêmia nos espaços da prostituição? Quais os significados que atribuíam a esse tipo de experiência? Portanto, utilizo as fontes orais não apenas para preencher lacunas documentais, mas para “iluminar” pontos obscuros e colocar questões que possam fornecer outros ângulos que não os da negatividade moral construída pelos discursos mais comprometidos com o poder.

A constituição da oralidade enquanto fonte para a história permite o resgate de temas que nunca ou raramente aparecem nos documentos escritos legados pelo passado. O trabalho com fontes orais implica necessariamente em algumas reflexões sobre a natureza da memória e os mecanismos de sua transmissão. E por isso uma reflexão sobre a dialética da memória e do esquecimento pontua em vários momentos e atravessa toda a dissertação. Um problema muito geral, colocado num contexto específico, norteia essa reflexão: por que alguns temas e conteúdos são insistentemente rememorados e comemorados enquanto outros são relegados a uma categoria de tematabu pela memória histórica?

Na perspectiva da psicologia social, Ecléa Bosi entende que o lembrar é um trabalho de reconstituição das experiências do passado com imagens e idéias do “hoje” de quem rememora: “A lembrança é imagem constituída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual.”<sup>5</sup> Por outro lado, o passado não permite que se diga qualquer coisa dele, porque só aflora à memória como veículo da experiência de quem o viveu. Aceitar essas proposições implica a impossibilidade de refazer o passado “tal como ele foi”, isto é,

---

<sup>4</sup> KOTHE, Flávio R. **Para ler Benjamin**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 79.

<sup>5</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1987, p. 17.

construir uma verdade histórica única e linear; implica em buscar diferentes perspectivas e versões, que constituem “verdades” particulares; implica a consciência de estar escrevendo *uma* história e não *a* história, aquela que se escrevia com um agá maiúsculo.

Abraçando a concepção de Walter Benjamin de que “escrever a história é dar fisionomia às datas”<sup>6</sup>, o primeiro capítulo pretende analisar as metamorfoses fisionômicas da cidade desde sua fundação, em 1929, detendo-se mais demoradamente na década de cinquenta, anos do “ouro verde”. As principais fontes trabalhadas foram os registros da memória coletiva - reminiscências da primeira e da segunda geração de moradores -, além de um significativo conjunto de narrativas panorâmicas que tematizam as aceleradas transformações da “cidade pioneira” em “cidade moderna”. É, em grande parte, um capítulo contextualizante, preocupado em recuperar a cor local, as especificidades da formação da cidade e da sociedade que a construiu. É, sobretudo, um capítulo marcado pelas análises acadêmicas mais recentes sobre a história da cidade de Londrina e da região ao norte do Estado do Paraná; análises às quais esta dissertação é enormemente devedora. O subcapítulo “Uma harmonia preestabelecida” discute o projeto de ocupação racional, dirigido pelo capital colonizador com uma perspectiva de ordenamento sócio-espacial, e a função com que nele nascem as cidades planejadas: o projeto de ordenação da produção e dos usos do espaço revela o sonho de uma utopia urbana em pleno sertão. Na subparte “Sua majestade o café ou a hora e a vez do norte do Paraná”, apresento uma breve discussão sobre o impacto do *boom* cafeeiro do pós-Segunda Guerra - quando o chamado norte do Paraná se torna a principal região exportadora do país - sobre a vida da sociedade de fronteira. Em “Cidade pioneira e cidade moderna”, tematizo as “metamorfoses dos pioneiros”, o surto modernizador que

transforma materialmente a cidade e as novas representações e sentimentos, em geral celebrativos do progresso, em relação a esse processo. Em “O Eldorado: imaginário e propaganda”, resgato as representações fáusticas que se faziam sobre o “Sertão do Guairá” e sua instrumentalização pelo *marketing* colonizador, com o objetivo de vender terras e ocupar o território em moldes de um capitalismo agrário; por outro lado, e como desdobramento da intensa propaganda, a difusão arbitrária das imagens da Terra Prometida ou do Eldorado cafeeiro - paraíso da pequena propriedade, da prosperidade geral e das grandes oportunidades - atrairá levadas e levadas de migrantes, significando ao mesmo tempo a realização do projeto colonizador e sua aparente “falência”, tornada visível com a intensificação de suas contradições sociais.

Início o segundo capítulo analisando as imagens da distopia, os problemas sociais que colocaram em xeque a utopia do capital, o sonho de uma cidade higiênica, ordeira e disciplinada. É nesse contexto que introduzo a questão das “heterotopias” urbanas: a constituição acelerada de espaços marginais, territórios do prazer, os bordéis, palcos de formas outras de sociabilidade cidadina; *heterotopias* no sentido que Michel Foucault empresta ao termo, ou seja, “uma espécie de contralugares, espécie de utopias efetivamente realizadas, nas quais os lugares reais, todos os outros lugares reais que podemos encontrar no interior da cultura, são representados, contestados e invertidos”<sup>7</sup>. Esse capítulo discorre sobre a positividade das práticas da prostituição na cidade, sobre sua “aceitação” como fenômeno de marginalidade, tolerantemente integrado desde os primeiros anos da fundação do núcleo urbano. Ele versa sobre os seguintes assuntos: tipologia e geografia dos primeiros bordéis, ranchos de palmito erguidos na orla da mata,

---

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. Parque Central. In: **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. (Obras Escolhidas, Vol. III). 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 155.

<sup>7</sup>FOUCAULT, Michel. Espaços-outras: utopias e heterotopias. Trad. de Chico Homem de Melo. In: **Outra**. Londrina: s/ed. , n. 1, 1984, p. 16. Agradeço a Tony Hara por ter me passado esse texto, chamando minha atenção para a importância dele na construção do objeto desta dissertação.

às margens da cidade; a importância da figura da prostituta na região pioneira, dada a desproporção entre os sexos na fase inicial de colonização; o crescimento dos territórios marginais (zona do meretrício, pensões e “chacrinhas”, a prostituição de rua); descrição de uma época de auge: a explosão e o refinamento dos ambientes da prostituição nos anos cinquenta; o cotidiano da vida boêmia na cidade.

O terceiro e último capítulo, “*Os avessos do lúdico*”, discorre sobre as estratégias práticas e discursivas que, partindo do “centro”, convergem para as formas de controle das atividades ilícitas: as práticas de confinamento, o policiamento do cotidiano da cidade, a higienização dos pontos “decaídos”, a produção de um estatuto “deteriorado” para os indivíduos considerados desviantes em relação aos padrões usuais de moralidade. O capítulo como um todo evidencia as tensões permanentes entre um ideal de funcionalidade/razionalidade que orienta a produção dos espaços urbanos e o modo como grupos marginalizados constituem territórios-outros no xadrês micropolítico da cidade. Concluo abordando as representações sobre as diferenças entre boemia e marginalidade, entre boêmios e marginais, nos anos cinquenta.

Como escreveu Schmitt, talvez uma das características mais importantes da história da marginalidade seja também ser uma “arqueologia do nosso saber”, dos valores e das recusas de nossa própria sociedade. Um pouco a pretexto de olhar as margens, é sobre o centro que ela fala.

## **CAPÍTULO 1**

### **METAMORFOSES FISIONÔMICAS DA CIDADE**



## UMA HARMONIA PREESTABELECIDADA

"A *ordem* deve ficar estabelecida antes de que a cidade exista, para impedir assim toda futura *desordem*..."

Angel Rama, *A cidade das letras*

A partir de meados do século XIX, a expansão do capitalismo, em seu processo de interiorização no Brasil, incorporou o vasto território setentrional do Estado do Paraná, espaço este que ficaria conhecido, posteriormente, como "norte do Paraná". Uma primeira frente de ocupação - continuidade da marcha do café sobre o oeste paulista - restringiu-se ao chamado "norte velho" ou "norte pioneiro", e teve como principal agente famílias e agregados de grandes fazendeiros e sertanistas que simplesmente se apropriavam de terras devolutas.

Mas foi sobretudo depois de 1930 que se deu a ocupação acelerada da vasta área, num processo orientado e dirigido pelo capital colonizador. O "capital colonizador" representou uma aliança de interesses e esforços firmada entre a burguesia cafeeira (principalmente paulista) e grandes empresas imobiliário-colonizadoras de capital privado (nacional e estrangeiro), sem excluir a participação e os interesses do governo paranaense. A expansão da fronteira agrícola e a especulação imobiliária em larga escala caminhariam de mãos dadas a partir de então.

Até praticamente o início do século XX, o norte do Paraná como *região*, vale dizer, como construção simbólico-ideológica de um espaço singular dotado de historicidade própria, não existia. Dispondo das melhores e mais extensas áreas de "terras roxas" do país, esse território fazia parte daqueles amplos espaços que a cartografia nacional assinalava como terrenos pouco conhecidos e pouco explorados. Eram sertões. Em poucas décadas, essas terras do Sertão do Guaíra, que na ótica do capital constituíam vazios demográficos e ocos econômicos irracionalmente ocupados por índios e caboclos,

foram incorporadas à moderna civilização, ou seja, englobadas pela sociedade nacional e inseridas no processo de produção da economia de mercado.<sup>8</sup>

No chamado "norte novo", área a oeste do Rio Tibagi, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) - ou, simplesmente, "a Companhia" -, de capital inglês e com sede em Londres, foi o principal agente à frente desse processo. Adquirindo do governo do Paraná, por preços módicos, uma extensa gleba de mais de meio milhão de alqueires, a CTNP pôs em execução um projeto que, num verdadeiro "pacote", combinava a construção e exploração de uma rede ferroviária, a venda de lotes urbanos e rurais, e, ainda que indiretamente, o plantio de café. Experiência não faltava aos ingleses. O plano imobiliário-colonizador da CTNP era muito semelhante ao realizado na colonização do Sudão, tendo à frente uma grande empresa imobiliária de tipo capitalista e fundando cidades em função da valorização de sua principal mercadoria, a terra. O principal idealizador desse projeto, Lord Lovat, de nobre estirpe fidalga, prestara grandes serviços à coroa britânica em seus domínios coloniais na África. Tanto que um jornalista pôde escrever, ironicamente: "Assim como a Índia teve um Lord Clive, a África um Cecil Rhodes, o norte do Paraná teve também o seu legítimo nobre inglês para conquistá-lo."<sup>9</sup> Vicente Ferreira complementar: "O saldo maior ficou com o colonialismo inglês, que naquela época estendia seus poderes tão distante que sobre ele o sol não se punha. O Paraná e o Brasil, de certa forma, eram parte desse império."<sup>10</sup>

No início do século, após o Convênio de Taubaté (1906), os estados cafeicultores, tendo a frente os paulistas, adotaram, como parte de uma política de valorização do produto, uma série de medidas restritivas à produção do café. Essas medidas intervencionistas visavam acabar com os fantasmas das crises de superprodução e conseqüente baixa de preços, nos mercados externos, do principal item de exportação

---

<sup>8</sup> Esse processo foi analisado por vários autores sob diversos enfoques, constituindo uma razoável bibliografia, principalmente teses e dissertações acadêmicas. Qualquer esforço de síntese fugiria aos objetivos deste capítulo. Os estudos citados ao longo do texto, principalmente as teses e dissertações mais recentes, trazem uma apreciação crítica sobre a história dessa ocupação.

<sup>9</sup> COSTA, Samuel Guimarães da. *Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado*. In: *Panorama*. Curitiba, n. 15, janeiro de 1965, p. 10.

<sup>10</sup> FERREIRA, Vicente. *A história do Paraná e a história do norte*. In: *Panorama*. Curitiba, v. 26, n. 240, set. 1976, p. 20.

do país. Pois foi somente a partir desse período que a colonização das terras ao norte do Paraná - "último baluarte a conquistar", como se dizia - iniciou sua fase mais intensa e efetiva, em meio ao transbordamento da marcha cafeeira para esse Estado vizinho. A transferência e a formação de cafezais para as terras além-Paranapanema, onde não haviam medidas limitativas à produção, foi a saída encontrada por fazendeiros, sobretudo paulistas, para continuarem expandindo seus negócios. A colonização tenderia à intensificação conforme gradualmente foram sendo superadas as crises na exportação do café.

Mas, em 1929, a crise mundial do capitalismo aparentemente trouxe uma série de dificuldades a essa expansão das frentes agrícolas. Essa forma de ocupação seguiu até então o modelo clássico da grande propriedade, tendo no fazendeiro um modelo de pioneirismo, espécie de sertanista sob a bandeira do capital. Aliada a outros fatores, como o arrefecimento do consumo internacional que se acentuaria com a Segunda Grande Guerra, a crise de 1929 perduraria até meados da década de 40, num dos períodos críticos mais graves e prolongados por que passou a lavoura e o comércio cafeeiros em toda sua história no Brasil. Nesse contexto, a expansão do parque cafeeiro através da incorporação de novas áreas de plantio era um empreendimento que a burguesia cafeeira, "descapitalizada", não estava em condições de assumir sozinha, principalmente com os altos custos de formação de cafezais em uma área que, diferentemente das áreas tradicionais do café, era coberta por densas e vigorosas florestas.<sup>11</sup>

De certa forma, essa conjuntura limitativa foi relativamente superada depois de 1930, quando fazendeiros e grandes empresas imobiliárias capitanearam a ocupação da imensa área a oeste do rio Tibagi, espaço que ficaria conhecido como a subregião do "norte novo". Mas se, por um lado, esse encontro feliz significou um impulso à ocupação das terras novas, por outro poder-se-ia dizer que, ali, em virtude

---

<sup>11</sup> Talvez por isso um famoso sociólogo escreveu: "A pequena propriedade só existirá nas regiões de florestas, onde será necessário abater e queimar as árvores para que avancem os batalhões cerrados dos cafeeiros." BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiróz, 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1971, p. 130.

mesmo desse contexto conjuntural recessivo, a marcha cafeeira e o próprio modo de colonização sofreriam mudanças significativas em seu sentido, ainda que não em sua natureza. Ali, a estrutura agrária baseada no regime de pequena propriedade adquiriu uma importância marcante pela própria lógica do projeto colonizador. A CTNP tinha em mira uma clientela de pequenos poupadores: imigrantes e ex-colonos migrantes que poderiam tornar-se pequenos proprietários de sua mercadoria, os lotes urbanos e rurais, e consumidores de seus serviços (os fretes da estrada de ferro, a energia elétrica, etc.). Esse regime, contudo, nunca excluiu a existência de propriedades maiores, inclusive com uma concentração crescente da terra a partir da superação da crise do café em fins da década de quarenta.

Os geógrafos, desde os anos trinta, foram os primeiros a chamar a atenção para o caráter racionalmente planejado da colonização e da própria formação das cidades novas na região:

Trata-se de (...) de uma zona de colonização dirigida onde tudo foi planejado, com antecedência, quando a mata virgem (sic) ainda não fora derrubada: o traçado das estradas de ferro e de rodagem a serem abertas nos espigões; a disposição das cidades, na distância conveniente, ao longo dessas estradas; o plano de cada uma dessas cidades; suas áreas urbanas e suburbanas; seu abastecimento de água e energia elétrica; a distribuição dos lotes agrícolas entre o espigão da estrada e os cursos d'água; a reserva de florestas; a reserva das cabeceiras pela Companhia, etc.<sup>12</sup>

No projeto imobiliário-colonizador, a fundação de cidades adquiriu uma grande importância. Em viagem pela região, um cronista escreveu que, ali, as cidades formavam-se “por siciparidade, com a desenvoltura dos anéis de um réptil que adquirissem vida própria imediatamente após seccionados do corpo-mãe.”<sup>13</sup> Uma característica marcante, portanto, da grande maioria das cidades da região é que elas não nasceram de forma espontânea. A formação e crescimento da rede urbana acompanhou e, em alguns casos - como o de Londrina, por exemplo -, antecipou a expansão cafeeira. Ao

<sup>12</sup> CAVALCANTI, Lísia Maria. *Centésima Décima Quarta Tertúlia: Londrina e a zona pioneira do norte do Paraná*. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano II, n. 28, jun. 1945, p. 603.

<sup>13</sup> D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *As cidades-cogumelos*. In: BRAGA, Rubem & d'HORTA, A.P. *Dois repórteres no Paraná*. Curitiba: Edição da Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953, p. 15.

contrário das etapas anteriores do itinerário do café (Vale do Paraíba e Oeste velho de São Paulo), nas quais o fato urbano foi sempre razoavelmente "espontâneo", sem um planejamento racional prévio e sistemático, nessas terras de ocupação mais recente a formação de cidades esteve umbilicalmente ligada à racionalidade dos empreendimentos, como pré-requisito para uma colonização programada. São cidades que foram planejadas em função de um projeto de estrutura agrária e de um determinado modelo de agricultura comercial.<sup>14</sup>

No plano da CTNP, a rede urbana foi projetada para suprir a demanda da população rural por bens e serviços. Essa função foi atribuída principalmente aos núcleos maiores, planejados como cidades-pólo, por sua vez hierarquizadas em torno de uma capital regional, que seria a função historicamente desempenhada por Londrina. As cidades nasciam assim com uma espécie de predestinação: fornecer os quadros e equipamentos urbanos de uma região predominantemente agrícola (e virtualmente monocultora), voltada para a economia de exportação. Sem risco de paradoxo, poder-se-ia dizer que são *cidades agrárias*, principalmente nos primeiros anos de sua formação.

Mas também foram núcleos urbanos projetados para que se tornassem cidades modelares, isto é, ordenadas e disciplinarizadas. Cidades da ordem e do progresso, como salienta a produção acadêmica mais recente sobre a história local. O ideário da urbe modelar, de fato, não está apenas na origem, mas no *telos* da cidade, no seu destino prefigurado: toda a sua história posterior deveria ser a conformação a um determinado desejo de ordem, a realização da utopia do progresso, da harmonia capitalística presente no plano original. É, portanto, um projeto extremamente autoritário de cidade, como autoritário é todo projeto que se volta para a manutenção e reprodução da ordem social do capitalismo. Aos diferentes agentes sociais - e particularmente às classes populares - caberia o trabalho de construí-la, sujeitando-se ao desejo de ordem inscrito na própria idéia de sua concepção. O assujeitamento social (que na fórmula burguesa seria a soma da docilidade política com a produtividade econômica) torna-se

---

<sup>14</sup> Ver LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 48.

assim o corolário da cidade planificada. Cássio Vidigal elogiaria os minuciosos detalhes do modelo de *city* dos ingleses:

Embora situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos [os núcleos habitacionais urbanos] foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares. (...) Cada núcleo foi subdividido de conformidade com o respectivo zoneamento, prefixadas as zonas do centro cívico, do comércio e da indústria, das residências nobres, coletivas e proletárias, cada qual observando suas próprias características na construção dos edifícios públicos, comerciais e industriais, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar, dos cultos religiosos e dos centros desportivos. Circundando o núcleo urbano foi implantado o cinturão verde, de área muitas vezes maior, subdividido em chácaras de um a cinco alqueires, abastecedores das populações urbanas e rurais do município.<sup>15</sup>

Antimodelo utópico das grandes cidades industriais - que os ingleses tiveram o dissabor de conhecer desde o início do século XIX, primeiro que qualquer outra nação moderna -, o *planning* dessas cidades novas obedeceu a critérios ditados pela lógica do empreendimento como um todo. São cidades que nasceram sob o signo de uma racionalidade muito específica: a racionalidade do capital colonizador. Sem entender a lógica imanente a essa razão, fica difícil compreender a história de uma miríade de cidades que, numa imagem bastante sugestiva cunhada para caracterizá-las, brotaram do chão como cogumelos, dispostas em série como as contas de um rosário.

Em *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina*, a historiadora Sônia Adum estabeleceu uma cronologia para a história da cidade e analisou os principais momentos de seu devir constitutivo. O período que se estendeu de 1930 a meados da década seguinte é caracterizado como "a fase monopólica da Companhia". Durante esse tempo, a CTNP combinou o exercício do poder privado com uma grande influência no poder público, que na prática se embaralhavam em sua ação empresarial. Durante essa fase hegemônica, a prática discursiva atribuiu a essa empresa uma missão civilizadora, legitimando o exercício monopolístico do poder por meio de uma versão local de um mito fundador ou de origem. O poder político e econômico da Companhia foi

<sup>15</sup> VIDIGAL, Cássio. Contribuição para o estudo de uma região do Paraná. In: *Revista do Ateneu Paulista de História* São Paulo, ano VII, n. 7, mai. 1970, p. 125.

mantido até 1944, quando, em virtude dos efeitos recessivos da Segunda Guerra e das dificuldades impostas pelo governo Vargas à exportação dos lucros acumulados, os ingleses retiraram seu capital e a CTNP foi nacionalizada. Depois disso, outros agentes se encarregariam de mitificar a atuação e o papel histórico da "maior empresa colonizadora da América do Sul".<sup>16</sup> Em linhas gerais, essa primeira fase da história local corresponde ao período de implementação prática do projeto. Londrina, cidade-sede da CTNP, foi o primeiro núcleo fundado, servindo de cabeça-de-ponte para a continuidade dos trabalhos de demarcação, loteamento e venda de terras, etc.

Na ação da Companhia, a proposta de um espaço ordenado que não fugisse à sua esfera de domínio traduzia-se concretamente na formação de uma cidade planejada nos mínimos detalhes, com espaços funcionais onde tudo e todos encontrassem seus lugares pré-determinados: "Este ordenamento objetivava a reprodução do capital inglês e acabou por manter, sob seu controle, todo o crescimento e forma da cidade, bem como os mecanismos necessários para a manutenção da ordem proposta."<sup>17</sup> A cidade, concebida por administradores e capitalistas, desenhada na prancheta de engenheiros e arquitetos, nascia com a perspectiva de uma ordem sonhada que definisse não apenas sua forma presente, mas que também perdurasse em seu desenvolvimento futuro: "(...) o planejamento urbano inglês continha em seu bojo uma perspectiva de ordenamento para o crescimento da cidade, que supunha um número determinado de habitantes, que era a medida de seu projeto, a medida de seus interesses."<sup>18</sup> Interesses claros e específicos, vale frisar: "Uma apropriação da renda através da valorização da terra por todo o conjunto social, este era o principal motivo da fixação da população na área urbana."<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Como escreve um historiador: "A criação de um mito de origem é fenômeno universal não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolúvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação do vencedor." CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13/14. Sobre o mito de fundação em torno da CTNP, ver o trabalho de Nelson Tomazi, **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) - Depto. de História da UNESP, Campus de Assis, 1989.

<sup>17</sup> ADUM, Sonia M.S. Lopes. **Imagens do Progresso: Civilização e barbárie em Londrina (1930-1960)**. Dissertação (mestrado em História). Depto. de História da UNESP, Campus de Assis, 1991., p. 14.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 129.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 132.

O planejamento era tão amplo e minucioso que até os espaços da prostituição tiveram nele seu lugar adequado. Como um verdadeiro “setor” urbano alocado estrategicamente em um ponto periférico, a zona de meretrício nasceu confinada às margens do perímetro central da cidade. Até o final dos anos quarenta, a rua Rio Grande do Sul (atualmente rua Brasil) foi o *locus* oficial da prostituição em Londrina. Ali, e esparramando-se, com o passar dos anos, por uma série de ruas adjacentes, funcionaria a zona do meretrício. (*Funcionar* é a palavra a ser frisada, remetendo a temas que serão desenvolvidas mais adiante, e que dizem respeito à noção de *funcionalidade* na lógica urbana; funcionalidade não apenas dos espaços em si como também dos próprios indivíduos - e a “função” atribuída às prostitutas na frente pioneira será enfocada com maiores detalhes). Em termos micro-políticos, a estratégia era clara: a segregação e o confinamento conferiam aos territórios da prostituição um lugar diferenciado no sistema dos domínios urbanos. Lugar que favorecia a visibilidade dos corpos estigmatizados, a vigilância das ações e relações, o controle e a gerência das formas de ilegalidade.

Ao longo das décadas, vários comentadores ressaltaram o fato do planejamento prévio da cidade. Em geral essas narrativas, construídas sob o signo da celebração do progresso, carregam um tom de elogio e reverência à obra da CTNP e reafirmam aquele “discurso da felicidade” construído sobre a região, elementos muito presentes nas falas públicas das elites locais até os dias de hoje. Em 1938, Adriano Marino Gomes escrevia: "Delineada com todo capricho e competência profissional, Londrina, antes da derrubada da floresta que a envolvia com seu verde manto protetor, teve uma planta traçada de acordo com o mais moderno e artístico urbanismo de nossos tempos."<sup>20</sup> Quinze anos depois, um comentador anônimo reforçava essas imagens, já tornadas banais em inumeráveis relatos sobre as cidades novas do sertão paranaense. Repetindo a ladainha corrente, o texto não deixava de elogiar os métodos e técnicas de vanguarda empregados no "povoamento racional":

---

<sup>20</sup> GOMES, Adriano M. *Album do Município de Londrina*. Londrina, 1938, p. 33. Apud ADUM, S. Op cit., p.70.



Quem quer que estude (...) os processos de povoamento praticados desde o começo pela Companhia de Terras Norte do Paraná se surpreenderá com os magníficos resultados obtidos e objetivados na proliferação de cidades através de algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados, e quase todas elas obedientes às cada vez mais inteligentes regras de urbanização. Trata-se da maior experiência vitoriosa de povoamento racional já executada no Brasil (...). Ora, aquela empresa adotou no Norte do Paraná métodos científicos ou racionais (...). E como base para a ação povoadora, técnicos planificavam a *urbs* sob os mais avançados critérios urbanísticos e em função, é lógico, do meio cósmico excepcional e incomparável.<sup>21</sup>

Mesmo admitindo não tratar-se de uma transposição linear e direta, alguns estudos recentes revelaram traços de similitude entre o plano dessas cidades e os modelos de *garden-city* difundidos na Europa em fins do século XIX. O ideal de cidade-jardim é caro às utopias urbanísticas de Ebenezer Howard. Militante do movimento socialista inglês e profundamente influenciado pelo pensamento utópico, Howard sonhou o plano de uma cidade harmônica e fraterna, em tudo diferente das metrópoles socialmente tensas e “caóticas” da sociedade industrial. Sua principal obra, *Tomorrow: a peaceful path to social reform* (1898), propunha, a partir do próprio subtítulo, um caminho pacífico para a reforma da sociedade. Nesse livro, expunha a teoria da cidade-jardim, a urbe do futuro, subordinando “a preocupação com a higiene e o progresso ao ideal de pequenas comunidades limitadas no espaço e dotadas de um espírito comunitário.”<sup>22</sup> Talvez exatamente por essa crença reformista no progresso, essa ênfase na higiene urbana e na idéia de coesão comunitária, não tenha sido difícil a absorção capitalista da utopia howardiana.<sup>23</sup> Com efeito, o ideal da cidade-jardim floresceria no século XX ligado a

<sup>21</sup> N/a, *Norte do Paraná: Eldorado para os antigos e país da terra roxa para os modernos*. In: **Guia Globo de Exportação e Importação**. Porto Alegre: Ed. Clarim, 1953, p. 146.

<sup>22</sup> CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 220. Segundo Choay, Howard confiou a arquitetos o projeto de duas cidades na Inglaterra, Letchwort e Welwyn: “Estas duas cidades converteram-se depois em modelos na Europa e nos Estados Unidos (...). Depois da Segunda Guerra Mundial, elas ainda serviram de protótipo para a construção de cidades novas na Grã-Bretanha.” (p. 220). Novamente aqui, não faltava *know how* aos ingleses.

<sup>23</sup> Tavares de Andrade chegará a observar que, do ponto de vista da mensagem publicitária desencadeada pela CTNP para a venda da terra, “existia uma utopia comunitária”, mas ela se atomizou em iniciativas individualistas: “A utopia comunitária é o ponto de partida ao nível do imaginário e do simbólico - mito do El Dorado ou mapa do tesouro. Esta imagem torna-se invertida na efetivação de um processo de exploração basicamente agrícola, não permitindo a realização coletiva de novos valores senão a de um capitalismo avançado.” ANDRADE, José Maria Tavares de. Frente pioneira, movimento social? In: **Textos de Debates**. João Pessoa: Depto. de Ciências Sociais da Universidade federal da Paraíba, ano I, n. 1, abr. 1980, p. 123.

grandes empreendimentos imobiliários e colonizadores em muitas partes do mundo, sobretudo na Europa e na América.

Sonho de investidores e geômetras, fruto de uma racionalidade técnica instrumentalizada pelo capital, a cidade de Londrina nasceu com a perspectiva de um espaço urbano ordenado, estratificado, hierarquizado e higienizado. Em suma, a cidade ordenada deveria ser a casa ideal de uma sociedade perfeitamente administrada. Como mostraram recentes pesquisas, o desejo de ordem encontrava expressão inclusive na disposição física das cidades. Em Londrina, como na maioria dos núcleos urbanos fundados pela CTNP, a planta original da cidade seguiu um plano morfológico mais ou menos retilíneo e quadriculado, um traçado ortogonal de ruas e quadras, à maneira de um tabuleiro de xadrez:

O plano geométrico, o tabuleiro de xadrez, é uma construção consciente e racionalizadora que permitirá a construção da ordem de uma forma rápida, econômica e eficaz, como deveria ser no bojo da ação ou empreendimento capitalista. Como salientou Angel Rama, o desenho poderia ser qualquer um, o que importa é a racionalidade da construção da cidade ordenada.<sup>24</sup>

O projeto de cidade planejada estabelecia uma determinada disposição dos territórios no espaço e previa as relações entre eles. Expressão espacial de uma ordem social, o funcionamento harmonioso do sistema garantiria a disciplina dos corpos que iriam preencher os diferentes pontos do tecido urbano. O ideal do modelo autoritário de cidade é recheá-la de corpos dóceis, submissos, disciplinados, administráveis pelos aparelhos do poder. Boa forma para um bom conteúdo; bom conteúdo para uma boa forma. Cidade disciplinar no sentido que Michel Foucault atribui à noção de disciplina: prática estratégica que “fabrica indivíduos”, que é

a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício. (...) O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o

---

<sup>24</sup> ADUM, S., op. cit., pp. 81/82. A variação desse modelo ortogonal seria a forma elíptica, presente na planta original de muitas cidades da região, mas que não exclui a ordem normativa imprimida a elas: perfeita simetria, racionalidade geométrica, desejo de desenvolvimento harmonioso.

olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num processo que lhe é específico, o exame.<sup>25</sup>

Mesmo o número de habitantes foi predeterminado. Alguns comentadores falam que a cidade foi planejada para não exceder o número de vinte mil habitantes; outros falam em vinte e cinco ou trinta mil. Em todo caso, trata-se de um malthusianismo urbano evidente, antimodelo das metrópoles tentaculares, coalhadas de gente e cindidas pelos conflitos sociais.

Assim, a cidade real, construída cotidianamente pelos indivíduos e grupos, teria que corresponder às diretrizes de um tipo ideal de aglomeração urbana. Suprema utopia do capital: nessas cidades artificiais, construídas *ex-nihil*, não seriam os espaços que se “sujeitariam” aos homens, mas os homens que se sujeitariam a uma idéia de espaço definida *a priori*. Princípio de funcionalidade: determinados lugares reservados a determinados grupos e indivíduos para determinadas atividades.

Esses diferentes espaços, estratificados e hierarquizados, deveriam funcionar como um sistema urbano descongestionado, liso, perfeitamente adequado ao fluxo ótimo das coisas e das gentes. Se, conforme as análises de Didier Gille, a diferenciação funcional e a circulação dos fluxos de coisas e pessoas caracterizaram a redefinição moderna - isto é, burguesa - da cidade medieval, não é difícil supor que esses “preceitos maiores do higienismo” sejam intrínsecos aos modelos de cidades planejadas na lógica do capital. Principalmente desde o século passado, “Diferenciação e circulação parecem ser as palavras de ordem do programa dos engenheiros urbanos. Restringir a

---

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Lígia M. P. Vassalo. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 153. Essa questão será retomada com mais vagar no terceiro capítulo, a propósito da organização da zona de meretrício.

confusão, o inerte e o obstáculo ao escoamento, permite desenhar o mapa das intervenções.”<sup>26</sup>

Mais que isso, o plano de cidade deveria prever e controlar as indeterminações da história, pois o desejo de abolir o acaso e eliminar o imprevisível constitui a própria essência da idéia de planejamento. É intrínseco ao planejamento urbano as estratégias do poder para disciplinar a existência cotidiana da população: dispor espacialmente, estabelecer lugares, fronteiras, circuitos, relações, tudo isso é básico para a administração economicamente produtiva e politicamente controlada da sociedade. A urbanística moderna da cidade retilínea não esconde assim seu conteúdo político: o assujeitamento social das classes dominadas; as estratégias urbanas de controle da população; a projeção do desejo de ordem visando esconjurar os males previstos no devir da cidade. Como utopia do capital, ao mesmo tempo produto da vanguarda da civilização burguesa e desejo de prevenir seus males históricos, é claro para onde aponta essa harmonia preestabelecida: o sonho dos dominadores, ou seja, uma sociedade disciplinada e administrada de ponta a ponta. Para esse tipo de racionalidade tecnocrática, é uma pena que a história seja contraditória e imprevisível.

## **SUA MAJESTADE O CAFÉ ou A HORA E A VEZ DO NORTE DO PARANÁ**

---

<sup>26</sup>GILLE, Didier. Estratégias urbanas. In: ALLIEZ, Eric et al. **Contratempo**: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital. Trad. de Maria L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, p. 22. Mais adiante, escreve: “Dessa maneira a cidade seria composta por uma série de órgãos funcionais bem diferenciados e por uma série de órgãos circulatórios que permitam a sua inter-tradução. É a potência desse modelo que confere força aos higienistas.” (p. 36).

Em 1953, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, discursava: "Às vésperas do Centenário [da emancipação política do estado], estamos assumindo a liderança do café, o grande general da política, o que equivale à nossa colocação na vanguarda da vida econômica brasileira."<sup>27</sup> O ano de 1953 foi de extrema euforia para todos os que tinham interesses em torno do café, marcado que foi por uma grande expansão da demanda nos mercados externos. A conseqüente elevação dos preços colocava o produto numa posição financeira extremamente favorável e nunca antes alcançada.

Para muitos contemporâneos, e não apenas os mais ufanistas, esse fato vinha coroar um novo tempo para o Paraná de modo geral, e para a sua região cafeeira de modo particular. A Exposição Mundial do Café, realizada em Curitiba, no mesmo ano de 1953, não deixava dúvidas. Em 1951, João Kretzen já atribuía à mudança na conjuntura cafeeira "uma verdadeira revolução econômica" no Estado: ao café se devia a "ascensão vertiginosa da agricultura no Norte do Paraná" e a "acumulação de homens" na nova região.<sup>28</sup> O transbordamento da cafeeicultura para o norte do Paraná culminava num novo ciclo econômico nesse estado, onde o café, cultura itinerante, vinha encontrar o terceiro grande momento de sua marcha histórica desde o primeiro quartel do século XIX.

Com a disseminação da cultura cafeeira pelo Norte do Estado, o Paraná entrou, também, no "ciclo do café", pois a erva-mate e a madeira, seus principais artigos de exportação até o advento do café, entregaram seus postos ao produto que já fez a prosperidade de outros Estados, como faz agora a do nosso.<sup>29</sup>

O otimismo das elites paranaenses não era injustificado. De fato, desde meados dos anos quarenta a economia cafeeira começara a superar a mais longa fase recessiva de sua história. Essa crise, como já vimos, vinha se estendendo desde o final da década de vinte e seus sinais perduraram até 1944, em decorrência da depressão econômica mundial, das cíclicas crises de superprodução e dos efeitos negativos da

<sup>27</sup> Citado em *O Paraná de 1953*, in: *Ilustração Brasileira*. Edição comemorativa do Centenário do Paraná. Rio de Janeiro, ano XLIX, n. 224, dez. 1953, p. 100.

<sup>28</sup> KRETZEN, João. *As grandes potências econômicas no Estado do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951, p. 1.

<sup>29</sup> *O Paraná de 1953...* op. cit., p. 102.

Segunda Guerra sobre os mercados consumidores internacionais. Com o término da guerra, a demanda mundial cresceu novamente, e num ritmo muito mais rápido que a oferta. Entre 1946 e 1953, enquanto o volume das exportações brasileiras se manteve estável, os preços triplicaram. O reflexo sobre a expansão do plantio no norte do Paraná foi imediato, e de modo muito mais acentuado do que ocorreu nas “regiões velhas”. Escreveu Verena Stolcke:

(...) os cafeicultores, especialmente em São Paulo, de início mostraram pouco entusiasmo pela notável recuperação do preço, e sua reação foi hesitante. No final dos anos 40, houve uma aceleração no ritmo de formação de novos cafezais. Mas foi sobretudo no estado vizinho do Paraná que agora mais se expandiu a cultura.<sup>30</sup>

De 1949 a 1953, ano em que o Paraná atinge o posto de segundo estado exportador do produto, atrás apenas de São Paulo, têm-se os maiores índices de plantio na região nova. Nesse quinquênio, a média de plantio foi de 135 milhões de cafeeiros por ano, segundo dados do Instituto Brasileiro do Café. Mas o plantio continuaria acelerado por toda a década de 50 e metade da década seguinte, expandindo-se num ritmo impressionante e atingindo uma situação de quase monocultura. A região era tomada completamente pela “paisagem quadriculada dos cafezais”, com “milhões de cafeeiros, de impecável alinhamento, inundando como um oceano verde o dorso das colinas e espigões, em ondas sucessivas, a perder-se de vista.”<sup>31</sup>

Em suma, ao longo dos anos cinquenta, o “norte do Paraná” se consolidou como o mais novo centro de gravidade da economia cafeeira, arrebatando aos paulistas a hegemonia no setor. Em 1948/49, São Paulo produzia 54,4% do café do país, enquanto o Paraná produzia apenas 10,2%. O ano de 1958 marcou o fim da primazia paulista. Em 1960, a cafeicultura paranaense respondia por 46,9% da produção do país, enquanto a de São Paulo representava agora 27,6%. A produção exportável do Paraná aumentou em 67% durante o período 51/59. “O Paraná em 1960 era responsável por quase um terço da

---

<sup>30</sup> STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: Homens, mulheres e capital. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 153/54

<sup>31</sup> COSTA, Samuel Guimarães da. Op. cit., p. 10.

produção mundial, metade da produção brasileira, quase o dobro da produção africana e três vezes a produção colombiana", resume José Roberto de Amaral Lapa.<sup>32</sup>

Mas na verdade, de um ponto de vista retrospectivo e a despeito de todo o entusiasmo que caracterizou os anos do ouro verde, o que se poderia chamar "o fausto do café" no norte do Paraná não foi senão um produto comparativamente efêmero de uma mudança conjuntural nesse setor da economia agrário-exportadora. A partir já do início dos anos sessenta, a ameaça de um novo ciclo de superprodução e baixa de preços, o perigo constante das "geadas negras" e a pressão da crescente concorrência de outros países produtores, frearam o ritmo de crescimento econômico iniciado pouco mais de uma década antes. Falar de uma "civilização do café" no norte do Paraná é, portanto, forçar um pouco a história. Em meados dos sessenta, a erradicação de cafezais e a diversificação das formas de exploração da terra e acumulação de capital eram fatos que marcavam o fim do novo e breve Eldorado cafeeiro. A partir de então, como uma espécie de tempo fabuloso, idade de ouro do lugar, essa época passaria a existir mais na memória das pessoas que a vivenciaram, constituindo um imaginário que impregna a cultura regional até os dias de hoje, do que como um ciclo duradouro na história econômica do Estado.

Mas apesar da efemeridade desse processo, seu impacto sobre a nascente sociedade de fronteira pode ser avaliado e, em alguns traços, reconstituído. É impossível, evidentemente, mensurar todos os aspectos e significados desse *boom* da cafeicultura na totalidade/diversidade da vida social. Nem é esse o objetivo deste trabalho. Seria mesmo bastante simplista reduzir toda a história a uma única transformação de natureza econômica. Mas, mesmo correndo o risco do determinismo, não seria menor pecado negligenciar essas mudanças. A importância que elas assumem nas representações que as pessoas fazem do passado local seria suficiente para justificar algumas investidas nessa direção.

---

<sup>32</sup> LAPA, José R.A. Op. cit., p. 53.

## CIDADE PIONEIRA & CIDADE MODERNA

"E dado ao desenvolvimento espantoso da cidade é que se entende o deslumbramento diante de um passado recente, onde o escuro do nada revela bem a grandeza da pequena história local."

José Maria Tavares de Andrade, *Ethos do pioneiro: notas de pesquisa*, 1978.

Não é difícil constatar a ocorrência de uma mutação essencial no universo dos pioneiros que construíam material e simbolicamente a região, e principalmente daqueles que habitavam sua capital, a cidade de Londrina. De "Pequena Londres" dos ingleses e cidade "ponta-de-trilho", Londrina passava a ser celebrada como nova capital do café, centro fervilhante do progresso e da modernidade no norte do Paraná:

O Paraná vive hoje o "ciclo do café". Nas terras do Norte, as mais férteis do globo, brotam cidades que rapidamente se consolidam em grandes centros econômicos e sociais. (...) Londrina é a mais importante das chamadas "cidades do café". Marcos prodigiosos da fecundidade das terras róxas do Paraná são em grande número, hoje, essas pupilas da fortuna e do progresso, para as quais "as estatísticas já nascem velhas". Onde recentemente eram densas matas, agora se erguem arrojados edifícios e se consolidam coletividades cultas e exigentes.

O gráfico do progresso sobe espetacularmente. Londrina que, em 1938, era apenas um montão de troncos de figueiras e perobeiras derrubadas a machado e fogo, dá hoje a impressão de uma capital regorgitante. Cerca de trinta casas bancárias tiveram de aí estabelecer agências para atender o volume dos negócios. Centenas de ônibus e aviões chegam e partem diariamente, sendo o aeroporto local o quarto do Brasil, em movimento.<sup>33</sup>

A maioria dos testemunhos da época, recheados de representações fáusticas, dão indícios de novos sentimentos em relação à cidade; cidade que por sua vez adquiria, de modo extremamente rápido, uma nova linguagem formal (arquitetônica e urbanística) e crescia a olhos vistos. Os novos códigos da vida urbana transformavam hábitos e costumes que eram a herança cultural dos primeiros habitantes. Vivia-se mesmo

<sup>33</sup> N/a, *O Paraná de 1953*, op. cit., p. 100.



a impressão de uma ruptura com a "sociedade de improviso" que caracterizara os anos de pioneirismo no sertão. Os signos do progresso são buscados em toda parte como prova histórica da consumação de um novo espaço-tempo social. Experimentava-se a impressão de uma aceleração vertiginosa do tempo histórico. Vencida a relativa letargia dos anos primordiais, em que o progresso e a riqueza permaneceram mais como potência latente nas entranhas da terra que como realização visível e concreta, a eufórica celebração do novo toma conta dos espíritos. A cidade era motivo de justificado orgulho, de ufanismo progressista e de um entusiasmo que atingia as raias do paroxismo. Anos dourados ou anos loucos do café, a década de 50 marcou o apogeu de um fausto meteórico na história local e regional. Como todo meteoro, estava condenado a passar; como todo fausto, por falso e excludente que seja, impregnou de imagens contraditórias as sensibilidades daqueles que vivenciaram a época e puderam deixar registros de suas experiências. No final da década, um jornalista de Curitiba faria um diagnóstico impecável, que refletia os significados que a maioria dos cidadãos atribuíam à "cidade milagre da civilização norte paranaense":

No fundo Londrina é uma cidade mítica. O mito do progresso tomou-a da cabeça aos pés. Expressando a vertigem do progresso (...) é uma cidade empolgada por si própria, mirando qual um novo narciso nos belos edifícios à sombra dos quais se acolhe ao entardecer.<sup>34</sup>

Apesar de ser uma cidade que nasce de um ideário típico do urbanismo moderno e de toda a técnica e racionalidade da "colonização moderna", é só no contexto da expansão cafeeira que seus habitantes vivenciarão um surto modernizador mais intenso, efetivo, consistente e acelerado. Para os moradores daquela clareira aberta na mata, modernização seria sinônimo de urbanização. O hiato entre as imagens cunhadas pelo *marketing* colonizador e algumas imagens da vida cotidiana é flagrante dessa não-identidade entre o discurso e a "vida real" ao rés-do-chão. Desde o início a colonização foi marcada pelos símbolos e pela racionalidade da civilização tecnológica: a ferrovia, verdadeiro ícone da modernidade; a intensa e sistemática propaganda imobiliária; o

---

<sup>34</sup> MATULEVICIUS, Sérgio. *Norte do Paraná: "Eldorado" do Brasil*. In: *Panorama*. Curitiba, nov. 1959, p. 15.

urbanismo geometrizar; o elogio do “cálculo frio e analítico” do planejamento dos ingleses, etc. Mas isso, pelo que se percebe nos documentos da memória, não se traduziu imediatamente no cotidiano das pessoas que vivenciavam a situação de fronteira como uma espécie de vanguarda da civilização. Como veremos, é só com o advento da explosão da cafeicultura - fato que coincide com o sentimento tipicamente beligerante de vitória definitiva sobre o sertão - que palavras como "modernidade", "progresso", "civilização" passarão a fazer sentido para a população local no dia-a-dia da cidade.

É a partir de meados dos anos quarenta, e sobretudo na década seguinte, que a cidade vai adquirindo, de forma marcante e extremamente rápida, uma feição imponente e uma certa monumentalidade arquitetônica e urbanística. Na imprensa e na literatura local, as palavras exprimem um frêmito novo. As imagens construídas buscam dar conta das mudanças da paisagem e da ambiência urbana: seus tipos, o movimento nas ruas, o trânsito intenso das pessoas que chegam e partem, as transformações nos hábitos e costumes, na moda, nos comportamentos. Chega a ser enfadonho, em todo tipo de publicação, as referências cotidianas às conquistas da vida urbana e aos novos foros de civilização alcançados pela cidade e seus cidadãos, vale dizer, pela sua elite social. No discurso das elites, a celebração hiperbólica da novidade: progresso, modernidade e civilização passam a ser termos corriqueiros e bandeiras de discurso em uma infinidade de ladainhas apologéticas que saturam as páginas dos jornais. Para muitos propagandistas incondicionais, o modelo de cidade tornara-se surpreendentemente uma cidade modelo. O povoado pioneiro, marcado pelas rugosidades do empírico, aparece como coisa velha e feia, coisa de um passado primitivo, ainda que muito recente. A cidade moderna aparece como exemplo de beleza redimida e maquiada pelo progresso:

Londrina já se torna a cidade modelo: arranha-céus, parques, bosques, praças e jardins aqui estão para demonstrar o bom gosto, a sensibilidade e a sutileza de espírito do povo londrinense. O forasteiro, incauto e desprevenido, surpreende-se e se abisma ao deparar com esta majestosa cidade, berço de trabalho fecundo, de lida constante e de progresso ininterrupto. (...) Quem a viu, há cinco anos passados, enrugada, feia,

dando os primeiros passos para o toucador de sua beleza, custa a crer no que se lhe depara agora.<sup>35</sup>

A fisionomia da cidade estava mesmo mudada. Em menos de duas décadas, de povoado improvisado e "caldeirão de malária", a cidade passava a ser celebrada como nova "capital mundial do café". O progresso econômico imprimia ao corpo da cidade novos traços e características, remodelando-a totalmente. Os cronistas e observadores buscavam confrontar as duas cidades e mensurar a descontinuidade que as separavam no tempo e no espaço:

A alta de preços do café nos últimos anos operou uma grande transformação na fisionomia da cidade. A febre de construção e a expansão da cidade que se fizeram sentir sempre de maneira intensa, acentuaram-se, principalmente a partir de 1948. Desse ano em diante, o ritmo de construções se acelerou de maneira notável. Quem viu Londrina em 47 e 48, e a vê novamente agora [1953], surpreende-se com o seu progresso e a sua expansão. A cidade hoje não só cresce verticalmente como avança pela periferia, conquistando os cafezais circundantes, que cedem lugar a novos e modernos bairros residenciais.

O centro comercial de Londrina, por sua vez, ganha em beleza e imponência, com seus magníficos edifícios de vários andares.

A paisagem urbana de Londrina tende assim a modificar-se para melhor. O centro da cidade, que, nestes últimos cinco anos, sofreu grande transformação, oferece hoje um aspecto diverso daquele de 1947, onde inúmeras casinholas de madeira constituíam ainda um testemunho da época do desbravamento, em que a preocupação era "fazer" às pressas uma casa para morar e para o negócio. Hoje os modernos prédios de Londrina são projetados por arquitetos famosos.<sup>36</sup>

Emergem nesse contexto uma gama de sentimentos novos em relação à cidade e à sua própria história. Os indícios de uma ruptura com o passado pioneiro são claros na passagem acima, assim como em muitos outros documentos da memória dominante. Na década de cinquenta, o tempo do pioneirismo havia ficado para trás: ele aparece como plenamente superado, ocupando, nas representações da época, uma categoria de tempo primordial, tempo mítico de fundação. A nova fisionomia da cidade atestava essa descontinuidade: as casinholas de madeira, testemunhos materiais da "época do desbravamento" faziam já parte do arcaico. Embora marcas de um passado recente, elas distoavam da paisagem por carregarem agora os sinais do antigo, marcas de uma

<sup>35</sup> CAMPOS, Avano. *Os vasos dos desejos. Folha de Londrina*, 11/12/55.

<sup>36</sup> N/a, *Londrina*. In: *Intercâmbio: revista cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Pro-Arte Brasil, ano XI, n. 7/9, 1953, p. 80.

situação superada. Se permaneciam algumas, eram enquanto resquícios do passado, sinal de um tempo que foi vencido pelo progresso material, lembrança bucólica de um espaço rústico que foi transformado "para melhor". Em seu lugar, a expansão vertical e horizontal da cidade, as novas tecnologias de construção e o refinamento dos padrões estéticos eram alçados, nessa periodização espontânea da história local, à condição de signos do novo. A trepidação urbana, o movimento congestionado do tráfego, a pujança arquitetônica e os melhoramentos urbanísticos eram itens corriqueiramente elencados para assinalar a nova condição da cidade e, indiretamente, a condição daqueles cidadãos privilegiados com o progresso. Pois não se pode esquecer que, como escreveu Pierre Monbeig, na frente pioneira "os sucessos urbanos eram ao mesmo tempo o triunfo dos indivíduos".<sup>37</sup> O progresso da cidade reforçava ideologicamente o individualismo liberal que caracterizara a "marcha dos pioneiros".

Na ânsia de expressarem as novas experiências da vida urbana, os literatos e jornalistas formulavam imagens que veiculavam metáforas da velocidade, do frenesi, do movimento, como numa câmera rápida. Imagens paradigmáticas da modernidade na "capital do norte do Paraná", da modernidade no sertão. Era esse um trabalho incessante, pois como descrever a cidade, traçar sua fisionomia e representar seus ritmos se as estatísticas nasciam velhas e as fotografias tiradas há meses se desatualizavam?

Londrina é uma cidade trepidante. Mais que o traçado das ruas e a tranquilidade ou o torvelinho das praças, o aspecto e a fisionomia dos habitantes, ou a própria paisagem de onde surgem, ela se individualiza e se define por um espírito de progresso que transcende seus elementos físicos. Com afã entusiasta, o bom gosto da geração atual está construindo uma cidade com características modernas, semelhante aos grandes centros. Não obstante seus poucos anos de existência, Londrina se renova: casas acanhadas são demolidas para dar lugar a outras de estilo arquitetônico funcional, moderno. E novos edifícios despontam em todos os quadrantes da cidade. Fotografias tiradas há meses desatualizam-se, pois que a fisionomia já não é a mesma. A razão do desenvolvimento ciclópico assinalado na capital do Norte do Paraná

---

<sup>37</sup> MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. de Ary França e Raul de Andrada e Silva. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984, pp. 357/58.

achamo-la, sem dúvida, nesta brava gente, que hoje, no ano jubilar de sua cidade, orgulha-se de ter erguido tão magnífica civilização.<sup>38</sup>

Mas se a cidade com características modernas era obra do "afã entusiasta" e do "bom gosto da geração atual", não deixava de ser o corolário do trabalho fundante da geração passada, conhecida e celebrada no senso comum como *pioneiros*. Mas quem seriam estes que tanto se orgulhavam por terem erguido as bases de "tão magnífica civilização"?

A questão do pioneiro ajuda a entender as mudanças (e permanências) que se verificavam na sociedade.

No contexto da cultura local, e na ocorrência comum e predominante do termo, o pioneiro seria aquele que participou ativa e efetivamente da implantação da agricultura "em plena mata virgem" e da construção das cidades novas no sertão; os heróis desbravadores que suportaram o duro destino de expandir as fronteiras da cultura e da civilização; aqueles que

como primeiros habitantes, se estabeleceram nas pequenas clareiras da mata, suportando duros ataques dos insetos, passando fome durante a revolução de 1932 [quando a região ficou sem ligação com São Paulo, seu principal centro abastecedor] e ficando muito tempo praticamente sem nenhuma ligação com a civilização.<sup>39</sup>

A figura do pioneiro, como apontou Tavares de Andrade há quase vinte anos, remete a uma época primordial na história da localidade: os anos iniciais de colonização e de origem da cidade. É personagem de um discurso e de uma memória consolidados *a posteriori*, depois que apareceu como vencida a fase do "desbravamento". O tema do pioneiro aparece com maior frequência a partir sobretudo da década de cinquenta, justamente o tempo forte do processo de constituição de uma memória histórica local. Seja individual ou social, toda memória é, por definição, ulterior ao objeto que representa. O trabalho social de constituição de uma memória histórica estabelece,

<sup>38</sup> BRANCO, Gustavo & MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata: documentário histórico*. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959, p. 372.

<sup>39</sup> NIXDORF, Oswald. *O município de Londrina faz vinte e cinco anos*. In: BRANCO, G. & MIONI, F. Op. cit., p. 59.

assim, uma dialética entre o passado lembrado e o tempo contemporâneo da lembrança.

Por um lado, na experiência da vida cotidiana, as novas condições sócio-econômicas e a concretude manifesta da cidade burguesa assinalavam, como vimos, uma ruptura com o tempo do pioneirismo, representado por oposições de imagens ao tempo presente: as imagens da cidade rústica contrapostas às da cidade modernizada pelo progresso. Por outro lado, no plano discursivo da produção de um conhecimento comum sobre o passado - espécie de "historiografia espontânea" - verifica-se a continuidade ideológica dos valores dominantes que orientaram a ação colonizadora: a crença no progresso e na livre iniciativa, a ética capitalista do elogio do trabalho e da busca do lucro, enfim, os valores disseminados por uma versão liberal da história. O pioneiro seria, nessa versão hegemônica, uma espécie de *self-made-man* que veio, viu e venceu, trabalhando não apenas para seu próprio progresso como também ou principalmente para o progresso coletivo.

A representação do pioneiro como herói colonizador faz parte daquele esforço de "colocar a primeira pedra nos fundamentos de uma tradição", na significativa expressão do imigrante alemão Oswald Nixdorf, ele próprio consagrado como legítimo pioneiro.<sup>40</sup> Fundamentos de uma tradição dos vencedores que, movidos por "férrea vontade", expandem as fronteiras da sociedade capitalista:

Dos esforços conjugados dos elementos alienígenas, vemos, hoje, a metrópole cosmopolita que urge, que rasga o chão na ânsia de se expandir, de se erguer aos céus, de se civilizar e de se transformar em um marco a servir de exemplo aos demais brasileiros, mostrando o quanto pode realizar a férrea vontade do pioneiro, daquele que, abandonando tudo, marca, na selva, o chão onde futuramente se levantará mais uma cidade, mais um posto avançado de civilização e, aí, crescerá nova comunidade social.<sup>41</sup>

Algumas características dessa invenção do passado são marcantes.

O passado construído pela memória do pioneirismo é um tempo uniformizado, homogêneo. Nele, a diversidade dos agentes sociais é nivelada num mito

---

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 59.

<sup>41</sup> N/a, *Folha de Londrina*, 27/12/52. Apud ADUM, S. Op. cit., p. 8.

frágil a uma crítica posterior, mas de perene eficácia ideológica até os dias de hoje: o mito de uma comunidade de destino que estaria na origem da cidade e que teria irmanado, num mesmo e único projeto, do mais alto capitalista ou fazendeiro ao último peão derrubador de árvores. A narrativa sobre a época pioneira não é, pois, uma modalidade "realista" de relato. Analisando o *ethos* do pioneiro londrinense, José Maria Tavares de Andrade foi o primeiro a sublinhar essa operação mitificante do discurso sobre o pioneiro e a época do pioneirismo. Essa característica é particularmente presente na rememoração do trabalho e das condições de vida ante uma natureza "inóspita":

No que se refere a Londrina como a outras cidades relativamente antigas da região, a dureza do trabalho ou as condições precárias de vida não são evocados em sentido realista. Este aspecto da vida primordial é comemorado, é verbalizado em referências indiretas e em tom de comicidade e de gratuidade quase lúdica. (...) Essa dureza do trabalho no tempo primordial é recordada como nivelando a todos. A lama passava entre os dedos do pé do pobre e entre os fiadores da bota do mais rico. (...) O relato comemorativo dos primeiros tempos é um relato mítico, unificador da realidade social, cujo mérito [pelo progresso da cidade] fica canalizado para os que viveram a dureza do trabalho primordial e depois puderam contá-la. Trata-se do trabalho de todos como referência a uma realidade que ditava condições semelhantes para os mais pobres e para os mais ricos, sendo entretanto recolhido da memória de uma categoria social bem delimitada para ser rememorada como tendo um mérito especial.<sup>42</sup>

A memória do pioneirismo constrói ou solidifica a idéia de uma origem comunitária na qual a violência cotidiana, as diferenças e conflitos de interesse entre os indivíduos, grupos e classes sociais são obliterados em proveito da grande e harmoniosa família pioneira. O próprio meio físico (o sertão, a natureza selvática) desempenha um papel importante nessa construção simbólica. A fase de pioneirismo - ou, melhor dizendo, a fase a que a memória coletiva do pioneirismo remete - é aquela em que "o homem dá batalha à floresta", segundo a imagem cunhada por Monbeig.<sup>43</sup> A estratificação, a posição de classe e a diversidade de interesses são ofuscadas ante a presença poderosa do grande inimigo comum, a natureza a ser vencida. Segundo essa leitura do passado, teria

<sup>42</sup> ANDRADE, José Maria Tavares de. *Projeto ethos do pioneiro: notas de pesquisa*. Londrina, s/d., datiloscrito, s/p.

<sup>43</sup> MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, ano III, n. 25, abr. 1945, p. 11.

havido nesse tempo uma espécie de pacto social constitutivo da própria cidade, sob o qual se uniram os pioneiros para "enfrentar as asperezas da mata virgem". Escreveu o russo Eugênio Larianoff, um dos mais antigos funcionários da CTNP:

Formava-se assim uma comunidade *sui generis* (...), briosamente de sua independência, operosa e solidária entre si. Todos se conheciam e todos eram bons amigos, visto que não havia nem pobres nem ricos, apenas gente que veio lutar e vencer.<sup>44</sup>

Essa imagem ideal de uma população amalgamada e uniforme persistiu mesmo entre observadores mais distanciados e críticos. Em 1953, descrevendo a fisionomia dos habitantes de uma nova "cidade cogumelo" da região, Arnaldo Pedrosa d'Horta escrevia:

E houve-se menos as reclamações de explorados, porque soam mais alto as vozes de desbravadores. As classes sociais não se estratificaram, a sociedade está sendo construída como a própria cidade. É aos olhos de todo mundo que se processa a colocação de tijolos como a ocupação de cargos e a acumulação do dinheiro.<sup>45</sup>

Mesmo reconhecendo que, entre aqueles "que chegaram primeiro", existiu um pioneiro anônimo que mereceria ser lembrado, em geral o estatuto de pioneiro foi atribuído a uns tantos nomes próprios e resguardado para um grupo tornado historicamente ilustre. Trabalhadores, mulheres, negros, pobres, prostitutas, entre outros grupos excluídos da história, nunca participaram da seleta epopéia dos heróis, a não ser como figurantes sem fala. Tavares de Andrade observou que os indivíduos considerados pioneiros foram em geral pessoas que tiveram uma certa influência, como elite na cidade. Essa elitização no processo de escolha e construção da imagem do pioneiro é bastante evidente:

Poderíamos dizer que se, por um lado, admite-se facilmente que é necessário, por exemplo, ser rico ou ter vencido na vida para ser considerado pioneiro, por outro lado efetivamente pouco se sabe do que fizeram ou pensavam os pioneiros pobres. Falava-se inclusive do

<sup>44</sup> LARIANOFF, Eugênio. *Instalação do Município de Londrina*. In: *Boletim do Museu Histórico Pe. Carlos Weiss*. Londrina, n. 05, 1985, p. 15.

<sup>45</sup> D'HORTA, A. P. *As cidades cogumelos...*, op. cit., pp. 15/16.



"piotário" como o que não venceu, [ao contrário do] pioneiro, o que cresceu com a cidade, sendo lembrado, comemorado e reconhecido.<sup>46</sup>

Conquistando uma nova posição social ou consolidando uma situação de elite, os estratos dominantes - os ricos de origem e os novos-ricos com o café -, estabeleceram, numa demonstração inequívoca de poder, os parâmetros ideológicos para a interpretação da história local, identificando-a com a história de seu progresso enquanto grupo ou classe social. Sabe-se que a exclusão da história é um desdobramento de uma posição subalterna ou marginal na hierarquia da sociedade. Ela faz parte dos mecanismos de formação de uma memória histórica hegemônica, que é a versão que os vencedores impõem do passado, versão que legitima sua dominação no presente. Em seu romance *Shame (Vergonha)*, Salman Rushdie escreve que os fracos, os anônimos, os derrotados na luta, deixam poucas marcas na história, e que a própria história "só ama aqueles que a dominam", numa espécie de "relação de escravidão mútua."<sup>47</sup>

Assim, não é de estranhar que nas formas aparentemente mais ingênuas e gratuitas de conservação da memória, esteja posta a problemática do poder e da dominação de uns estratos sobre outros da sociedade. A definição daquilo que deve ser recordado e comemorado e daquilo que, ao contrário, deve ser relegado ao esquecimento pela memória histórica, revela assim seu significado profundamente político. Como escreve Jacques Le Goff, a memória coletiva é sempre posta em jogo na luta das forças sociais pelo poder. O poder de manipular, consciente e/ou inconscientemente, a memória coletiva é particularmente importante para os dominadores de todos os tempos, pois

tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da

<sup>46</sup> ANDRADE, J.M.T. de. *Projeto ethos do pioneiro...*, op. cit., s/p.

<sup>47</sup> Citado por HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 159.

história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>48</sup>

É, portanto, nessa fase de bonança da década de 50 que se delineia de forma mais nítida o discurso do pioneirismo como a versão ideológica local dos vencedores: o pioneiro como herói de uma colonização comandada pelo espírito do liberalismo econômico, pela ação da iniciativa privada, pelo “triunfo dos indivíduos”.

Nos anos do "ouro verde" aparece como realizado o que até então permanecera mais como virtualidade nas entranhas da natureza do que como realidade manifesta, concreta, palpável e visível: o sonho de progresso e riqueza que alimentou desde o início a febre colonizadora. Nesse jogo de contrastes e oposições, o passado foi rememorado como uma projeção às avessas do presente; presente por sua vez representado como momento de superação das rusticidades da *urbs* primitiva e de consumação dos sonhos que estiveram nas origens dela. Pois que o sentimento do presente é intrínseco ao ato de rememorar: nessas comparações "a recordação torna-se então um meio de interrogar o atual, mediando-o pela visão de um outro tempo."<sup>49</sup> O trabalho de rememoração representa o passado como um tempo de inércia das coisas, um período de estagnação e improvisação aventureira da própria vida nas fronteiras do mundo. Nesse tempo das origens, todo o progresso e modernidade atualizados permaneciam como potência telúrica e a própria manutenção da vida tinha que ser arrancada à natureza às custas da dura faina "de todos". Os anos do café significavam que o tempo e o espaço sociais assumiam uma nova forma e um novo conteúdo; que a natureza "inóspita" e o mundo "bruto" do sertão rendiam-se vencidos aos agentes civilizadores.

Na verdade, esse sentimento esteve presente para além do círculo reduzido dos ricos e novos-ricos. As mutações fisionômicas da cidade - ali, à vista de todos -, assumiam, mesmo para aqueles que não enriqueceram no novo Eldorado, o significado da

---

<sup>48</sup>LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 426.

<sup>49</sup> GONÇALVES FILHO, José Moura. *Memória e sociedade*. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, vol. 200, 1991, p. 62.

superação concreta do tempo pioneiro e da vida (sobre)vivida no sertão. Os visitantes não se cansaram de anotar o ufanismo geral e o orgulho desmedido que o londrinense tinha em relação à cidade. Esse ufanismo, contudo, encontrava nas elites sua expressão mais ensandecida.

Ao final desse processo, duas épocas históricas bastante distintas são constituídas. E é importante observar, quanto a esse ponto, as ambivalências e ambigüidades que aparecem nas representações da natureza, pois o confronto com a natureza é um fato social básico da constituição dessa memória.

Ao mesmo tempo em que se celebra, à maneira de Caminha, a exuberância da vegetação nativa, a fertilidade da terra roxa e a riqueza de seus frutos, a memória pioneira tende também, num outro contexto, a construir a imagem do sertão bruto, inóspito e bravio, o inimigo a quem se teve de dar luta sem trégua, vencer e domar. Monbeig já acenara para esse fato ao observar que, na zona rural, o “desbravamento” é “uma tarefa individual, na qual o sitiante, levado pelo desejo de semear, *considera a floresta mais como uma dificuldade a superar do que como um recurso possível.*”<sup>50</sup> O mesmo poderia ser dito quanto aos trabalhos de formação dos núcleos urbanos. Assim, por uma lado, no imaginário construído sobre a nova região - e na própria propaganda formal e informal desencadeada pelo projeto colonizador, do qual a produção imaginária não se separa, como veremos mais adiante - , a natureza, vista do ângulo de seu potencial produtivo, aparece como lugar paradisíaco, de forma quase edenizada: é a Terra da Promissão, nova Canaã, preñe de tesouros latentes para os que pudessem comprá-la e se dispusessem a cultivá-la. Por outro lado, nos flagrantes de memória que evocam a experiência do desbravamento e certos momentos da vida cotidiana, a natureza assume os contornos e os matizes de um “inferno verde”. Ressalta-se, nessas imagens, a brutalidade do sertão inculto, a rusticidade, improvisação e precariedade dos modos de vida, a dureza do trabalho de derrubar as matas, implantar a agricultura e construir a cidade; enfim, a tarefa hercúlea de consolidar um posto avançado de civilização. As asperezas do espaço e

---

<sup>50</sup> MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros...*, op. cit., p. 247, sem grifos no original.

as rusticidades e carências da vida cotidiana são atributos estendidos a toda uma época: a "época dos pioneiros". Vários relatos narram a saga dos desbravadores que chegavam "em lombo de burro, coçando picada de mosquito e lutando duramente com os carrapatos."<sup>51</sup>

Nas passagens que remetem aos primeiros anos de constituição da cidade, as características da natureza assumem por vezes o significado de uma verdadeira provação, um desafio a que só "gente de têmpera", "homens não adamados", enfim, "genuínos pioneiros" poderiam suportar e vencer. O pioneiro francês Ludovico Surjus, agrimensor da Companhia de Terras, compararia "a luta e sofrimento dos primeiros pioneiros" a experiências-limites como a guerra e o campo de concentração. Nessa mesma luta e sofrimento estariam as causas de uma rara fraternidade comunitária:

Luta que tinha uma grande compensação, que ficou gravada no coração daqueles que viveram naqueles tempos: uma fraternidade, um calor humano como só se encontra igual raramente na vida da humanidade: nas trincheiras dos combatentes, nos campos de concentração e de refugiados na famosa Legião Estrangeira, onde o lema era um por todos e todos por um. <sup>52</sup>

Esse tipo de reminiscência remete a uma espécie de tempo de purgação que os heróis tiveram que passar, quando a riqueza e o conforto não eram mais que uma miragem acalentadora no deserto verde, uma motivação projetada num horizonte onírico. As imagens que dizem dos sacrifícios, das peripécias, das privações e suplícios assumem um mesmo padrão funcional nesses relatos e depoimentos: como nas epopéias clássicas, o grau de dificuldade dos obstáculos valoriza o empreendimento do herói:

Um punhado de homens e poucas mulheres viviam nestas pequenas ilhas, verdadeiras células de germinação do futuro desenvolvimento fantástico do nosso setentrião paranaense (...). Uma vida de sacrifícios, porém cheia de confiança para o futuro. Parece que esta época dura implantou no homem e na mulher do Norte do Paraná esse espírito de pioneiro, de aguentar, de lutar, de trabalhar e de confiar no futuro que até hoje é característico do povo do Norte do Paraná. <sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Roldão de et al. *Era uma vez o norte ou as coisas que aconteceram depois que o café chegou*. In: *Documento sobre o café*, suplemento especial publicado pela "Folha de Londrina" em 22/08/73, s/p.

<sup>52</sup> SURJUS, Ludovico Gimer. *Palestra proferida no Rotary Club de Londrina*. In: *Revista do Rotary Club de Londrina*, 17/08/67, p. 3

<sup>53</sup> NIXDORF, Oswald. *A revolução de 1932 no Norte do Paraná*. In: COUTINHO, H.P. *Londrina, 25 anos de sua história*. São Paulo: Edição Comemorativa do Jubileu de Prata, 1959, pp. 26/27.

Tratam-se, em suma, de representações típicas de colonizadores sobre o período do *desbravamento* - e essa palavra, empregada para demarcar esse período primeiro, comporta toda uma carga de investimento simbólico. Não se trata, evidentemente, de dizer que essas representações da natureza como martírio do pioneiro sejam falsas ou que não tenham nenhuma base empírica na realidade vivida; que são produtos de uma "pura" imaginação, sem referente nenhum na efetividade da experiência. Não é porque fazem parte de uma rememoração mitificante - e seria o caso de perguntar se existem rememorações "realistas" - que são necessariamente falseadoras da história. O critério de falsidade não se aplica aos fenômenos da ideologia ou do imaginário. Se, conforme gostam de dizer os antropólogos, o real é tão imaginado quanto o imaginário, essa separação dicotômica entre imaginação e realidade, verdade e ilusão, perde um pouco a razão de ser.

Na verdade, uma análise mais minuciosa revelaria que essas imagens do "inferno verde" ou do "sertão fora-da-lei" (outra forma comum de representação negativizante dos primórdios da região) não foram e não são muito frequentemente evocadas. A memória hegemônica prefere selecionar e acentuar aqueles traços mais concordantes com o "discurso da felicidade" que se imprimiu à história local. Veremos mais adiante que a intensa propaganda detonada pelos agentes do capital colonizador para atrair compradores de terra e mão-de-obra para a região contribuiu para obliterar, numa espécie de recalque mnemônico, aqueles aspectos que constituíam um verdadeiro *anti-marketing* para o povoamento: as doenças e febres palustres, a precariedade da infraestrutura básica original, os conflitos e a violência cotidiana que muitos observadores não deixaram de comparar ao *far west* norte-americano.

De qualquer forma, é bastante evidente que, para os habitantes da cidade nos anos cinquenta, as condições materiais e psicológicas da sociedade de fronteira, vivida e representada como vanguarda da civilização, apareciam como plenamente superadas. O sertão inóspito fora vencido. A humanização da natureza era um trabalho findo; a floresta, um inimigo derrubado. As novidades do progresso e da modernização eram celebradas ritualisticamente sempre que apareciam oportunidades. E oportunidades

não faltavam para as elites sociais que detinham o monopólio discursivo sobre a cidade e sua história.

Existiam muitas razões para essa celebração. De fato, toda a região ao norte do estado estava ocupada pelos pioneiros do capital. A majestosa selva tropical dominada e quase que totalmente substituída pelo ininterrupto "tapete verde de cafezais" e por uma miríade de cidades e patrimônios "fervilhantes de gente". A grande vitória sobre a natureza engendrava imagens aterradoras:

Quando não se está em meio às plantações viçosas e verdejantes, que se abrem apenas para dar passagem à estrada de rodagem, a paisagem dessa região é singularmente sombria. Nos topos das colinas vemos, à volta, sôbre outras colinas que se desdobram ao redor, os marcos que lembram a antiga floresta, destruída para dar lugar à civilização. Ficaram apenas aqueles paus secos e tristes, tortos e esgalhados, túmulos requeimados da mata que antes ali dominava. Parecem esses papéis dilacerados de fogos de artifício explodidos.<sup>54</sup>

Mas a euforia do café redimia todas as barbáries - contra a natureza e contra os homens - e sufocava todas as melancolias. A fronteira demográfica finalmente coincidia com a fronteira econômica. A retaguarda da civilização incorporara totalmente sua vanguarda. Já plenamente integrada aos mercados capitalistas (interno e externo), a dinamização da economia regional acelerava o processo de mudanças no pequeno grande universo dos pioneiros. Nas palavras do romancista Tadeu França,

Era a orgia do café que contagiava a todos porque era sinal de que o dinheiro haveria de correr em abundância até regar completamente aquela terra roxa, fazendo com que dela brotassem escolas e igrejas, arranha-céus e mansões, casas de jogos e cabarés.<sup>55</sup>

Em 1956, Vicente Barroso, em seu livro-reportagem *O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sôbre o dinheiro*, buscou caracterizar, a exemplo de tantos outros observadores, a mudança essencial que ocorrera em tão curto período de tempo. Às imagens evocativas do sertão primitivo, Barroso contrapunha a descrição de uma "civilização a jato". A abundância de superlativos e o recurso a metáforas da velocidade são dignos de nota, mas não constituiu uma originalidade do autor: eram estratégias

<sup>54</sup> D'HORTA, A.P., *As cidades cogumelos*, op. cit., p. 16.

<sup>55</sup> FRANÇA, J. Tadeu. *Luzes negras do submundo*. São Paulo: L. Oren, 1973, p. 27.

literárias comuns à grande maioria das inúmeras narrativas que discorrem sobre a cidade e a região. Escreveu Barroso:

(...) o Norte do Paraná não é o sertão de que os ignorantes ou mal intencionados falam. Não é o sertão cheio de bugres, de feras, de doenças; sem comunicações, sem recursos de espécie alguma... Não. Nada disso. Já foi. E que mal há nisso? (...) Qual o "louco" que ousaria criticar o Brasil de 1500? Logo, (...) êsse Norte é uma revelação estupenda de uma civilização "a jato" e de um progresso "a galope"... de que as numerosas e movimentadíssimas cidades; os incontáveis patrimônios, o intensíssimo tráfego, a incalculável produção lavourística, os oceanos de cafeeiros, as ondas daquele mar humano que avança incontido, rumo ao oeste... são a prova mais evidente.<sup>56</sup>

Um ano antes, o jornalista David Nasser discorria, nas páginas d'*O Cruzeiro*, sobre esse segundo tempo na história local. Também para ele, os "tempos bravios" haviam ficado para trás. Depois de "passada a época do desbravamento e do plantio", era chegada a hora da "colheita". Aos poucos, a sociedade ia se sedimentando, criando "raízes profundas" e fundando "a verdadeira aristocracia da terra roxa":

O Norte do Paraná deixou de ser a terra selvagem dos pioneiros. Não é nada do que à distância se supõe. Aqueles tempos bravios estão longe (...). Passada a época do desbravamento e do plantio, aproximava-se a da colheita. O Norte do Paraná ia se transformando aos poucos numa região de fazendeiros pacatos e de boa palavra, que aos domingos levam a família à igreja e casam as suas filhas entre si, na linhagem dos "mayflower" que chegaram de jipe e teco-teco.<sup>57</sup>

Com a explosão da cafeicultura, os produtos da riqueza econômica deixavam de ser apenas uma potencialidade da natureza ou um conteúdo da propaganda colonizadora para tornarem-se palpáveis, concretos, visíveis aos olhos de quem quisesse ver. A "civilização do norte do Paraná" deixava de ser um sonho dos heróis pioneiros para se tornar uma evidência insofismável na cabeça dos escrevinhadores mais delirantes, que amplificavam os sentimentos correntes do cidadão comum.

O progresso em ritmo acelerado, as mutações súbitas da vida social, as mudanças fisionômicas da cidade aparecem com o grau de paroxismo das "corridas" ou "febres" que caracterizaram os surtos econômicos em regiões de fronteira civilizatória.

<sup>56</sup> BARROSO, Vicente. *O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre o dinheiro*. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1956, p. 154.

<sup>57</sup> NASSER, David. *Gedada*. In: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 01, 22/10/55, p. 25.

Em seu livro de memórias, Booker Pittman evocaria as imagens dos filmes de Hollywood sobre as corridas do ouro e do petróleo para expressar a movimentação que se presenciava na cidade: "Londrina era, exatamente, como nos cinemas, só que, em vez do estouro do ouro ou do petróleo, era a corrida do café."<sup>58</sup>

A propósito das relações entre o espaço e a mudança social, Maurice Halbwachs observa que um grupo urbano "não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das ruas e dos edifícios permanece idêntico" ao que fora no passado.<sup>59</sup> A alteração da fisionomia da cidade, portanto, torna-se assim não apenas um índice das transformações sociais objetivas, mas um lugar privilegiado da "leitura" dessas transformações pelos agentes sociais que participam da experiência urbana. Em Londrina, nos anos cinqüenta, as mudanças na paisagem e na ambiência urbanas eram ditadas, em parte, pelo bovarismo dos novos ricos. Tadeu França descreveu, sem muitos retoques e de maneira um tanto caricata, esses novos personagens:

Homens pouco elegantes, metidos em ternos de casemira importada e orgulhosos com seus anéis de brilhante, dificilmente seriam reconhecidos à primeira vista como os humildes matutos que ali chegaram famintos e desejosos de uma vida melhor (...). Eram os novos magnatas do café que instalavam belas mansões nas ruas principais da cidade e os poderosos donos do dinheiro que garantiam o sucesso das construções dos arranha-céus que ornamentavam a capital mundial do café. Automóveis caríssimos que utilizavam para os seus passeios davam-lhes um ar de proprietários da cidade.<sup>60</sup>

Ao mesmo tempo, essa "era de bonança" que veio na esteira do café foi marcada pelo aumento significativo do grau de absenteísmo dos proprietários rurais. Esse fato é marcante não apenas em relação aos grandes fazendeiros tornados "reis", "príncipes" e "comendadores" do café, mas também de plantadores menores que, elevados a um *status* de novos "ricos-patrões-pobres", cediam à "miragem da vida cômoda na cidade".<sup>61</sup> A cidade do imprevisto, da carência e do desconforto era remodelada para

<sup>58</sup> PITTMAN, Booker & PITTMAN, Ophélia. *Por você, por mim, por nós*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p. 138.

<sup>59</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p. 134.

<sup>60</sup> FRANÇA, J. T. *Luzes Negras...*, op. cit., p. 27.

<sup>61</sup> Cf. o romance de Joaquim Carvalho da Silva, *Pau d'alho*, Londrina: Ed. da UEL, 1984, pp. 29/30. Monbeig observou que o rápido crescimento e animação das cidades pioneiras "agem como estimulantes e constituem



abrigar seus novos grupos dominantes e das classes médias. Se, na memória dos pioneiros, os ranchos de palmito e as casas tôscas, a poeira vermelha e a lama grudenta assumiam a função de signos da cidade rústica ou da própria sociedade pré-urbana, os novos tempos exigiam símbolos e signos novos, capazes de expressarem uma nova linguagem urbana: a linguagem da moderna cidade burguesa.

Essas mutações sócio-urbanas se processavam naquele contexto de otimismo que caracterizou os "anos dourados" no Brasil. Findara-se a experiência traumática da Segunda Grande Guerra, que havia imposto uma economia de arrocho mesmo para os países não diretamente envolvidos no conflito. Difundido pela indústria cultural, o *american way of life* acenava às massas uma nova era de prosperidade e progresso: mesmo no Brasil, país marcado pelo subdesenvolvimento e pela dependência, ampliavam-se os paraísos artificiais do consumo. Os bens de consumo durável (eletrodomésticos, carros, etc.) encantavam amplos setores da classe média, chamada a participar mais efetivamente da sociedade de consumo. A televisão chegava para marcar uma nova era na comunicação de massa. O clima político também inspirava otimismo: o país respirava os novos ares da "redemocratização" - esse curto parêntese democrático entre duas ditaduras, a do Estado Novo e a militar. Ensaaiava-se um novo surto desenvolvimentista que se encarnaria na figura de Juscelino Kubitschek e no projeto de crescimento de "cinquenta anos em cinco." Em suma, um sentimento de aceleração da *dynamis* histórica foi marcante na sensibilidade da época. Assim, o discurso público quase obsessivo do poderio econômico regional encontrava eco e modelo na ideologia estatal desenvolvimentista dos anos cinquenta, o que só fazia exacerbar ainda mais o pendor natural dos ideólogos do "norte do Paraná".

Em nível regional, observava-se uma maior circulação de mercadorias produzidas nos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo. Tinha início um processo de sofisticação urbana que marcaria toda a década de cinquenta. Amélia Tozetti Nogueira sintetizou o clima de novidade que tomava conta dos cidadãos:

---

motivos de orgulho para os homens do campo, muitos dos quais acabarão experimentando o fascínio da cidade." Ver *Pioneiros e fazendeiros...*, op. cit., p. 337.

Uma nova etapa... O centro se moderniza, sorveterias para se passar algum tempo, um famoso salão de chá um pouco mais elitizado, restaurantes e churrascarias. Além dos "footings", uma distração a mais: as novidades expostas em vitrines cada vez mais atraentes. As pessoas adoravam dizer: "você comprou na..." (...) Próximo ao marco zero, as vendas continuavam atendendo aos fregueses do sítio, que timidamente adentravam as portas do consumo, à medida que o café produzia e tinha preço.<sup>62</sup>

O surto modernizador da cidade acompanhava o crescimento das safras e oscilava conforme o aumento ou a baixa dos preços do café no mercado externo. Num ritmo extremamente acelerado, a nova "metrópole cafeeira" ia perdendo suas feições agrárias e abrindo alas para uma elite de pioneiros aburguesados e seus descendentes:

(...) a cidade adquiria outra aparência: carros e jardineiras já circulavam pela cidade, e apesar do barreirão existente onde é hoje a avenida Paraná, elegantes fazendeiros já desfilavam de ternos de linho branco e piteira na mão. (...) Enfim, Londrina deixava de ser "boca de sertão" e "caldeirão de malária" e adquiria importância na economia nacional. De lá para cá foi como um furacão: rasgaram-se estradas, o café vicejou até nos jardins dos palacetes da avenida Higienópolis, os primeiros clubes surgiram (...), os filhos de fazendeiros que haviam ido estudar em São Paulo e na Europa começaram a voltar e estabelecer-se em Londrina, apareceu o primeiro aeroporto, governadores e ministros visitaram Londrina, etc, etc, etc... Estava vencida a inospitabilidade das matas e do desbravamento.<sup>63</sup>

Assim como os lugares e ambientes centrais, os espaços marginais também se transformavam. Os anos do café inauguraram uma nova fase na história da boemia e da prostituição na cidade. À medida que os cafezais produziam e as safras alcançavam bons preços, os territórios do meretrício cresciam, diversificavam-se e se tornavam mais sofisticados. Nos anos cinqüenta, a riqueza da cafeicultura patrocinava o luxo dos bordéis e o refinamento da prostituição. Distoando do mercado popular do sexo, os primeiros bordéis granfinos apareceram no final da década de quarenta, tornando-se redutos boêmios de uma clientela mais elitizada, principalmente dos "magnatas do café, orgulhosos e felizes em pagar noitadas de farras nos inferninhos e cabarés."<sup>64</sup> O meretrício subia de padrão. É muito contrastante, nos registros de memória, as descrições dos primeiros ranchos da zona de meretrício e as descrições da suntuosidade dos grandes

<sup>62</sup> Citada na crônica *O primeiro picadão*, In: *Branco & Preto*, Londrina, n. zero, ago/set. 1986, s/p.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Roldão et al., op. cit., s/p.

<sup>64</sup> FRANÇA, J.T. *Luzes negras...*, op. cit, p. 39

bordéis dos anos cinqüenta. “Casas de tolerância” como as de Diana, Laura, Esperança, Dagmar, Cidica, tornavam-se “as casas alegres mais ricas e famosas dentro e principalmente fora de Londrina.”<sup>65</sup> A febre boêmia fazia parte da febre geral do progresso: como num passe de mágica, a Nova Canaã transformava-se na Nova Babilônia, a Pequena Londres tornava-se *la petit Paris*. Muitas cafetinas pioneiras enriqueceram na onda do café e passaram a embalar melhor o produto que transacionavam. Com isso, a prostituição ganhava um banho de loja. Os vestidos finíssimos, os sapatos caros, jóias, etc., passaram a adornar os corpos das meretrizes. Os interiores dos bordéis ganhavam em ostentação e luxúria calculada. As cafetinas mais poderosas deram início a um sistema de “importação” das melhores e mais lindas profissionais do *metier*. Tudo para agradar a uma clientela que se tornava mais exigente em todos os aspectos, “que pagava alto e queria novidade”, como escreveu João Antonio. Nesses espaços do prazer que escapavam dos códigos convencionais de moralidade, a elite boêmia e as “prostitutas de alto bordo” podiam praticar novas formas de sociabilidade e erotismo. A exigência por novidades, portanto, atingia também o lado da fruição dos prazeres: novidade de corpos, propiciada pelo ininterrupto rodízio montado pelas grandes casas; novidades eróticas e estéticas, da indumentária das “meninas” ao famoso quarto de espelhos, dos shows eróticos e artísticos à decoração do lupanar; novidades de experiências de êxtase, proporcionada pelas drogas que penetram na cidade via bordéis. Não faltará oportunidades para que esses temas sejam retomados mais adiante.

Pode-se afirmar que até meados dos anos quarenta os aspectos bucólicos suplantavam os propriamente urbanos na paisagem geral e na vida cotidiana da cidade. Os padrões arquitetônicos são ilustrativos a respeito: excetuando-se umas poucas residências mais grã-finas, as vistas panorâmicas das duas primeiras décadas de sua história assemelham-se a retratos de bairros populares, com um conjunto arquitetural baixo, modesto e pouco diferenciado em sua linguagem formal. Símbolo de progresso,

---

<sup>65</sup> ANTONIO, João. Os anos loucos de Londrina. **Panorama** (Edição Histórica). Londrina, mar. 1975, p. 24.

nenhum prédio com mais de dois pavimentos aparece como destaque.<sup>66</sup> Em ritmo mais ou menos moderado, a cidade crescera horizontalmente até então, mas não verticalmente. A verticalização da cidade, que só terá seu começo nos anos iniciais da década de 50, será celebrada justamente como um dos marcos de uma nova espacialidade e um dos índices de descontinuidade com o passado pioneiro: cada edifício que subia era uma cunha abrindo brechas no tempo, separando a cidade rústica dos pioneiros da cidade moderna e civilizada nos moldes burgueses.

É desnecessário lembrar que essa oposição entre rusticidade e urbanidade é de muito longa duração na história ocidental, não constituindo, obviamente, uma característica exclusiva da colonização da região. Na verdade, falar em “cidade rústica” é uma contradição nos termos. Em sua origem latina, a palavra *urbs* evocava a cidade por excelência, ou seja, Roma. Por extensão, o adjetivo *urbanus* passou a caracterizar tudo o que se vinculava ao mundo citadino, em oposição à idéia de *rusticus*, que alude ao campo, ao que é rude, inculto e grosseiro. De forma análoga à cidade latina, a *pólis* grega se afirmou em oposição à noção de *barbárie*: a concepção grega opunha a *pólis* civilizada à barbárie dos não urbanizados.<sup>67</sup> De modo que enquanto o conceito do rústico remete ao mundo natural em estado bruto - ou à predominância desse mundo natural -, o conceito de cidade remete a uma natureza plenamente humanizada, transformada a tal ponto de poder ser chamada de uma “segunda natureza”, aquela criada pela cultura humana. É evidente também que com a “civilização burguesa” - que levou a cabo, como em nenhum outro momento da história, uma predação sistemática da natureza -, essas antigas oposições ganharam conteúdos novos.

Esse sentimento é perceptível em muitos registros, principalmente nos depoimentos orais: o domínio sobre o “sertão bruto” ainda não atingira plenamente as sensibilidades dos que participavam da empreitada civilizatória. Até aquela verdadeira aceleração da história promovida pelo *boom* cafeeiro, a urbanização e a modernização da

<sup>66</sup> Ver, entre muitas outras fotografias, a “vista parcial de Londrina nos anos quarenta”, foto reproduzida no *Boletim do Museu Pe. Carlos Weiss*. Londrina, n. 08, 1983, p. 15.

<sup>67</sup> Para a *urbs* latina, cf. FERRAZ, J.C. de Figueiredo. *Urbs Nostra*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 348; para a *pólis* grega, cf. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 35.

sociedade apagava de modo relativamente lento os elementos "agrestes" da paisagem.

Monbeig registrou assim os primeiros passos dessa evolução:

Em 1935, a textura muito fraca de suas casas, ao longo das ruas mal definidas, parecia bem frágil no seu quadro florestal. Entre 1937 e 1940, a vida urbana incrementou-se graças à instalação das primeiras indústrias e dos bairros operários ao norte da estrada de ferro. Ao mesmo tempo o coração da cidade desenhava-se na avenida Paraná e eram construídas as primeiras residências burguesas.<sup>68</sup>

Contudo, a superação da "inospitabilidade das matas e do desbravamento" e um certo robustecimento inicial da vida urbana eram progressos insuficientes para criar aquele frenesi nas sensibilidades dos habitantes, fato que só se verificaria nos anos seguintes com a intensificação do processo modernizador. A natureza violentada teimava em resistir à dominação. Novos batalhões de pioneiros chegavam de machado em punho para combater as perobas, as figueiras e os pau d'alhos. Na cidade, a breve era dos ranchos de palmito fora sucedida pela era das casas de madeira. Tudo era instável e provisório. Apesar da onda humana que começava a engrossar (e entornar) o caldo populacional, os movimentos da *urbs* tinham ainda muito daquele ritmo típico do mundo rural e das cidadelas interioranas. Assim também os flagrantes da vida cotidiana nas formas de lazer, que permitem essas mesmas analogias e correspondências. Alguns exemplos entre muitos: o *footing* na rua principal depois da missa domingueira, em que moças e rapazes passeavam de um lado para outro ao som do alto falante; os piquiniques em família às margens do ribeirão Três Bocas, as pescarias e as caçadas, as quermesses na igreja matriz, as serenatas, os bailinhos, os namoricos de banco de praça, o circo e o parquinho de diversão. Em muitos depoimentos, essas formas de lazer e sociabilidade são evocadas com aquele tom caracteristicamente nostálgico de romantização do passado, de evocação de coisas que se perderam com o progresso.

Ao longo dos anos cinquenta, a linguagem da urbe vai conquistando um predomínio nas narrativas produzidas. Elas tematizam a modernização da cidade pioneira e denotam uma urbanização acelerada dos comportamentos, hábitos e costumes. O

---

<sup>68</sup> MONBEIG, P., *Pioneiros e fazendeiros...* op. cit., p. 363.

imaginário urbano se intensifica, quantitativa e qualitativamente. Essa consolidação das imagens urbanas é particularmente presente nos jornais, com o aparecimento e solidificação de uma imprensa escrita diária.

O referente real desse imaginário, a cidade, penetrada pelas "modernas formas de vida", tem a sua fisionomia totalmente reformulada. Muitas obras de melhoramentos e embelezamento marcam a década, a começar pela iluminação pública. Tem início os trabalhos de instalação de água e esgoto. O ferro e o concreto substituem, num ritmo acelerado, as tóscas e modestas casas de madeira. A visão dos primeiros prédios de vários pavimentos contrastam, na lembrança de um passado recente, com os ranchos de pau-a-pique cobertos com tabuinhas de madeira. A expansão é também horizontal: os tentáculos da urbe avançam sobre as plantações de café que circundam a cidade; fazendas, sítios e chácaras são fatiados, dando origem às vilas da periferia. O subúrbio cresce na proporção das ondas migratórias e aparecem os primeiros sintomas de favelização. A circulação de automóveis e a intensificação do fluxo migratório imprimiam ao movimento das ruas o ritmo agitado de "uma São Paulo mirim", como se dizia, na época, em tom de orgulho pelo progresso.

Nesse processo, as imagens da rusticidade, se encontram ainda algum espaço, não tem contudo a primazia nas representações sociais. A população local vê intensificada a configuração de um panorama urbano moderno e a constituição de uma nova ambiência citadina. As mudanças sociais transformavam a cidade; a cidade transformava-se como objeto de percepção e representação. As redefinições da materialidade urbana e da própria textura da vida cotidiana engendravam imagens que procuravam dar conta das mudanças ocorridas.

Uma primeira grande transformação é aquela mais perceptível aos olhares imediatos: a estética urbana ditando novos padrões de edificação. O significado dessa novidade é evidente: "Em 1950 não existia mais somente casas de madeira, e sim de tijolos, *atestando a riqueza da cidade e sua chegada a uma base de princípio de*

*maturidade*.”<sup>69</sup> Em menos de vinte anos, a cidade comportara três épocas arquitetônicas: o tempo curto dos ranchos de palmito do início do desbravamento; a era das casas de madeira, que prosperaram com a indústria das serrarias e tornaram homogênea a paisagem até fins dos anos quarenta; finalmente, com o aburguesamento<sup>70</sup> da sociedade, a nova linguagem modernista das construções em ferro, cimento e vidro.

Com a superação da fase pioneira, a suntuosidade burguesa chegava ao sertão: "Os padrões arquitetônicos dos segmentos ricos locais assemelham-se aos novos-ricos de qualquer lugar, em sua fase de ascensão, como a mostrar uma modernidade ostentatória e esvoaçante."<sup>71</sup> As proporções monumentais dos prédios e sua linguagem arrojada, no estilo das vanguardas modernistas, são constantemente elogiadas, em diversas modalidades de narrativas, como signos concretos de um novo tempo. Exponentes do modernismo arquitetônico são contratados para projetarem obras públicas e particulares, prédios comerciais e residenciais. Em um recente trabalho sobre o itinerário da arquitetura moderna brasileira, Hugo Segawa escreveu:

A peculiaridade londrinense foi a convocação de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi para projetarem edifícios públicos e particulares. É sabido, entre os arquitetos locais, que a presença de ambos na cidade foi produto do interesse específico da elite londrinense por um padrão arquitetônico novo para a região. Uma sociedade de formação jovem que aparentemente buscava uma imagem modernizadora para si.<sup>72</sup>

Mais que guardar as marcas de ostentação e poderio dos segmentos dominantes, a construção dos primeiros "arranha-céus" e o refinamento estético das

<sup>69</sup> GRASSIOTO, Maria L. Fava. *Evolução do crescimento urbano de Londrina*. Trabalho de Conclusão de Curso. Londrina: Depto. de Geociências da UEL, 1976, datiloscrito, p. 26. Sem grifos no original.

<sup>70</sup> Por "aburguesamento" quero designar um processo de mudança social que se concretiza tanto no enriquecimento de fazendeiros, empresários e especuladores em geral, quanto na formação de uma classe média agrária (sitiantes) e urbana que se consolida no período áureo do café na região. O tema da ascensão social do pioneiro remediado que, com algum capital e muito trabalho (da família e alheio), conquista "seu lugar ao sol" é freqüente na literatura regional.

<sup>71</sup> FERREIRA, Antonio Celso & SIMON, Cristiano G. Biazzo. *Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave*. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba: APAH, ano 9, n. 17, dez. 1988, p. 340. O exemplo mais acabado dessa suntuosidade ostentatória talvez seja a do empresário dos transportes e fazendeiro Celso Garcia Cid, ex-garçon e novo rico. A construção de seu palacete na Av. Higienópolis, com materiais importados de muitas partes do mundo, marcou época na cidade: "Mais que uma residência, queria um símbolo de poder", conta seu biógrafo, o escritor Domingos Pellegrini. Ver *O tempo de seu Celso*. Londrina: Gráfica Ipê, 1990, p. 75.

<sup>72</sup> SEGAWA, Hugo. *Geografia da arquitetura moderna brasileira*. In: *Roteiro*, n. 135, 1991, p. 53.

edificações centrais representavam, por meio de um investimento simbólico cotidianamente reiterado, índices da realidade de um espaço-tempo outro, tornado concreto e efetivo nos monumentos do progresso. A ideologia do progresso cuidava de passar essa novidade como a conquista *sui generis* de um bem coletivo. As realizações arquitetônicas e urbanísticas da vanguarda modernista no sertão assumiram o significado de uma prova histórica, um atestado, uma evidência inegável da nova condição da cidade e da "comuna" que a construiu. Para Gladstone de Almeida, por exemplo, o recente estilo de construção, em que predominavam "as mais belas e modernas linhas arquitetônicas", atestava os recursos da cidade, equiparando-a "às grandes capitais do Brasil".<sup>73</sup> Em 1954, no seu guia geral da cidade, esse mesmo autor firmava um convite:

Na certeza de que aqui encontrareis todo o conforto moderno e todos os modernos recursos dos grandes centros, empregai aqui vosso capital na certeza de resultados acima de quaisquer expectativas. Vinde conhecer o progresso e participar da grandeza desta privilegiada região do Brasil.<sup>74</sup>

E seguia descrevendo as praças públicas reurbanizadas, a ampliação da rede bancária, os "amplos e sólidos edifícios", as luxuosas lojas de departamento, os confortos do próspero ramo de hotelaria; e todos os demais itens de um longo rol representativo do "crescimento vertiginoso de Londrina e sua ascensão à categoria de grande cidade, na paisagem política, social e econômica do Brasil atual."<sup>75</sup>

Em 53, Ildefonso Puppi buscava sintetizar o que chamava de "mutações panorâmicas" da paisagem:

Vista do alto, a cidade mostra grande regularidade geométrica; oferece o aspecto reticulado trivial, aliás idêntico ao das outras cidades novas do setentrão. Percorrendo-a na planura, deparam-se algumas mutações panorâmicas que afastam a impressão de monotonia. Aos poucos vão aparecendo as primeiras efetivações do Plano Regulamentador Prestes Maia [famoso especialista contratado para redefinir a política urbana dos poderes públicos], em vigor desde 1952. Medidas estético-urbanísticas

---

<sup>73</sup>ALMEIDA, Gladstone de **Guia Geral de Londrina** (Indicador Histórico e Comercial). Londrina: Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954, passim, principalmente pgs. 4, 8, 78 e 125.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p. 4.

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*, p. 19.



nele contidas implicam em notável melhoria no aspecto geral da cidade; novos atrativos daí decorrerão.<sup>76</sup>

O entusiasmo tomava conta do discurso das elites locais. Na imprensa e em vários tipos de registro do período, o ufanismo era ativado por qualquer fato que servisse de pretexto ao elogio da cidade e da região: as cifras fabulosas da produção agrícola; os números das exportações, das edificações e incrementos urbanos; as empresas aéreas que faziam do aeroporto local "o terceiro mais movimentado do país"; o movimento diário de embarque e desembarque na estação rodoviária, etc., etc., etc. Vivia-se a fantasmagoria dos números, o fetichismo das estatísticas, nunca suficientes para retratar com fidelidade a dimensão incomparável do progresso local. O estoque de imagens e metáforas do frenético, do ciclópico, do grandioso, era rapidamente gasto, como se as palavras perdessem sua eficácia de representar a aceleração do tempo e a transformação rápida dos espaços. Jornalistas e literatos esforçavam-se por cunhar expressões novas e à altura do movimento da cidade, das pessoas, das mercadorias, da correnteza dos fluxos gerais.

Ao lado da instalação da rede de água e esgotos e da melhoria da iluminação pública, o calçamento dos espaços privilegiados (as ruas centrais), foi um marco significativo no processo de modernização da cidade pioneira. As "passadeiras de asfalto" prometiam eliminar definitivamente a tês encardida da cidade, também ela incompatível com os novos foros de civilização. O calçamento das ruas principais - quer dizer, da *urbs* propriamente dita -, era fundamental para reverter a imagem de cidade sertaneja sob o signo do pó e da lama:

Nessa ocasião, Londrina não tinha rua alguma pavimentada. No verão a poeira campeava, e no inverno, em dias chuvosos, o barro ocasionava inúmeros tombos aos habitantes da cidade; por isso os viajantes comerciais, sempre galhofeiros, diziam: "Londrina, cidade de fama; quando não há pó, há lama."<sup>77</sup>

Na memória dos habitantes mais antigos, a lama aparece como o símbolo por excelência da cidade pioneira:

<sup>76</sup> PUPPI, Ildefonso. *A cidade paranaense: a evolução urbana*. In: *Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná (1853-1953)*. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953, p. 77.

<sup>77</sup> Depoimento manuscrito prestado por Adriano Marino Gomes ao Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina. C.D.P.H.-UEL, coleção *Documentos Escritos*, Pasta 1, p. 18, s/d.

Acontece que Londrina, naquela distanciada época, não tinha luz elétrica e nem calçamento. Chovia muito e o barro era por demais. A terra roxa além de barrenta era escorregadia. Nos dias de chuva, não havia cristão que não escorregasse e caísse ao chão. O invento, por isso, do Schiavinatto [um criativo ferreiro da cidade] teve a sua oportunidade. Dizia ele: "Inventei uma ferradura para homens."

Consistia numa correntinha, com um elástico na parte superior. Enfiava-se a mesma no sapato e entre o salto e o bico, na recurva, ficava agarrada, com a corrente para o chão e a borrachinha no dorso. Fazia a vez de uma ferradura. O sujeito, com as ferraduras nos dois sapatos, podia andar no barro firmemente, sem resvalar, visto que a corrente firmava no chão. Foram feitas milhares delas, e não tinha habitante de Londrina que não as comprou e usou, até o advento do calçamento da "urbs".<sup>78</sup>

Esses significados marcaram inclusive as impressões dos cientistas que se debruçaram sobre a "zona pioneira". Em 1945, o geógrafo Pedro Geiger, após uma pesquisa de campo em Londrina, escreveria: "Aquela cidade mostrava-se enlameada de um barro vermelho devido ao mau tempo, o que ressaltava ainda mais o seu aspecto de cidade pioneira, na região da terra roxa."<sup>79</sup> Também o geógrafo alemão Leo Waibel não deixaria de atribuir o "caráter pioneiro" ao "acabamento primitivo" e à deficiência dos equipamentos e melhoramentos urbanos, principalmente no que diz respeito à higiene pública.<sup>80</sup> E também Puppi, oito anos mais tarde, ainda afirmava que "Em Londrina, como nas demais cidades do norte do Estado, um bem estruturado revestimento das vias públicas é imposição higiênico-estética vital"; mas já constatava que o calçamento, "praticamente inexistente há uns pares de anos", estava "sendo atacado com intensidade, restando poucas ruas na área urbana a serem revestidas com paralelepípedos".<sup>81</sup> O revestimento asfáltico só viria a ser feito a partir de 1954, também nas ruas e avenidas centrais. Até essa data, e a partir de 1941, o calçamento parcial era a macadame ou paralelepípedo.

<sup>78</sup> ZORTÉA, Alberto João. *Londrina através dos tempos e crônicas da vida*. São Paulo: Ed. Juriscred, 1975, p. 200.

<sup>79</sup> GEIGER, Pedro. *Centésima décima quinta tertúlia: excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina-Ourinhos*. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, ano III, n. 28, 1945, p. 608.

<sup>80</sup> Cf. WAIBEL, Leo. *As zonas pioneiras do Brasil*. In: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958, p. 283.

<sup>81</sup> PUPPI, I., op. cit., pp. 76 e 78.

As passeadeiras de asfalto faziam parte da cerimônia para receber os novos meios de transporte dos pioneiros aburguesados, os automóveis de luxo que faziam sua entrada triunfal na cidade:

O carro estrangeiro, enorme, de preço, chega a Londrina - o Nash e principalmente o grandalhão Cadilaque, rabo de peixe. Os fazendeiros e enricados preferem o bem preto, banda branca, exuberante, suntuoso, embora o pó avermelhado suje tudo, se intrometa e fique impregnado em tudo: pessoas, animais e coisas.<sup>82</sup>

Como todo culto, a modernidade tem os seus fetiches. É assim que, dentre outros símbolos de opulência e poder, os automóveis de luxo aparecem como a marca registrada do *status* social das elites do lugar. É claro que os automóveis não chegavam a ser uma novidade na região. Mesmo antes de concluída a ponte sobre o rio Tibagi (1935), essas máquinas marcaram presença na frente pioneira, colocadas do lado esquerdo do rio pelo sistema de balsas, como tudo até então. Mas o automóvel não foi o meio de transporte dominante durante a fase de pioneirismo. Em 1940, por exemplo, era impressionante o número de carroças que circulavam no município de Londrina (1331) em comparação ao número de automóveis (apenas 163). Mesmo o total de caminhões (302)<sup>83</sup>, muito utilizados na exploração madeireira e no transporte da produção agrícola, era quase o dobro do de automóveis; e estes, pelo que mostram as fotos de época, eram em sua maioria jipes e modelos rurais - adequados às estradas de terra da região -, quando não modelos populares. Mesmo no contexto da década de sessenta, um jornalista de Curitiba notava que o grande veículo da região continuava sendo o *jeep*,

o único capaz de vencer as estradas barrentas, os atoleiros, os íngremes espigões. Quem possuiu carro de luxo não dispensa o jeep para o acesso à fazenda e para longas viagens em meses de mau tempo. O jeep, a calça

---

<sup>82</sup> ANTONIO, João. Os anos loucos..., op. cit., p. 25.

<sup>83</sup> Os números, provenientes da estatística da Prefeitura Municipal de Londrina, são citados por Aziz Mansur, *Paraná Econômico*. Curitiba: Ed. da Revista "Expansão Econômica", 1941, s/p.

coringa, o blusão de couro, as botas de cano curto de fole são o equipamento diário a indicar as asperezas do ambiente campestre.<sup>84</sup>

Nesse contexto, não é difícil perceber porque os automóveis ganharam uma dimensão de signos circulantes da urbanização e modernização da sociedade local. Nos anos cinquenta, a cidade se torna plenamente maquinica. Durante toda a década, serão constantes os discursos na imprensa para erradicar os pontos de charretes e carroças do centro da cidade, agora desabonadores do foros de civilização, progresso e modernidade. Elias Farah registrou em seu romance: “Homem distinto não anda de charrete. Charrete é usada quase que exclusivamente por meretrizes e caboclos.”<sup>85</sup>No fim de uma verdadeira campanha estimulada principalmente pela *Folha de Londrina*, a prefeitura substituirá os veículos a tração animal por uma frota de carros de praça, composta de automóveis ingleses Morris, apelidados de “biribas” pela população. O trabalho de charreteiros e carroceiros foi expulso para as vilas, até que a modernidade lá chegasse também. Sintomaticamente, a charrete passou a ser um veículo estigmatizado, relegado às meretrizes e aos clientes que se deslocavam para a zona do meretrício, na Vila Matos. Com o apelido de “balaio de puta”, as charretes “passaram a ser vistas, notadamente no centro da cidade, como um elemento exótico que, por suas características, expunham, como numa vitrine, as pessoas que delas se utilizavam.”<sup>86</sup>

Nesse contexto de mutação acelerada, a posse e a ostentação de marcas exteriores (mercadorias de luxo) assumiam uma função diferenciadora característica das sociedades de consumo. A expansão dos signos e espaços da elegância e da polidez, ao mesmo tempo que apareciam como uma negação da cidade primitiva e de suas formas de sociabilidade, afirmava a condição vencedora dos segmentos elitizados, que podiam ascender a novos padrões de consumo e de vida. Não custa lembrar que as dificuldades de acesso a bens industrializados, a determinados serviços e às novidades em geral das mercadorias-fetiches, são constantemente lembrados para caracterizar um tempo de

<sup>84</sup> COSTA, Samuel Guimarães. Op. cit., p. 10.

<sup>85</sup> FARAH, Elias. **Terra Roxa**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1961, p. 67.

<sup>86</sup> CERNEV, Jorge. *As charretes da alameda Manoel Ribas*. In: *Folha de Londrina*, 15/10/88, (Coluna “Memória e Cotidiano”).

carência, nos primórdios da cidade, sua fase pobre e de ligação tênue com a civilização. A origem remediada do pioneiro (ou da maioria deles) sem dúvida reforçava esses significados: comparando-o ao fazendeiro, Monbeig observou que, enquanto este "era quase sempre um homem rico e participava de um movimento de expansão em fase de prosperidade", o "simples pioneiro" era, ao contrário, um homem relativamente pobre. "Ele acompanha o movimento provocado pelo esgotamento dos solos das antigas zonas, movimento que se parece mais com uma fuga do que com uma conquista."<sup>87</sup>

Nos anos cinqüenta, as maquinarias do conforto faziam alarde entre os cidadãos, com amplo destaque publicitário na imprensa. No comércio, as casas de secos e molhados, de ferragens, materias de construção, armarinhos e instrumentos agrícolas perdiam espaço para lojas mais chiques, como a Hermes Macedo, "O maior empório de utilidades domésticas da cidade", e a Casa Blanc, onde o consumidor poderia encontrar "eletrolas, rádios, refrigeradores, ventiladores, máquinas de lavar roupa, bicicletas, lâmpadas, pilhas, válvulas, acessórios, liquidificadores, enceradeiras" e etc.<sup>88</sup> O comércio, assim como todos os setores da infraestrutura urbana, adequava-se às exigências das novas clientelas. O surgimento de grandes lojas e botiques mais sofisticadas não apenas representava, para a época, um testemunho da importância comercial da cidade, como também atestava a capacidade de consumo de uma clientela "de gosto refinado". Assim são as Casas Irmãos Fuganti, na praça Willie Davids, que passou a comportar, no segundo andar, "um elegante salão de chá, originalidade única em todo o norte paranaense, e onde predomina a elegância"; ou as Casas D'Ándrea:

Quem transpõe as portas dessa casa, surpreende-se desde logo ante o ambiente de elegância que ali reina. A gente sente-se transportado à loja de uma grande cidade, onde a harmonia e a elegância se casam num chiquismo próprio para gente chique, refinada, de bom tom.<sup>89</sup>

Nesses mesmos anos foram construídos os clubes granfinos, como o Rotary, o Country e o Lions. A inauguração do Jóquei Clube proporcionava, um pouco a

<sup>87</sup> MONBEIG, P., *Pioneiros e fazendeiros...*, op. cit., p. 223.

<sup>88</sup> ALMEIDA, G. *Guia Geral...*, op. cit., p. 57.

<sup>89</sup> COUTINHO, H.P. *Londrina, 25 anos de sua história...*, op. cit., pp. 75 e 76, respectivamente.

pretexto de apostar nos cavalos, mais um espaço para as reuniões e desfiles da “nata” da sociedade. Datam da década também o aparecimento dos primeiros hotéis multiestrelados, como o São Jorge Hotel,

um dos grandes hotéis do Brasil - todo conforto moderno - elegante bar - salas de fumar, de estar e de inverno - cozinha internacional e farta - capacidade para 250 hóspedes - ambiente fino - altamente familiar - lavanderia própria mecanizada - força elétrica suplementar.<sup>90</sup>

Em 1952 era inaugurado o Cine Teatro Ouro Verde, "uma exigência da elite da cidade". A construção, no estilo da vanguarda modernista e luxuosamente decorada, representou, para a cidade, um novo conceito no ramo de entretenimento e lazer. Nele os pioneiros e seus descendentes poderiam desfilar *au grand mond*:

O projeto de Villanueva Artigas colocou na então "Capital Mundial do Café" um balcão com o maior vão livre da época. As poltronas italianas recostavam-se em duas posições. O hall, um luxo. Correntes de latão, rampas atapetadas, tudo "limpo, lindo e brilhante". No salão de projeção, para 800 pessoas, as paredes laterais mudavam de cor, com iluminação embutida (...). O Cine Ouro Verde, com matinês e vesperais, seria um símbolo de civilização no Norte do Paraná.<sup>91</sup>

Na luxuosidade asséptica do Ouro Verde - ambiente "limpo, lindo e brilhante" -, porções da poeira vermelha que ainda teimasse em circular pela cidade poderia ser varrida discretamente para debaixo dos tapetes. Um detalhe não passou despercebido aos cronistas: o prédio do cinema trazia no frontispício um ramo de café desenhado em neon.

<sup>90</sup> ALMEIDA, G., op. cit., p. 91.

<sup>91</sup> PELLEGRINI, D., op. cit., p. 74.

## O ELDORADO: IMAGINÁRIO & PROPAGANDA

"... uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel."

*Êxodo, 3; 8*

"A terra prometida sempre fica no outro lado de um deserto."

Havelock Ellis, *A dança da vida*

O desenvolvimento da agricultura capitalista na região foi acompanhado por uma intensa produção simbólica em torno da riqueza sem par dessas terras e de tudo que nela crescia: lavouras, homens e cidades. São as imagens da Nova Canaã, "onde o maná é o café"; do Eldorado, "onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de tudo." Essas representações do fausto surgente - imagens positivas de um progresso que, conforme apregoava uma metáfora de época, acordava o sertão de seu sono histórico - terminaram por criar uma reputação de riqueza geral e irrestrita sobre as terras novas e suas nascentes e prósperas cidades. Esse ideário permeou todo o processo de colonização e entranhou-se na história e na cultura regional.

As origens desse imaginário da Terra Prometida e do novo Eldorado antecedem em muito o período áureo do café; antecedem inclusive o próprio início da colonização "moderna", isto é, induzida e dirigida em moldes de grandes empreendimentos imobiliários racionalmente planejados. A produção mais ou menos espontânea dessas imagens sempre funcionou como motivo de atração populacional, associada aos esforços mais sistemáticos de ocupação e valorização capitalista das terras; mais que isso, funcionou como uma espécie de cobertura ideológica dos "pioneiros do capital", produção simbólica imanente ao avanço daqueles que se embrenhavam no sertão em busca de uma vida melhor.

Sabe-se que as representações coletivas orientam ações, modelam formas de agir e pensar, formam atitudes, legitimam as relações sociais e os modos de exercício do poder. Essas imagens em torno da terra fáustica, embora tímidas de início, são evidentes principalmente desde meados do século XIX, quando se intensificou a ação

colonizadora na área que se convencionaria chamar, quase um século depois, de norte velho ou norte pioneiro. Desde então, elas estiveram indissolúvelmente ligadas à propaganda imobiliário-colonizadora, desenvolvida por diversos agentes, formando um amálgama imagético em constante evolução. Em 1953, um observador anônimo escrevia:

Creio reinou sempre, desde os primórdios do desbravamento dos sertões do Norte do Paraná, *uma atmosfera de lendas e histórias, afirmando a existência de riquezas extraordinárias na região e também a exuberância e feracidade de suas terras.*<sup>92</sup>

Sempre é um tempo muito antigo. Uma cronologia menos generalizante revela que uma forma de trabalho propagandístico esteve presente desde as primeiras iniciativas de ocupação mais intensiva do território. Esse esforço é visível na ação colonizadora dos primeiros fazendeiros do "norte velho", com a implantação de fazendas, fundação de alguns povoados e cidadelas a leste do rio Tibagi. Discorrendo sobre a zona de Jacarezinho, um dos pontos de partida da colonização efetiva da região, Vinicius Fonseca escreveu:

Seu território, até fins do Império, era sertão desconhecido. Conta-se que uma certa família Alcântara, de origem mineira, nêle estabeleceu-se em 1888, fundando a Fazenda da Prata. Outras famílias mineiras e paulistas logo vieram associar-se aos pioneiros, *que haviam tomado as necessárias medidas de propaganda sôbre a excelência das terras.*<sup>93</sup>

Outros estudos apontam que, desde meados do século XIX, "Os mateiros que percorriam a região, haviam difundido a notícia da existência de manchas de terras rôxas", atiçando a cobiça dos cafeicultores paulistas e mineiros por novas áreas de plantio.<sup>94</sup> A fama da terra ubérrima e dadivosa pode ter origens ainda mais antigas: "Até certo ponto, quanto ao solo, as crônicas da obra da República Teocrática e Comunista dos Jesuítas [reduções que remontam ao século XVII, destruídas pelos bandeirantes paulistas], davam apoio objetivo ao entusiasmo a respeito do assunto."<sup>95</sup> Zortéa,

<sup>92</sup> N/a, *Norte do Paraná: Eldorado para os antigos...*, op. cit., p. 148. Sem grifos no original.

<sup>93</sup> FONSECA, Vinicius. O Norte do Paraná. In: **O Observador Econômico e Financeiro**. Ano XVIII, n. 211, set. 1953, p. 38. Sem grifos no original.

<sup>94</sup> WESTPHALEN, Cecília M. et al. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. In: **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 07, 1968, p. 16.

<sup>95</sup> N/a, *Norte do Paraná: Eldorado para os antigos...*, p. 148.



comentando as expedições do português Aleixo Garcia e do espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, ambas de meados do século XVI, observou: "Narram as crônicas da época que esses dois pioneiros do sertão do Guairá *ali encontraram a melhor terra, a melhor água, rios, aroios, fontes, campos e arvoredos das Terras de Vera Cruz.*"<sup>96</sup> Vale a pena citar mais uma vez o erudito professor Zortéa:

O Sertão do Guairá, como era conhecido esse setentrião, quanto à excelência das terras roxas, já era conhecida desde as entradas dos bandeirantes paulistas Manuel Preto, Raposo Tavares e outros, dos primeiros tempos do Brasil-Colônia, e, posteriormente, pelas descrições dos sertanistas Joaquim Francisco Lopes, Capitão Nestor Moricines Borba, Telêmaco Borba, e, em especial, pelas informações transmitidas por Frei Timóteo, aqui e na Europa, acrescidas aos informes de engenheiros e agrimensores alemães, ingleses e franceses que perambularam nesta região, desde os remotos tempos.<sup>97</sup>

Uma espécie de geografia imaginária, que ganharia contornos quase míticos a par com a implantação e o desenvolvimento da cafeicultura, transformava o Sertão do Guairá em uma terra fabulosa, prenhe de grandes riquezas dormentes nas entranhas da terra. Esse processo se intensificou sobretudo a partir do início do século XX. Os primeiros frutos da colonização espontânea do "norte velho", com a chegada da ferrovia em Cambará e as primeiras colheitas nas grandes fazendas, começaram por criar "uma reputação de riqueza que acelerava cada nova invasão de recém-chegados", estimulando as primeiras ondas migratórias de maior consistência.<sup>98</sup> Possivelmente tenham se originado aqui aquelas "histórias de riquezas súbitas" que chamariam a atenção do repórter Rubem Braga, em suas viagens pela região em 1953.<sup>99</sup> Essa reputação de riqueza cresceu par e passo com o progresso da ocupação e a evolução das safras de café:

Quando, no século XIX, o bandeirante mineiro Maj. Tomás Pereira da Silva, investiu, com toda sua tribo, os matagais portentosos do norte para implantar a sementeira de primeira cidade erigida na região, abriu-se para ininterruptamente crescer e se propagar uma era de exaltação

<sup>96</sup> ZORTÉA, A. J., op. cit., p. 16. Sem grifos no original.

<sup>97</sup> Idem, ibidem, p. 28.

<sup>98</sup> NICHOLLS, Willian H. *A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65*. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: F.G.V., out./dez. 1970, v. 24, n. 4, p. 44. Os motivos da invasão: "Visto que a terra roxa era o solo *por excelência* para a cultura do café, sua atração magnética foi inevitável, logo que se soube de sua existência." (p. 44).

<sup>99</sup> BRAGA, Rubem. *Londrina*. In: BRAGA, R. & D' HORTA, A.P., op. cit., p. 17.

entusiástica do valor das suas glebas onde tudo dava de maneira assombrosa. Quantos atingiram a zona e a exploravam, retornavam fascinados pelas informações sôbre a uberdade da terra.<sup>100</sup>

As imagens de inspiração bíblica ou de outras procedências míticas compunham um repertório que identificava o norte do Paraná como uma "região de fábula", terra de milagres e maravilhas, representações que giravam invariavelmente em torno da idéia de riqueza, prosperidade e bonança:

Porque o norte do Paraná é visto, de fato, como uma espécie de região de fábula, para onde todos acorrem em busca do enriquecimento rápido. (...) É que a região é realmente milagrosa, verdadeiramente bíblica. Eldorado, Terra da Promissão, Canaan, onde o maná é o café.<sup>101</sup>

Mas, como já vimos anteriormente, uma ocupação capitalista mais acelerada do território só se daria a partir do início da década de trinta, com a colonização a oeste do rio Tibagi, num processo dirigido por grandes empresas imobiliárias. A partir daí, e até aproximadamente fins dos anos cinqüenta, a propaganda seria utilizada de forma intensiva e sistemática para a efetuação de um projeto dito "racional" e "democrático" de colonização, no qual a terra era uma mercadoria fatiada em série e vendida em grande escala. O esforço propagandístico e aliciador das companhias de terras difundiriam as imagens de exuberância e potencialidade produtiva da região. Essa ação racional com relação a fins - como diria Max Weber -, procurava estabelecer um fluxo migratório contínuo e crescente para a nova fronteira agrícola. Seu principal objetivo era valorizar e vender a mercadoria-terra, acelerando a ocupação integral do território em moldes de um capitalismo agrário.

A intensa propaganda detonada pelo capital colonizador não partiu, portanto, de um grau zero de significação; não partiu de uma pura criação e difusão de imagens novas, sem referentes sociais a lhe servirem de base. Ao contrário, as companhias de terras se apropriaram de representações existentes, redimensionalizando e instrumentalizando imagens que já circulavam, de forma ainda muito difusa e restrita,

<sup>100</sup> N/a, *Norte do Paraná: Eldorado para os antigos...*, p. 148.

<sup>101</sup> COSTA, S. G., op. cit., p. 10.

sobre aquelas portentosas terras sertanejas. Elas não apenas se apoderaram daquelas imagens correntes, utilizando-as em proveito do grande projeto, como *potencializaram* o conteúdo delas, ao mesmo tempo que inseriram significados novos decorrentes do novo contexto conjuntural em que se deu a efetuação desses empreendimentos. Em nível nacional e mundial, o contexto econômico e político à época do início do loteamento não era dos mais otimistas para a venda de terras. A quebradeira geral de 1929, o drama político da "revolução" de 1930, a reação constitucionista dos paulistas em 32, as reservas do governo brasileiro em incentivar o plantio do café, tudo isso gerava obstáculos difíceis de serem revertidos pelo negócio da colonização. Acrescente-se a isso o fato de haver "muita propaganda contrária à região, afirmando haver [nela] muita maleita e mosquito em demasia".<sup>102</sup> Daí a força que a propaganda tomou a partir principalmente de 1932. Como item de uma prática mercantil que tinha nos loteamentos rurais seu principal objeto de comércio e especulação, a propaganda difundirá alhures o mito de uma terra de promessa, região de prosperidade generalizada, paraíso sócio-econômico da pequena propriedade, onde a igualdade de condições e a amplitude de oportunidades, asseguradas em última instância pela fertilidade inigualável da terra, permitiriam a todos uma ascensão social rápida e assegurada. O principal objetivo, evidentemente, era atingir compradores potenciais: pequenos poupadores, ex-colonos e imigrantes, gente de modesto cabedal, virtuais pequenos proprietários de um pedaço do paraíso. O discurso publicitário da CTNP, p. e., funcionava como uma espécie de "mapa do tesouro":

Como a carta de Vaz de Caminha, dizia-se em outros termos que "em se plantando tudo dá": café, algodão, fumo, açúcar, leguminosas, mandioca, trigo, frutas, além da exploração das madeiras das matas a serem transformadas também em pastagens para o gado.<sup>103</sup>

Em outras palavras, aquele fabulário mais ou menos espontâneo em torno da região foi sabiamente explorado e amplificado pelo *marketing* imobiliário das

<sup>102</sup> TEIXEIRA, Sílvia L. & ASARI, Alice Y. *Do campo à periferia*: características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina. Monografia. Londrina: Cesulon, 1977, datiloscrito, p. 61.

<sup>103</sup> ANDRADE, J.M. Tavares de. *Frente pioneira, movimento social?*, op. cit., p. 119.

companhias de terras, principalmente pela maior delas, a dos ingleses. Não há que se duvidar da engenhosidade e racionalidade da ação empresarial da CTNP, celebrada até hoje como um exemplo a ser seguido em outros rincões do Brasil. É inegável que a CTNP soube capitalizar e dar um novo alento à disseminação propagandística daquelas representações. Como escreveu um cronista a respeito da principal "cidade da Companhia", "Londrina nasceu do marketing, quando a palavra ainda nem era conhecida. A propaganda da Companhia de Terras era muito atraente."<sup>104</sup> E tudo fazia para aumentar seu poder de atração. O historiador Ruy Wachowicz relata que a propaganda da CTNP era tão forte e sistemática que buscava alterar (e com sucesso, diga-se de passagem) até as características geofísicas de seus loteamentos:

Quando os ingleses começaram a vender suas terras na margem esquerda do Tibagi, realizaram uma feroz propaganda. Em seus folhetos, baixavam a altitude das terras das colonizações vizinhas e aumentavam das suas. Era para espantar o medo das geadas. Era este o maior temor manifestado pelos compradores. Em altitudes mais elevadas, geava menos no Norte do Paraná.<sup>105</sup>

A manipulação dos imaginários sociais, tornada possível por uma atitude instrumental e utilitária perante eles, é, como ensina Bronislaw Baczko, um esforço característico de todo tipo de poder para legitimar, manter e ampliar sua dominação. Esse esforço é mais evidente nas sociedades modernas, onde a propaganda conquistou gradativamente um paradigma de "cientificidade". Baczko alude ao longo caminho histórico de utilização instrumental dos produtos da imaginação social pelos sistemas de poder, evolução que desembocaria nas técnicas da moderna propaganda:

A invenção de novas técnicas, bem como o seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais à sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada. A partir desse momento, a história do *savoir-faire* no domínio dos imaginários sociais confunde-se em grande parte com a *história da propaganda*, isto é, a evolução das suas técnicas e

<sup>104</sup> PENKA, João. *Higienópolis: paixão de barro, paixão concreta*. In: *Preto & Branco*. Londrina, n. 2, mar./abr. 1987, p. 5.

<sup>105</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987, p. 152. Como veremos, essa observação pode ser estendida, levando em conta todos aqueles aspectos, naturais ou não, que maculavam a imagem paradisíaca que se buscava imprimir às terras novas, como reforço motivador ao povoamento sistemático dirigido.

instituições, a formação de seu pessoal, etc. (...) Todavia, só no decurso do último meio século é que o *savoir-faire* e as técnicas mais ou menos artesanais da propaganda acederam ao nível da "cientificidade"...<sup>106</sup>

É notório, na crônica da colonização, o elogio ao *savoir-faire* da empresa inglesa. A concentração de poder nas mãos dos homens da Companhia favorecia essa busca de controle das representações sobre a região. Os agentes do capital colonizador - que de fato exerceram nos primórdios o poder de forma quase monopolística - difundiram alhures as imagens de um utópico e democrático paraíso de pequenos proprietários, criando a expectativa ilusionista de um novo Eldorado no Brasil meridional.

Se, como vimos, o *marketing* colonizador não parte de um ponto zero quanto à sua origem, mas toma como base de seu simulacro um conjunto de representações historicamente instituídas, algo semelhante ocorre quanto ao destino, quanto ao alvo desse discurso. A manipulação mercadológica desse fabulário, levada a efeito pelo "cálculo frio e racional do inglês", tinha como objetivo atingir de certa forma aqueles imaginários sociais nos quais o apelo publicitário encontrasse uma determinada receptividade, uma certa ressonância social. Qualquer propagandista, desde que minimamente ciente dos processos de comunicação, sabe que nenhuma campanha será eficaz, que nenhum discurso surtirá os efeitos previstos, se o apelo do emissor não encontrar um mínimo de eco na visão de mundo, na experiência de base, nas aspirações e necessidades, enfim, na cultura do público-alvo dos conteúdos veiculados. Mais que criar um desejo novo, as campanhas publicitárias foram direcionadas para ir ao encontro de expectativas e anseios latentes e difusos na sociedade brasileira; principalmente daqueles símbolos do desejo presentes na cultura das camadas populares, dos trabalhadores e remediados, e dos espoliados em geral do capitalismo. Mais que isso, a propaganda foi ao encontro de mitos arquetípicos, imemoriais, como o do País de Cocanha, "o símbolo de desejo mais antigo da humanidade, reino da abundância, de onde a necessidade foi abolida."<sup>107</sup> Ou a terra de Canaã, onde, se não corre o leite e o mel, nem o maná cai do

<sup>106</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi** (Antropos-homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 300.

<sup>107</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. *As passagens de Paris*. In: *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 52.

céu como uma dádiva direta de Deus, é possível, em compensação, "rastelar dinheiro de debaixo dos pés de café"; onde "até a terra cheira a dinheiro", "terra onde se anda sobre o dinheiro", e várias outras imagens fabulosas da prosperidade e da riqueza material.

Assim, durante muito tempo, o norte do Paraná foi representado como uma espécie de oásis social, terra sem males, o melhor dos mundos, repleto de histórias fantásticas e narrativas maravilhosas. Enquanto os migrantes vinham nutridos por grandes expectativas e imensas esperanças, vendo na nova região realmente uma terra de inéditas e desmesuradas oportunidades de "subir na vida" ou "encontrar um lugar ao sol", os agentes colonizadores tornavam possível uma alocação de recursos (capital e trabalho) que propiciou, num curto período, a valorização crescente da mercadoria-terra e os lucros obtidos com sua venda.

Monbeig foi o primeiro a chamar a atenção para o "uso de uma consumada arte da publicidade" nos modernos métodos de colonização utilizados na frente pioneira, tanto para a venda de lotes rurais quanto urbanos. A passagem é longa, mas merece ser transcrita na íntegra:

Pode então a publicidade desdobrar todos os seus artificios, oferecendo aos últimos hesitantes a massa de argumentos que os decidirá, por sua vez, a vir engrossar a população da cidade nova. São enviados agentes recrutadores, que percorrem as velhas zonas; podem eles anunciar os primeiros progressos da urbanização; exaltam a valorização das terras; longe de dissimular os grandes golpes de especulação, revelam-lhe todos os pormenores. Dos grandes jornais da capital, obtêm-se reportagens ou páginas especiais. E se o fundador merece a confiança do governo, então é o jornal do partido no poder que se encarrega dessa propaganda, tanto mais eficaz quanto nela se vê a chancela oficial. Nos trens, nos bares, cartazes com *slogans* enfáticos proclamam belezas e riquezas da nova cidade. Lança-se uma cidade como se lançaria uma moda, com grandes golpes de propaganda. Os primeiros compradores de terrenos [lotes urbanos] eram comerciantes que tinham sido atraídos. Os que os seguiram, vinham em busca de bons negócios. E por fim, exatamente como se torna popular a moda, depois de adotada por uma minoria, afluíam então para o jovem centro urbano pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões, novas ou velhas. E, sem dúvida, bem justificam a confiança dos pioneiros os progressos do povoamento rural, a extensão da rede ferroviária, a melhoria das comunicações por ferrovia. Mas tal confiança é fortalecida e acrescida pela publicidade.

Dela se beneficiaram Londrina e Marília, mais que as suas vizinhas, que tanto quanto elas associavam-se ao surto rural.<sup>108</sup>

De modo particular e enfático, Monbeig destacou a "publicidade hábil e frutífera dos ingleses". A propaganda da CTNP utilizava como veículo todos os recursos da mídia disponíveis na época. Comentando a grande concorrência que havia entre os loteadores de terras nas zonas pioneiras de São Paulo e Paraná, escreveu o geógrafo francês:

Pela imprensa, em cartazes, pelo rádio, por meio de corretores, eles se afrontam em publicidade, operando tanto nas velhas zonas como nas de povoamento recente. Como é paradoxal ler nos vagões dos trens que seguem para Tupã, Andradina ou Votuporanga cartazes que anunciam as terras do Paraná. (...) cada um [dos grandes loteadores] louva a qualidade dos seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens financeiras de seu sistema de pagamentos. (...) Anúncios nos jornais de São Paulo, afirmam que na zona de Londrina não existem saúvas e que o clima é o mais salubre de todo o Brasil. (...) Os cartazes publicitários dos loteadores mencionam com destaque a presença no loteamento de tudo que é indispensável à vida material e também à parte espiritual dos clientes.<sup>109</sup>

O discurso publicitário buscava não apenas revelar e disseminar os conteúdos maravilhosos de uma terra edenizada e rica, ordeira e progressista, como também velar e impedir a propagação daquelas representações contrárias à imagem positiva que se queria vender. Essa estratégia em dois flancos é aliás típica de qualquer propaganda. A CTNP buscou reprimir qualquer elemento contraditório ao seu discurso; qualquer imagem que pudesse funcionar como anti-*marketing*, quer dizer, que fosse ou viesse a ser um fator de arrefecimento da marcha povoadora e do entusiasmo coletivo quanto às vantagens do projeto para os seus clientes. Confirma-se aqui as palavras com que Aldous Huxley, no prefácio de 1946 ao seu *Admirável Mundo Novo*, referia-a à propaganda em geral: "Os maiores triunfos da propaganda foram obtidos não fazendo alguma coisa, mas deixando de fazê-la. A verdade é grande, mas ainda maior, de um ponto de vista prático, é o silêncio acerca da verdade". A julgar pelas impressões de Vicente Barroso, razões não faltavam para esse tipo de procedimento:

<sup>108</sup> MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros...*, op. cit., p. 357.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, citações às páginas 227, 235 e 237.

Infelizmente, no Norte do Paraná as unidades do Exército são inexistentes. As da Polícia Estadual rareiam muito e muito. E só Deus sabe o quanto aqueles sertões metem medo: não é só por causa das sombrias matas seculares; não é só por causa das enormes distâncias; não somente devido à falta de comunicações ou devido aos índios. Tudo isto, sim, mete medo aos mais corajosos e valentões. Mas, não é tudo. O que dá mais receio naquelas paragens, não são as matas, não são os índios, não são as feras, não é o clima, não são as distâncias. Nada disso. O que incute mais medo são os homens. É a própria civilização, nos moldes com que ela age naquela região do Paraná. É o próprio Progresso, por mais contraditório que semelhante idéia pareça a muitos. Só mesmo quem viajou e palmilhou todo aquele norte é que é capaz de compreender todo o alcance desta afirmativa. Creio que em nenhuma outra parte de Brasil, o velho dito é mais verdadeiro: Deus é grande, mas o mato é maior!<sup>110</sup>

Como já afirmamos, a concentração virtualmente monopolística de poder pela CTNP, durante uma década e meia (1929-1944), favorecia essa tentativa de controle e direção do imaginário sobre a região. A CTNP não apenas fazia às vezes do poder público como aglutinava sob sua esfera de domínio as próprias elites emergentes, controlando inclusive a Prefeitura de Londrina e influenciando em outros órgãos públicos. Em suma, nada ou muito pouco se fazia sem o consentimento da Companhia. Ora, se a ação da CTNP, como demonstraram estudos recentes, aparecia travestida de um caráter público e de uma missão civilizadora - advindo daí sua força ideológica e a imagem positiva que até hoje persiste sobre ela e sua obra -, não é difícil deduzir que tudo o que fosse contra seus interesses aparecia, em última instância, como sendo contra os próprios interesses "públicos", contra o próprio "bem coletivo".

Esse recalçamento é particularmente perceptível na memória dos primeiros habitantes. Nela, observa-se que os conteúdos negativos são obliterados ou escamoteados, não encontrando um canal pleno de expressão verbalizada. Em vários depoimentos, aqueles fatos e situações passíveis de desmentir ou relativizar o discurso dominante da empresa-mãe-dos-pioneiros aparecem evocados de forma muitas vezes anedotizada, em tons de comicidade. Isso quando não são velados sob a forma de temas-tabu ou simplesmente negados como mentiras e maledicências que visam apenas denegrir a

---

<sup>110</sup> BARROSO, V. *O famoso Norte do Paraná...*, op. cit., p. 37.



imagem e o papel histórico da Companhia. Entre esses temas, como já apontado, está a questão da violência cotidiana, das epidemias, da prostituição, dos conflitos de terra, da erradicação dos índios e posseiros, da precariedade da infra-estrutura, etc.

A CTNP é vista, de fato, como uma espécie de moderno moisés imobiliário que, com extrema sabedoria, zelo e diligência, soube atrair e conduzir os aventureiros pioneiros para a realização de seus grandes destinos. Essa mistificação tem sua origem no próprio discurso autolegitimante da ação dessa empresa, discurso fundador da historicidade local. Firmado na ideologia do progresso, no mascaramento de interesses privados sob a forma de interesses coletivos, na defesa da propriedade, na ética do trabalho e no elogio da livre iniciativa, esse discurso sempre encontrou aceitação e sustentação entre as elites regionais - que em parte, como herdeiros de uma tradição dos dominadores, também se apropriaram dele. Desse modo, e por meio de diversos mecanismos de transmissão de valores, a saga dos pioneiros na terra prometida é até hoje reproduzida e reafirmada, divulgada acriticamente em livros didáticos e ensinada nas escolas.<sup>111</sup> Talvez nunca uma propaganda tenha ficado tanto tempo no ar.

---

<sup>111</sup> Entre outras publicações de cunho didático, ver, por exemplo, o livro destinado à terceira série do primeiro grau, de autoria de Magda Madalena Peruzin Tuma, *Viver é descobrir... Londrina - Estudos Sociais*. 3.ed. Londrina: Gráfica Ipê, 1992.

## **CAPÍTULO 2**

### **DISTOPIAS E HETEROTOPIAS: A CIDADE ERÓTICA**

## IMAGENS DA MIGRAÇÃO

"Os verdadeiros paraísos são os paraísos que se perderam."

Marcel Proust, *O tempo reencontrado*

Para a maioria dos observadores do "fenômeno" norte do Paraná, a cafeicultura, a explosão demográfica e a urbanização da sociedade local formaram o trinômio definidor do progresso da nova região. O resultado surpreendente da ocupação foi sempre imputado ao modo racional e "democrático" da colonização, na qual o regime da pequena propriedade, somado ao posterior êxito do café, teriam constituído o principal propulsor de um extraordinário incremento demográfico.

Os relatos aludem a um processo intensivo, contínuo, crescente e extremamente rápido de povoamento: "E abriram-se as comportas dos diques populacionais de tôdas as regiões do mundo e torrentes humanas começaram a se deslocar para ali, num ritmo sem igual no Universo."<sup>1</sup> João Kretzen, a exemplo de tantos outros, exprimiu esse mesmo sentimento: "A Cia. de Terras Norte do Paraná atirou, direta e indiretamente, num curto lapso de tempo, um tal número de homens [na região] que achamos um exemplo equivalente só na história das grandes migrações mundiais."<sup>2</sup> As imagens da enchente, da onda ou da avalanche humana foram comumente empregadas para expressar a intensidade e o significado das transformações na estrutura populacional.

As narrativas que contém imagens da explosão demográfica são inúmeras e variadas. Muitas delas estabelecem uma analogia com as corridas do ouro, do petróleo, do diamante ou de outros deslocamentos dessa proporção e natureza. O *far west* norte-

---

<sup>1</sup> N/a, *Norte do Paraná: Eldorado para os antigos...*, op. cit., p. 141.

americano, a ocupação da Califórnia ou de outros "Eldorados" pelo mundo afora são fatos sempre evocados, em termos comparativos, como os únicos capazes de ilustrar fidedignamente a febre migratória e o progresso geral que tomou conta da região, sobretudo a partir dos anos do "ouro verde". Os cronistas eram unânimes: os migrantes vinham atraídos por um canto de sereia que prometia possibilidades amplas de ascensão social:

Uma verdadeira avalanche humana, saindo de todos os recantos do Brasil e até do estrangeiro, se precipitou sobre este Norte, na faina de adquirir terras e se enriquecer de um dia para outro, que tal "estouro da boiada" não será mais contido por nenhuma força humana, nenhuma medida governamental. (...) É em poucos meses e anos, o extremo norte-oeste do Paraná se encheu de colônias, de povoados, de cidades que, tanto os mapas como as estatísticas dêste mesmo Norte já estão atrasadas e erradas ao serem publicadas...<sup>3</sup>

Se é verdade que a terra prometida fica sempre do outro lado de um deserto, a propaganda colonizadora, como vimos, soube criar uma miragem sedutora que não só atraiu milhares de pessoas para as terras novas como impregnou todo o imaginário sobre a região. É certo que as mensagens persuasivas difundidas pelo *marketing* tinham um destinatário bem traçado:

O rápido povoamento da região colonizada pela CTNP foi em parte resultado da propaganda de venda de lotes em vários estados, principalmente no interior do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, visando atrair os agricultores - arrendatários e colonos - que, devido à facilidade de pagamento, poderiam ser proprietários de alguns alqueires no Norte do Paraná.<sup>4</sup>

Porém, como é sabido, a expansão do capitalismo não se efetua com os proprietários como únicos agentes históricos. Essa é uma constatação muito banal, é verdade, mas que freqüentemente é "esquecida" quando se discorre sobre o processo de

---

<sup>2</sup> KRETZEN, J. *A ascensão vertiginosa da agricultura no Norte do Paraná*. In: *As grandes potências econômicas...*, op. cit., p. 9.

<sup>3</sup> BARROSO, V. *O famoso Norte do Paraná...*, op. cit., pp. 29/30.

colonização. Convém por isso afirmar o óbvio: nem só de pequenos proprietários se fez o "norte do Paraná", embora esses sejam os privilegiados pelas análises que fazem da ocupação da terra na região "um exemplo racional de reforma agrária".<sup>5</sup> A par com um número significativo de grandes e médios proprietários de terras, empresários, comerciantes e profissionais liberais, o mito do Eldorado atraiu principalmente um enorme contingente de despossuídos que não encontraram, no campo ou nas cidades, nem o ouro nem o maná celestial. Como meeiros, colonos ou assalariados agrícolas, ou ainda como trabalhadores urbanos, operários e prostitutas, desde os primórdios essa legião anônima realizaria o sonho da riqueza alheia.

Portanto, além dos virtuais proprietários - detentores do capital dinheiro e da força de trabalho familiar -, o *marketing* colonizador visou desde o início atrair trabalhadores em geral, que constituiriam o indispensável "capital humano" para o trabalho de desbravamento, implantação da agricultura comercial, construção das cidades, etc. Aquela propaganda acenava, também para esses outros, com a mesma promessa de acesso à terra, a mesma perspectiva de ganho e lucro, a mesma possibilidade de realização do sonho da pequena propriedade, o mesmo passaporte ilusório para o mais perfeito e feliz dos mundos.

O trabalho colossal de derrubar as matas, abrir estradas de rodagem, construir a estrada de ferro, formar grandes cafezais e erguer cidades, criava uma grande demanda de força de trabalho para os mais diversos setores, mas principalmente para as "lides gloriosas de Ceres", a agricultura. Em 1950, Haroldo Ascoli descrevia a febre

---

<sup>4</sup> LIMA, Enezila de. *O ensino superior em Londrina*. In: *Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas*. Londrina: UEL, 1991, p. 4.

<sup>5</sup> O discurso liberal atribuiu à colonização um caráter democrático e de justiça social devido ao predomínio da pequena propriedade. A "verdadeira reforma agrária racional, ordeira e sistemática" teria contribuído para fazer do norte do Paraná uma porção territorial imune aos grandes problemas sociais que sempre afligiram o país, e onde todos, em igualdade de condições, puderam encontrar a felicidade e a abundância.

migratória que se vivia na região e as levas de adventícios atraídos pela fama do novo Eldorado:

Caminhões, vindos dos pontos mais recuados, trazem, diariamente, com os apetrechos de mudança, novos braços para as lides gloriosas de Ceres. Casais animosos, famílias inteiras, do Septentrião, do Nordeste, do Centro e do Sul do país, e, também, de diversas nacionalidades, vêm fixar-se naqueles rincões de promessa, em que a cupidez poderá ser satisfeita e a fortuna assegurada.<sup>6</sup>

O deslocamento de contingentes humanos para a nova região produtora de deveu, em grande parte, à expansão da oferta de emprego no campo, e também, em menor proporção, nas nascentes cidades. Sabe-se que a redistribuição da força de trabalho entre as regiões produtoras do país - a melhor definição para o que os demógrafos chamam de migração interna - foi um fenômeno que se intensificou a partir de meados dos anos trinta, com a grande crise econômica e com o declínio da política imigratória subvencionada pelo Estado. Assim, o mito de mais uma Terra de Promissão e novo Eldorado respondia - como em outros momentos e lugares desde o período colonial -, a um "problema" estrutural e permanente da economia capitalista nessas ou em outras latitudes. Nesse sentido, as frentes pioneiras de expansão agrícola, sejam dirigidas por particulares ou pelo Estado, foram também uma forma de absorver o "excedente" populacional de outras regiões, principalmente a massa rural de áreas "estagnadas" ou de grande concentração fundiária - e, conseqüentemente, de grande pobreza e miserabilidade. Uma das principais regiões ofertantes de mão-de-obra para o norte do Paraná será o nordeste do país.

Assim, as imagens difundidas sobre as amplas oportunidades oferecidas pela "Nova Canaã Brasileira" serviram eficientemente para suprir a necessidade de força de trabalho a ser empregada na ação colonizadora como um todo. E só funcionaram nesse sentido, só foram "eficazes" porque iam ao encontro de necessidades, carências e

esperanças mais profundas de uma legião de expropriados de todos os quadrantes, que vinham atraídos pela vaga promessa da propaganda.<sup>7</sup> Os ditos informais que circulavam na década de trinta, mas principalmente nos anos quarenta e cinqüenta, eram de que no norte do Paraná as condições de trabalho eram amplas e rentosas, que o dinheiro corria muito e solto, e que quem não tivesse preguiça, ficaria logo rico.<sup>8</sup>

Como centro da região, a cidade de Londrina recebia em dobro esses mesmos atributos e significados. O radialista, advogado e cronista Oliveira Junior, que desembarcou na cidade em 1951, rememoraría anos depois o seu primeiro encontro com a "famosa e maravilhosa cidade". Como muitos outros migrantes, o então jovem jornalista, "de origem humilde", viera conferir o mito, por ele totalmente endossado, de uma ilha *sui generis* de progresso e prosperidade em pleno sertão do Brasil:

Tu [Londrina] já não me eras estranha quando te vi num primeiro encontro, naquela noite luminosa de julho, porque nos dias em que senti de perto o cheiro forte de tua poeira vermelha e respirei a tua atmosfera envolvente, teu nome já corria mundo, com a fama de uma nova maravilha que repontava no setentrião paranaense, desafiando as leis do urbanismo e da estética, e dando a um povo aventureiro e sedento de progresso um novo senso do futuro, um conceito inédito de vida em sociedade.<sup>9</sup>

Mas para a imensa maioria, cedo as grandes esperanças tornaram-se ilusões perdidas. Já em meados dos anos trinta os jornais de Londrina noticiavam os esforços da caridade cristã para remediar os males sociais e incrementar o natal dos pobres.

---

<sup>6</sup> ASCOLI, Haroldo Renato. *Terras de promessa no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1950, p. 111.

<sup>7</sup> "Nós viemos para cá, porque eu era solteiro, [viemos] eu e meu pai, através das propagandas. Eles mandavam aqueles cartazes bonitos, bastante gado, galinha, cabrito, porco, roça, arroz, café, madeira. Aquilo chamava a atenção (...). Então viemos atrás de uma propaganda." Depoimento de Miguel dos Santos. Apud ADUM, S., op. cit., p. 69.

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, o depoimento de João Mineiro, Núcleo de História Oral do C.D.P.H.-UEL, Coleção Ethos do Pioneiro, ou o de D. Maria Angélica de Lima: "E: 'A Sra. já tinha ouvido falar no Norte do Paraná quando veio para cá?' D: 'Já, porque o Norte do Paraná fez propaganda como a galinha bota ovo, não é? Que cocoreca bastante! Não tinha um pedaço do Brasil que não tivesse propaganda do Norte do Paraná! Toda parte tinha. (...) E: 'E o que se falava do Norte do Paraná nesta época?' D: 'Ah! Que tinha muito dinheiro. Corria muito dinheiro. Que o povo todo era rico.'" Apud ARIAS NETO, José Miguel. *O pioneirismo: discurso político e identidade regional*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n. 28, 1994, p. 199.

Transformados em colonos e parceiros nas lavouras de café, essa legião daria origem, com a erradicação dos cafezais e a mecanização agrícola na década de sessenta, ao fenômeno do *bóia-fria*, personagem social típico da região, desenraigado do campo e pária nas favelas e periferias das cidades. Para esses, como para muitos outros, aquela promessa ficaria eternamente por se cumprir.

Mas, a despeito disso, a migração continuou a surtir seus efeitos. E o que de início era, em grande parte e de certa forma, um movimento induzido e estimulado pelo capital colonizador, tornou-se mais e mais espontâneo e independente à medida em que o desenvolvimento econômico regional ia se acelerando. É o que o nosso autor anônimo quis dizer quando escreveu que, a partir de determinado momento, "a imigração tomou conta da propaganda":

E inaugurou-se uma época empolgante cujo episodiário se foi desenvolvendo com amparo em fatos e acontecimentos. Proveio daí a fama adquirida pelo Norte do Paraná de ser o rincão de terras mais férteis do mundo inteiro. E isso, ilustrado pelo milagre de Londrina, motivou o contínuo e cada vez mais volumoso afluxo de gente originária de todos os quadrantes do globo, que as busca com a mesma ânsia dos antigos caçadores de ouro da Califórnia ou de diamantes no sul da África.<sup>10</sup>

Os números do processo de povoamento são realmente notáveis. O sistema de colonização adotado - principalmente no chamado "norte novo" - e a importância que nele desempenhou a migração interna, fizeram com que o crescimento da população do Paraná, no século XX, fosse mais significativo que o de qualquer outro estado do país.<sup>11</sup> Entre 1872 e 1970, a população paranaense passou de 126.722 para 6.997.682 habitantes (de décima-sexta para quarta posição no Brasil em tamanho de população). Os estudos

<sup>9</sup> OLIVEIRA JUNIOR. *Eu e tu e outras crônicas*. Londrina: Diretório Central dos Estudantes, 1974, p. 5.

<sup>10</sup> N/a, *Norte do Paraná: Eldorado para os antigos...*, op. cit., p. 148.

<sup>11</sup> "O Paraná foi o Estado que mais cresceu, demograficamente, entre 1890 e 1950. Nesse período, sua população cresceu de 754%, ou seja, mais de oito vezes e meia. Segundo os 'Flagrantes Brasileiros', do IBGE, o maior incremento experimentado pelo Estado ocorreu entre 1940 e 1950, quando a população aumentou, em números absolutos, tanto quanto entre 1890 e 1940." N/a, *O Estado que mais cresceu, Folha de Londrina*, 02/02/57.



demográficos foram unânimes em atribuir à colonização da porção setentrional do estado a principal razão desse intenso e constante crescimento: a "revolução agrícola" provocada pelo café teria significado também uma "revolução demográfica" no Paraná. De fato, o grosso do povoamento se processou no século atual, intensificando-se principalmente a partir dos anos quarenta e refreando a partir dos anos sessenta, justamente o período de auge da cafeicultura no Paraná.

As altas taxas de crescimento demográfico foram sempre uma constante em diferentes (e datados) tipos de análise da história da região. Como demonstrou o estudo de France Luz, o avanço da "frente pioneira" no norte do Paraná alteraria sobremaneira o ritmo da evolução populacional desse estado. Desde o final do século XIX até os anos sessenta deste século, o crescimento demográfico verificado no Paraná foi sempre superior à média do país. E, dentro desse processo, o período intercensitário 1950/60 registraria o maior índice de crescimento: 101,7% (para uma população de 2.115.547 habitantes recenseados em 1950, esse número dobrou para 4.263.721 no censo de 1960, dos quais 2.431.498 (57%) residentes na região norte, conforme delimitada pela autora). Os dados referentes à população residente no "norte" são ainda mais significativos: de 1920 a 1940, a população cresceu 368,8%, uma média de 184,4% por década intercensitária; de 1940/50, cresceu 186,2%; de 1950/60, o crescimento verificado foi de 149,6%, demonstrando um refreamento no fluxo migratório que se verificaria pelas décadas seguintes: o período entre 1970/80 apresentaria inclusive uma taxa negativa (-14,7%), ocasionada principalmente pela expulsão do homem do campo. Mas para uma frequência de 72.627 habitantes

residentes na região em 1920, Luz calcula em 3.691.940 o número de habitantes residentes em 1970, o que representa um crescimento da ordem de 5.083,4%!<sup>12</sup>

Vê-se, portanto, o quanto o imaginário do Eldorado na nova cafelândia paranaense funcionou em termos de atração populacional. Atribuir tamanhos resultados unicamente à eficácia do *marketing* imobiliário-colonizador seria uma conclusão apressada, superficial e equivocada. Essa análise não apenas superestimaria o papel da propaganda, como seria incapaz de perceber mudanças mais sutis nesse processo. Com o *boom* da cafeicultura em meados dos anos quarenta, aquele imaginário fáustico, forjado em parte pela propaganda, *autonomizou-se* completamente em relação a ela, ao mesmo tempo em que se inflacionou. No vácuo da elevação dos preços do café, a idéia do novo Eldorado atingia seu clímax, alcançando uma dimensão inusitada e paroxística. Essa “descolagem”, espécie de autonomização simbólica, ocorreu à revelia do discurso publicitário, que inclusive já fora quase que totalmente desativado pela empresa colonizadora, agora nacionalizada. Se de fato, como vimos, a propaganda instrumentalizou o mito, potencializando certos temas e conteúdos relativamente difundidos, não é menos verdade que o mito cresceu com a propaganda, a ponto de funcionar independentemente dela. Em certos momentos tem-se mesmo a impressão de que, semelhante à lenda de Fausto ou o conto do aprendiz de feitiçeiro, a propaganda fugiu ao controle de seus divulgadores. Esse sentimento de perda do controle sobre o fluxo migratório é facilmente perceptível nos anos cinqüenta, principalmente no discurso das novas elites urbanas, preocupadas com os efeitos negativos da “invasão” da cidade pelos pobres, miseráveis e marginais, principalmente jogadores, ladrões e prostitutas.

---

<sup>12</sup> Cf. LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião Norte Novo de Maringá (1950-1980)**. Tese (Doutoramento em História). São Paulo: Depto. de História da Universidade de São Paulo, 1988.

Na verdade, a difusão informal, oral e arbitrária desse ideário parece ter tido uma eficácia simbólica muito mais abrangente que a propaganda formal, difundida pelos meios de comunicação da época, notadamente o rádio e a imprensa escrita. Uma hipótese que requereria maior pesquisa: a de que a repetitividade na mídia escrita tenha contribuído relativamente pouco para a difusão dessas imagens, dado o reduzido universo da população-alvo - a maioria semi ou completamente analfabeta - que tinha acesso aos jornais, revistas, folhetos, etc. A CTNP não descuidou disso e intensificou também os reclames no rádio e a divulgação por meio de filmes. Não é difícil conjecturar, ainda, que o grande trabalho de disseminação dessas imagens tenha sido feito boca-a-boca, tendo os corretores imobiliários - os chamados *picaretas*, verdadeiros agenciadores de pioneiros - desempenhado um papel fundamental na dispersividade daquelas representações da terra fáustica. Personagens folclóricos na história da colonização, os *picaretas* tornaram-se famosos pela esperteza, pela eloqüente discursividade e pelos métodos pouco ortodoxos que utilizavam para atrair compradores e vender terras - a ponto de incorporarem, nas crônicas e memórias, o estereótipo do malandro. Os corretores espalharam-se pelo país e a empresa montou escritórios em várias cidades. Não é descabido supor que foi esse imaginário autonomizado e disperso, muito mais que os métodos usuais da publicidade, que alimentou a motivação psicológica dos adventícios, principalmente dos migrantes nacionais.

Para as elites que se formavam e se enraizavam no lugar, o espetáculo cotidiano dessa torrente humana tinha significados contraditórios. Por um lado, numa perspectiva puramente utilitária, toda essa massa de migrantes era bem vinda. Os grupos dominantes na região - e principalmente os cafeicultores - tinham interesses pragmáticos pelo afluxo contínuo e controlado de mão-de-obra, notadamente da força de trabalho rural. Criar um contingente disponível de trabalhadores é um modo sempre eficaz do capital (sob

qualquer de suas formas) manter os salários em baixa e conseqüentemente aumentar os lucros que advém da exploração do trabalho. De forma análoga, nas nascentes cidades - que rapidamente se especializavam como centros comerciais e prestadores de serviços -, os proprietários do capital viam com bons olhos a formação de um quadro de funcionários e trabalhadores urbanos. O mesmo pode ser dito quanto à indústria local, que, apesar de relativamente incipiente, demandava a constituição de uma população operária.

Mas essa mesma avalanche de homens e mulheres - "atraídos, quase todos, pela miragem do lucro", como diagnosticava a *Folha de Londrina* -, engendrava sentimentos ambíguos, principalmente naqueles que se referiam à cidade empregando antes um pronome possessivo: "nossa cidade". Na imprensa, as análises cotidianas buscavam ponderar os aspectos positivos e negativos de um "desenvolvimento demográfico que até agora excedeu as previsões dos mais experimentados administradores". Nas levas e levas de "imigrantes internos", era preciso mais do que nunca separar o joio do trigo:

Atraídos pelo progresso fenomenal de Londrina, vieram à nossa cidade povos de todos os recantos do país e até do universo. Gente boa, honesta e trabalhadora aportou por estas paragens. Acompanhando as levas de imigrantes internos, chegaram a Londrina centenas de maus elementos. Gatunos, vigaristas, charlatães, vagabundos e outros tantos desclassificados da sociedade (...) indivíduos que passam dias e noites seguidas nos bilhares da cidade, desonestamente angariando dinheiro para sua manutenção. São mal educados, trapaceiros e desavergonhados, inimigos de um trabalho dignificante...<sup>13</sup>

Esse discurso foi típico das elites urbanas a partir do final dos anos quarenta e por toda a década seguinte, evidenciando as mudanças sociais que se operavam e seus efeitos no ideal de ordem e disciplina desejado para a cidade.

A grande alta do café coincidiu historicamente com a perda de hegemonia da CTNP sobre a produção do espaço urbano, com a perda de seu monopólio sobre o poder local. Doravante, o café funcionaria como principal fator de catálise da atração

demográfica. Em muitas representações da época, o fausto do café aparece como o cumprimento histórico da promessa dadivosa difundida pela propaganda, como prêmio para *todos* aqueles que acreditaram nela. As representações em torno da *terra de promessa* - lugar onde, conforme a própria etimologia da palavra, o progresso e a riqueza são ainda *promessas* - cedem lugar às representações em torno da idéia de *Eldorado*, onde a virtualidade da riqueza e do progresso tornou-se atualizada.<sup>14</sup> O novo contexto da cafeicultura funcionou como fator inflacionário das representações sobre a opulência e a bonança regional. Com o café, a aura fáustica que envolvia a região como um todo e sua "capital" em particular atingiu uma situação de auge. Atraídos, como diziam os jornalistas, pela "força magnética do café", mais do que nunca os migrantes buscavam a famosa cidade.

Ao longo de toda a década de cinquenta, estará presente nos discursos o tema do *fechamento da fronteira* e a própria crítica ao mito do Eldorado. O jornalista, advogado, e vereador Dionísio Kloster Sampaio foi um dos raros intelectuais que não se deixou embalar pelo discurso imperante nos enunciados públicos das elites. Numa analogia ao mesmo tempo crítica e melancólica (ou melancólica porque crítica), Sampaio comparou a formação da sociedade local a um banquete, sintetizando em seus diversos momentos todo o processo de colonização e seus resultados sociais. Para o vereador, Londrina era "menos o grande Eldorado da fortuna material do que um grande campo de lutas sociais em formação":

Todos vieram, sem dúvida, para o grande banquete. Uns chegaram cedo, tomaram os melhores lugares, comeram e beberam de empanturrar-se. Outros vieram tarde, encontraram a mesa lotada, mas meteram os peitos e botaram comensais para fora, tomando-lhes as cadeiras e os pratos. Entretanto, desde os que vieram primeiro até os que vieram tarde, houve muitos que ficaram fora do ágape. Uns porque foram impedidos de tomar os lugares ainda

<sup>13</sup> N/a, s/t, *Folha de Londrina*, 03/08/52.

<sup>14</sup> Cf. ARIAS NETO, J.M. *O Eldorado...*, op. cit., passim.

vagos, eis que estavam mal trajados ou não pertenciam à sociedade dos convivas. Outros porque careceram de forças para abrir vagas nas mesas dos comensais.

Assim, embora havendo iguarias e vinhos em excesso, suficiente para todos os presentes, uns comeram demais e outros ficaram com fome. E apareceram uns morrendo de indigestão enquanto outros expiravam de inanição.<sup>15</sup>

Em nenhum outro lugar o tema do fechamento da fronteira é mais evidente e significativo que no episódio das tabuletas colocadas nas entradas da cidade. Muito comentado, esse fato teve vários registros e versões, que lhe dão conteúdos e interpretações um tanto diferentes. Mas em todas as ocorrências, seus dizeres expressam um certo temor, um determinado cuidado com o "outro", um desejo de controlar os fluxos de população para a cidade. Nasser indicou que o aviso tinha um destinatário certo: "(...) à entrada de Londrina, uma tabuleta avisava aos vigaristas que 'outros trinta mil haviam chegado com as mesmas intenções e haviam partido sem as mesmas intenções'".<sup>16</sup> Em um de seus romances satíricos, Edson Maschio evocou a história das tabuletas na seguinte passagem:

Um despeitado da vizinhança botara uma tabuleta na entrada da cidade, nela escrevendo frase aguda que escarnecia a ambição dos homens. Era vazada neste têrmo: "IGUAL A VOCÊ AQUI TEMOS DEZ MIL. POR CARIDADE, VOLTE." Não a retiraram dali. O povo a julgou conveniente, afirmando que, de maneira vigorosa, servia para refrear o ânimo de cobiça e sem-vergonhice dos recém-chegados.<sup>17</sup>

O desenvolvimento econômico regional implicou, necessariamente, o acirramento das contradições do progresso, das fricções sociais e das tensões da modernidade urbana. Era chegado o momento da contabilidade histórica e da crítica mais realista dos resultados da colonização. A idéia de "cidade aberta" e de "sociedade de fronteira", em que as oportunidades apareciam como amplas, gerais e irrestritas, passava a ser questionada por muitos como um mito contraproducente, sobretudo para a forma e o conteúdo imaginados para a cidade. As *distopias* urbanas passavam a ser um assunto cada

<sup>15</sup> SAMPAIO, Dionísio K. *Lutar é viver. Folha de Londrina*, 31/08/57.

<sup>16</sup> NASSER, David. *Geada*, op. cit., p. 25.

vez mais presente no cotidiano das elites. Eram tematizadas sobretudo na imprensa, principal *locus* daquela típica subserviência voluntária dos intelectuais identificados com o poder - ou melhor, que exercem eles mesmos um tipo específico de poder, o da palavra.

O desejo de fechamento da fronteira é perceptível, *grosso modo*, desde fins dos anos quarenta, atravessando a década de cinquenta como um conteúdo manifesto do discurso dominante. Marinósio Filho e Marinósio Neto chegarão a afirmar que os dizeres daquela hospitaleira recepção figuraram até "na maquete do símbolo de Londrina, em que se lia: 'Volte, iguais a você, aqui, já temos 10 mil'."<sup>18</sup> Na década seguinte, Samuel Guimarães da Costa perceberia esse desejo de controle das mobilidades desgovernadas e relembriaria, atribuindo-lhe causas econômicas, o caso daquela "acolhida" aos forasteiros:

Nessa área super-colonizada do setentrião paranaense, o povo (sic) começa a olhar com desconfiança a chegada de novos forasteiros, para os quais já não existem as facilidades de outros tempos. Diz-se que o povo de Londrina certa vez chegou a pleitear das autoridades locais a instalação de grandes cartazes em todas as entradas da cidade com esta frase: "Igual a você, aqui temos dez mil. Volte." É o zelo pelo "bolo" da renda local duramente acumulada e o temor de ter que dividi-la cada dia em fatias menores.<sup>19</sup>

O desejo expresso de recuperar o ideal daquele malthusianismo urbano - perdido em meio ao processo de formação da cidade - tinha, na verdade, significados mais profundos que os econômicos. Ele denotava um medo político subjacente no imaginário das classes dominantes: o medo das massas, o temor causado pelo aumento da população pobre, pela presença perigosa da multidão. Apesar de não ser nenhuma metrópole, um espectro rondava a cidade: o espectro da multidão. Como demonstra uma volumosa historiografia, esses sentimentos foram incorporados ao inconsciente burguês desde o século passado, com a revolução industrial e o inchaço das cidades. Esse medo relacionou-

<sup>17</sup> MASCHIO, Edson. *Escândalos da Província*. Londrina: Promoções Publicitárias, 1959, p. 141.

<sup>18</sup> MARINÓSIO FILHO & MARINÓSIO NETO, *História da imprensa de Londrina*: do baú do jornalista. Londrina: Editora da UEL, 1991, p. 77. Conforme uma foto reproduzida na mesma página, trata-se da maquete de um obelisco a ser colocado nas entradas da cidade, em comemoração ao seu jubileu de prata em 1959.

<sup>19</sup> COSTA, S.G. *Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado...*, op. cit., p. 10

se, antes de tudo, com o controle do espaço, com o domínio da cidade e de seus territórios.

Analisando o contexto europeu, escreveu Michel Foucault:

A partir dessa época, se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres.<sup>20</sup>

No caso de Londrina - como em todas as cidades originalmente planejadas segundo os princípios do urbanismo moderno - as considerações de Foucault precisariam ser recontextualizadas. Nesses casos, a organização e a separação funcional dos espaços faziam parte, como vimos, do próprio projeto de cidade. Esses princípios acompanharam os esforços de implementação do modelo e da imposição autoritária da ordem e da disciplina nele inscritas. Em outras palavras, as cidades planejadas nascem já como frutos de uma determinada *estratégia*, no sentido foucaultiano do termo: um conjunto coerente de práticas normativas que funcionam independentemente da reflexão na consciência individual dos sujeitos ou da consciência coletiva de uma classe dominante que leva a efeito seus mecanismos.

As elites locais vivenciavam, portanto, não apenas o temor de uma desordem contingente, mas um sentimento de perda de uma ordem urbana originária da própria cidade. Perda de algo que, como o verbo, já estava no princípio. Ruína de uma estratégia disciplinar que tinha “dado certo” até então. Em 1954, um jornalista colocava o problema com todas as letras:

É fato, tantas vezes decantado, que o Norte do Paraná teve desenvolvimento incomum, acontecendo o que estamos combatendo seguidamente: o crescimento desordenado da cidade criou problemas de toda espécie, que demandam agora soluções de conjunto para *disciplinar a vida em coletividade*.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da medicina social*. In: *Microfísica do poder*. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 94.

<sup>21</sup> N/a, s/t, *Folha de Londrina*, 10/11/54. Sem grifos no original.



Aquele medo urbano e essa necessidade imperativa de (re)disciplinar a vida do coletivo não eram sentimentos gratuitos. Na década de cinquenta, a sociedade pioneira vivenciava, como vimos, uma fase de intensa aceleração de seu processo de urbanização. As transformações aceleradas resultaram, em curtíssimo prazo, na falência do modelo original de cidade planejada. É como se a utopia capitalista da cidade planejada fosse incompatível com sua própria evolução, explodindo no ato mesmo de sua impossível efetivação histórica; como se sua meta, o progresso, fosse ao mesmo tempo seu verdugo.

De fato, a intensificação das contradições sociais resultava na crise de sua geopolítica urbana original. Os anos do ouro verde, como demonstram recentes pesquisas sobre a história local, representaram a falência da utopia da cidade ideal, planejada como cidade modelo para ser a capital do complexo colonizador. Com a intensa migração, a "hierarquização artificial e tensa" do espaço urbano cedeu em vários pontos. Os pobres e marginais começaram a penetrar e ocupar cada vez mais os espaços refinados da *urbs*, num momento em que, impulsionada pelo milagre do café, a sociedade dominante colocava em prática projetos de modernização urbana em consonância com os "novos foros de civilização" trazidos pelo progresso. O adensamento da população urbana colocava abaixo a antiga funcionalidade e estratificação dos espaços. A confusão dos territórios (e dos corpos que os ocupam) ameaçava minar os princípios de diferenciação e circulação que constituíam a lógica de organização e disposição dos blocos de espaço. O modelo utópico da cidade do capital - o ideal da *urbs* racional, asséptica, ordenada e harmoniosa -, sucumbia às contradições do progresso que revolvia a cidade real, imersa em relações sociais tensas e conflituosas.

Nascida da lógica e do artifício, a cidade ideal não apenas precede a cidade real, mas permanece inscrita nesta como uma imagem da perfeição urbana que deveria ser

mantida em seu devir histórico concreto.<sup>22</sup> A cidade ideal permanece no imaginário dos que a dominam, mesmo (ou principalmente) quando as contradições da cidade real evidenciam a falência daquele sonho utópico. Daqui por diante, a ação racionalizadora/normatizadora dos poderes urbanos objetivará uma nova disposição das gentes e das coisas, uma nova regulação dos fluxos, uma nova imposição do modelo disciplinar. Numa passagem muito bela, Italo Calvino escreveu que a cidade é um símbolo complexo que permite exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas.<sup>23</sup> Talvez não fosse improdutivo buscar essa tensão no próprio cotidiano da história, no próprio chão da cidade.

A evolução demográfica de Londrina ilustra bem as transformações ocorridas. Como sabemos, a Londrina dos ingleses fora planejada para comportar um número restrito e determinado de habitantes: "uma cidade que nunca ultrapassaria de 15.000 almas, em tempo algum", como escreveu Zortéa. Mas esse *optimum* de população, expectativa adequada ao ideal de cidade-jardim e ao funcionamento harmonioso de uma pequena máquina urbana, logo seria ultrapassado pela avalanche humana que diariamente desembarcava de mala e cuia na nova capital mundial do café. Em 1940, a população de Londrina somava 75.296 corpos. Em 1950, apesar da perda de áreas desmembradas<sup>24</sup>, a população total era de 72.144 habitantes. Escreveu Sônia Adum:

Londrina, fim da década de quarenta, início dos anos cinquenta. Retrato de uma cidade que havia sofrido rápida transformação urbana. A população mais que dobrara desde 1940. Entre 1950 e 1960 este movimento continuara acelerado, atingindo a marca, em 1960, de 134.821 hab., cifra muito superior àquela de trinta anos

<sup>22</sup> Para uma análise das contradições entre a "cidade ideal" e a "cidade real", ver: RAMA, Angel. *A cidade das letras*, op. cit., passim.

<sup>23</sup> CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 85.

<sup>24</sup> "Em 1940, Londrina era um município de 75.296 habitantes e possuía uma área equivalente ao Estado do Sergipe. Se não houvesse sofrido nenhum desmembramento no período intercensitário, teria figurado no Censo de 1950 como o sexto município do Brasil em população. Com efeito, na área integrada por Londrina, Arapongas, Apucarana, Rolândia, Mandaguari e Cambé, até 1943 uma só comunidade, viviam 373.774 habitantes, mais do que em Belo Horizonte e pouco menos do que em Porto Alegre." N/a, s/t, *Folha de Londrina*, 20/08/57.

atrás, quando o embrião de cidade não era mais do que um acampamento no meio da mata. Nesta década, processava-se também o início de uma inversão na proporção entre a população rural e urbana, quer dizer, um aumento da população urbana em detrimento da rural, movimento este que, a partir desta década, se tornará mais e mais significativo. A cidade passara a ser um ponto de atração maior do que o campo para os inúmeros migrantes que ali aportavam.<sup>25</sup>

Mas, apesar dos números significativos, nem o *quantum* de habitantes nem as taxas da evolução demográfica fornecem um retrato fidedigno ou suficientemente claro de todo o borburinho urbano que modificava a vida da jovem cidade. Afora a migração em grande escala, a cidade recebia ainda um outro tipo de fluxo de gente, característico de polos urbanos regionais: um deslocamento pendular constante da população agregada do *interland* como um todo, que via na cidade justamente a sua capital regional. Esse movimento marcadamente intra-regional é de difícil mensuração estatística. Trata-se do afluxo da população rural circundante e de núcleos urbanos menores em busca daqueles bens e serviços que só a "capital do norte do Paraná" poderia oferecer. Esses bens e serviços iam desde ferramentas agrícolas, comprados nas inúmeras lojas, até serviços sexuais, negociados nas não menos numerosas "casas de tolerância". A cidade recebia também visitantes mais graúdos: com o progresso regional, Londrina - como previra os homens da Companhia - afirmava-se como um centro de comércio: comércio de terras, comércio de cereais, mas, principalmente, comércio de café. Corretores, vendedores e compradores tinham na cidade um ponto obrigatório de passagem. Uma boa imagem desse trânsito são as descrições dos movimentos da rodoviária e da estação de trem, além do aeroporto local, amplamente utilizado pelos grandes fazendeiros e negociantes de café. São essas migrações pendulares, diárias, que criavam o fenômeno das "populações flutuantes", tão característico de Londrina e de relativa intensidade até os dias de hoje. Os apologistas

---

<sup>25</sup> ADUM, S., op. cit., p. 184.

não deixariam de assinalar, como sintoma de progresso, a intensidade desse incessante *frenesi*:

O movimento da Estação Rodoviária de Londrina (...) indica o dinamismo da vida da urbe. Mais do que o dinamismo da vida da urbe, mostra como Londrina é poderosa bomba econômica a pulsar no coração da terra norte-paranaense, recolhendo e irradiando seres humanos que gravitam em derredor da cidade, fazendo dela o "eixo" da região setentrional do Estado. 1.900.000 pessoas passaram, em 1956, pela Estação Rodoviária, num vai-e-vem contínuo e incansável, numa agitação indormida e inextinguível. Dia por dia, das madrugadas à noite, sob chuva, frio, ou sob o sol tórrido dos trópicos, incessante borborinho humano a movimentar-se continuamente, numa autêntica sinfonia de trabalho, qual o resfolegar perpétuo de imensa forja a expelir e a aspirar agitados personagens de um ato sem fim.<sup>26</sup>

Mas essa "autêntica sinfonia de trabalho" sempre tivera seus ruídos dissonantes. Esse som agora já não podia ser abafado. Mesmo aqueles mais comprometidos com o discurso ideológico eram obrigados a reconhecer: nem tudo saíra conforme o *script* e o progresso trouxera também suas mazelas:

Bonita paisagem, todos hão de reconhecer! Isto é Londrina: uma cidade onde, apesar do dinamismo que transpira e das fortunas de muitos de seus habitantes, existe muita miséria espalhada, muito problema a ser resolvido. Uma cidade, como se vê, em nada diferente das demais do Brasil. Ou do mundo.<sup>27</sup>

No tabuleiro da cidade, a razão do capital entrava em conflito com a própria razão social, que é a forma como os diferentes grupos organizam os espaços de suas vidas e as vidas de seus espaços, imprimindo a eles forma, função e sentido, e constituindo territórios heterogêneos na tensa geopolítica da urbe. O crescimento "assustador" da prostituição, da jogatina e dos índices de criminalidade acompanharam o surto desenvolvimentista geral da cidade e da região. "Pensões imorais proliferam sem restrições, invadem os bairros residenciais e estendem os seus tentáculos pela cidade toda",

<sup>26</sup> BORBA, Glauco Pereira. *A Estação Rodoviária*. In: *Folha de Londrina*, 28/03/57. Adroaldo Mesquita da Costa, num texto publicado nesse mesmo jornal em 01/11/56, apresentava outros dados: "(...) recebe a cidade, diariamente, cerca de 15.000 viajantes que para ali se dirigem ou de lá saem, cada dia, em mais de 20 ônibus e 60 aviões, das Empresas Consórcio Real-Aerovias, Brasil, Varig, Vasp, Ladia, Reta, Boa Lontax e Atlas."

diagnosticava *O Combate*, a exemplo dos demais periódicos da cidade. Diariamente os jornais denunciavam a chegada em grande escala de "aventureiros e maus elementos", "jogadores, escroques e meretrizes", avessos ao pacto constitutivo que estaria na origem e na fundação de "uma cidade do trabalho e da ordem". Segundo os editoriais alarmistas, Londrina estava sendo "tomada de assalto" por esses tipos indesejáveis, também eles atraídos pela fama de uma cidade onde o dinheiro corria a rodo.

A imprensa passava a tematizar com grande insistência os "problemas urbanos", numa clara reificação dos problemas sociais que se intensificavam como uma outra face do progresso e da riqueza. A falência daquela utopia que estivera na origem da cidade tornava-se a cada dia mais visível e manifesta. Com a explosão populacional e o acirramento das tensões sociais, os espaços estratificados ameaçavam perder sua eficácia hierarquizadora, segregativa e funcional. A explosão dos subúrbios e periferias, os primeiros indícios de favelização e a multiplicação, em pleno centro da cidade, dos "espaços deteriorados" e "decaídos", desmentiam a falácia de uma sociedade *sui generis*. Em resposta a um processo que aparecia como desordenamento, o discurso e a prática dos poderes urbanos voltavam-se, como nunca na curta história da cidade, para um novo arranjo físico, político e moral de seus espaços. Com as novas tentativas de (re)ordenamento, visando manter a disciplina urbana, os poderes urbanos declaravam guerra às margens da cidade. As linhas de batalha dessa guerra merecerão um capítulo à parte neste trabalho.

Antes disso, e para melhor conhecer os personagens envolvidos nela, será preciso recontar a história da cidade de uma outra perspectiva: a perspectiva das margens; será preciso exercitar uma perambulação em ininterrupto ziguezague, do centro para as

---

<sup>27</sup> N/a, *Londrina, capital do Norte*. In: *Folha de Londrina*, 08/06/56. Apud ARIAS NETO, J.M. *O Eldorado...*, op. cit., p. 166.

margens, das margens para o centro. Esse exercício revelará ângulos inusitados da cidade e de sua história. Para além (ou aquém) da repressão e da exclusão, os anos cinquenta foram marcados pela emergência e multiplicação dos espaços lúdicos e territórios eróticos na geografia da cidade. Além de capital do café, Londrina tornava-se famosa como cidade boêmia, uma das capitais da prostituição e da jogatina no país. Em meio às tensões entre a utopia e a distopia, a cidade comportava também uma expansão das *heterotopias* (lugares-outros), principalmente dos bordéis que cresciam em quantidade e subiam de padrão acompanhando os refinamentos do viver urbano. Paralelamente à repressão e às práticas de confinamento e gerência das ilegalidades, Londrina tornava-se uma espécie de meca dionisiaca da elite boêmia, impulsionando negócios tão ou mais rentosos que a preciosa rubiácea. Que a Pequena Londres dos ingleses se tornasse também *la petit Paris* da boemia era uma consequência nunca prevista por seus planejadores, mas que não impedia que fosse celebrada por muitos como uma dimensão insuspeitada de seu progresso.

## A PROSTITUIÇÃO PIONEIRA

“Antigamente, nestas plagas paranaenses, as diversões eram escassas. O elemento humano constituía-se, na sua essência, de moços solteiros. Era justo, portanto, que procurassem onde se divertir.”

Alberto João Zortéa, *Londrina através dos tempos e crônicas da vida*.

A zona do meretrício nasceu com a cidade e prosperou com ela. Há quem afirme que as primeiras *casas de tolerância* “surgiram antes mesmo da fundação de

Londrina”.<sup>28</sup> Não é fácil satisfazer curiosidades genealógicas quando o tema pesquisado tem por personagens pessoas obscuras - ou melhor, colocadas à margem por uma história contada sempre na perspectiva do centro. Na memória da boemia, alguns nomes são evocados para compor a imprecisa e lacônica imagem dos “primórdios”: Isolda, Maria Preta, Cidica, Palmira Branca, Palmira Preta, as primeiras meretrizes e cafetinas da cidade. Apesar de terem marcado épocas e feito escola, pouco se sabe sobre essas mulheres.

Seja como for, não é difícil imaginar que os trabalhos iniciais de colonização tenham estimulado a vinda dessas primeiras mulheres que tinham o sexo por profissão, as prostitutas pioneiras. Num raro registro, Marinósio Filho narrou a fundação da primeira zona de meretrício da cidade, na rua Rio Grande do Sul. As primeiras “casas”, ranchos erguidos com troncos arrancados à mata, não fugiam à fisionomia rústica da cidade pioneira:

A zona do meretrício, pioneira de Londrina, grilou-se na rua Rio Grande do Sul. A sua primeira casa de tolerância ninguém se lembra a quem pertenceu. Os mais antigos contam que foi um dos trabalhadores da Companhia de Terras, pernambucano ou alagoano, o portador da primeira “ninha” para cá. Numa das viagens a Ourinhos, conheceu u’a mulher e a trouxe com promessas de que dinheiro, aqui, “dava que nem jerimum”. A mulher, Maria Loira, Palmira Preta, ou Rosy, entusiasmou-se e veio. (...)

Dentro de uma semana os cômodos de palmito já estavam de pé e houve inauguração com churrascada e muita cerveja. “O movimento, uma coisa de louco”. Semana seguinte, a “moça” viajou até Ourinhos e trouxe consigo umas quatro mais. Bonitas, “linha de frente”, escolhidas a dedo. A notícia das novas “mercadorias”, rapidamente, passou de boca em boca. Era o comentário do lugarejo.

Oficialmente, começa aí a história da rua Rio Grande do Sul. “Casas” fincadas. Grupos de “borboletas” chegando. Descobriram “o tesouro do rei”.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> SEFRIN, Adriane C. & BATISTA, Maria F.C. A prostituição em Londrina (1950-1970). In: CERNEV, Jorge (Org.). *História do Paraná: trabalhos de pesquisa*. Londrina: C.D.P.H.-UEL, 1989, datiloscrito, p. 32. As autoras seguem a periodização feita por Marinósio Filho, que data em 1926 a fundação da primeira casa da zona de meretrício. Mas a cidade só foi fundada em 1929. Nenhum dos textos oferece maiores pistas sobre o assunto. Cf. MARINÓSIO FILHO. *Dos porões da delegacia de polícia*. Londrina: Gráfica Técnica de Londrina/Canadá Produções Didáticas, 1979.

<sup>29</sup> MARINÓSIO FILHO. *Dos porões da delegacia...*, op. cit., p. 6.

Mercadoras do sexo em pleno sertão, essas mulheres parecem ter desempenhado um papel muito importante na sociedade de fronteira. Em meados da década de trinta, Claude Lévi-Strauss não deixaria de sublinhar, no capítulo que trata de sua passagem pela região de Londrina, a importância das “zonas consagradas às distrações” na vida das nascentes cidades. O antropólogo observou que esse tipo de atividade “tem sempre muita importância numa cidade pioneira” e citou o exemplo de Marília, cidade paulista que nasceu de um empreendimento semelhante ao que originaria Londrina:

(...) pois não houve uma época, por volta de 1925, em que Marília, nascida dum empreendimento semelhante, de 600 casas construídas tinha pelo menos 100 de passe, destinadas na maioria a essas *francesinhas* que, juntamente com as irmãs, constituíam no século XIX as duas alas mestras de nossa influência [francesa] no estrangeiro?<sup>30</sup>

Além de Lévi-Strauss, um outro francês ilustre chamaria a atenção para a importância da prostituição, atividade que, ao lado da jogatina, formava “a tradição ruidosa de todas as cidades pioneiras”. Escreveu Pierre Monbeig:

De resto, por toda a parte, em todos os novos patrimônios prosperam os hotéis e as pensões. Frequentemente são muito animados. Se são boas as circunstâncias econômicas, o patrimônio retoma a tradição ruidosa de todas as cidades pioneiras. Encantam-se os primeiros habitantes de Marília, ao recordar os anos de 1924 a 1928, quando o champanhe corria a rodo, quando se jogava para valer. Em 653 edifícios, somente três eram casas exclusivamente de moradia; 650, locais de comércio, dos quais 87 casas de tolerância. Lembram-se os velhos fazendeiros das “francesas” de Ribeirão Preto; os boiadeiros não se haviam esquecido dos movimentados salões de jogos de Barretos. Tinha passado o tempo dos ganhos fáceis e das despesas suntuárias. Todavia, não perdera a cidade pioneira inteiramente essa exuberância, que também não era estranha ao fascínio exercido tanto sobre os ricos, como sobre os pobres.<sup>31</sup>

Essa exuberância e esse fascínio Londrina manifestou desde cedo. A “nova Canaã” nasceu e cresceu par e passo com a “nova Babilônia” que lhe era correspondente,

<sup>30</sup> LÉVI-STRAUSS, C. Zona pioneira. In: **Tristes Trópicos**. Trad. Jorge C. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 119.



cidadela maldita e dionisíaca, a um só tempo integrada à estrutura urbana e mantida forçosamente como um mundo separado dela.

As heterotopias da prostituição nasceram no seio da utopia urbana, ou melhor, no seu baixo ventre. Enquanto a utopia do capital exprimia o desejo de espaços perfeitos, idealidades inexistentes em lugar nenhum, as heterotopias concretizavam a existência de *espaços-outros* às margens do espaço real. Como escreveu Michel Foucault,

As utopias são os lugares sem espaço real. São os lugares que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou invertida. É a própria sociedade aperfeiçoada, ou é o contrário da sociedade, mas de qualquer forma essas utopias são os espaços que são fundamental e essencialmente irrealis.<sup>32</sup>

Enquanto a utopia remete para espaços imaginados como ideais, as heterotopias são lugares reais, efetivos, “lugares que se delineiam dentro das instituições da própria sociedade”. Elas são, ainda segundo Foucault,

uma espécie de contralugares, espécie de utopias efetivamente realizadas, nas quais os lugares reais, todos os outros lugares reais que podemos encontrar no interior da cultura, são representados, contestados e invertidos; espécie de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, porque eles são absolutamente *outros* em relação aos lugares que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, por oposição às utopias, de heterotopias.<sup>33</sup>

Entre os inúmeros tipos desses lugares diferentes - “espécie de contestação ao mesmo tempo mítica e real do espaço no qual vivemos” - Foucault inclui “os famosos bordéis dos quais nos encontramos hoje privados”. Os bordéis teriam, como toda heterotopia, uma função em relação ao espaço restante. O filósofo levanta a hipótese de que talvez, por longo tempo, os bordéis tenham desempenhado um papel: “o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todos os

---

<sup>31</sup> MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros...*, op. cit., p. 359.

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. *Espaços-outros...*, op cit., p. 16.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.

lugares no interior do qual a vida humana está aprisionada.”<sup>34</sup> Veremos que os bordéis podem desempenhar vários outros “papéis”.

As margens prosperaram com o centro. Veremos mais adiante como, na curta história de Londrina, as imagens do progresso formuladas para representar o crescimento da cidade são análogas àquelas utilizadas para representar o crescimento de suas margens, embora, na maioria das vezes, essas apareçam com o sinal invertido, como coisa negativa. Antes disso, convém levantar uma questão fundamental para se entender a importância que a prostituição assumiu na vida cotidiana da cidade e da região.

A literatura e a imprensa provincianas, bem como as reminiscências de antigos boêmios, são pródigos em ressaltar, negativa ou positivamente, a dimensão paroxística que o mundo da prostituição atingiu em Londrina desde sua fundação. Nessa categoria aparece também a jogatina, principalmente as modalidades de carteadado, sendo que a cidade se tornaria, principalmente nos anos cinqüenta, um ponto de atração para jogadores profissionais. Mas qual a explicação para o estrondoso sucesso dessas profissões ilícitas, notadamente da prostituição, no mundo pioneiro?

Do ponto de vista de uma história local, duas respostas podem ser dadas. Em primeiro lugar, e aplicada somente à prostituição, uma causa específica: a grande desproporção entre os sexos nos anos iniciais de povoamento, com o predomínio do número de homens sobre o de mulheres em idade de vida sexual ativa. Em segundo lugar, um motivo mais geral: a própria carência, na vida cotidiana, de espaços de lazer e diversão, de lugares de entretenimento público, de *territórios lúdicos* mais relaxados e porosos. Essas podem parecer respostas um tanto óbvias, mas que apareciam como justificativa mais que suficiente para aqueles que viviam o dia-a-dia da implantação de um “modelo” civilizacional em pleno sertão, quer dizer, para a população masculina adulta do lugar, que

---

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p. 18/19.

constituía a maioria dos primeiros habitantes. Escreveu Farah: “Aquela cidade à parte, que constituía o meretrício, *não deixava de ter o seu fundamento*, tal a avalanche de peões solteiros que emigravam em Nortepá.”<sup>35</sup>

José Maria Tavares de Andrade demonstrou, por amostragem aleatória, que a predominância de indivíduos do sexo masculino foi significativa nos anos iniciais do desbravamento, comprovando sua hipótese de que, nesse período, a presença de mulheres tornava-se mais difícil “pelo fato da vinda de homens ter um caráter de aventura ou de tentativa de transferência” para a nova terra. Confrontando o quadro do ano de chegada dos “pioneiros sem família” com o quadro do ano de chegada das “famílias pioneiras”, esse sociólogo pôde estabelecer estatisticamente algumas datas médias: uma data de chegada dos pioneiros sem família (29,33, ou seja, 1929, data de fundação do povoado) e uma outra (33,33, ou seja, 1933) para a chegada das famílias pioneiras, isto é, “dos que vieram trazendo esposa e filhos”. A partir desses dados, Tavares concluiu:

A diferença de média entre os dados (...), ou seja, 4 anos, revela a importância da variável tempo para explicarmos que a vinda de mulheres das famílias pioneiras foi aumentando gradativamente, de conformidade com a melhoria das condições de vida e sobretudo maior segurança por parte dos pioneiros na decisão de se implantarem na localidade nascente.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> FARAH, Elias. **Terra roxa**, op. cit., p. 140, sem grifos no original. É claro que, como escreve Margareth Rago, “o crescimento da população masculina numa determinada sociedade (...) poderia explicar igualmente o aumento da homossexualidade, ao invés da prostituição feminina”. RAGO, M. **A prostituição em São Paulo nas décadas iniciais do século XX**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1990, n. 24, p. 9, mimeo. Contudo, no caso específico aqui analisado, enquanto a prostituição feminina, mesmo na categoria de “tema-tabu”, encontra algum espaço na memória do pioneirismo, a questão do homossexualismo masculino não é sequer colocado como possibilidade de prática entre os pioneiros. A predominância de homens pode muito bem ter estimulado práticas homoeróticas, embora, recorrendo aos estereótipos, os pioneiros gostassem de se apresentar como heróis másculos, ou, como escreveu Rubem Braga, “homens não adamados”. A falta de evidências impede que se discorra com mais propriedade sobre o assunto.

<sup>36</sup> ANDRADE, J. M. Tavares de. **Projeto ethos do pioneiro...**, op. cit., s/p. Em outra nota de pesquisa, Tavares escreve: “À primeira vista parece que a sociedade de pioneiros, ou seja, a ação de seus fundadores, é de responsabilidade masculina pelo seu caráter de aventura, de respostas a um desafio, de um trabalho nas matas, de uma réplica dos bandeirantes, enfim, um trabalho de homens. Fala-se esparsamente de uma maior presença de homens que de mulheres na fundação dos primeiros núcleos habitacionais, como se os homens em geral tivessem vindo sem mulheres, por serem solteiros ou por terem deixado as esposas e filhas, estas transferindo-se para o campo de batalha depois de uma fase já conquistada.”

É verdade que as estatísticas quanto a essa questão são um tanto lacunares, como reconheceu, num outro texto, o mesmo sociólogo.<sup>37</sup> Mas algumas evidências, tanto orais quanto escritas, corroboram os dados estimados por ele: “Nos velhos tempos de Londrina, a sua população era integrada, na sua maioria, de homens moços”, apontou Zortéa numa de suas crônicas.<sup>38</sup> Da mesma forma, e mesmo em períodos posteriores à fase de desmatamento mais intensivo, a crônica local registraria o fenômeno, aliás corriqueiro nas frentes de expansão. Ildefonso Puppi, em 1953, calculava ainda “a prevalência numérica de 10%, mais ou menos, dos homens sobre as mulheres, em todas as localidades do norte paranaense”.<sup>39</sup>

Tavares de Andrade viu nessa predominância de homens adultos na primeira fase da ocupação do território um fator importante para o estudo da prostituição em nível local:

O que foi revelado por esta pequena sondagem poderá ajudar a outros pesquisadores que venham a estudar a função das prostitutas na história local e outras questões relativas a este tema. A importância extraordinária que teve a prostituição na história da cidade não poderá ser profundamente entendida sem apelarmos para esta época primordial, onde a própria predominância de pessoas do sexo masculino parece-nos assegurar uma função insubstituível à figura da prostituta. Independentemente do fato da prostituição ser um fenômeno sociológico quase generalizado em nossa sociedade brasileira, ela desperta uma curiosidade especial para quem estuda a cultura local, dada a ausência mesma de referências ao tema-tabu.<sup>40</sup>

A deficiência de cifras estatísticas não impede que se verifiquem efeitos recônditos não apenas desse desequilíbrio entre os sexos, mas também do próprio

<sup>37</sup> “Em 1937, por exemplo, a partir de quando dispomos de estimativas estatísticas sobre a população, existia na zona urbana de Londrina aproximadamente 60 por cento de pessoas do sexo masculino, entre os de mais de 15 anos. Acreditamos que em anos anteriores tenha sido ainda maior a desproporção entre homens e mulheres.” ANDRADE, J. M. T. *Ethos do pioneiro*. In: *Semina: Revista cultural e científica da Universidade Estadual de Londrina*. Londrina: Editora da UEL, v. 1, n. 1, abr./jun. 1978, p. 34. Além do mais, a própria característica do trabalho nas matas como um trabalho de homens, permite supor que essa desproporção era ainda mais flagrante na zona rural.

<sup>38</sup> ZORTÉA, A. J. *Londrina através dos tempos...*, op. cit., p. 285.

<sup>39</sup> PUPPI, I. *A cidade paranaense...*, op. cit., p. 77.

<sup>40</sup> ANDRADE, J. M. Tavares de. *Projeto ethos do pioneiro...*, op. cit., s/p.

apagamento da figura feminina na história local. De fato, a mulher tem uma presença pálida na memória social do pioneirismo. Esse ofuscamento do feminino é característico de toda a crônica da colonização: presença apagada não apenas da prostituta, mas também da mulher considerada “séria e honesta”: “Isto é tão marcante que chega a ofuscar a figura feminina em todo esse processo de implantação, seja ela dona de casa ou prostituta.”<sup>41</sup>

Por outro lado, em várias testemunhos orais de indivíduos considerados pioneiros, bem como em algumas narrativas escritas, Tavares de Andrade notou que as descrições da potencialidade da terra, de sua fecundidade, assumiam um tom demasiadamente sexualizado. Nesses documentos da cultura “local”, a fertilidade da terra não era a da mãe dadivosa e acolhedora, sobre a qual paira o ancestral tabu, mas a da fêmea passível de cópula com os homens: terra-fêmea, simbolicamente sexualizada, desposada e “possuída”, e não a terra-mãe que, na psique cristã, aparece de forma assexualizada.

Desde Freud, sabemos que a consciência é a menor parte da psique. De fato, a erotização da terra é um processo simbólico presente em muitas representações da história local. Ela aparece nos temas do casamento do pioneiro com a terra, do desvirginamento da noiva prometida (a floresta), ou na metáfora da conjunção carnal do homem com a terra de sugestiva cor vermelha. Um exemplo é a curiosa crônica de Benedito de Oliveira Junior, *Londrina ontem e hoje*, escrita em comemoração aos trinta e

---

<sup>41</sup> Idem, Ethos do pioneiro. In: **Semina**, op. cit., p. 34. Em suas notas, o sociólogo conclui que o “pioneirismo” tem características basicamente masculinas: no processo de constituição e transmissão desses valores, a figura da mulher é obliterada, excluída da memória e da história: “Dada a própria predominância da presença masculina é que nos perguntamos sobre a ausência de referências e de reconhecimento pelo trabalho das mulheres que incontestavelmente participaram do povoamento local. Observamos, por exemplo, a propósito dos nomes dos pioneiros (...) que, dos 55 informantes, ou seja, indivíduos que prestaram depoimentos ao Arquivo Histórico [até finais da década de 70, mas a tendência pouco mudou], apenas 6 destes são do sexo feminino, isto é, 1,09% de nomes de mulheres. E com relação aos informados, apenas 4 mulheres foram citadas entre os 119 nomes de pioneiros, o que vale dizer que apenas 3,5% das pessoas citadas como pioneiro são do sexo feminino.” Para um aprofundamento dessa questão e recuperação de uma história das mulheres na cidade, ver o recente estudo de Rosimeire Angelini Castro, **O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina**

sete anos da cidade (e que revela, portanto, a permanência, para além da época pioneira, desses elementos culturais inconscientes). Escreveu o cronista:

Tu eras então adolescente, de uma beleza exótica - selvagem e doce ao mesmo tempo -, virgem e erótica, de um fascínio avassalador e irresistível, mas também cheio de renúncias, de passividade, assim como a Iracema de Alencar, enchendo de ternura a floresta, a majestade do nosso sertão bravio. Eras inatingível como até aquela hora tinha sido a geografia do Norte Novo. Entretanto, tão logo foste apresentada à cupidez dos alienígenas, conhecestes o teu primeiro amor, o homem do café, o pioneiro. E naquele encontro, após beberem ambos o cauim da lascívia, tu amanheceste mulher e realizada. Tupã já não tinha mais sua virgem nas terras de Guairacá...<sup>42</sup>

Um outro texto, menos romântico e mais explícito que o idílio bucólico de Oliveira Junior, revela também esse mesmo fenômeno de sexualização da terra. Em *O Norte do Paraná, esse desconhecido...*, crônica publicada em 1957, Napoleão Teixeira faz o elogio do pioneiro e da “conquista” da região nos seguintes termos:

Brasileiros de todos os quadrantes, que, varando selvas, desbravando matas, desvirginando a gleba, despucelando as carnes tenras, jovens e macias da terra vermelha, aí depositaram o sêmen fecundo de que se originaria o mundo novo que, hoje, o mundo todo admira.<sup>43</sup>

Alguns anos antes, José de Oliveira Rocha, em *A nova mesopotâmia*, também descreveria “A volúpia da terra virgem, entregando[-se], irresistivelmente, com sensualismo e amor, à posse impetuosa do homem, para o milagre perene da fecundação das colheitas (...)”.<sup>44</sup> Esses exemplos são suficientes para ver que a erotização das relações do homem com a terra é um tema que perpassa, de modo inconsciente, a crônica histórica da colonização.

---

(1930-1960), dissertação (mestrado em História), Curitiba: Depto. de História da Universidade Federal do Paraná, 1994.

<sup>42</sup> OLIVEIRA JUNIOR, B. *Eu e tu e outras crônicas...*, p. 26/27.

<sup>43</sup> TEIXEIRA, Napoleão L. O norte do Paraná, esse desconhecido... In: *Folha de Londrina*, 20/08/57.

<sup>44</sup> ROCHA, José de Oliveira. A nova mesopotâmia. In: *Terra Roxa*. Londrina, n. 01, jun. 1947, p. 25.

É grande a tentação de ver nessa sexualização da terra uma espécie de mecanismo compensatório: o desejo de coito com a terra como indício mesmo de uma carência sexual e afetiva vivida nos primórdios. É claro que essa forma de erotismo telúrico pode ter sido comum ao processo de ocupação de outras terras novas, como excessão à regra - universalmente registrada pelos antropólogos - de personificação da terra segundo o modelo arquetípico da mãe, não constituindo, portanto, um fenômeno exclusivo do povoamento do norte do Paraná. De qualquer forma, isso não invalida o reconhecimento de que essa transfiguração da “imago” feminina no corpo da terra-fêmea, essa união erótica do homem com a natureza, seja talvez um sintoma cultural da relativa ausência do elemento feminino no tempo primordial, bem como do ofuscamento da presença da mulher na memória histórica local. Seja como for, é possível considerar que a desproporção entre os sexos tenha sido uma das razões porque os rústicos bordéis, improvisados em ranchos de palmito, tenham feito tanto sucesso entre os homens da região, conforme narram as crônicas.

Além da defasagem sexual, a própria carência de espaços lúdicos ajuda a entender os significados e a importância que a zona do meretício teve no cotidiano da jovem cidade e da região como um todo. Numa sociedade de fronteira, isto é, em fase inicial de implantação do modelo civilizacional, os lugares de lazer, divertimento e convívio social eram pouco numerosos. Assim como a própria cidade, os modos de diversão e sociabilidade eram largamente improvisados, como já foi descrito no primeiro capítulo. Em diversas passagens de seu livro, Zortéa aludiu a essa escassez de modos mais elaborados, quer dizer, propriamente urbanos, de diversão: “No tempo em que isso aqui - Londrina e quejandos - era sertão, das poucas diversões existentes, a preferida era a pescaria no Rio Tibagi.” Segundo o escritor, “todos os homens bons da cidade” praticavam a pesca, e, alguns, a caça. Em outro momento, frisa que “Por cá (...) as diversões eram

escassas, e dessas, predominava o baile.”<sup>45</sup> O convite para uma festa de casamento era ansiosamente esperado, principalmente nas colônias alemãs, que davam os bailes mais animados, regados a muita cerveja. Os moradores mais antigos lembram com nostalgia dos *assustados*, em que um grupo de pessoas invadia de surpresa a casa de um cidadão e improvisava os bailinhos. Nos bailes mais chiques reunia-se o *grand monde* do lugar - “os maiores da cidade”, nas palavras de Zortéa. Esse memorialista conta que, num desses acontecimentos, “vários compareceram de casaca, bengala e cartola, à britânica.”<sup>46</sup> Para o casal Alfredo e Joana Casanova, a existência de várias colônias com diferentes costumes e tradições ajuda a explicar a pouca intensidade da “vida social” nos primeiros tempos.<sup>47</sup> Os *footings* animados por alto-falante eram um dos poucos acontecimentos sociais mais regulares. Num dos contos de *Chão Vermelho*, Vicente Viana evocaria o “barulhão danado” do serviço de alto-falantes que, à noite, “concentrava todo o movimento”:

A cidade é quase nada. Todo o movimento se concentra na Praça do Correio. Depois das vinte e duas horas tudo emudece. O alto-falante pára. O locutor se despede desejando “Boa noite” e “até amanhã, se Deus quiser”. Há pouco era um barulhão danado. Música de Tonico e Tinoco, “que fulana dedica ao sicrano como prova de muito amor”. Uma vez ou outra um bolero de Gregório Barrios, uma valsa de Carlos Galhardo ou uma canção de Orlando Silva.<sup>48</sup>

Os hábitos interioranos do período permitiriam a complementação dessa passagem do contista: depois das vinte e duas horas, “fulana”, seguindo o roteiro da mulher honesta, iria para casa, enquanto “sicrano” possivelmente vararia a madrugada nas casas da zona. Esse itinerário do *footing* para a zona foi lembrado com saudade por um antigo boêmio:

<sup>45</sup> ZORTEÁ, A. J., **Londrina através dos tempos...**, citações às páginas 185 e 234, respectivamente.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 234.

<sup>47</sup> Depoimento manuscrito prestado por Alfredo Casanova e Joana Catenacci Casanova ao Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina em 06/10/1972. C.D.P.H.-UEL, coleção *Documentos Escritos*, pasta 1, p. 10. Na memória desses depoentes, a construção dos dois primeiros clubes recreativos não apenas incrementou a incipiente “vida social”, mas também apareceu como marca da divisão de classes: “A sociedade começou a se formar com o aparecimento de dois clubes em 1934/35, sendo que um recebia o nome de “Redondo” e o outro de “Quadrado”. O “Redondo” ficava onde é hoje a Associação Comercial. O clube “Quadrado” se situava perto da atual estação rodoviária; o aparecimento deste clube foi que veio dar a separação das classes sociais, sendo que o clube do “Quadrado” recebia o nome de “clube do sangue azul” pelas pessoas mais humildes.”



E tinha a Avenida Paraná, que era o centro e onde tinha o *footing*, entre a São Paulo e a Rio de Janeiro. Nossa! De sábado e domingo era aquela coisa: passeio de todo mundo, como uma festa de qualquer coisa. O povo ficava pra lá e pra cá, paquerando e aquelas coisas. Era uma paquera gostosa barbaridade naquele tempo, nossa senhora! Depois, à noite, quando terminava aquele *footing*, era pra zona, pra boate (risos). Era tudo solteiro ainda. Era uma vida boa barbaridade, não é? Depois que eu me acostumei aqui, rapaz, eu não quis mais saber do Rio de jeito nenhum. Era muita mulher, rapaz, muita mulher mesmo [na zona de meretrício]. Muito gostoso aqui.<sup>49</sup>

Por um tempo considerável, as “casas de tolerância” constituíram, na feliz expressão de João Antonio, “o grande divertimento único da cidade.”<sup>50</sup> Além do sexo, ou melhor, incluindo os serviços de satisfação do desejo sexual, os homens buscavam nos lupanares um espaço de encontro, onde podiam conversar, jogar, dançar, cantar e beber; em suma, um lugar de sociabilidade fora do âmbito familiar e do mundo do trabalho, um território lúdico de “camaradagem boêmia”.

O que fica evidente pelo lado da demanda ajuda a explicar o lado da oferta do amor venal. Essas mesmas carências apontadas faziam da frente pioneira um centro de atração para essa modalidade de comércio: às mulheres que se aventurassem ao “caldeirão de malária” no norte do Paraná, o exercício da prostituição, dada a pouca concorrência, acenava lucros maiores que aqueles obtidos nos locais de trabalho de onde se deslocavam. Que outro sentido teria a expressão cunhada por Marinósio Filho, de que as “borboletas” haviam descoberto nessas terras “o tesouro do rei”?<sup>51</sup> Num de seus contos, Vicente Viana

<sup>48</sup> VIANA, Vicente. Cadê a viola? In: **Chão vermelho**. Londrina: Editora Luzes, 1984, p. 17/18.

<sup>49</sup> Depoimento oral de Francisco Ferreira Leite, coletado por Antonio Paulo Benatti e Allan Sandro Perez em 19/08/1993.

<sup>50</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos de Londrina, op. cit., p. 25.

<sup>51</sup> Num texto publicado em 1973, encontra-se narrado o seguinte episódio: “Em 1932, quando estourou a revolução constitucionalista, o Norte do Paraná ficou completamente isolado da civilização, desde as informações até o fornecimento de mantimentos (...). Ante o desânimo de muitos colonizadores, que ameaçavam ir embora, a Companhia colonizadora começou a arranjar emprego para todo mundo, mas como não havia dinheiro, pagava o pessoal com vales e parte dos poucos mantimentos que conseguia arranjar em Sertanópolis (...). Já existia em Londrina, naquela época, um barracão de palmitos, onde funcionava a primeira casa de tolerância, dirigida pela baiana “Maria Preta”. Quando terminou a Revolução, ela apareceu no Escritório da Companhia com uma pilha de vales para trocá-los por dinheiro e lotes de terra.” OLIVEIRA, Roldão et al. Era uma vez o norte..., op. cit, s/p.

menciona as “mulheres que vinham de longe, até do Paraguai, da Argentina, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Ceará”<sup>52</sup>; mulheres de todos os quadrantes que, no papel de prostitutas pioneiras, acompanhavam a “marcha da civilização na *jungle*”, povoando as zonas de meretrício e contribuindo a seu modo para o progresso da nova região.

Desde o começo da cidade, as chamadas casas de tolerância se constituíram, portanto, em espaços marginais socialmente úteis, incorporando-se ao cotidiano do lugar e impregnando o imaginário de seus habitantes. A função das prostitutas, mais que em qualquer outro lugar, era muito importante e muito óbvia: era a principal forma que os vanguardeiros da civilização tinham para, conforme se dizia, “desapertar a natureza”. E aqui tocamos num problema controverso: a natureza das relações entre a Companhia de Terras Norte do Paraná e a organização da prostituição local. Nas entrevistas orais que realizei, é enfaticamente negado que tenha havido qualquer espécie de “incentivo” por parte da empresa colonizadora na implantação da primeira zona de meretrício.<sup>53</sup> Mas, apesar de raras e tênues, as evidências dessa ligação existem. Marinósio Filho escreveu que desde os primeiros anos da empreitada civilizatória “já se notava a presença de ‘mulheres da vida alegre’”, e que “Cada uma, na maioria, tinha o seu protetor; de ordinário, alto funcionário da Cia. de Terras.”<sup>54</sup> Tavares de Andrade aludiu à natureza desse vínculo ao dizer que

os próprios funcionários da Companhia que importavam prostitutas ou que freqüentavam os bordéis passaram a ser uma espécie de modelo. A garotada, os rapazes, os solteiros que trabalhavam na Companhia, deram quase que a senha. E as brigas que a própria

<sup>52</sup> VIANA, V., op. cit., p. 20.

<sup>53</sup> Como observou Philippe Joutard a propósito da memória coletiva, o esquecimento é constitutivo da memória, “mas esse esquecimento pode ser vontade de limitar-se ao essencial ou ocultação.” In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad. de Henrique A. Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 526. Penso que, no caso, trata-se de preservar a boa imagem dos pais fundadores, os administradores da CTNP, que desempenharam um papel demiúrgico na vida da cidade por mais de uma década.

<sup>54</sup> MARINÓSIO FILHO. **Dos porões da delegacia...**, op. cit., p. 1.

Companhia teve com a delegacia, com relação à repressão ou preservação da prostituição foram enormes...<sup>55</sup>

Pode-se afirmar que o atendimento da procura por prazer sexual era, por assim dizer, um serviço básico de infra-estrutura, necessário como tantos outros ao pleno sucesso da empreitada colonizadora. Por isso a incipiente sociedade dos primeiros tempos era em geral bastante receptiva à vinda em larga escala das “mariposas do amor”. A importação de prostitutas parece ter sido um fato corriqueiro em toda a fase de “conquista” do sertão. E, como vimos, o capital colonizador não descuidava de nada que pudesse atrapalhar seu grande projeto. A capacidade empresarial e organizativa dos ingleses era mesmo notável. A CTNP, como instituição mais poderosa na região, fazendo as vezes dos poderes públicos ou influenciando diretamente neles, dominava a vida econômica, social e política da localidade. Não é ilógico inferir que a empresa - ainda que indiretamente por meio de seus funcionários, preservando assim sua imagem pública -, tenha incentivado sob múltiplas formas a “importação de mulheres” e o “negócio do michê”, principalmente não criando impedimentos para que ele prosperasse e respondesse à crescente demanda.

O “primeiro quadrilátero do amor” funcionou na rua Rio Grande do Sul, que, como vimos, desde cedo teve a vocação de ser a principal artéria da zona licenciosa da cidade. Nessa rua, a zona funcionaria até finais da década de quarenta (1948 ou 1949), quando, por se achar já em pleno centro da cidade, foi fechada pelas autoridades e removida para a Vila Matos. Na zona da Rio Grande do Sul os inúmeros bordéis, bares, pensões e casas de dança firmaram, por quase duas décadas, a “tradição ruidosa” da *urbis*. Em torno desse espaço demarcado para a prostituição heterossexual feminina constituiu-se o primeiro território boêmio da cidade, núcleo periférico de realização de práticas eróticas fora do âmbito familiar.

---

<sup>55</sup> Gravação de reunião da equipe coordenada por José Maria Tavares de Andrade sobre o projeto “Ethos do

A zona do meretrício nasceu sob o signo de uma dupla marginalização: uma segregação espacial em relação ao “centro” ou à *urbs* propriamente dita; e uma marginalização social de seus habitantes - e mais evidentemente das meretrizes - em relação aos outros estratos e grupos da sociedade “normatizada”, principalmente em relação às elites que se iam formando com a própria cidade. A marginalização espacial e social conjugava-se no estatuto conferido aos homens e mulheres que se apropriavam desses lugares, utilizando-os de maneira diferenciada e constituindo uma zona heterotópica, um *território marginal* na “comunidade” dos pioneiros.

Na lembrança dos pioneiros, e como que “fazendo jus ao progresso descortinado pelos desbravadores”, “a rua Rio Grande do Sul crescia em festa. Luzes coloridas, mulheres, música e muita bebida.”<sup>56</sup> Boêmios e prostitutas construía nas margens da cidade o protótipo do que viria a ser *la petit Paris* local. Além da fama de seu parque cafeeiro, que principiava a produzir grandes safras, não demorou muito para que a “cidade menina” ficasse falada também por sua zona de prostituição. Em uma de suas crônicas, Oliveira Junior registrou essa fama que corria sobre a cidade, e que crescia junto com o mito do Eldorado cafeeiro:

Em outras tribos e em outras regiões, corriam petas e tretas a teu respeito [Londrina]. Nas novas e velhas que espalhavam do teu sucesso, diziam que tu eras uma irrequieta odalisca das noites setentrionais do Paraná, a frinéia das orgias intermináveis, a barregã elegante e vaidosa, em cujos seios vinha saciar-se a concupiscência dos aventureiros.<sup>57</sup>

À medida em que a cidade crescia e se modernizava, as margens acompanhavam o ritmo irresistível de seu progresso.

---

Pioneiro”. Acervo do Núcleo de História Oral do C.D.P.H.-UEL, s/d.

<sup>56</sup> MARINÓRIO NETO. Londrina, “la petit Paris”. In: **Branco & Preto**. Londrina, n. 6, dez. 1987, p. 22.

<sup>57</sup> OLIVEIRA JUNIOR, B. **Eu e tu e outras crônicas...**, p. 26.

## A EXPANSÃO DAS MARGENS

“Seguiam, rumo a Nortepá, gente dos mais variados tipos...”

Elias Farah, *Terra roxa* (romance)

“Vamos dar mais que os cafezais!  
Vamos dar mais que os cafezais!  
Vamos fazer da Pequena Londres  
a nossa pequena Paris!  
A nossa pequena Paris!”

*Bodas de Café*, peça teatral de Nitis Jacon, encenada pelo Grupo Proteu em 1985 (canção entoada pelas prostitutas).

Vimos que a prostituição foi sempre uma atividade presente na vida da cidade desde os seus primórdios; um ramo muito próspero de comércio, que se incorporou profundamente no cotidiano de sua população. Inicialmente, a zona de meretrício tinha um lugar perfeitamente demarcado: a rua Rio Grande do Sul ficava às margens da cidade, a leste do centro<sup>58</sup>, quase em meio ao mato ou às plantações circundantes.

Situada nos arrabaldes da urbe, a “rua do pecado” constituía ao mesmo tempo uma *zona de tolerância* para atividades consideradas ilegais/ímorais e um espaço de segregação para as mulheres marginalizadas que as praticavam. Em outras palavras, a “zona”, como herança da civilização trazida e implantada no sertão, nasceu com uma perspectiva de confinamento espacial que é efeito de uma prática específica de controle das ilegalidades e de utilização dos marginais pela sociedade dominante.

O esforço de acantonamento da marginália visava mantê-la em um mundo apartado, longe dos espaços centrais - território das elites e dos “cidadãos de bem” -, ao

<sup>58</sup> Desde os primeiros anos do povoado, as ruas a leste do centro tiveram a vocação de ser o principal ponto da boemia e da marginália do lugar. Por uma dessas estranhas coincidências, que talvez não descartem significações simbólicas profundas, o leste é um ponto cardeal miticamente maldito: o leste do Eden foi a região

mesmo tempo que, concentrando os corpos estigmatizados, facilitava a vigilância, o controle, a ação dos poderes de polícia. O ideal dessa estratégia é estabelecer limites e fronteiras sócio-físicas claramente percebidas e respeitadas por todos. A estratégia regulariza o funcionamento de um jogo permanente de atrações e repulsas, aceitações e recusas, proximidades e distâncias a um só tempo físicas e morais. A zona é um lugar-limite, um limiar. É preciso lembrar aqui o cuidado com que Georg Simmel caracterizava a noção de limite: “O limite não é um fato espacial com repercussão sociológica, mas um fato sociológico com uma forma espacial.”<sup>59</sup>Essas estratégias disciplinares serão discutidas mais extensamente no próximo capítulo.

No recorte cronológico deste trabalho, a história da prostituição na cidade comporta mudanças quantitativas e qualitativas. Quantitativas: o aumento da população de meretrizes e do número de prostíbulos na década de cinquenta, processo freqüentemente tematizado na imprensa e representado na literatura produzida na região. Qualitativas: o aparecimento de bordéis mais refinados e luxuosos, freqüentados por uma elite boêmia representativa dos quadros sociais mais poderosos da região. Vejamos primeiramente as mudanças quantitativas.

O tema da invasão da marginália, como já indicamos de passagem, ocupou um lugar importante no discurso das elites locais. Essas imagens evidenciam, no polo da negatividade construída pelo discurso, a expansão das margens, a explosão descontrolada das heterotopias urbanas. As imagens representavam a cidade como sendo tomada por personagens marginais e picarescos de toda espécie: ladrões, estelionatários, jogadores de sinuca e carteado, malandros, gigolôs. Mas, sobretudo, o afluxo dos marginais tinha como carro-chefe o bloco das meretrizes. A migração de “decaídas” que “tomavam de assalto a

---

onde Caim, filho de Adão e Eva e primeiro pária da humanidade, se refugiou depois de ter matado seu irmão, Abel, conforme narra o livro de Gênesis.

cidade” passou a ser uma temática constante dos discursos preocupados em moralizar a cidade e redefinir sua ordem. Para os jornalistas que versavam diariamente sobre o assunto, no mito do Eldorado cafeeiro estaria a causa da grande “afluência de mulheres de vida fácil” para a nova região:

(...) o que se passa em Londrina e em outras cidades do norte paranaense, no que tange à prostituição, é simplesmente desolador. A afluência de mulheres da vida fácil a esses centros é decorrente da luxúria, da opulência e da grandeza; é, numa palavra, a atração pela riqueza. Seduzidas pela fama de que goza toda essa região onde se amealham, facilmente, fortunas, para cá se dirigem as infelizes mercadoras de amores livres, na ânsia incontida de vencerem.<sup>60</sup>

A “avalanche de meretrizes” continuaria por toda a década de cinquenta e metade da década seguinte. Em 1957, o jornal *O Combate* ainda denunciava:

A polícia de costumes de Londrina está impotente para reagir contra a avalanche de meretrizes que tomou a nossa cidade de assalto e está se alastrando de maneira criminoso por toda a cidade. Nada menos que 6.000 doidivas, sem nenhum exagero, invadiram Londrina e desafiam a nossa polícia, que continua de braços cruzados, sem tomar providência alguma. A tolerância da nossa amável polícia é tão grande que elas chegam artistas e se transformam em exploradoras do lenocínio.<sup>61</sup>

De fato, Londrina tornara-se um ponto de atração para muitas mulheres da noite, vindas de vários lugares para praticar na capital do café a mercancia de seus encantos. Todos os registros falam em números relativamente altos de prostitutas em atividade na cidade. Maschio, de forma intencionalmente exagerada, chegará a escrever que elas somavam um batalhão de cinco mil em “Pequena Londres”, palco de sua sátira.<sup>62</sup> O alarmado jornalista d’*O Combate* citado anteriormente falava em seis milhares de “doidivas” que aterrissaram na cidade. Curiosamente, os números coincidem. João

<sup>59</sup> Citado por Celina Albano e Nisia Werneck, “Anotações sobre espaço e vida cotidiana”, In: **Espaço & Debates**. São Paulo: CERU, ano VI, n. 17, 1986, p. 39.

<sup>60</sup> N/a, O problema da prostituição, **Folha de Londrina**, 07/11/52.

<sup>61</sup> N/a, Elas ameaçam Londrina, **O Combate**, abr./57.

<sup>62</sup> MASCHIO, Edson. **Escândalos da província...**, op. cit., p.

Antonio, baseado em depoimentos de antigos boêmios, escreveu: “Falava-se, em termos estatísticos, que havia entre zona, casas e chácaras, cinco mil mulheres em exercício.”<sup>63</sup> E também Marinósio Neto repete essa mesma contabilidade: “Londrina era para figurar em qualquer *Guinness* tupiniquim. Afinal constava o recorde de abrigar pelo menos 5 mil mulheres, ‘sem contar as enrustidas’, como lembra um saudosista.”<sup>64</sup>

Na verdade, não dispomos de estatísticas seguras quanto ao número dessas mulheres. Mesmo dados oficiais, que não cheguei a encontrar, não seriam confiáveis quanto a esse ponto. Em todos os casos, são cifras que “exageram” a realidade, seja para um efeito irônico ou satírico (casos dos textos literários), seja para um efeito estratégico de justificação da repressão e do controle (caso do discurso da imprensa e dos poderes urbanos). Também as memórias dos boêmios, que idealizam de certo modo o passado, não podem oferecer dados exatos. Mas mesmo levando em conta os exageros e a imprecisão dos diferentes discursos, não há porque desconsiderar esses números, que dão uma idéia aproximada da intensidade do mundo da prostituição e da vida noturna na cidade nos anos do café. Também algumas imagens da época expressam essa mesma ordem de grandeza. Os boêmios forjaram, a propósito, uma curiosa metáfora agrária: “Chacoalharam um pé de prostitutas no Rio de Janeiro e até as que estavam verdes caíram aqui.”<sup>65</sup>

Abstraindo as intenções moralizantes, as análises dos jornalistas não eram equivocadas. Todo o halo de riqueza construída em torno do “ouro verde” funcionava, a exemplo do que acontecia com outros grupos sociais, como um poderoso fator de atração para a marginalia dos grandes centros urbanos, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Dentro daquele imaginário difundido sobre a região, esses homens e mulheres faziam uma leitura toda particular das promessas e oportunidades do novo Eldorado. Assim

<sup>63</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 24.

<sup>64</sup> MARINÓSIO NETO, Londrina, *la petit Paris...*, op. cit., p. 22.

<sup>65</sup> A frase é citada por João Antonio, Os anos loucos..., p. 25.



como as levas e levas de trabalhadores, as hordas marginais também vinham atraídas pela fama de uma região rica e promissora, onde se andava sobre o dinheiro ou onde a própria terra cheirava a dinheiro. Essas imagens acenavam, para um grande número de “desclassificados de outras plagas”, com um vasto campo de manobras e expedientes ilegais: golpes, roubos, jogatina, prostituição.

Sobretudo após a metade da década de quarenta, imprimiu-se à Londrina uma fama de cidade de grandes e vultosos negócios. Negócios de terras, negócios de café, negócios em geral. A idéia de que todos ganhavam e podiam ganhar dinheiro na terra era corrente. O aquecimento da economia, propiciado pela alta do café, não beneficiaria apenas ricos e novos-ricos: “Todos ganhavam dinheiro na terra: saqueiros (carregadores de sacaria), peões, garçons, moleques entregadores de recado, serviçais humildes, todos ganhavam dinheiro na terra.”<sup>66</sup>Em diversos registros, as metáforas em torno da intensa circulação monetária são exacerbadas: ganhava-se dinheiro “a rodo”, a grana surgia “aos jorros”, faturava-se e gastava-se “a bangu”.

As lendas em torno das fortunas que se faziam (e se desfaziam) de um dia para o outro, a grande movimentação financeira no período de colheita e comercialização das safras, o renome de “cidade aberta” e “paraíso dos picaretas”, a intensa vida noturna em torno da prostituição e da jogatina, tudo isso atraía para a cidade a nata da prostituição e da malandragem do país, e até de fora do país, segundo alguns depoimentos. Vinham, como todo mundo, ansiosos para conhecer as maravilhas que se contavam da terra. O nomadismo era intenso. Das grandes capitais brasileiras ou da América do Sul - Buenos Aires e Montevideú, via Porto Alegre -, chegavam lindas mulheres, sozinhas ou “argoladas” com seus gigolôs, por conta própria ou importadas pelos bordéis mais ricos.

---

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 24.

As imagens da *dissipação* de dinheiro na vida noturna londrinense podem dar uma idéia de quanto o imaginário do Eldorado funcionava como um chamariz para diversas categorias de marginais nômades, sempre em busca de “cavar algum”, como se dizia na gíria da época. A terra era mesmo fantástica. Assim como os homens do lugar enriqueciam de um dia para o outro, também podiam gastar, de uma noite para outra, verdadeiras fortunas na jogatina e nas orgias: “Esbanjamento de fortunas no jogo e na prostituição não tem conta. Mais no jogo, claro.”<sup>67</sup> Em *Luzes negras do submundo*, Tadeu França não deixaria de censurar, no “sólido abrigo da promiscuidade” que era a cidade, o “londrinense realizado em dinheiro, mulheres e vícios.”<sup>68</sup> Inúmeras são as histórias que circulavam de homens que ficaram rapidamente ricos e deixaram-se “embriagar pela fortuna”, como escreveu Oliveira Junior; novos ricos que “ganhando rápida e facilmente, dilapidavam o dinheiro em intermináveis orgias.”<sup>69</sup> Representações fáusticas também, mas num outro sinal: a dilapidação rápida como imagem invertida da acumulação célere do capital:

Depois de um dia ou uma semana de sôfrega pilhagem, os plantadores, maquinistas, corretores, proprietários de caminhões, advogados, banqueiros, comerciantes, podem se entregar tranqüilamente, na *zona*, à suave e compensadora diversão de dar, em vez de tomar, o dinheiro que os liberta e os sufoca. Assim, a *zona* é ali, não o “mal necessário” que os moralistas hipócritas defendem para outras cidades, mas um complemento indispensável para manter o moral dos seus homens. O repouso do guerreiro.<sup>70</sup>

Assim como o café, o dinheiro também podia ser torrado. Para a boemia abonada, o prazer de “queimar” o dinheiro era tão ou mais gratificante quanto o de juntá-lo:

<sup>67</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26.

<sup>68</sup> FRANÇA, J. T. *Luzes negras...*, op. cit., p. 45.

<sup>69</sup> OLIVEIRA JUNIOR, B. O pioneiro que venceu. In: *Eu e tu e outras crônicas...*, op. cit., p. 9.

<sup>70</sup> FERREIRA, Fernando Pessoa. Bordel de interior. In: PEREIRA, Armando et al. *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 79

Só se bebia champanhe francesa e *scotch* importado. Os cigarros eram americanos e acesos, alguns, ao fogo de notas enroladas de cinco mil réis, na meia penumbra de mesas ricas dos bordéis de Londrina. O dinheiro rolava solto, ágil, fácil e muito.<sup>71</sup>

Real ou lendária, as imagens da dissipação serviam para demonstrar o poder dos segmentos dominantes. Em muitos casos, a fama de boêmio gastador funcionava como signo de *status*, acentuando o poderio econômico das elites: gastava quem tinha, gastava quem podia. Elias Chaves Neto censurou a luxúria dos homens enriquecidos com a especulação. O “esbanjamento” do dinheiro neste “tipo de prazer” seria, para o autor, o fim de um ciclo superficial de obtenção da renda:

O dinheiro fácil ganho pelos especuladores, os intermediários de toda espécie, este é esbanjado, nem sempre da maneira mais recomendável. A prostituição elegante campeia nas cidades de Londrina e Maringá. As infelizes que ostentam uma vida de luxo, para lá acorrem das principais cidades do país. Parece que neste tipo de prazer reside o sentido da vida que tem no lucro monetário a sua finalidade.<sup>72</sup>

Os lances de boêmios pródigos e perdulários, que esbanjavam altas somas nas mesas de jogo e nos bordéis, compõem todo um capítulo da vida noturna local. São relatos de endinheirados e alegres festeiros que acendiam cigarros em cédulas de dinheiro; que “fechavam” as casas e passavam longas temporadas na zona, amando, dançando, cantando e bebendo; que só tomavam champanhe francesa, vinhos finos e uísque importado; que presenteavam generosamente suas amantes; que patrocinavam a suntuosidade dos bordéis numa cidade que vivia “esbanjando à larga, gulosamente festiva e boêmia.”<sup>73</sup> Toda uma aura fáustica cobria também a boemia e iluminava os encantos da noite. Todos os signos da prosperidade e da opulência regional encontravam ali seus

<sup>71</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 24.

<sup>72</sup> CHAVES NETO, Elias. O café - uma civilização e um problema. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 49.

<sup>73</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 24.

correlatos marginais, através das imagens de uma boemia frenética, desbragada e dilapidante.

Eram tantos e tão pródigos [os boêmios] que os homens velhos e as prostitutas mais velhas lembram, ainda hoje, que quando a rapaziada aparecia por lá, oferecendo coisa de mil ou dois mil réis para as mulheres (e um mil réis era dinheiro grosso nos idos de 49/50), elas sorriam sarcásticas e lembravam: - Que? dois mil réis se hoje à noite, descansada, posso ganhar dez mil e até mais do sicrano (ou do fulano ou do beltrano)?<sup>74</sup>

A fama de uma cidade “falada por sua devassidão e excessos” (João Antonio); de uma cidade que, apesar de não ser uma grande capital, comportava e mantinha “uma vida noturna tão animada e ostensiva”<sup>75</sup>; de uma cidade onde se ganhava e se gastava muito dinheiro, incentivou um verdadeiro *rush* migratório de prostitutas, gigolôs, cafténs e cafetinas para Londrina. Essas imagens, difundidas alhures, acenavam com a possibilidade de um mercado lucrativo em torno da prostituição e das muitas virações paralelas ligadas a essa atividade. Com a intensificação da vida noturna e a transformação de Londrina em uma “cidade de negócios”, as prostitutas passaram a chegar aos bandos “nas asas da Panair”. Walmor Macarini rememora os anos frenéticos:

Londrina fervia de acontecimentos. O aeroporto era o terceiro mais movimentado do país, depois do Rio de Janeiro e São Paulo. E cada avião que descia, era gente importante ou interessante que chegava. (...) Nesses aviões vinham secretários de Estado, parlamentares, compradores de terras, ricos que iam e vinham. E vinham também prostitutas, muitas. Lindas, todas muito jovens e cintilantes, atraídas pela grana farta que os negócios de café e as vendas de terras proporcionavam.<sup>76</sup>

O alargamento das funções urbanas de Londrina atingia sua vida noturna, tornando possível - e necessário, complementariam os boêmios - a expansão das heterotopias eróticas e lúdicas. Londrina, como capital do *hinterland*, deveria suprir o

<sup>74</sup> N/a, Aqui, Vila Matos, onde o dinheiro correu solto, **Folha de Londrina**, 01/05/75.

<sup>75</sup> FERREIRA, Fernando P. Bordel de interior, op. cit., p. 79.

<sup>76</sup> Citado em **História da imprensa de Londrina...**, op. cit., p. 63.

negócio do desejo e o desejo do negócio, a procura pelo amor venal e pelos prazeres da vida noturna de toda a região. Para além disso, a fama de sua zona de meretrício projetou-se para fora dos limites regionais, passando a atrair boêmios ricos de outros lugares, que desembarcavam de táxis aéreos e aviões de carreira e seguiam rumo às grandes casas.

## OS BORDÉIS DO INTERIOR

“Aquela rua ali, fixa no canto,  
É Caminho de Amor,  
Onde quem cai nunca mais se levanta.”

Maquiavel, *A mandrágora*

As mudanças eram também qualitativas.

Nos anos cinquenta, as representações sobre a prostituição e a vida boêmia construíam uma diferenciação significativa, inexistente durante o tempo pioneiro. Haveria - com uma carga de significação positiva - os bordéis grã-finos e seletos, palco dos prazeres e alegrias da vida noturna, uma das maiores atrações da cidade. Essas representações aparecem sobretudo na literatura provinciana e nas nostálgicas memórias dos antigos boêmios. Mas haveria também, de um ponto de vista que privilegia as negatividades, o *baixo meretrício*, representado como um extremo prejuízo à moralidade e à segurança

públicas, como uma pedra no caminho do progresso e um empecilho ao funcionamento harmonioso da máquina urbana. Esse tipo de representação aparece cotidianamente na imprensa e no discurso das autoridades públicas.

A riqueza produziu a diferença. O sucesso empresarial de algumas cafetinas, a ascensão de algumas casas a um *status* de prostíbulos elegantes fez nascer uma classificação até então inédita na cidade, a que separava o baixo meretrício da “alta prostituição”. De um extremo a outro, toda uma gradação de lugares e ambientes, toda uma tipologia das casas de tolerância. Tipologia definida em termos da localização das casas, da categoria de suas “meninas”, dos recursos e do nível de atendimento, da estirpe de sua clientela; mas também dos graus de periculosidade que representavam para seus freqüentadores em particular e para a boa sociedade em geral, seu maior ou menor controle pelos poderes urbanos, etc.

Significativamente, a tolerância social para com a prostituição também sofria mudanças. Com o crescimento da cidade, perdiam-se os limites da antiga segregação: centro e margens se misturavam num todo pouco distinto, impedindo a perfeita separação física e moral dos corpos e dificultando o controle da marginália que pululava nos espaços “deteriorados”. A proliferação descontrolada das “casas de alcouce” acentuava a perda da hierarquização original que separava espaços cênicos e territórios marginais. O baixo meretrício da rua Rio Grande do Sul, situado agora no coração da cidade, passou a ser insistentemente combatido como um fato desabonador para a boa sociedade. A partir de então, a guerra aos “desclassificados” que “empesteavam” a cidade estava declarada. Objetos de insistentes ataques em prol da moral e dos bons costumes eram o *trottoir* nas ruas centrais e as pensões e pequenos hotéis.

O número de casas suspeitas em nossa cidade está aumentando consideravelmente. Hoje, até inúmeros hotéis e pensões estão subdividindo suas atividades “comerciais”, na ganância do dinheiro,

mesmo que para isso necessário seja lançar mão os proprietários do comércio indecoroso, recolhendo casais suspeitos para a prática do amor excuso. Temos recebido várias queixas e solicitações para que através das nossas colunas digamos às autoridades os vexames que tais casas vêm causando às famílias.

No Hotel Triunfo, as famílias circunvizinhas vivem em eterna incomodidade, pois para ali menores são atraídas e oferecem aos vizinhos espetáculos e... com as janelas abertas. (...) Urge um ponto final nesses fatos, para que não digam lá fora que nossa Londrina é TERRA DE NINGUÉM.<sup>77</sup>

A maior freqüência estatística dos marginais no discurso da imprensa, a partir do início dos anos cinqüenta, é um registro indireto do crescimento das profissões ilícitas, da criminalidade e das práticas caracterizadas como contravenção penal. Antes desses anos, as referências à prostituição são raras e esparsas nas páginas dos jornais, e sem a virulência discursiva que se verificaria nos anos seguintes.<sup>78</sup> Trata-se aqui menos da inexistência do objeto do discurso que da não-configuração de um “problema urbano”: até o início da década, as prostitutas não aparecem, nos discursos que partem do centro, como sujeitos a quem se possa atribuir uma existência problemática. Mas a partir de então as referências se tornam mais e mais freqüentes, até se transformarem num tema cotidiano nos diversos jornais da cidade. Essa mudança é facilmente perceptível para quem se disponha a acompanhar a evolução da linha editorial da imprensa local: a “zona” deixa o espaço discreto, objetivo e lacônico dos registros policiais e passa a ocupar, também e principalmente, os editoriais, primeiras páginas e espaços de maior destaque dos periódicos. Então, por anos a fio, e em flagrante contraste com o relativo silêncio dos anos

<sup>77</sup> N/a, Comércio indecoroso, **O Combate**, jan./53.

<sup>78</sup> Não se deve, nesse caso, interpretar o silêncio do discurso como uma ausência do objeto silenciado. Como já vimos, o crescimento das margens acompanhou de modo indissociável o processo geral de formação da cidade. Não se trata, além disso, de um silêncio total, ou que possa ser explicado por ocultamento ou outra razão intencional. A própria situação nascente e precária da imprensa, que não era diária nem variada antes do início dos cinqüenta, ajuda, em parte, a explicar a baixa freqüência dos “marginais” nas páginas dos pasquins. Nos anos cinqüenta não apenas a imprensa local se estrutura, com a fundação de vários jornais, como também a formação de uma plebe urbana acirra os conflitos sociais, aumentando os índices de criminalidade, brigas, bebedeiras, desordens, atentados ao pudor público. A marginalia, e mais freqüentemente os “malandros, escroques e meretrizes” que pululavam no baixo meretrício, começam assim a ganhar mais presença e destaque nas páginas

anteriores - quando a prostituição, longe de ser um problema, foi uma “solução” -, os discursos moralizantes passam a ser repetidos *ad nauseam*, até tornarem-se uma espécie de clichê em todos os jornais.

Antes do fausto cafeeiro, o número de prostíbulos, apesar de relativamente grande, era consoante aos padrões de *tolerância social* que haviam regulado, desde a fundação do povoado, as relações entre o centro e as suas margens. Na cidade pioneira, a nítida separação física dos territórios contribuía para manter, da perspectiva do centro, uma desejada distância física e moral em relação às “decaídas” e “desclassificados”. Essa separação denotava um tácito “acordo de cavalheiros” que definia as regras condicionais da tolerância, a localização das casas, os circuitos e horários de perambulação das prostitutas, etc. Em termos comparativos, na cidade pioneira esse pacto raramente era quebrado. Mesmo porque a quebra de uma dessas regras, principalmente aquela que impunha o regime de confinamento, acarretava, como de praxe, um aumento da repressão policial. A prostituição, controlada e mantida como um mundo à parte, afastado da convivência das famílias, não aparecia como uma afronta à moralidade da sociedade dominante. No limite exterior da cidade, a um só tempo periférica e integrada, a zona do meretrício tinha ali o seu lugar ideal na geografia urbana, em perfeita harmonia com a lógica funcional que os planejadores haviam imprimido à formação e ao uso dos espaços. As fronteiras eram precisas; as resistências, controladas. Os diferentes códigos morais não se embaralhavam, os corpos não se misturavam - a não ser na zona, que era, afinal de contas, o lugar próprio para isso. Centro e margem tinham seus limites claramente demarcados, ou demarcados a um ponto suficiente para não causar mal-estar moral à “boa sociedade”: donas de casa, pais de família, donzelas casadoiras. O acantonamento, o



controle e o zelo preventivo da polícia garantiam a manutenção do decôro público, sem afrontas à moral privada das famílias: “As meninas eram disciplinadas, respeitavam horário. Até para saírem da zona era necessário ordem expressa do inspetor. Uma espécie de atestado com fotografia e tudo mais.”<sup>79</sup>

Ao contrário, os anos cinquenta foram marcados pela fragmentação e confusão desses diferentes blocos de espaço: o centro, no processo de crescimento urbano, estendia seus tentáculos às zonas periféricas; em sentido inverso, num movimento de atomização e espalhamento, os territórios marginais pipocavam em vários pontos do tecido urbano. Empregando freqüentemente uma metáfora emprestada à medicina, os homens de imprensa eram unânimes no diagnóstico: o foco que inicialmente se concentrara no umbigo da cidade se espalhara demasiadamente, tomando todo o seu corpo e inclusive o seu coração. O que era para permanecer apartado, o próprio devir da cidade tratara de embaralhar.

A confusão dos espaços derivava, portanto, de um duplo movimento: o crescimento do centro, ou seja, da *urbs* propriamente dita, que engolfava os espaços originalmente periféricos; mas também, no sentido inverso, o *boom* dos territórios marginais que invadiam os espaços das elites e quebravam aquela antiga hierarquização e funcionalidade que definira a lógica de constituição dos espaços sociais. A partir daí a prostituição deixou de ser uma solução ou um objeto de silenciosa tolerância para se transformar num dos principais “problemas urbanos” da cidade.

Em finais da década de quarenta - 1948 ou 1949, as datas são discordantes - a zona da rua Rio Grande do Sul foi fechada pelos poderes urbanos, sendo transferida para a Vila Matos, num ponto mais afastado do centro. Essa remoção e (re)confinamento, contudo, teve um efeito contrário ao desejado pelas autoridades, pois a cidade, a partir dali,

---

<sup>79</sup> MARINÓSIO FILHO. *Dos porões da delegacia...*, op. cit., p. 1.

teria não apenas uma, mas duas zonas de meretrício. Isso porque a instalação da nova zona não significou o fim imediato da antiga, apesar da repressão constante e das sucessivas “detefonizações” de que seria objeto ao longo de toda a década de cinquenta. As prostitutas e marginais expulsos do centro resistiam às tentativas de remoção, reapropriando-se de ruas e lugares, reconstituindo antigas territorialidades. Essa luta cotidiana em torno do uso dos espaços será detalhada mais adiante.

Enquanto isso, na nova zona da Vila Matos e nas famosas *chacrinhas* que cercavam a cidade, a prostituição se diversificava e se tornava mais sofisticada. Com a elitização de algumas casas, novamente a tolerância da sociedade dominante utilizará pesos e medidas diferentes. Ao contrário do baixo meretrício, palco de uma boemia popular e de uma prostituição mais barata, a alta prostituição não chegava a representar um problema urbano. Conforme deixam entrever alguns depoimentos de antigos boêmios, a prostituição de luxo era um símbolo a mais do progresso e da modernidade da nova capital do café. E, enquanto tal, era “tolerada”.

Tolerada a tal ponto que integrou-se solidamente na vida econômica da cidade. Além dos lucros de uma economia libidinal, o lucro econômico propriamente dito deve ser levado em conta para compreender a integração dos prostíbulos ao cotidiano da população. Samuel Guimarães da Costa apontou para este aspecto positivo da prostituição:

O meretrício é fonte de renda e até sintoma ou fator de progresso, levando o comércio local a reivindicar veladamente a tolerância, a conivência e não raro a proteção das autoridades para negócio de reflexo sempre rendoso, que dá movimento a hotéis, lojas, restaurantes e bares noturnos, casas de jogos, pontos de taxi e outras atividades menores. Londrina, como se sabe, está integrada na tenebrosa rede das metrópoles brasileiras (...) por onde circula o mais caro tráfico de escravas brancas, com incessante renovação de sua selecionada fauna de mulheres belíssimas e caríssimas que povoam a vida noturna.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> COSTA, S.G. O Outro lado do Eldorado..., op. cit., p.

Em seu depoimento oral, também Edson Maschio ressaltaria a aceitação da zona e sua perfeita integração aos hábitos e costumes da região - à sua cultura, diríamos:

O que acontecia era o seguinte: a zona do meretrício era um ponto de atração da cidade. Todas as pessoas que se dirigiam a Londrina - viajantes, comerciantes, gente que estava em trânsito no norte do Paraná, fazendeiros, gente de dinheiro e também de poucos recursos -, essa gente se instalava aqui por causa da zona do meretrício. Então a vida noturna era uma atração para Londrina. E ela gerava dinheiro, porque o sujeito se instalava em hotel e gastava com taxi, restaurante, etc. Então o camarada fazia “pião em Londrina”, que era como chamava: o camarada viajava pelo norte do Paraná, ia vender, mas ele voltava a Londrina, para a vida noturna daqui.<sup>81</sup>

Para Fernando Pessoa Ferreira, o meretrício chegava a ser “uma poderosa instituição social”:

A zona é, em Londrina, não apenas a maior atração turística como também uma poderosa instituição social, tão integrada na economia, na psicologia e no *modus vivendi* da região que, em nenhuma época (sic), as autoridades locais pensaram em ampliar a segregação que lhe é imposta, além dos limites cortesês, tolerantemente aceitos por todos, inclusive pelas “famílias”.<sup>82</sup>

A par com o crescimento do “centro”, com o refinamento dos espaços e dos interiores burgueses, uma verdadeira explosão de bares, restaurantes, bordéis, boates, cabarés, “pensões”, clubes de jogos, salões de sinuca e outras modalidades de espaços congêneres apareciam em diferentes pontos da cidade. Cresciam em quantidade os territórios lúdicos e eróticos, ao mesmo tempo que alguns deles, adaptados para receber uma clientela mais seleta e exigente, tornavam-se mais refinados e luxuosos. As transformações quantitativas e qualitativas da prostituição pioneira ganhavam um fantástico impulso com a nova conjuntura cafeeira: “Esse mesmo café que financia[va] o crescimento da cidade também financia[va] a zona do meretrício local.”<sup>83</sup> Apareciam as

<sup>81</sup> Edson Maschio. Depoimento oral coletado por Antonio Paulo Benatti e Alan Sando Perez em 19/08/1993.

<sup>82</sup> FERREIRA, Fernando P. Bordel de interior, op. cit., p. 79.

<sup>83</sup> SEFRIN, A. & BATISTA, M., A prostituição em Londrina..., op. cit., p. 30.

primeiras grandes “casas” - como a *Selma*, a *Jô*, a *Laura*, a *Diana* -, que imitavam os bordéis mais luxuosos dos grandes centros urbanos.

De maneira geral, essas mudanças relacionam-se às transformações econômicas e sociais da região como um todo. Não é descabido imaginar que, nos primeiros anos de formação da cidade, a vida boêmia tenha sido pouco diversificada e nada sofisticada. A rusticidade geral que marcou a cidade pioneira englobava os ambientes da prostituição e as características da vida noturna. Não se pode esquecer que os redutos boêmios são, em geral, espaços de sociabilidade caracteristicamente citadinos. O grau de intensificação, diversificação e elitização dos espaços da boemia e da prostituição acompanhou o ritmo mais envolvente de desenvolvimento urbano, ligado à dinâmica sócio-econômica impulsionada pela cafeicultura.

Isso é facilmente perceptível ao nível das representações. O mesmo processo de constituição dos diferentes tempos sociais da cidade encontra na história de suas margens uma espécie de correspondência. Nas reminiscências dos antigos boêmios, assim como em alguns documentos literários, duas épocas são claramente demarcadas: uma é a história da boemia e da prostituição antes do café; outra é essa história durante os anos de seu auge. Os anos do Eldorado significaram a grande época da prostituição na cidade, quando os bordéis de Londrina alcançaram projeção nacional e, como gostam de frisar os boêmios mais saudosos, até mesmo internacional. As mesmas periodizações, as mesmas imagens fáusticas cunhadas para dar conta das mutações vivenciadas pelos cidadãos “do centro” são utilizadas para representar o devir do submundo marginal.

Extremamente irônico em alguns casos, esse paralelismo constitui uma espécie de contra-imagem do progresso. Ele não deve, contudo, causar estranheza. A memória da vida boêmia não é isenta de uma espécie de ufanismo às avessas. O requinte que a alta prostituição encontrou na cidade entrou também no cômputo geral do progresso.

A celebração da imponência das mansões e dos edifícios modernos, e de todos os demais signos do poderio das elites locais, encontrava eco na celebração do luxo e da sofisticação dos bordéis grã-finos. O mesmo entusiasmo verificado quanto aos melhoramentos do “centro” é estendido às descrições das margens da cidade, onde a luxúria calculada e ostensiva das grandes casas copiava a modernização dos espaços elitizados e a sofisticação de seus interiores. Uma dessas casas, a *Diana*, transformou-se num verdadeiro “mito da noite de Londrina”, um dos mais famosos bordéis do Brasil na década de 50/60:

Requinte e luxo não faltava na casa. Diana, a proprietária, não se preocupava com as despesas e procurava oferecer aos clientes um ambiente ardoroso. Quadros, luminárias, piano de cauda, shows com conhecidos cantores, champanhe francesa, decoração sugestiva e bonitas mulheres foram os ingredientes da casa. Os freqüentadores, na sua maioria fazendeiros, vinham de longas distâncias em busca do prazer. Não mediam gastos e se davam, alguns deles, ao luxo de fechar a Diana por dois ou três dias para uso exclusivo. Outras vezes, mandavam aviões à cidade para buscar as moças e levá-las à suas fazendas para festas particulares. A fama não se restringiu à Londrina. Chegava a procura das “moças da Diana”, homens de várias cidades do Brasil e até mesmo do exterior. As moças eram em grande parte de São Paulo, Rio de Janeiro e outras do Uruguai e Argentina. Durante os finais de semana, o aeroporto de Londrina chegava a ter por volta de 10 aviões particulares de fazendeiros que vinham exclusivamente para a Casa.<sup>84</sup>

Não apenas uns poucos bordéis, mas toda a Vila Matos passou a ser celebrada com as imagens do fausto dionisiaco:

(...) quando na cidade e na região o dinheiro corria solto, a Vila Matos, que à força do trato popular ficou mais conhecida também por Vila Velha, por causa do nome da rua em frente, era lugar de mulheres de luxo. Até meretriz inglesa tem gente que viu e conheceu naquele tempo. Elas vinham de todos os países: Argentina, Paraguai, Uruguai, dizem que até da Europa, atraídas pelas estórias do dinheiro e das farras que corriam na terra do café. Em toda a Vila Matos, só prostíbulos e bares onde a cerveja era vendida muito caro e substituída no mais das vezes pela champanha

<sup>84</sup> YAMAZAKI, Nilza & TAIT, Angela. A Nova Diana está fechando. In: **Pretexto**: Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da UEL - Londrina, junho de 1992, p. 7. A descrição é baseada em memórias de clientes da casa, principalmente do “ex-rico-jovem-bonito-famoso, mas eterno boêmio” Mário Fuganti. Junto com Nelson Tomazi, tive a oportunidade de entrevistar Fuganti poucos meses antes de sua morte. A riqueza de detalhes e a saudade com que ele rememorava a “sociedade do prazer” foi marcante para a escrita deste trabalho.

de 200 réis a garrafa, e uísque, só importado. Eram as coisas caras que os fazendeiros queriam.<sup>85</sup>

De fato, o orgulho nostálgico dos boêmios não é descabido. Nos anos cinquenta, Londrina abrigava alguns dos mais ricos bordéis do Brasil. A cidade passava a ser conhecida não apenas como a nova “capital do café”, mas também como um dos maiores núcleos de prostituição do país. E um motivo de fama não se separava do outro. A zona de prostituição foi, durante toda a sua história, uma caixa de ressonância das transformações ocorridas na região: “A zona do meretrício (...) era o termômetro da cidade. Sentia-se pela sua vibração o pulsar de Londrina e da região.”<sup>86</sup> Nos anos cinquenta, o mundo da boemia e da prostituição sofreu os efeitos do progresso e da modernização vivenciados pela sociedade local. Aquela aceleração geral dos ritmos da vida cotidiana pode ser percebida também nas atividades ilícitas e no universo da boemia. Fiel às lembranças dos boêmios locais, João Antonio foi enfático quanto a isso:

Noutras cidades do norte do Paraná, o café fazia enriquecer. Todo o Norte cresceu. No Estado de São Paulo, as cidades de Presidente Prudente, Marília, Ourinhos, Bauru conheciam o auge. Mas Londrina era o centro boêmio dessa euforia que chegou a nacional - o café - e abriu suas asas para os vícios e as graças da vida alegre. Montou as casas mais ricas de prostituição do país, concluiu picaretas, otários, golpistas, papeleiros, cafés, marafonas caras e finas, hábeis malandros de jogo carteadado, do pif-paf à caixeta, do bacará à roleta, músicos, cantores famosos e nomes internacionais em moda, orquestras estrangeiras, (...), manteve clubes de jogos às dezenas, trouxe e renovou em aviões fretados as mais finas safras de mulheres da noite...<sup>87</sup>

O café determinava inclusive os períodos quentes da vida noturna da cidade, que seguia de perto as fases do ano agrícola. No período de colheitas e comercialização das safras, a boemia tornava-se mais animada e os ritmos da prostituição mais frenéticos. Nos meses de safra, Londrina se transformava num dos grandes pontos do *metier* do país. O

<sup>85</sup> N/a. Aqui, Vila Matos, onde o dinheiro correu solto. **Folha de Londrina**, 01/05/75.

<sup>86</sup> Depoimento de Walmor Macarini, citado por Marinósio Filho e Marinósio Neto, **História da Imprensa de Londrina...**, op. cit., p. 64.

<sup>87</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., op. cit., p. 24.

afluxo de cafetões e mariposas internacionais se intensificava: “Cafténs desembarcam em Londrina portando suas minas, mulheres chilenas, paraguaias, bolivianas, mexicanas, argentinas e até francesas”, conta João Antonio. As transações da rubiácea estimulavam as transações dos corpos. As caftinas escoladas, “mulheres que tinham noção de safra e de quando o dinheiro ia correr”<sup>88</sup>, aumentavam o “plantel” de suas casas. Fernando Pessoa Ferreira também registrou essa sazonalidade, importante para compreender inclusive as oscilações no regime das tolerâncias, conforme veremos mais adiante:

Na época da safra, que vai de junho a setembro, os fazendeiros e sitiantes colhem e vendem o seu café, com enormes lucros, ao maquinistas, que o revendem com lucro ainda maior. A cidade se enche de dinheiro e, simultaneamente, de prostitutas. De todos os pontos do Brasil chegam a Londrina as mais bonitas e mais caras profissionais, encomendadas pelos bordéis afamados, cujos anúncios luminosos avermelham a noite, ensinando ao neófito que ali é a “Casa da Selma”, e, mais adiante, a “Casa da Laura” e a “Casa da Diana”.<sup>89</sup>

Tadeu França descreveu um dos costumes da região: as festas da colheita comemoradas na zona. Não apenas a alta prostituição, mas também o baixo meretrício tinha sua economia aquecida durante esse período do ano. Enquanto os patrões festejavam nos bordéis mais seletos, os trabalhadores faziam o mesmo nas casas mais baratas da zona. A descrição de França alude a uma espécie de sexo por caderneta, em que o patrão funcionava como fiador da orgia de seus empregados:

As fazendas de café garantiam a segurança no cultivo do luxo e todas as colheitas da preciosa rubiácea eram regadas com vinho abundante e churrascada para todos os empregados, sem levar em conta as jóias em profusão com que eram presenteadas as amantes e as farras coletivas dos cabarés, sob o patrocínio generoso dos grandes cultivadores do café. E, ao som das gaitas, ao murmúrio de vozes embriagadas, juntava-se o riso estridente das prostitutas pobres da periferia da cidade que, narcotizadas pelas bebidas, vendiam-se prazerosamente aos empregados das fazendas que apresentassem uma ficha de garantia financeira assinada pelo todo poderoso patrão.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, p. 26.

<sup>89</sup> FERREIRA, Fernando P. *Bordel de interior*, op. cit., p. 77.

<sup>90</sup> FRANÇA, J.T. *Luzes negras...*, op. cit., p. 27.

Em contraste com a homogeneidade da prostituição pioneira, a rede de meretrício da cidade tornava-se mais diversificada. Os bordéis se sofisticavam junto com a segunda geração de moradores. O processo de diferenciação social engendrava transformações nos ambientes dos prostíbulos, que até então haviam mantido a rusticidade dos primeiros tempos. Até meados ou final da década de quarenta, o luxo não entrara nas casas de tolerância. Agora, com a modernização geral da cidade, algumas casas tornavam-se mais chiques. O negócio do desejo respondia aos gostos mais exigentes e refinados da nova clientela, fazendo jus aos elevados padrões de civilização, progresso e modernidade da capital mundial do café.

Comparado com os ranchos da fase pioneira, alguns bordéis, de fato, haviam mudado muito. Adaptando-se às novas condições econômicas vigentes a partir do final da década de quarenta, o mundo da prostituição - ou, mais exatamente, uma parcela minoritária dele - prosperou e subiu de padrão. Cafetinas pioneiras tornavam-se *mâitresses de maison*, buscando oferecer, em termos de prazer, o melhor que o dinheiro podia comprar. Respondendo às exigências de uma clientela mais elitizada, algumas casas se especializavam, incrementavam o negócio, tornavam-se mais luxuosas e refinadas no ramo do erotismo. Sofisticação dos ambientes e das práticas que constituíam o *bas fond* da prostituição. João Antonio chegou a datar essa mudança:

O ano de 1951 presencia a entrada de fazendeiros intelectualizados (bacharéis em direito) nos bordéis. Assim, o *brega* cresce de padrão, abre alas e dá entrada gloriosa aos fazendeiros que chegam montados em cadilaques pretos de banda branca.<sup>91</sup>

Em suma, a cidade vivia uma verdadeira explosão das atividades ilícitas. No vácuo do processo de crescimento e modernização da cidade, intensificava-se a produção das heterotopias. Os territórios do lúdico e do erótico - bordéis, “chacrinhas”, “pensões”,

---

<sup>91</sup> ANTONIO, J. *Os anos loucos...*, op. cit., p. 25.



bares, boates e “clubes” de jogo -, que tão localizada e timidamente nasceram, agora literalmente cercavam a cidade e se emiscuíam nela.

Com a expansão das margens, as heterotopias adquiriram fronteiras imprecisas. A partir da rua Rio Grande do Sul, os territórios da prostituição tomaram outras artérias e distribuíram-se por muitos pontos da cidade. A cartografia dessa distribuição não é fácil de traçar. A dificuldade é devida não apenas à carência de vestígios, mas principalmente à grande instabilidade, itinerância e, em alguns casos, clandestinidade desses *lugares-outras*: fechados pela polícia e cassados seus alvarás de funcionamento pela prefeitura, eles reabrem clandestinamente em outro lugar.

Mas um mapa impreciso é ainda melhor que nenhum. As ruas citadas nos jornais como contendo pontos de prostituição abrangem praticamente todo o anel central da cidade: ruas Santa Catarina, Maranhão, Marechal Deodoro, Espírito Santo, Duque de Caxias, Mato Grosso, Ceará, Prof. João Cândido, Bahia, Acre, Paranaguá, Sergipe. Mesmo na avenida Paraná, a principal artéria da cidade, denunciava-se a existência de pontos “decaídos”: casas “em cuja frente se acham afixadas essas placas de ‘alugam-se camas’, ambientes sórdidos, freqüentados por casais furtivos e libertinos.”<sup>92</sup> Além desse miolo urbano, os jornais veiculavam notícias de “casas suspeitas” em bairros e vilas, como a Vila Nova, Vila Brasil, Higienópolis, Vila Ipiranga, etc.

Mas todos reconheciam que o verdadeiro “foco” era a antiga Rio Grande do Sul, rebatizada de rua Brasil depois da primeira tentativa de higienização e remoção da zona. Chamada de “rua do pecado”, “rua dos marginais” ou, mais explicitamente, “rua da putaiada e da putaria”, a Rio Grande do Sul nasceu e cresceu sob o signo da prostituição. Nos anos cinqüenta, ela constituirá o principal alvo das campanhas moralizadoras e das práticas repressivas de policiamento. Em agosto de 1955, uma reportagem d’*O Combate*

vaticinava: “aquela artéria é o mais repugnante antro da escória social e refúgio de indivíduos desclassificados, que vivem do crime e para ele. O trabalho desenvolvido nesses últimos dias “DETEFONIZARÁ” muito em breve o reduto dos fora-da-lei.” Mas no ano seguinte, o mesmo jornal constatava que

A falta de fiscalização e a displicência da ronda policial fez com que a antiga rua Rio Grande do Sul voltasse a ser invadida, de maneira permanente, por todo tipo de marginais. As “mariposas” andam soltas e oferecem escândalos tremendos; os ladrões, vigaristas, rufiões, intrujões, notívagos, macumbeiros, o diabo, tem o seu Q.G. nos inúmeros bordéis daquela via, reabertos inexplicavelmente e em pleno e ostensivo funcionamento.<sup>93</sup>

Existiam na cidade, simultaneamente, várias formas de organização dos prostíbulos. Uma tipologia exaustiva dessas práticas e desses espaços do prazer deveria arrolar desde os grandes bordéis mais aristocráticos até os “tugúrios”, “muquifos” e pensões populares, onde se desenrolava o cotidiano do baixo meretrício. Isso sem esquecer a modalidade *free lance* das mulheres que batiam tamanco pelas calçadas, buscando clientes nas ruas, sem necessariamente serem inquilinas de nenhuma casa. Ensaieiros um inventário, ainda que lacunar, dos diferentes tipos de ambientes.

Começemos pelas famosas “pensões”.

A organização das pensões era articulada à prostituição de calçada, a que os franceses chamam o *trottoir*. Em alguns casos, eram um misto de bordel e hospedaria: espécie de semi-prostíbulos que exploravam o ramo miúdo, barato, lumpem mesmo, da prostituição. Na maioria das vezes, apenas alugavam quartos para as mulheres que batalhavam nas ruas. Obviamente, o número de pensões cresceu com a expansão do mercado do sexo. Mas a explosão delas nos anos cinquenta não se explica unicamente pelo

---

<sup>92</sup> ARGUS, Bons Costumes. **Folha de Londrina**, 24/06/53.

<sup>93</sup> N/a. A rua do vício e do pecado, **O Combate**, dez. 1956.

crescimento da prostituição: nem todas serviam apenas para abrigar “casais licenciosos e devassos”, como vociferavam os moralistas.

Em Londrina, o grande número de pensões tinha a ver com as características que faziam da cidade um centro de trânsito intenso, uma cidade-dormitório para viajantes e trabalhadores nômades. É o caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes que percorriam toda a zona rural, voltando à cidade-alojamento para logo recomeçar o périplo. O movimento de “forasteiros”, a exemplo de tudo o mais, tornava-se mais intenso nos últimos meses do ano agrícola. Sobretudo no período de safra do café, aumentava a circulação de gente na cidade, principalmente de trabalhadores volantes contratados para os trabalhos de colheita, secagem, beneficiamento, ensaque, transporte, armazenamento, etc. Viajantes de diversos ofícios, representantes comerciais, motoristas de caminhão, etc., completavam a massa flutuante que engrossava a população local. O intenso trânsito dessa gente estimulava o ramo de hospedagem e hotelaria, principalmente em suas modalidades mais populares.

Em 1954, segundo estatísticas do IBGE, Londrina contava com 19 hotéis e 60 pensões, um número relativamente alto levando-se em conta o tamanho da cidade.<sup>94</sup> Na mesma época, o *Guia Geral de Londrina* elencava 52 pensões entre as existentes na cidade, a maioria delas na rua Rio Grande do Sul. Por reproduzirem levantamentos da Prefeitura Municipal, as listas, ao que parece, são incompletas, pois consideram apenas as pensões com alvarás de funcionamento (no *Guia* constam endereços e nomes dos proprietários, etc.).<sup>95</sup> As pensões clandestinas, que exploravam mais intensamente o negócio do prazer -

---

<sup>94</sup> IBGE. Londrina. In: **Enciclopédia dos municípios**. Vol. XXXI, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 306

<sup>95</sup> ALMEIDA, G. **Guia Geral de Londrina**, op. cit., p. 190/191.

“bordéis com rótulos de pensões” -, obviamente não apareceriam em listas desse tipo, destinadas a enaltecer os padrões de civilização e os índices de progresso da *city*.<sup>96</sup>

E mesmo assim a deficiência de hospedagem - problema comum às cidades-polo em expansão acelerada - era um fato sempre lembrado mesmo por aqueles que elogiavam o progresso local. Já em 1941, Aziz Mansur escrevia:

O problema da hospedagem em Londrina será, ao que se diz, resolvido a contento na próspera cidade. Serão construídos dois grandes edifícios destinados especialmente a hotéis. Terá um deles 50 quartos e 10 apartamentos e o outro cerca de 60 quartos.<sup>97</sup>

Mais de uma década depois, Puppi levantava o mesmo problema: “Não obstante existirem na localidade quase duas dezenas de hotéis de todas as categorias e um número duplo de pensões, o alojamento nem sempre é fácil e como se quer.”<sup>98</sup> Essa dificuldade atingia todas as categorias do ramo, dos hotéis mais estrelados aos quatinhos mais baratos dos pensionatos. João Antonio conta que inclusive os bordéis serviam muitas vezes de hospedaria - onde se dormia no sentido literal, biológico, da palavra -, pois os hotéis e pensões eram insuficientes para atender o número de gente de passagem pela cidade:

Uma massa de população flutuante de todos os Estados do Brasil e até do estrangeiro parte ou chega à cidade. (...) Comum não haver uma vaga em nenhum dos hotéis da cidade. Então, as tripulações dos aviões em trânsito hospedam-se, naturalmente, nas casas de mulheres, na *Diana*, na *Cídica*. E tudo bem.<sup>99</sup>

É certo que o escritor se refere a um costume existente entre os boêmios endinheirados, que muitas vezes hibernavam nos bordéis dias a fio. No caso das classes populares, a dificuldade de hospedagem adquiria um aspecto menos prazeroso, embora igualmente anedótico. Em *Terra roxa*, Elias Farah registra uma piada corrente sobre o grau de “promiscuidade” nas pensões que abrigavam “aquele exército de obreiros”:

<sup>96</sup> Isso não quer dizer que muitas das pensões legalizadas não explorassem a prostituição, nem, inversamente, que as clandestinas não servissem de local de estadia e pouso do tipo “estritamente familiar”.

<sup>97</sup> MANSUR, A., *Paraná Econômico*..., op. cit., s/p.

<sup>98</sup> PUPPI, I. *A cidade paranaense*..., op. cit., p. 79.

O brasileiro sempre dá nota alegre às suas desgraças. Daquela promiscuidade nasceria a anedota do caso daquela mulher que à noite perguntou ao marido:

- Zé, você tá me usando?

- Não!

- Então tão.<sup>100</sup>

Por isso o ramo de hospedagem era um excelente negócio e um número cada vez maior de pensões apareciam na cidade, muitas delas clandestinas. Inúmeras não se restringiam à hospedagem “familiar”, explorando simultaneamente a prostituição, o jogo de carteados ou, o que era mais comum, alugando alcovas para a “prática de amores excusos”. Por isso, passaram a ser alvos freqüentes das “batidas” da polícia e das campanhas moralistas da imprensa: “A polícia realiza intensa campanha de moralização na cidade, exercendo constante vigilância sobre estabelecimentos conhecidos como antros de prostituição, embora rotuladas de ‘pensões familiares’ e com aspecto aparentemente insuspeito, noticiava a *Folha de Londrina* em outubro de 1958.”<sup>101</sup>

Os jornalistas passavam a denunciar com veemência a “proliferação de casas suspeitas com rótulos de pensões”, autênticos e verdadeiros prostíbulos que se dedicavam à alcovitece e à exploração do lenocínio. Pensões como a Bela Veneza, na rua Prof. João Cândido, “lupanar que aluga quartos para encontros proibidos”, “repleto de ‘ninfas’ que pescam homens à porta do estabelecimento.”<sup>102</sup> Ou a Pensão Bom Jardim, na rua Rio Grande do Sul, “controlada pelo indivíduo Raimundo de Oliveira, que não tendo coragem de ganhar a vida com dignidade, passa todas as noites aguardando o pingar constante das cinquenta pratas.”<sup>103</sup> Ao longo da década (num levantamento que não é exaustivo), os jornais citam ainda, em diferentes pontos da cidade, as seguintes pensões: Libanês, São José, Palmeira, Goiânia, São Francisco, Lopes, Santa Rita, Jacob, Brasil, Carvalho;

<sup>99</sup> ANTONIO, J. *Os anos loucos...*, op. cit., p. 25.

<sup>100</sup> FARAH, E., op. cit., p. 136.

<sup>101</sup> *Folha de Londrina*, 22/10/58.

<sup>102</sup> N/a. Caso para a polícia resolver. *O Combate*, março de 1958

pequenos hotéis como o Triunfo, o Esplanada, o América, o Bambu, o Aliança e o Hotel Universal, todos caracterizados como “casas de pasto onde se acobertam reuniões noturnas de casais libertinos”. A crescente indistinção entre pensões e bordéis preocupava os moralistas de plantão:

Agora lembramos que prolifera pela cidade “cortiços” em afronta à decência de diversas famílias e pessoas de moral elevada. E essas casas suspeitas tem como local predileto as pensões em mãos de proprietários menos escrupulosos e sem qualquer conhecimento dos bons costumes. Não mencionaremos aqui o nome de tais hospedarias, mas cremos que os leitores já as conhecem de sobejo, quando, passando pelas ruas, observam em suas janelas, portas e sacadas, mulheres viciadas a espera de quem por elas se interessem.<sup>104</sup>

São verdadeiros antros de imoralidade onde predomina o comércio do amor escuso; são pocilgas rotuladas de pensão, que cobram cem cruzeiros por um instante de amor; são casas de encontro que desvirtuam menores e roubam aos menos avisados, enfim, tendas de crime e devassidão explorados por indivíduos da pior espécie.<sup>105</sup>

Num tom de censura moral que sempre concluía exigindo providências repressivas da polícia, os jornalistas apontavam o descabro da coisa. Segundo eles, estava se tornando difícil distinguir os hotéis e pensões “familiares”, “respeitáveis”, daquelas hospedarias cuja principal atividade era “acolher casais licenciosos e devassos”. As funções se embaralharam e as aparências são sempre enganadoras. Talvez por isso os proprietários de hospedarias “familiares” fizessem tanta questão de ressaltar uma diferença moral em relação às congêneres desvirtuadas, conforme deixam entrever os anúncios publicitários nos jornais. Mas mesmo esses cuidados parecem não ter sido suficientes para impedir a confusão dos códigos e promover uma maior visibilidade das diferenças e uma demarcação clara dos distintos territórios. Em fevereiro de 57, um rapaz bem humorado brincava com essa indiferenciação: anunciou, na *Folha de Londrina*, que procurava vaga em pensão “mesmo que fosse familiar”. O poeta Almeida Junior, que publicava versinhos

<sup>103</sup> N/a, A rua Brasil continua desafiando as autoridades, **O Combate**, setembro de 1955.

<sup>104</sup> TITÃ, Novamente os cortiços. **Folha de Londrina**, 05/07/52.

de ocasião diariamente no mesmo jornal, trancreveu o anúncio e replicou: “Não leio anúncios; porém/ Correndo os olhos a esmo/ Sobre o que acima transcrevo,/ Não entendi esse MESMO...”<sup>106</sup>

Uma outra modalidade de lupanar no heteróclito mundo da prostituição era formada pelas *chacrinhas*.

As *chacrinhas* se distinguiam tanto das casas de baixo meretrício e das pensões quanto dos bordéis grã-finos confinados na zona. Distinguiam-se dos muquifos pela luxuosidade que ostentavam; distinguiam-se das casas da zona pela localização, pela disposição diferente que encontravam no espaço urbano. Ao contrário das casas concentradas na zona, as *chacrinhas* eram heterotopias espalhadas, dispersas pela orla da cidade. Uma outra diferença parece ter sido quanto ao estatuto das “inquilinas”: ao contrário dos grandes bordéis, onde o rodízio de mulheres era permanente, nas *chacrinhas* as prostitutas moravam no local de trabalho: “ [Era diferente] porque ali moravam. Era casa, moravam as mulheres lá e tal. Era um comércio meio diferente. Então moravam ali a dona da casa com as mulheres”.<sup>107</sup>

As *chacrinhas* ganharam esse nome por situarem-se quase que na zona rural, para além da periferia. Chamava-se “*chacrinha*” ou “*casa de campo*” a uma espécie de bordel camuflado em meio ao cinturão verde da cidade (e conforme o subúrbio crescia, eram envolvidas pelos bairros residenciais, gerando então conflitos de vizinhança cada vez mais tensos). Dispersas, as *chacrinhas* formavam um cinturão erótico que apertava a cidade: “funcionam em todo canto de Londrina as famosas *chacrinhas*, autênticas casas de

<sup>105</sup> N/a. É ou não é. Sr. Delegado?, *O Combate*, agosto de 1955.

<sup>106</sup> ALMEIDA JUNIOR, Francisco Pereira. *Poesia no dia-a-dia*. Londrina: Secretaria de Educação e Cultura, 1988, p. 101. Sob o pseudônimo de Kiko, Almeida Junior publicou seus versos na coluna “A bola do dia”, na *Folha de Londrina*, de 1952 a 1972. O livro citado trata-se de uma coletânea de poemas selecionados.

<sup>107</sup> Rosendo Rodrigues de Carvalho. Depoimento oral coletado por Antonio Paulo Benatti em 02/06/1995. Acervo do autor.

tolerância, plantadas por aí a fora, em bairros residenciais”.<sup>108</sup> Assim eram a chácara Iara, a chacinha de Palmira Branca, a de Mariazinha, a chácara Paraíso, entre outras.

Nas rodas boêmias, as chacinhas também eram chamadas de “escondidinhos”. O mais famoso deles foi o “Escondidinho da Jô”, às margens do lago Igapó. Pertenceu a uma tal Josefina, professora normalista que, conta a lenda, cansou-se do magistério e optou por uma carreira de sucesso no ramo da caftinagem. O bordel de Jô era muito seletivo:

Jô é uma das casas privilegiadas na cidade (...) pela constante variedade que apresenta do produto que sabe explorar. Por esta razão o bordel de Jô é bem freqüentado e seus *habitués* são selecionados, fazendo juz aos preços e às raras marcas de uísque.<sup>109</sup>

Ao denominar a chacinha de “escondidinho”, o próprio jargão dos boêmios deixa entrever a singularidade deste tipo de bordel na multiplicidade das heterotopias eróticas. Além de manter um bom nível de “meninas” e um ótimo padrão de atendimento, o segredo da chacinha residia no principal: a discrição. As chacinhas constituíam, em sua maioria, uma linha de fuga “anônima” dentro de um campo público de fugas abertas; lugares de prazer adequados a uma clientela que não queria dar as caras na zona - porque não podia, sem riscos, aparecer, ao contrário dos boêmios inveterados e assumidos, menos zelosos com a imagem de si. Em seu depoimento oral, o jornalista e escritor Edson Maschio referiu-se a essas sutilezas da vida boêmia:

No auge da prostituição já haviam também as chacinhas. Todas eram elegantes, ou a maior parte delas. Só para gente que tinha dinheiro. Eram para gente que quer ter encontros suspeitos, mas reservados; que não quer se expor, tem medo que a família veja, que o filho veja, a mulher saiba... Então essas chacinhas eram os verdadeiros “escondidinhos”, como eles chamavam. “Escondidinho”: um lugar escondido, que está longe do olho público.

<sup>108</sup> N/a. Elas ameaçam Londrina, **O Combate**, abril de 1957.

<sup>109</sup> N/a. s/t., **O Combate**, agosto de 1956.



A preocupação com o olho público tinha sua razão de ser em uma cidade interiorana como Londrina, onde o *quantum* da população não garantia o anonimato próprio das multidões. Em seu romance, Farah registrou o fenômeno. A existência do “homem distinto” determinava inclusive horários especiais de funcionamento de algumas casas na zona:

Só funcionava, oficialmente, à noite. Porém, durante o dia, sempre havia movimento, um movimento mais reservado, pois só nestas horas é que os homens distintos podiam freqüentá-la. Homem casado distinto só faz as suas farrinhas à tarde, enquanto a família pensa que ele está trabalhando.<sup>110</sup>

Talvez por isso os velhos boêmios afirmem que a noite na zona durava invariavelmente vinte e quatro horas. “A vida noturna era vinte e quatro horas por dia, era o dia inteiro”, como sempre repetia Mario Fuganti. Seja como for, para a gente que estava na berlinda da sociedade local - políticos, empresários, homens zelosos de sua reputação pública e/ou privada -, ou ainda para respeitáveis chefes-de-família que faziam questão de esconder suas “escapadinhas”, as chacinhas representavam um nível mais elevado, seguro e privativo de bordel dentro do circuito local dos espaços eróticos; um ambiente refinado e ao mesmo tempo meio que bucólico, longe do alarido e da visibilidade da zona de meretrício.

Outros espaços no circuito da prostituição - dentro ou fora da zona - eram os bares, restaurantes, churrascarias e, naturalmente, as boates. O restaurante Roma e o bar Paulista, por exemplo, eram sempre elencados pelos jornalistas como ponto de circulação de marafonas. Assim como o bar e restaurante Dragão, o bar Paulista e o Londrinense, “uma verdadeira casa de tolerância, onde se verificam, dia e noite, algazaras e bacanais”; o bar e restaurante Brasil-Líbano, o bar Joana D’Arc e a churrascaria do Compadre - “reduto de marafonas a servir de valhacouto das paixões boêmias”. O bar Lider, na avenida Paraná, marcou época como um dos palcos da vida boêmia da região. Além de fazendeiros,

<sup>110</sup> FARAH, E. **Terra roxa**, op. cit., p. 67.

corretores de terras, comerciantes de café, jogadores de sinuca e carteados e boêmios em geral, também era freqüentado, na madrugada, pelas prostitutas e seus gigolôs. No Líder, o maior e melhor bar de Londrina, “olho aceso na noite e ponto de boêmios da parte de cima da cidade”, as ceias se esticavam até o nascimento do sol.<sup>111</sup> Finalmente, boates como a Hi-Fi e a Gato Preto completavam o rol dos lugares direta ou indiretamente ligados ao circuito da prostituição na cidade. Uma boate que fez muito sucesso foi a Colonial, na rua Maranhão. Em suas memórias, o *jazz-man* Booker Pittman deixou um retrato saboroso do ambiente da Colonial no início dos anos cinquenta. Na boate, que ele chama de Cabaré Colonial, além das meninas e dos shows artísticos, imperava também a jogatina:

O Clube era um lugar de jogo com cartas e dados. Era esse o lugar onde os plantadores de café, ricos, ficavam algum ou muito tempo. Quando subimos para o segundo andar, fomos examinados, rapidamente, dos pés à cabeça. Eu olhei para a esquerda daquele quartinho e vi pistolas de todas as marcas, penduradas na parede! Era o *chek room*. Eu sorri! Nem no Texas tinha um *check room*! (...) Fui apresentado ao chefe do resto que estava sentado em uma mesa. Eles todos balançaram as cabeças e continuaram jogando. Eu, rapidamente, aprendi que clubes de jogo e jogadores são os mesmos em qualquer lugar e em qualquer hora. (...) Os cabarês eram as únicas atrações para os plantadores de café, viajantes, etc. (...) Naquela noite, toquei com um entusiasmo novo. Praticamente todos os homens usavam botas e chapéus de aba larga. As mocinhas do cabaré, em sua maioria, eram de São Paulo. Naquela noite, eu me tornei muito popular entre todos. Fiz um número especial, que inventei naquele momento: era um número sobre um *cowboy* texano: *Pistol Packing Mama*. Eu tirei a parte de cima do meu saxofone, ou o pescoço e a boqueira e os juntava, fazendo parecer uma pistola. Colocava também um chapéu de abas largas, imitando um *cowboy*. As pessoas morriam de rir do meu número maluco. Foi tudo ótimo, e até o patrão, que nunca ria, deu alguns sorrisos. Depois daquele número, um *boogie woogie* e o emprego era meu, com certeza.<sup>112</sup>

Muitos desses lugares serviam como pontos de concentração - ou talvez seria melhor dizer: de dispersão - de prostitutas *free lancers*.

Da mesma categoria das *free lancers* eram as “teúdas e manteúdas”, cuja existência denota um arremedo ou uma permanência de práticas coronelísticas entre as

<sup>111</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 25.

elites locais. Poucos registros fazem referência a essa modalidade de relação. Numa crônica inédita de Yoshiya Nakagawara, somos informados que, quando apareceu o primeiro prédio em Londrina, “todo fazendeiro queria comprar um apartamento. Não para morar, mas para trazer a amada mais chegada.”<sup>113</sup>No romance de Farah, a personagem Norma, amante de um poderoso da cidade, ocupava essa categoria de amante privativa: “Ficava fechada no apartamento. Isolada. Não era mulher da vida. Nem mulher séria. Em cidade de interior não há lugar para essa posição intermediária.”<sup>114</sup>Com efeito, na trama do romance o destino de Norma foi a casa de Selma, “o mais famoso meretrício do norte do Paraná”.

Na verdade, parece que essa forma de prostituição domiciliada, muito freqüente no cotidiano do Brasil rural (e bastaria citar o romanceiro do cacau na obra literária de Jorge Amado), não era muito comum em Londrina. Os casos talvez se revelem poucos, se melhor apurado. O tempo e o espaço eram outros. Todavia, numa sociedade de valores machistas, “sustentar” uma amante reclusa era tido não apenas como manifestação de masculinidade plena, mas também como símbolo de poderio econômico. O homem de posses, o chefe-de-família que “protegesse” uma mulher na condição de “teúda e manteúda” fazia por merecer um *status*, mesmo que caricatural, de coronel. Jogando com os estereótipos, Otávio de Freitas Junior traçou um quadro impiedoso dessa relação:

O *protetor* é sempre algum homem maduro ou velho que, declinando de vitalidade e carente de afeto, busca compensar sua não-atratibilidade pela prodigalidade. É o “coronel” que, muitas vezes tendo mantido a esposa debaixo de sete chaves por toda a vida, para garantir a própria honorabilidade, vai na velhice comprar, a peso de ouro, os seus chifres falsos. Na transição rural-urbana do patriarcalismo brasileiro, muitas vezes este coronelato assumiu dimensões de grande pomposidade e ostentação. Frequentemente o coronel finda por retirar a quenga amada da circulação aberta, e lhe instala casa própria, com o que se originou a casta das mulheres “teúdas e manteúdas”. Na realidade, com esta privatização da

<sup>112</sup> PITTMAN, Booker e PITTMAN, Ophélia. **Por você, por mim, por nós...**, op. cit., pp. 137/38.

<sup>113</sup> NAKAGAWARA, Yoshiya. **Londrina, tempo 50**. Datiloscrito, s/d., p. 4.

<sup>114</sup> FARAH, E. **Terra roxa...**, p. 91.

“teúda e manteúda”, apenas impregna de mais realismo seu novo investimento de chifrudo voluntário (embora não obrigatoriamente do tipo “manso”, como se designam os enganados conformados), para que, naquela sua “outra casa”, penetrem o amante e outros fregueses da balduína classificada.<sup>115</sup>

Mas a despeito da diversidade de espaços, ambientes e tipos de prostituição, o grande lugar do prazer venal era mesmo a zona de meretrício. E falar em zona de meretrício era falar na Vila Matos, “uma zona completa”, como a definiu um veterano boêmio.

\* \* \*

Na Vila Matos, os vários tipos de casas espalhadas pela cidade eram reproduzidos num espaço de concentração, à maneira de um gueto. A zona era uma organização heteróclita que reunia uma multiplicidade de prostíbulos; espécie de conglomerado de casas de todas as categorias, de todos os gabaritos, desde o bordel mais sofisticado até a “espelunca” mais rústica e miserável. A diversidade e variedade oferecida pela zona era um dos principais fatores de seu sucesso: “Tinha gente de tudo quanto é espécie. Era uma zona completa. Era uma beleza. Tinha tudo quanto é espécie de mulher aí”, lembra o alfaiate Francisco.

Como uma cidade à parte ou uma cidade-satélite, a Vila Matos era a capital boêmia de todo o *hinterland* cafeeiro; espécie de meca para onde se deslocavam notívagos da região e de além dela, posto que a fama de sua vida noturna ultrapassava as fronteiras regionais:

---

<sup>115</sup> FREITAS JR., Otávio. Histórico e causas da prostituição. In: PEREIRA, Armando et al. **A prostituição é**

Aquilo ali era uma cidade. Não tinha uma casa que não tivesse três, quatro mulheres, pelo menos. Outras tinham dez, tinham doze. Aquelas casaiadas todas ali: você entrava numa e saía noutra. A zona era qualquer coisa de gostoso mesmo! Sempre foi. E era muito afamada a zona de Londrina. Todo mundo conhecia. Vinha muita gente da região e muita gente de fora. Era um movimento colosso, rapaz! Era uma beleza! (Francisco)

Assim, Londrina exercia uma verdadeira polarização em torno da “vida airada”, dos prazeres do lúdico e do erótico. A zona de Londrina oferecia “o melhor do amor que havia na época.”<sup>116</sup> As excursões vinham de muitas partes, conjugadas a viagens de negócios ou exclusivamente para visitar a maior atração turística da cidade:

O aeroporto ficava cheio de aviões pequenos (teco-tecos) que vinham de todo lugar, vinham até do Estado de São Paulo, de Assis, de Presidente Prudente... Deixavam o avião aqui e desciam para lá, porque lá tinha tudo, tinha quarto e tudo. É como hoje. Você vai numa boate aqui, dança com a mulher ou bebe com a mulher, depois você vai para o motel. Lá não precisava ir para o motel, porque não tinha motel. Então ficava lá, já tinha a casa e tudo.<sup>117</sup>

Realmente, a Vila Matos era um bairro boêmio auto-suficiente. Ali, além das casas de mulheres, funcionavam bares (muitos), restaurantes, barbeiros, salão de cabeleireiros, casa de frutas, charutarias, gafeiras e *dancings*, casa de loterias, salões de bilhar, etc. Segundo as memórias de Mario Fuganti, *gourmet* exigente e apreciador de bons vinhos, os melhores restaurantes da cidade estavam localizados na zona boêmia: o do Toninho, o do Zito, o do Ananias. Depois de fechadas as casas e boates, aí pelas quatro horas da manhã, a grande pedida era encerrar a noite com a canja da madrugada, substanciosa e revigorante, ou o famoso “arroz-de-puta”, em ceias que reuniam notívagos de todos os naipes: boêmios, cáftens, gigolôs, prostitutas, músicos, etc. Como escreveu João Antonio, “Na zona é possível viver o tempo que se queira.”

---

necessária? , op. cit., 40.

<sup>116</sup> M. NETO, Londrina, *la petit Paris*, op. cit., p. 23.

<sup>117</sup> Mario Fuganti. Depoimento oral coletado por Antonio Paulo Benatti e Nelson Dacio Tomazi em 13/05/92.

Na Vila Matos - zona oficial da cidade a partir do final dos anos quarenta até meados dos sessenta - a prostituição teve sua fase áurea na história local. A Vila Matos ficou na memória dos boêmios como alguma coisa de grandioso, cúmulo do lúdico, do erótico, do dionisiaco. Todas as narrativas sobre a Vila Matos destacam a grandiosidade e o brilho da zona:

Eram mais de cem casas, um milhar ou mais de mulheres, prazeres para todos os gostos, para todos os preços, um gigantesco cabaré permanente a funcionar quase 24 horas por dias. As luzes da Vila Matos não apagavam nunca.<sup>118</sup>

Na própria organização do espaço da zona é possível perceber a heterogeneidade da vida boêmia e do (sub)mundo da prostituição. Os bordéis, que na cidade pioneira eram freqüentados indistintamente por homens de todas as classes - inexistindo, como vimos, uma distinção clara entre “baixo meretrício” e “prostituição de luxo” -, passaram pouco a pouco a ser organizados de acordo com o *status* social das diferentes clientelas.

À primeira vista, nada mais homogêneo e democrático que uma zona. A palavra, aliás, tornou-se sinônimo de bagunça, confusão, mistura de tudo e de todos. Se é verdade que, conforme reza o ditado, a noite todos os gatos são pardos, as luzes vermelhas, contudo, podem clarear um pouco as diferenças. Apesar de ser um lugar público (ou por isso mesmo), e embora acantonada num espaço comum de confinamento, a rede de prostituição comportava variadas categorias de casas. Esses prostíbulos ocupavam posições distintas numa escala hierarquizada, desde a grande *maison*, que imitava os clássicos bordéis à francesa, até o *muquifo* - “casa de mulher rampeira”, como definiu um boêmio da elite<sup>119</sup> -, mantido e freqüentado pela gente mais pobre.

<sup>118</sup> THEODORO, Apolo. Morreu Selma, a Rainha da Zona. **Folha de Londrina**, 7/4/91.

<sup>119</sup> Depoimento de Mário Fuganti. Um outro boêmio (o alfaiate Francisco) me explicou, didaticamente, que todas as mulheres da zona eram “rampeiras”, mas que “umas eram mais rampeiras que outras”. O termo, ao que parece, era desqualificativo entre as próprias prostitutas.

Um boêmio aludiu a uma certa diferenciação das casas na zona (as reticências serão significativas?):

Tinha casa de tudo quanto é espécie pra você entrar. Ali naquelas casas também de... ali você não ia. Eu sei que todo tempo é assim mesmo: se você vai num lugar que não tem... como era a zona... Você dizia: “Olha, eu vou entrar naquela casa ali, que convém entrar”. Era boa. Mas tinha lugar ali que você não entrava de jeito nenhum lá, as que tinham afastadas mais ali pro lado da..., as últimas ali, que ficavam na Benjamin [Constant], pra baixo um pouquinho. Ali era fogo, tinham umas casas ali que... Pra cá assim [mais em direção ao centro] vinha melhorando, melhorando, até ali na Selma. Na rua Sergipe, por exemplo, na continuação da Sergipe tinha muita casa boa. Eram vários quarteirões: a Sergipe, a Benjamin... Tinha uns três quarteirões, fora mais umas que tinham ali [onde] não era nem quarteirão ainda, mas onde já funcionavam casas, aquelas casas velhas que tinham por ali, que sempre davam aquela mulherada... aquela negriada toda... (sic). E você nem ia por ali, porque era um mato danado. Muquifo mesmo. Então tinha tudo quanto é espécie de casa: boa, ruim. Tinha muita casa que você nem entrava, com medo de entrar ali, que tinha muita briga. (Francisco).

Em outras palavras, haviam casas “seguras” e casas “perigosas”; territórios mais higienizados e melhor controlados pelos poderes urbanos e territórios mais entregues à marginalia barra pesada. Enquanto as primeiras eram ambientes de “gente selecionada”, boêmios “de fino trato”, “gente grada” ou “figuras fortunas” - expressões que aparecem na documentação escrita e oral indicando uma certa elitização da freguesia -, o baixo meretrício seria, numa representação comum a boêmios e jornalistas da época, o próprio antro dos mais nocivos marginais e ninho de “mariposas alegres que servem de chamariz para os menos avisados.” Não era a toa que a maioria das “batidas” policiais e prisões por brigas, bebedeiras e algazarras, noticiadas diariamente pelos jornais, tinham como palco o baixo meretrício. A prostituição “rampeira” era ponto de concentração de uma população lumpem que não tinha acesso às casas mais elitizadas. Frequentado por trabalhadores pobres e tipos populares, pela massa heterogênea da plebe urbana e pela arraia miúda da marginalia, o baixo meretrício, *locus* de uma prostituição mais barata, era um lugar temido

mesmo dentro da zona: nele os boêmios abonados ou remediados faziam questão de não entrar.

A organização da zona pode ser entendida, portanto, a partir das várias clientelas que a freqüentava e das diferentes categorias de prostíbulos que a constituía. A posição social dos freqüentadores, seu *status* e poder aquisitivo, determinavam a “classe” (avaliada pelo “capital beleza”) das mulheres da casa: “cada casa tinha a mulher que merecia”, como resumiu Francisco. Embora concentradas em um único espaço, as diferentes clientelas e modalidades de prostituição confluíam numa forma de classificação estratificada e hierarquizada que vigorava entre as casas da zona. Essa classificação se refletia inclusive na disposição/localização dos diferentes subterritórios dentro do meretrício. As melhores casas - aquelas que dispunham de um plantel de mulheres “bico-de-ouro” ou “linha-de-frente” - eram situadas em locais selecionados, para que não se misturassem às casas menos gabaritadas. As principais casas da Vila Matos eram o Refúgio, a Boîte Paris, o Danúbio Azul, as casas de Selma, de Laura, de Diana, de Maria Polaca.

Também os *habitués* não formavam um único grupo. Muitos eram os signos que revelavam o *status* da variada fauna dos boêmios. O mais evidente e óbvio deles era o dinheiro. Nas palavras de Maschio, a diferenciação no meio da clientela regular era dada “pela força natural do dinheiro”. Perguntei-lhe se todos os grupos sociais tinham acesso às mesmas casas dentro da zona; num primeiro momento da resposta, ele enfatizou que elas “eram freqüentadas pelo pessoal da alta e da baixa sociedade” indistintamente, inexistindo portanto qualquer separação entre pobres e ricos. Mais adiante, afirmou o que para ele era natural e evidente:

É lógico que num conjunto de bordéis que havia ali, de casas, tinham as casas mais chiques e as mais baratas, é lógico. Então o camarada ia de acordo com suas condições financeiras. Isso é



natural. O cara que não tinha recurso não podia entrar numa boate da Laura, chegar lá. O camarada freqüentava aquela de acordo com a sua possibilidade. É lógico. A separação era natural, por força do dinheiro. (Edson Maschio).

As lembranças de Francisco corroboram as palavras de Maschio. Segundo ele, não era qualquer um que podia entrar na casa de Selma, na casa de Lúcia ou em qualquer outro ponto chique da zona:

Ah era difícil pobre entrar ali. Rolava uísque, não é filho, aquelas coisas, não é? Só rolava coisa boa. Então eram aqueles... muito japonês rico, que tinha naquela época aqui. Então era a grã-finada toda que só ia lá, principalmente na Selma. Era uma diferença muito grande, não é filho? Como até hoje a vida é assim mesmo: pra enfrentar uma boate boa aí, não é fácil, não é? Tem que ter grana. E lá dentro pobre não ia não.

No romance de Farah, o bordel de Clotilde - personagem talvez inspirado na cafetina Selma - é “o ponto *chic* do meretrício”, grande, com salões espaçosos: “Não era lugar para qualquer um entrar. Quem o fizesse, deveria estar disposto a gastar bom dinheiro, ou nada conseguiria.”<sup>120</sup> As casas mais granfinas eram redutos da elite boêmia. A freguesia dos grandes bordéis compunham uma boa amostragem dos grupos dominantes e médios locais: fazendeiros, sitiantes, cafeicultores, comerciantes, empresários, profissionais liberais, políticos, jornalistas, corretores de terra, maquinistas, representantes de casas exportadoras e toda uma fauna de “colarinhos brancos” que viviam em torno de uma das lavouras mais especulativas que se conhece, o café. Como escreveu João Antonio:

Era um ambiente de amor espúrio e camaradagem entre boêmios alegres e endinheirados, com jogos e arrumações. Naquelas libações do *brega*, reunia-se o alto mundo do café no Brasil, firmando grandes negócios de compra, venda, troca, exportação.<sup>121</sup>

Algumas dessas casas tornaram-se lendárias pelo luxo que exibiam:

As grandes casas não servem cerveja, é bebida barata. Só trabalham com *scoth* autêntico (Cavalo Branco ou John Haigs), vinho Adriano Ramos Pinto, legítimo português, ou *champanhe* francesa. Os

<sup>120</sup> FARAH, E. *Terra roxa...*, p. 66/67.

<sup>121</sup> ANTONIO, J. *Os anos loucos...* op. cit., p. 25.

garção, vestidos a rigor, trabalham com pratarias, cristais e servem em pires de metal (...).<sup>122</sup>

A tipologia dos freqüentadores dos bordéis, como vimos, era ampla e variada. Alguns tipos, contudo, tem presença marcante nos relatos literários e nos depoimentos orais coletados. Nesses instantâneos da memória, e como que dominando a cena, aparece a figura estereotipada do “coronel”. No cotidiano da zona, o coronel era o homem de posses, com proeminência social, geralmente fazendeiro de café, boêmio inveterado e gastador, dado à boemia, ao jogo e às farras com mulheres.

O “coronel”, principalmente nas regiões de economia agrária, continuava sendo, na década de cinquenta, uma figura quase arquetípica nas zonas de prostituição: “Sabe como que é, quem tinha dinheiro era coronel” (Francisco). João Antonio os define como “farristas, divertidos e endinheirados”. Contudo, na região, os coronéis recebiam essa designação apenas na zona. Se for verdade que a “civilização do café” terminou em 1929, temos aqui uma dessas ironias da história: a zona como derradeiro reduto do poder coronelesco.<sup>123</sup>

Nessas representações, o “coronel” aparece como um personagem um tanto ambivalente. Por um lado, era uma espécie de “rei da zona”, sobressaindo-se no lance típico do grande boêmio que chegava na zona e “fechava uma casa”, patrocinando as orgias, dando mostras de seu poderio pagando tudo a todos. Na zona, eram chamados “coronéis” sobretudo os indivíduos oriundos da elite rural; era esse um *status* atribuído ao boêmio perdulário, de bolso cheio e mão aberta, protetor dadivoso de marafonas. Figuras

---

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, p. 24.

<sup>123</sup> É claro que a nova conjuntura cafeeira do pós-guerra, efêmera e secundada pela industrialização crescente do país a partir dos anos trinta, não produziu uma elite agrária do tipo dos barões do café do Segundo Império ou dos todo-poderosos coronéis da Primeira República. Mas nem por isso as “classes produtoras” do norte do Paraná deixariam de manifestar uma espécie de arremedo das atitudes dessas elites de outrora.

de prestígio e grande poder econômico, funcionavam como uma espécie de patronos das grandes casas de tolerância:

Tinha um japonês aí chamado Hamada, que ele sempre fechava as casas em que estava. Ele não gostava muito de casa grã-fina não, mas quando ele chegava já mandava fechar e quem estava lá dentro ficava e era tudo por conta dele. (Francisco).

A imagem que João Antonio constrói do coronel lembra os personagens dos romances do agreste:

De *colt* 38, cabo de madrepérola na cintura, os coronéis adentram a casa e dançam o *shot* animado pela sanfona e bateria. Ou se dança o tango. (...) e as mulheres, no rodopio, derrubam de propósito as garrafas de champanhe francesa para o otário pagar. A champanhe importada custa de 500 réis a um mil réis. Muitos homens andam montados, éguas bonitas, vindas do mato e das fazendas para a cidade e, ao apejar, amarram os cavalos em estacas de pau. A cavalo também vão à zona, bolsos cheios, com dignidade e arrogância.<sup>124</sup>

Por outro lado, o coronel aparece como um tipo de “otário ofertado”, como na descrição jocosa de Rosendo:

Os coronéis eram... como se diz... tinha o capitão Eusébio, essa turma de rico aí, o Vitorelli era coronel. Essa turma de velho, que já é meio velho. Mulher vai gostar de velho a troco de quê? Gosta do dinheiro dele. Então os coronéis eram esses. [Eram] eles que pagavam a bebida e tal, e um dinheiro pra mulher, sempre. E eles iam embora e ela tinha a ginga dela pra se divertir.

Ou como escreveu João Antonio:

(...) se chove, o fazendeiro vai ficando na casa e está disposto a tudo enquanto chover e quiser ficar. Sustenta o fogo aceso de trinta mulheres bebendo. Bêbado, é roubado na conta. Gastava vinte mil, paga trinta ou mais. E paga.<sup>125</sup>

Alguns desses boêmios extremados e vivedores tornaram-se personagens quase folclóricos na região. Alguns nomes são sempre citados: Capitão Eusébio, fazendeiro e político do PSD; Teodoro Vitorelli e Arlindo Codatto, patriarcas de ricas famílias de cafeicultores; Mario Fuganti, membro de uma família proprietária de um império

<sup>124</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., pp. 24 e 26.

comercial; Capitão Luiz, “chamado Capitão Mamão, prefeito de Apucarana depois deputado, gordo de 150 quilos, boêmio e homem direito.”<sup>126</sup> Uma reportagem da *Folha de Londrina* citou o caso de um grande fazendeiro, amante do *shote*, amigo das mulheres e da farra:

E grande fazendeiro era aquele (...) que chegava nas casas mais elegantes e caríssimas, gritando alegre, se embriagando com muito dinheiro no bolso:

- “Rodeia todo mundo que começa o *shote*!”

A música tocava e além disso só o assobio dele, forte e que não parava. Podia ser meio dia ou uma ou duas horas da tarde. Para ele não importava, a dança deveria começar e varar o dia todo e a noite toda, só acabando na manhã seguinte.

No chão, no meio da roda, a dona da casa colocava garrafas de champanha. Era uma brincadeira. As mulheres que dançavam deviam tentar forçar o seu par a derrubar a garrafa e aquele que trançasse o pé e fizesse uma cair tinha que sentar numa mesa e pagar toda a conta. Eram contas polpudas que pagavam de bom grado, entre gargalhadas.

O fazendeiro do assobio grosso e forte no entanto não parava. Por isso ficou conhecido durante muito tempo em toda a região pelo apelido que ostentava orgulhoso: “O Rei do *Shote*”.<sup>127</sup>

\* \* \*

A elite boêmia era em geral bastante exigente quanto aos serviços prestados pelos bordéis: “O homem de Londrina, perdulário desbragado, exige novidade e paga alto”, escreveu João Antonio. Em *Luzes negras do submundo*, há uma passagem ilustrativa disso: às prostitutas “bem apresentáveis” cabia a tarefa de “conduzir-se como refinadas

<sup>125</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 24.

<sup>126</sup> Idem, *ibidem*, p. 26.

<sup>127</sup> N/a. Aqui. Vila Matos, onde o dinheiro correu solto. *Folha de Londrina*, 01/05/75.

marafonas à altura dos homens civilizados da cidade.”<sup>128</sup> A exigência por sofisticação e novidade fazia parte dos novos hábitos de consumo e de vida que vieram na senda do progresso econômico.

Por seu lado, as cafetinas mais poderosas se esmeravam em satisfazer plenamente os novos desejos da clientela aburguesada (não se pode negar o *feeling* empresarial dessas pioneiras que também venceram na vida). As casas mais ricas - principalmente as de Selma e de Laura - disputavam a hegemonia na zona do meretrício, concorrendo entre si para oferecer o melhor e mais requintado em termos de prazer erótico e ambiência lúdica. Essa concorrência ia desde a decoração das casas e dos quartos até a qualidade das bebidas e das atrações artísticas oferecidas. Mas, sobretudo, a concorrência era ferrenha no que dizia respeito ao principal produto, a essência do negócio, aquilo sem o qual simplesmente a vida da zona deixaria de existir:

Amavam-se mulheres finas, admiráveis, beldades que se revezavam, lindas e muitas trazidas e chegadas de todas as partes. Havia chilenas, argentinas, mexicanas, bolivianas, as melhores cariocas, gaúchas, paulistas, uruguaias.<sup>129</sup>

Essa exigência por constantes novidades nos quadros das “profissionais do amor” deu origem a um curioso costume local, sempre lembrado nos relatos orais e escritos: a recepção, no aeroporto da cidade, ao *engradado das putas*, mais comumente chamado (como as charretes) de *balaio das putas*, ou, simplesmente, “o balaio”. Esse era o apelido dado ao avião que trazia periodicamente à Londrina um carregamento especial de mulheres para as artes de Vênus: “Grupos de veteranas vão todas as tardes ao poeirento aeroporto de Londrina, esperar suas novas colegas e encaminhá-las às casas que as contrataram. Por isso, aquele avião é chamado de ‘egradado das putas’”.<sup>130</sup> Além das

<sup>128</sup> FRANCA, T. J. *Luzes negras...*, p. 88.

<sup>129</sup> ANTONIO, J. *Os anos loucos...*, p. 24

<sup>130</sup> FERREIRA, F.P. *Bordel de interior...*, p. 79.

“veteranas”, também cafetinas e boêmios corriam ao aeroporto no finalzinho da tarde. Com isso, o *balaio* passou a designar um verdadeiro acontecimento social da boemia londrinense. Como vimos, o afluxo de mulheres crescia durante o período de colheita do café. Nessas épocas de pico, as grandes casas reforçavam os seus plantéis, fazendo aterrisar na cidade novos *lotes* ou *partidas* de mulheres. A intensa rotatividade das “beldades que se revezavam”, de mulheres que “vinham caçar fazendeiros podres de rico no grande Eldorado”, deu origem a esse costume peculiar, verdadeira instituição da vida noturna local, “falado dentro e fora do norte do Paraná”. João Antonio narrou assim a origem desse costume:

Nesse ano [1951], a famosa Buate Diana fretava um avião de linha comercial trazendo vinte mulheres a Londrina. A dona da Buate, Selma, anunciara pelas rádios, pelos alto-falantes da cidade e até com fotos em biquini, a nova safra que estava por chegar: BUATE DIANA - NOVOS SHOWS - GRANDES ATRAÇÕES. O Principal bar da cidade, o Líder da rua Rio de Janeiro, expunha fotos de jovens mulheres lindas e gritava reclames. Cafeicultores, fazendeiros, madeireiros, coronéis, picaretas foram ao aeroporto assistir a chegada das *chinas*, como a linguagem da época as chamava. E ali mesmo, cada um já escolheu a sua mulher, com quem se avistaria à noite. A safra de mulheres era chamada *lote* e os compradores as escolhiam previamente, como gado. Mas gado de raça, diga-se. (...) A dona da Buate Diana, em carro aberto ou fechado, desfila pelas ruas de Londrina mostrando a sua mercadoria, o novo *lote* de meninas que acabam de chegar, via aérea, pelo chamado “balaio”, falado dentro e fora do norte do Paraná. Chegadas, as mulheres dançam, pintam e bordam, rolando e ganhando o dinheiro.<sup>131</sup>

Fernando Pessoa Ferreira detalhou que as mulheres preferiam vir “no último avião da tarde, um cansado *Convair*.” Desembarcados, os *lotes* distribuíam-se entre as diversas casas. Como registrou Elias Farah, nessa época os grandes bordéis passaram a trabalhar “com mulheres importadas do Rio, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Da capital gaúcha vinham as disputadas ‘argentinas’”.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 24 e 25.

<sup>132</sup> FARAH, E. *Terra roxa*..., p. 66.

Nos anos cinqüenta, o *balaio* se tornaria uma tradição entre os boêmios locais: ir ao aeroporto recepcionar as novas e desconhecidas belas da noite funcionava como uma preliminar erótica, espécie de prelúdio para o que aconteceria “lá embaixo”, na zona. Ali mesmo, no espaço neutro do aeroporto, davam-se as apresentações, os contatos, os arranjos, as negociações e acordos, os agenciamentos do desejo.

Portanto, grande parte das “prostitutas de alto bordo” não residiam permanentemente nos bordéis (e é de se conjecturar que no baixo meretrício e nas casas mais medianas os inquilinatos tenham sido mais sedentários, indicando outras formas de organização). Além dos plantéis fixos, o grosso da prostituição chique era alimentado pela importação de meretrizes. As mulheres vinham de várias procedências, principalmente da capital paulista. Ficavam uma temporada ou mesmo um único final de semana na zona. A isso chamavam “fazer o baú em Londrina”. Muitas, ao que parece, viajavam por conta própria. Mas a maioria vinha pelo sistema de rodízio montado pelos bordéis.

A renovação incessante dos plantéis envolvia cafténs e proxenetas de diversos pontos do país, numa rede muito bem organizada. A esse negócio os jornalistas da época chamavam “tráfico”, especialidade de quadrilhas que dominavam o submundo da prostituição. Em parte a questão do tráfico é um mito antigo, em que se constrói a imagem da prostituta ingênua, vitimada por infames mercadores de corpos: “escravizadores de brancas, que organizam verdadeiros sindicatos de mercadejação da luxúria, atraindo as pobres vítimas com artes de Satã.”<sup>133</sup> Na Londrina dos anos cinqüenta, o “tráfico de brancas” tratava-se de um permanente intercâmbio entre bordéis de diversas regiões do país, responsável pela renovação constante da safra de meretrizes itinerantes. No início da década de sessenta, a polícia “desbaratou” uma “quadrilha de traficantes de mulheres, que agia entre Londrina, São Paulo e Rio de Janeiro.” A cafetina Laura foi acusada de

encabeçar “um tráfico permanente de decaídas entre o Paraná [incluindo Curitiba], São Paulo e Rio, permutando-as ininterruptamente e incluindo sempre gente nova no vai-e-vém.”<sup>134</sup>

Nas grandes casas, o rodízio era permanente. O intercâmbio entre os bordéis locais e os de outros centros urbanos garantia a constante circulação de “mercadorias novas”: “Nosso estoque de prostitutas é constantemente renovado. Por isso elas estão sempre jovens”, escreveu Fernando Pessoa Ferreira. Esse mesmo escritor chegaria a dizer que “o revezamento incessante de mulheres” era tão intenso que não chegava a permitir “uma certa atmosfera de vida comunitária”, característica esta dos bordéis de menor rotatividade.<sup>135</sup>

É certo que muitas delas vinham de outros países, principalmente das grandes cidades da América do Sul. O jornalista norte-americano Harold Martin escreveu que para Londrina “afluíram mulheres de grande beleza, procedentes de Paris, de Buenos Aires e do Paraguai.”<sup>136</sup> Outros textos e depoimentos citam diversas nacionalidades, cores, etnias. Essas fontes asseveram que o rodízio era internacional. Mas a importação de prostitutas estrangeiras - sempre evocada pelos boêmios como um sinal do progresso do meretrício local - é um fato que deve ser relativizado. Em muitos casos poderiam constituir uma esperteza a mais de cafetinas e meretrizes para melhor “esfolar” os basbaques e desavisados: como em qualquer mercado, o produto importado pode adquirir um maior valor de troca. É o caso, por exemplo, das “argentinas” ou “uruguaias”, a maioria delas vindas das fronteiras dos pampas gaúchos, arranhando um sotaque castelhano e

---

<sup>133</sup> N/a, Mulheres marcadas, **O Combate**, outubro de 1952.

<sup>134</sup> N/a, Polícia desbarata quadrilha..., **Folha de Londrina**, 02/12/61.

<sup>135</sup> FERREIRA, F.P. Bordel de interior..., p.77 e 83.

<sup>136</sup> MARTIN, Harold. Paraná - terra de seiva e riqueza. In: **Seleções do Reader's Digest**, t. XXIII, n. 135, abril de 1953, p. 40.



aprimorando a arte de fingir. Mas é claro que a falsificação do produto não excluía a vinda e a venda do material genuíno.

Com a instituição do *balaião*, o aeroporto transformou-se numa ante-sala dos bordéis. Como escreveu Marinósio Neto, no aeroporto as mulheres eram “disputadas pelos figurões, fazendeiros, cafeicultores, ‘capitães’ e ‘coronéis’(...) Cada um queria ser o primeiro amor.”<sup>137</sup>

Além do *balaião*, uma outra expressão que fazia parte do jargão dos boêmios era “ir para baixo”. Essa curiosa expressão revela muitos significados na cultura urbana de Londrina, principalmente no que toca à boemia e à prostituição. Com a transferência da zona para a Vila Matos, “ir para baixo” passou a ser utilizada como um código entre os homens da parte de cima da cidade (o centro propriamente dito), significando uma quebra na monótona trajetória “da casa para o trabalho, do trabalho para casa”. Ir para baixo significava cruzar uma espécie de fronteira moral, a um só tempo física e simbólica, transpondo as barreiras da moralidade vigente na sociedade do centro; ou, mais exatamente, significava cruzar o limite mesmo que separava a “sociedade moral” (representada pelo centro) da “sociedade do prazer” (representada pelas margens). Essa dicotomia entre dois tipos de sociedade estabelecia demarcações de territórios e regras de “convivência” entre o centro e as margens:

Tinha dois tipos de sociedade: tinha a sociedade moral da cidade, vamos dizer assim, e tinha a sociedade do prazer, que era enorme mesmo. (...) Ali [na zona] a sociedade [do centro] não passava por lá, porque não era acesso nem para ir para São Paulo, não dava acesso nem para você ir... então era restrito ali. A sociedade, sabendo que lá não tinha... não se misturava. O pessoal que morava lá embaixo respeitava o pessoal que morava aqui em cima, e o pessoal daqui de cima respeitava o pessoal de baixo. Era um divisão mesmo. Havia um acordo de cavalheiros, vamos dizer assim. Elas respeitavam. E o pessoal de cima não descia pra lá, lógico, nem passava por lá, não tinha necessidade de passar. (Mário).

<sup>137</sup> MARINÓSIO NETO. Londrina. *la petit Parais...*, p. 22.

Em suas rotas diferenciais, quem passava por ali todas as noites eram justamente os boêmios. Curiosa, aliás, essa metáfora da passagem, com suas marcas tanto físicas como simbólicas: signo da passagem do centro para as margens; signo ao mesmo tempo da divisão moral e da segregação espacial da alteridade. Ir para baixo era deslizar para o “lado de lá” da linha; pular a linha do trem:

A cidade estava dividida em duas, a de baixo e a de cima, a que fica antes e a que fica depois dos trilhos dos trens, a zona e a família, a devassa e a bem comportada. O café, só se plantava café, cerca a cidade dividida em duas.<sup>138</sup>

Para “sair da linha” moral era preciso primeiro atravessar a linha física que dividia a cidade. Os trilhos do trem demarcavam duas regiões morais claramente diferenciadas pela sociedade dominante: o centro e o bairro boêmio, também chamado, por força do costume, de “zona”.<sup>139</sup> A linha funcionava como uma fronteira interna e uma passagem para o limiar. Cruzá-la representava um deslocamento físico mínimo. Mas o que representava, em termos de deslocamento moral, o ato de deslizar para o “outro lado da linha”? Ir para baixo significava deixar-se quedar, descer para o submundo, curtir o *bas fond*, cair no país da esbórnia; tirar férias da “sociedade moral” nos refúgios paradisíacos da “sociedade do prazer”. Ir para baixo: perfeita metáfora da desterritorialização, da suspensão das identidades fixas e das convenções de normalidade, da fuga das subjetividades “cêntricas”, do desregramento dos sentidos, da subversão momentânea do princípio da realidade.

<sup>138</sup> ANTONIO. J. Os anos loucos... p. 24.

<sup>139</sup> A localização da zona de meretrício não era o único motivo de estigmatização do “lado debaixo da linha”. Foi principalmente nessa parte da cidade, nos anos cinquenta, que explodiu as vilas e bairros populares, sem nenhuma infra-estrutura urbana. O lado debaixo passou a ser identificado como região de pobreza, sujeira e marginalidade, enquanto o lado de cima era tomado pela onda de urbanização e modernização. Como lembra o alfaiate Chico, a linha “foi um martírio para Londrina. Ninguém queria morar aí [do lado debaixo] não, porque a linha dividia demais. Ninguém queria saber por causa da linha, não tinha valorização, não tinha nada.”

Ir para baixo, para os boêmios, era participar de formas heteróclitas de sociabilidade, entregar-se, como escreve Margareth Rago, a uma “nova circulação dos fluxos desejanter”:

A prostituição foi vivenciada como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar da desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo.<sup>140</sup>

\* \* \*

Englobando o universo do erotismo, a sociabilidade bordelesca ia além dele. Nada mais estereotipado que imaginar a zona simplesmente como um grande açougue do sexo. É de se notar, aliás, como nas memórias dos boêmios - relativamente pudicas quanto às experiências de alcova - as questões mais diretamente sexuais são colocadas em segundo plano. Evidentemente que o comércio libidinal era a razão de ser da zona do meretrício e a prostituição feminina a própria alma do negócio. Mas além dos prazeres da cama, a “sociabilidade subterrânea” desenvolvida nos ambientes dos bordéis abrangia os prazeres da mesa, das danças de salão, da fruição estética dos espetáculos artísticos, dos jogos, das conversas, etc. Talvez fosse melhor, no contexto e objetivos deste trabalho, caracterizar o bordel como um *território lúdico* antes mesmo de considerá-lo um *território erótico*. Na verdade, se atentarmos para os elementos lúdicos presentes na experiência erótica ou, vice-versa, para a dimensão erótica subjacente na experiência lúdica, essa distinção perde um pouco o sentido. Como heterotopias situadas às margens do mundo normalizado e regido pela moralidade convencional, os bordéis, para todos os boêmios que

entrevistei, eram indistintamente lugares eróticos, lúdicos e dionisíacos. Constituíam uma zona completa.

Assim, além de um espaço adequado para “descargas eróticas” ocasionais, o bordel funcionava como ponto de encontro e importante *locus* de sociabilidade: lugar para beber, ouvir boa música, discutir política e futebol, fazer ou comemorar negócios, dançar, conversar, discutir idéias com os intelectuais locais, etc.

As atrações artísticas compunham boa parte do ambiente lúdico dos bordéis e contribuíam ainda mais para fazer da zona o principal ponto turístico da cidade. A zona de Londrina estava perfeitamente integrada ao circuito nacional do mercado artístico. Nos palcos das casas mais refinadas pontificavam os principais astros e estrelas do rádio e do *show business* da década de cinquenta: o mexicano Pedro Vargas, cantor de boleros; Nelson Gonçalves, Silvio Caldas, Angela Maria, Carlos Galhardo, Linda e Dircinha Batista, Cauby Peixoto, Isaura Garcia, Carlos Ramirez. Os boêmios recordam-se de Roberto Luna cantando *El día en que me quieras* ajoelhado na frente das mulheres. Podemos imaginar Luna, amante de uma das poderosas cafetinas da cidade (Diana) e um dos melhores intérpretes de Lupicínio Rodrigues, entoando os versos de *Quem há de dizer*:

O cabaré se inflama  
Quando ela dança  
E com a mesma esperança  
Todos lhe põem o olhar  
E eu, o dono,  
Aqui no meu abandono  
espero louco de sono  
O cabaré terminar

Rapaz! leva essa mulher contigo  
Disse uma vez um amigo  
Quando nos viu conversar  
Vocês se amam  
E o amor deve ser sagrado  
O resto deixa de lado  
Vá construir o teu lar

<sup>140</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 24.

Palavra! Quase aceitei o conselho  
 O mundo, este grande espelho,  
 que me fez pensar assim:  
 Ela nasceu com o destino da lua  
 Pra todos que andam na rua  
 Não vai viver só pra mim.

Ou Lindinha Batista cantando os clássicos da dor-de-cotovelo, como *Reunião*, sambacção de J. Junior e O. Magalhães:

Pouca luz, muita fumaça...  
 Assim é nosso ambiente!  
 Lá fora a noite é da gente...  
 Violão tocou baixinho  
 E baixinho alguém cantou  
 Falou de amor e carinho...  
 De tanta coisa falou!  
 Se você ficou tristonho  
 Pensando em quem já não tem  
 Saiba que eu tenho motivos  
 Para ser triste também...  
 Esqueça esse alguém lá fora  
 E viva a hora presente!  
 Lá fora a noite é de todos  
 Aqui a noite é da gente...

Ou ainda Nelson Gonçalves cantando *Dama do Cabaré*, de Noel Rosa:

Foi num cabaré da Lapa  
 Que eu conheci você  
 Fumando cigarro  
 Entornando champanhe  
 no seu *soirée*  
 Dançamos um samba  
 Trocamos um tango  
 Por uma palestra  
 Só saímos de lá  
 Meia hora depois  
 que desceu a orquestra.

Além dos cantores e cantoras, grandes orquestras e conjuntos musicais - como as orquestras de Francisco Canaro, Caló, Darienzo e Harpas Paraguaías - e diversas companhias de dança, como a de Evandro Castro Lima, além de diversos artistas de cabaré e declamadores faziam da noite londrinense uma das mais divertidas do país. Muitos artistas vinham apresentar-se para a “sociedade decente”, para logo após concluírem a

madrugada apresentando-se sob os refletores dos cabarés; outras vezes vinham especialmente para os *shows* nas boates:

Londrina atrai e agasalha o de melhor, debaixo de convite alto. É a época do tango, do shot, do baião, e o bolero está apenas começando a pintar nas madrugadas. Londrina, além de seus grandes bailes e *shows* (...) importa o melhor e mais caro, paga alto, desde que seja a última moda. (...) Os cantores famosos chegam para cantar de dia nas rádios locais e à noite nos bailes ou nas três grandes buates, onde a *Colonial* é o ponto alto, na rua Maranhão.<sup>141</sup>

Também as vedetes do teatro de revista, com seus shows eróticos e de chanchada, apresentavam-se freqüentemente nas casas da zona. Os boêmios lembram das artes e manhas de Luz del Fuego e Elvira Pagã. Maschio conta que Luz, “a mais cobiçada nudista das Américas”, foi leiloada após um show na *Boite Colonial*. A vedete notabilizara-se, nos anos cinqüenta, por suas performances insólitas, dividindo o palco com cobras que enlaçavam seu corpo ao final do *strep-tease*. O prêmio do leilão, evidentemente, era uma noite com a dançarina, e “sem a cobra no meio”, como disse Maschio.

Oferecer o melhor também em termos de vida artística era um ponto de destaque e prestígio das boas casas perante a clientela VIP. A variedade de atrações artísticas consolidaram a fama de casas como as de Selma, de Diana, de Laura.

As danças de salão eram também parte integrante da cultura dos bordéis. Dançar bem, na zona, era uma espécie de capital para alguns boêmios. Os bons dançarinos - os “pés de valsa” e especialmente os mestres do tango - eram alçados à categoria de “queridinhos” das mulheres, que sempre disputavam um bom par para brilharem ainda mais no salão. O boêmio Rosendo, considerado um excelente dançarino por todos os seus colegas de carteirinha, confessou-me que a dança sempre foi a sua grande paixão, depois das mulheres, naturalmente. E conta-se a história do ex-presidiário Gravatinha, exímio

---

<sup>141</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 25.

dançarino do tango, impecável com sua inseparável gravata borboleta, amante de Selma e que fez carreira como gerente de *rendez-vous*:

Só usava gravata borboleta e era exímio dançarino de tango argentino. O querido da “mulherada”. Aos primeiros acordes do tango “Mano a mano”, as “bailarinhas de salão” ficavam inquietas. Todas queriam dançar com o Gravatinha e às primeiras figurações do tango espoucavam aplausos ao casal.<sup>142</sup>

Dançava-se de tudo. Em *Bodas de Café*, uma prostituta evoca “aquelas luzes coloridas, o cheiro de perfume no ar e nós... todas nós embriagadas pelos boleros e rumbas.”<sup>143</sup> E dançava-se também o *fox trot*, o *shot* e o samba-canção, o baião e o forró, o samba de gafieira e as eternas valsas dolentes.

Na nostálgica memória dos boêmios, um elemento sempre presente é a afirmação do “romantismo” que fazia parte da cultura da zona, como elemento constituinte de sua própria sociabilidade. As imagens são evocadas para representar coisas que, com o fim dos bordéis, a prostituição perdeu para sempre: casais dançando de rostos colados, ao som dos boleros, acobertados pela luz negra; os flertes, as estratégias de conquista, o clima de enamoramento, componentes inseparáveis do erotismo e da ludicidade das melhores casas. Numa reportagem baseada em depoimentos orais, Edson Vicente falaria dos “românticos, que se emocionavam dançando uma músicas lenta e com a aventura da conquista.”<sup>144</sup> Em *Bodas de Café*, a fala de uma prostituta evoca os “galanteios” que antecediam a transa: “Sim, galanteios. Porque antes da trepada tinha toda uma preparação, um ritual. Não era assim no seco, não!”<sup>145</sup> João Antonio narra uma espécie de “enamoramento” que tornava mais intensas as relações:

<sup>142</sup> MARINÓSIO NETO. *Dos porões...*, p. 6.

<sup>143</sup> GRUPO Proteu de Teatro. *Bodas de café*. Londrina: datiloscrito, s/d., p. 6.

<sup>144</sup> VICENTE, Edson. Nova Diana. *Folha de Londrina*, 8/02/83.

<sup>145</sup> *Bodas de Café*, op. cit., pp. 5/6. O fato de tratar-se da fala de uma prostituta não invalida a tese da “romantização” do passado como um mecanismo seletivo da memória boêmia, construída a partir de uma perspectiva masculina. Como vim a saber e depois tive a oportunidade de comprovar, o material para a montagem da peça foi pesquisado a partir de entrevistas com antigos boêmios. Por outro lado, essa edulcoração do passado não significa que o bordel não tenha sido, de fato, “romântico” para aqueles que experienciaram o

Não se ficava, de imediato, com a mulher escolhida no bordel. Havia uma técnica de romance, namorava-se, ia-se à casa duas ou três vezes, presenteava-se, mimava-se. Só depois, o ato. Também as profissionais não fixavam preço, taxativo, inflexível, frio, duro, antipático. Mas isto gerava um pagamento inesperado e, de comum, decuplicado, que poderia jorrar a qualquer momento. O lucro era certo, e grande, no fim. Depois, os homens do café e os corretores viajavam muito. Nos reencontros, prostituta e cliente retomavam afeições e amores que pareciam cada vez mais firmes, como coisa de amante - fúria, dependência, paixão.<sup>146</sup>

E também Apolo Theodoro registrou essas mesmas impressões:

(...) não era só sexo que rolava por ali. Havia muito romantismo também. As noites eram embaladas ao som dos boleros de Gregório Barrios, das músicas de Nelson Gonçalves, Dolores Duran, discos que rodavam a noite inteira numa vitrola de cordas (sic).<sup>147</sup>

Sem ser falsificadora *per se*, essa romantização do passado aponta para algumas características fundamentais da memória boêmia. Os boêmios formavam um grupo de convívio que, como acontece com relação a todos os grupos sociais, definiu a forma e o conteúdo da matéria memorada, ou, melhor dizendo, do objeto de representação dessa memória. Essa memória, apesar de constantemente metamorfoseada à luz do presente, manteve ao longo das décadas um núcleo permanente. No conjunto dos depoimentos que coletei, pode-se verificar, a despeito de diferenças significativas conforme a posição de classe, o nível de cultura dos depoentes, etc., um padrão de reminiscência bastante homogeneizador, responsável por verdadeiros clichês da memória, partilhados e enfatizados por todo o grupo: nomes, situações, fatos, anedotas, etc. Também a memória boêmia pacifica a seu modo o passado e o cotidiano extremamente conflituoso da prostituição. Esses conflitos, principalmente aqueles em torno dos espaços e territórios da cidade, constituirão a matéria do terceiro e último capítulo.

---

seu cotidiano. Além disso, essa faceta da memória boêmia não é incompatível com outros registros que indiciam realidades bem menos românticas, como veremos no próximo capítulo.

<sup>146</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 26.

<sup>147</sup> THEODORO, A. Morreu Selma..., op. cit.



## **CAPÍTULO 3**

### **OS AVESSOS DO LÚDICO**

## O EROS ACANTONADO

“Existe muita tristeza na rua da alegria,  
existe muita desordem na rua da harmonia.”

*de uma canção de Ismael Silva*

O medo do caos permeia todo desejo de ordem.

A partir do século passado, a política de *confinamento* foi o principal mecanismo estratégico da sociedade burguesa para normatizar e controlar o mundo da prostituição. Escreve Laure Adler a propósito dos bordéis de Paris, a capital europeia da prostituição no dezenove:

Dessa forma, não existe piedade para as mulheres que fazem do amor sua profissão. A polícia é convocada para reprimi-las, e os moralistas querem aprisioná-las. O batalhão selvagem livre de Madalenas descabeladas que percorrem as cidades em todas as direções é uma obsessão para esses grupos. Como erradicar esse mal tão difundido? Sendo a prostituição um mal necessário - infelizmente não se reconstrói o mundo com palavras bonitas, admitem eles com amargura - resta a solução do confinamento. As burguesas em casa, as prostitutas no bordel.<sup>1</sup>

Desde seus primórdios, a história da prostituição em Londrina foi marcada tanto por essa política de controle quanto pelas formas de resistência a ela. Nesse sentido, a história da prostituição na cidade é a crônica de uma luta cotidiana e de uma tensão permanente entre os poderes confinantes e os corpos que se queriam plenamente confinados. O controle dos poderes urbanos sobre as “casas de tolerância” - isto é, sobre as prostitutas -, é evidente desde a fundação da primeira zona de meretrício, como vimos

---

<sup>1</sup> ADLER, Laure. **Os bordéis franceses (1830-1930)**. Trad. de Kátia M. Orberg e Eliane F. Pereira. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1991, pp. 42/43.

de passagem.<sup>2</sup> Segregar espacialmente as atividades ilícitas, disciplinar os corpos marginais no espaço urbano, foi uma prática que esteve na origem mesma da *city* planejada; medida que era um dos fundamentos necessários à constituição daquela harmonia preestabelecida que deveria reger a evolução da cidade. O acantonamento sofrido pelas prostitutas pioneiras era derivado de um desejo de separação nítida entre o centro - da cidade, da sociedade - e as suas margens. A implantação dos primeiros núcleos de prostituição, a formação mesma de uma “zona” destinada ao meretrício, seguiu de perto as teses regulamentaristas que, no Brasil, ditavam desde o final do século XIX as políticas urbanas de normatização e controle das práticas sexuais venais.

Na geopolítica dos territórios urbanos, o ato de confinar tem a ver com o posicionamento dos corpos no espaço, sua distribuição e fixação em determinados pontos do terreno. Logística da alocação dos corpos em espaços distintos: “Era fora da cidade, já era fora da cidade. As ruas terminavam exatamente na Duque de Caxias. Era a periferia da cidade. Ali se montou a zona boêmia, a boemia da cidade. Casas, *rendez-vous*, barzinhos, coisa de zona mesmo.”<sup>3</sup> Uma das características das heterotopias, como apontou Foucault, é a de serem lugares que estão *fora* de qualquer lugar, embora localizáveis.<sup>4</sup> Nesse caso, principalmente fora dos lugares centrais.

---

<sup>2</sup> Margareth Rago observa que, nas principais metrópoles do país, “uma política de confinamento propriamente dito, segregando geograficamente as meretrizes, só de efetivo na década de 40 [deste século], quando as prostitutas pobres foram alocadas nas ruas Itaboca, Aimorés, Timbiras, Carmen Cintra, no Bom Retiro, em São Paulo, e no mangue, no Rio de Janeiro.” **Os Prazeres da noite...**, op. cit., p. 126. Ver também: FELDMAN, Sarah. As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo, In: **Espaço & Debates**. São Paulo: CERU, ano IX, n. 28, 1989. Nesse ponto, a Pequena Londres dos ingleses, cidade nova, interiorana e periférica, estava também na vanguarda.

<sup>3</sup> Depoimento de Mario Fuganti.

<sup>4</sup> FOUCAULT, M. *Espaços-outros...*, op. cit. Sobre as heterotopias, ver também: LOPES, Myrian Bahia. “Porto, Porta, Poros”, In: BRESCIANI, Stella (Org.) **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. A autora aponta que “As estratégias topográficas são um dos fundamentos do bio-poder que se intaura no século XIX.” (p. 74).

Conforme aos princípios de organização dos espaços da cidade, o ideal do confinamento é que aqueles que são marginais na sociedade ocupem uma posição periférica, do lado de fora de um determinado centro, para além da circunferência urbana, às margens do mundo “normal”. Confinar é distinguir, individualizar, separar e segregar os corpos-alvos, vigiá-los constantemente, prevenir as desordens, impedir os distúrbios, minimizar os atos de resistência ao exercício cotidiano dos poderes urbanos que sobre eles atuam.

O confinamento é um modelo de gestão próprio das sociedades disciplinares. Ele visa sedentarizar as errâncias nômades; domesticar os corpos rebeldes, torná-los economicamente úteis - no caso, uma economia libidinal - e politicamente controlados; adestrá-los, torná-los dóceis, como diz Foucault. O ato de confinar é em si mesmo uma estratégia disciplinar; estratégia que não se realiza necessariamente num espaço fechado, mas que tem como escopo um certo grau de enclausuramento dos corpos num espaço sob permanente vigilância por parte da sociedade dominante. Comentando a noção foucaultiana de disciplina, Roberto Machado situa as características mais importantes dela: características que dizem respeito fundamentalmente à organização do espaço e ao controle do tempo:

Em primeiro lugar, a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige. (...) Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, a disciplina é um controle do tempo. Isto é, ela estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia. Neste sentido, não é basicamente o resultado de uma ação que lhe interessa, mas seu desenvolvimento. (...) Em terceiro lugar, a vigilância é um de seus principais instrumentos

de controle. Não uma vigilância que reconhecidamente se exerceria de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos, esteja presente em toda a extensão do espaço. (...) Finalmente, a disciplina implica um registro contínuo de conhecimentos. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder?<sup>5</sup>

Penetrando nos lugares mais recônditos, o modelo disciplinar objetivará o manejo e a utilização das ilegalidades populares em termos produtivos para a sociedade. Ou, como diz Foucault, fazer da delinqüência “um instrumento para gerir e explorar as ilegalidade”; tornar a delinqüência, ilegalidade dominada, “um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes.”

A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito: os controles de polícia e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinqüentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidade e tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinqüente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais.<sup>6</sup>

A fim de evitar a perturbação da ordem, a exigência por normatizar as atividades da prostituição é parte diária das campanhas moralizadoras promovidas pela imprensa londrinense, principalmente nos anos cinqüenta: “Há necessidade de se traçar

---

<sup>5</sup> MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 195. Em *Vigiar e punir*, Foucault conceitua a disciplina nos seguintes termos: “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’. (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (pp. 126/27).

normas fiscalizadoras, prudentemente exercitadas pelas autoridades locais, visando o disciplinamento dos prostíbulos que proliferam em larga escala na cidade.”<sup>7</sup> Normatizar e regularizar essas práticas aparece como fundamental para a manutenção de uma disciplina mais ampla, aquela que rege o cotidiano da cidade como um todo. Embora com menor frequência, também os “indisciplinados” boêmios e ébrios que perambulam pela cidade são alvos dos ataques dos jornais, sempre demandando repressão e controle por parte das autoridades públicas, principalmente da polícia:

Altas horas da noite, quando a população laboriosa de Londrina repousa em seus lares, recuperando as energias gastas durante a faina cotidiana, eis que é molestado o seu sossêgo por um grupo de ébrios ou elementos arruaçeiros, que passam pelas ruas a cantar em altas vozes, num tom demasiadamente elevado e inteiramente desafinado. Quando não “abrem o peito” com seus rugidos para cantar, soltam palavrões e blasfemas, pondo em sobressalto as famílias e pessoas decentes de nossa coletividade. E, neste interim, um guarda urbano nem pelo menos adverte aos indisciplinados, quando até podia levá-los a fazer serenata para os detentos da cadeia pública. Vejamos se de agora em diante os guardas noturnos aplacam essa algazarra, sempre mais acentuado em plena Avenida Paraná.<sup>8</sup>

O grande objetivo do confinamento é a otimização das condições de controle das atividades marginais, a perfeita gerência das ilegalidades submundanas. O ajuntamento, a concentração dos prostíbulos num único local era uma medida preventiva em termos de organização da própria “desordem”. O confinamento permitia elevar ao máximo a eficiência dos mecanismos de exame e vigilância e diminuir ao mínimo a capacidade de resistência às técnicas de controle. O confinamento permite diferenciar o indistinto, prevenir contra a mistura dos corpos, impedir as confusões obscurecedoras. Dispersos, misturados, emiscuidos em diversos espaços, tornar-se-ia mais difícil a

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**, op. cit., p. 246.

<sup>7</sup> N/a, O problema da prostituição, **Folha de Londrina**, 07/11/52.

visibilidade dos corpos marginais aos olhares do poder (e as principais formas de conflito entre o centro e as margens terão como motivo justamente a dispersão, a fuga dos lugares “reservados aos jogos de amor”, a invasão dos espaços nobres da cidade, perambulações que aparecem como atos de insubordinação às medidas regulamentadoras).

A concentração da marginália num espaço único, diferenciado e apartado, tornava mais eficiente principalmente o controle policial e a inspeção médica. Todos os olhares que vigiavam a cidade concordavam que o policiamento preventivo dos “lugares suspeitos” era uma necessidade:

Mesmo por uma observação superficial, os poderes policiais podem medir a iminência de alterações ou desordens em qualquer lugar. Prevendo irregularidades, basta ficar em estado de alerta diante dos lugares suspeitos da cidade. Cumpre, pois, à autoridade manter sob vigilância principalmente (...) lugares onde a presença de elementos de profissão indefinida torna a desordem um fato iminente.<sup>9</sup>

Os exames médicos também eram um imperativo de controle. Historicamente as prostitutas foram identificadas como principal “foco” e agente transmissor das “doenças de Vênus”. Um antigo boêmio lembrou-se que “obrigatoriamente elas tinham de se apresentar no setor de saúde para exames semanais, para ver se não estavam com gonorréia, essas coisas.”<sup>10</sup> Confinadas, os médicos tinham sobre as prostitutas um maior controle:

Todas as habitantes da zona do meretrício serão submetidas, a partir de hoje, à rigorosíssima inspeção médica, por iniciativa do Departamento de Doenças Venéreas da Secretaria de Saúde. Já se acham em Londrina (...) os médicos que procederão àqueles exames.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> TITÃ, Acabem-se as serenatas, **Folha de Londrina**, 16/10/52.

<sup>9</sup> ARGUS, Polícia preventiva, **Folha de Londrina**, 02/09/53.

<sup>10</sup> Depoimento de Edson Maschio.

<sup>11</sup> ARGUS, s/t, **Folha de Londrina**, 31/03/55. Temos aqui um exemplo da *social medicine* de que fala Foucault, a “medicina a serviço de uma classe”: “De maneira geral (...), aparece no século XIX e sobretudo

Em suma, a prática do confinamento propiciava uma melhor intervenção de todos os poderes que funcionavam no cotidiano do espaço urbano de modo geral e agiam sobre o submundo da prostituição de modo particular. Nas casas organizadas na zona, fiscalizadas pela polícia e pelos médicos e sob as ordens de madame - isto é, sujeitas à hierarquia disciplinar dentro dos bordéis<sup>12</sup> - as meretrizes estão localizadas e localizáveis. Também os vários tipos marginais que circulam em torno da prostituição - cáftens, gigolôs, malandros - e os próprios clientes podiam ser melhor vigiados. Sedentarizadas, as práticas marginais tornam-se mais facilmente administráveis.

Portanto, mais que uma medida de profilaxia moral, um cuidado político: barrar as itinerâncias, as vagabundagens, os ócios peripatéticos, as perambulações suspeitas, as errâncias marginais pelas ruas da cidade; concentrar os corpos e organizar de tal modo o espaço, os tempos e movimentos do submundo que esta prática propiciasse um assujeitamento mais eficiente e menos dispendioso aos imperativos da ordem. Ao nomadismo - perambulação sem localização - impor a sedentarização das atividades da

---

na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.”, “O nascimento da medicina social”. In: **Microfísica do poder**, op. cit., p. 97. No caso do controle médico sobre as prostitutas, a medicina social visa principalmente este último cuidado, embora se possa considerar a prostituição como uma forma marginal de trabalho, uma profissão ilícita que produz o prazer como uma mercadoria. Um excelente estudo das relações entre prostituição e medicina no século passado é o livro de Magali Engel, **Meretrizes e doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>12</sup> Nos anos cinquenta, as casas mais refinadas passaram a dispor de um serviço de segurança próprio, espécie de policiamento paramilitar dos lupanares, em que pontificavam os “leões-de-chácara”. Estes eram vigias responsáveis pela manutenção da ordem dentro dos bordéis, cumprindo várias tarefas: impedir a entrada de indesejáveis, impedir e separar brigas e “fuzuês”, disciplinar as meninas, botar porta à fora bêbados arruaceiros, cuidar para que os bons clientes não fossem roubados por prostitutas e malandros, etc. Muitas dessas funções de leão-de-chácara eram desempenhadas por policiais à paisana ou ex-policiais, que faziam um “bico” na zona. Além do policiamento preventivo, essa era também uma forma da polícia infiltrar-se no cotidiano do submundo.



prostituição, pregar os corpos marginais num ponto determinado do espaço, fixá-los e mantê-los ali.

O ideal era que todas as “casas suspeitas” fossem reunidas num mesmo setor da cidade: “Na rua Acre, pelas imediações da via férrea, funciona uma ‘gafieira’. O estabelecimento está deslocado e as autoridades devem tomar providência no sentido de confiná-lo na parte da cidade onde existem seus congêneres.”<sup>13</sup> Como estratégia organizativa dos diferentes espaços, o confinamento visa canalizar os fluxos, combater as distribuições arbitrárias e aleatórias das coisas e das gentes, suprimir a indeterminação das localizações, as espacialidades incertas, as fronteiras oscilantes, os limites indefinidos.

As práticas de confinamento da prostituição tem em mira a “solução” de vários problemas não apenas no campo da ordem mas também da moralidade pública (e na perspectiva do “centro” uma coisa não se separa da outra).

Ao impedir a mobilidade dos marginais - e principalmente das prostitutas - , um dos objetivos é acabar com as cenas de atentado ao pudor, os ataques aos bons costumes, as desordens morais praticadas no espaço público “privatizado” pelas elites. Os corpos separados e segregados podem circular apenas no espaço delimitado da zona do meretrício, onde os ilegalismos são tolerados e onde o funcionamento das contravenções é regularizado. E por isso o *trottoir*, real e potencialmente mais insubmisso às determinações das autoridades, será a modalidade mais combatida de prostituição: “A perseguição policial é só (sic) contra o *trottoir*”, anotou um

---

<sup>13</sup> Folha de Londrina, 09/10/56.

observador.<sup>14</sup> A batida sincopada dos tamancos nas ruas centrais terá sempre seus perseguidores entre os que faziam a ronda pela cidade:

O “trottoir” continua campeando na rua Sergipe e adjacências, especialmente no período das 19 às 21 horas. Como é público e notório, a prática desse comércio escabroso se acha confinada a trecho especialmente destinado a isso. A autoridade policial que se ponha vigilante a respeito.<sup>15</sup>

E mesmo quanto a este resíduo não-confinado, as normas regularizadoras estabelecerão horários, circuitos, limites, e a vigilância policial será tão ou mais insidiosa.

No caso da prostituição, e no contexto aqui analisado, confinar é assentar nos *confins*. A palavra não designa um aprisionamento em um lugar arbitrário, mas sim separação e fixação num lugar extremo, às raias de um determinado espaço central, mantido como um mundo à parte: “aquela cidade à parte”, como Elias Farah se referia à zona. Confinar é dispor e alocar sempre “para fora”, num ponto afastado de um núcleo referencial, no caso, os espaços “nobres” da cidade; posicionamento estratégico que visa também manter certas distâncias, determinadas longuras.<sup>16</sup> É a lógica própria do gueto, espécie de *apartheid* moral que ao mesmo tempo separa os “normais” dos “desviantes” e regula as relações entre uns e outros; que simultaneamente exclui os “anti-sociais” do convívio com a boa sociedade e os mantém sempre à mão, ali, úteis e aproveitáveis sob variadas formas; que estabelece fronteiras morais, limites claros entre as partes “sadias” e as partes “deterioradas” da cidade, entre a pureza e o perigo, a virtude e o pecado, entre a “sociedade moral” e a “sociedade do prazer”, na feliz expressão do boêmio Mário. Estabelecer fronteiras, aliás, vai além da moral: “A noção de fronteira é um dos

<sup>14</sup> FERREIRA, Fernando P. *Bordel de interior...*, p. 82.

<sup>15</sup> ARGUS, s/t., *Folha de Londrina*, 24/11/57.

fundamentos estratégicos da higiene. No século XIX a higiene constrói a imagem de uma guerra que prescinde de fortalezas para proteger o território urbano.”<sup>17</sup>

O supremo desejo implícito no ato de confinar as meretrizes - desejo nunca realizado plenamente -, é que o circuito centro-margem constituísse uma via de mão única; que os boêmios pudessem se deslocar ocasionalmente para as margens, mas que os marginais e sobretudo as “decaídas” não pudessem sob nenhuma hipótese macular com sua simples presença os espaços normatizados e refinados da *city*; que o confinamento realizasse marginalmente o ideal das relações entre os gêneros: no bordel como no lar, a mulher como um ser domesticado, passivo, dócil, a espera do homem, esposo ou cliente. O bordel confinado e higienizado como o segundo lar do bom boêmio burguês.

Isolar as prostitutas, separá-las da sociedade “normal”, fez parte historicamente de um grande *continuum* de práticas segregacionistas (enclausuramento dos loucos, dos criminosos, dos delinquentes e “desviantes” de toda ordem). Para essa prática confluíram os discursos que faziam da prostituta uma “degenerada nata”, como diziam os médicos do século passado.<sup>18</sup> Atribuindo às prostitutas uma sexualidade

---

<sup>16</sup> Via de regra, os espaços de internamento das sociedades modernas - as “instituições de seqüestro” (hospitais de isolamento, prisões, leprosários, hospícios) - foram historicamente situados nos espaços limítrofes das cidades.

<sup>17</sup> LOPES, Myrian B., op. cit., p. 71.

<sup>18</sup> Como relação de poder e de saber, o discurso sobre a prostituição faz parte da construção masculina do feminino, no qual a sexualidade da mulher é uma manifestação a ser controlada e contida por pressões sociais: “Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês são apenas o seu sexo’, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentavam os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. ‘Vocês são a doença do homem.’ E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência.” FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: **Microfísica do poder**, op. cit., p. 234. Essa patologização da sexualidade feminina atinge sua forma mais radical em relação às prostitutas. Sobre esse ponto ver: ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, op. cit.; SOARES, Luis Carlos. Da necessidade do bordel higienizado. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986; e RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite...**, op. cit., principalmente o capítulo “O complicado sexo dos doutores”.

patológica, anômala, perversa e insubmissa, os discursos médicos, jurídicos e policiais tornaram justificável que elas permanecessem aprisionadas em espaços próprios, lugares que terminariam por secretar o estigma dos corpos que os ocupavam.

Na Londrina dos anos cinqüenta, o confinamento era justificado principalmente como uma questão de moral pública. Em 1956, o colunista Argus, da *Folha de Londrina*, informava que “um grupo de cidadãos irá encaminhar representação às autoridades no sentido de que proibam às meretrizes se apresentarem em público da maneira pouco modesta por que o fazem.”<sup>19</sup> Assim, a zona aparecia como o lugar natural daquelas mulheres que assumiam “papéis” socialmente desaprovados; território físico e simbólico de condutas desviantes e avessas em relação à moralidade convencional. Em 1952, o jornalista Titã, em sua coluna *Ronda pela Cidade*, expunha de maneira clara essa justificativa moralista:

Por vezes diversas temos chamado a atenção das autoridades competentes para a afluência que se nota, nas ruas centrais e nas casas de diversão desta cidade (cinemas), de mulheres de reputação duvidosa e de apresentação aquém da normal, e que deixa dúvidas quanto aos seus procedimentos.

Por viverem à margem da sociedade é que se não as deverá banir do seu convívio, mas, é necessário que se lhes imponha um limite ao qual não se atrevam a transgredir, sob pena de, caso o façam, sujeitarem-se, *ipso-fato*, às cominações legais.

Nota-se, principalmente agora que o calor se acentuou mais e mais, que tais mariposas primam em se apresentar às ruas e cinemas por forma condenável, vestindo-se também sem qualquer modéstia ou pudor, atentando com isso ao decoro e ao bem estar geral, quando não provocando mesmo a reação dos que não lhes são iguais por viverem em sociedade e não à sua margem.

Assim, cumpre as autoridades de costumes que se faça coibir tais abusos, fazendo tais mariposas se compenetrar de que não deverão alçar vôos para locais que fujam aos limites da área que lhes está assinalada, por ser a sua presença nem sempre oportuna, nem sempre bem vista.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> **Folha de Londrina**, 17/10/56.

<sup>20</sup> **TITÃ, S/t., Folha de Londrina**, 06/12/52.

Segundo o discurso da imprensa, que traduzia o pensamento das elites urbanas e se colocava como porta voz das famílias londrinenses, o objetivo do policiamento era não apenas zelar pela ordem no submundo, mas impedir que este se alastrasse e “transcendesse aquela delimitação”. No editorial “Moralização e costumes”, a *Folha de Londrina* expressava esse sentimento:

Não se pode, como frisamos, ir contra o meretrício, problema até agora insolúvel no mundo inteiro. Ei-lo, pois, regulamentado e confinado em toda parte, como saída de curto prazo, enquanto não surge a grande solução que importa na reforma dos costumes com a valorização da moral cristã. Aqui, também esse quisto está confinado em larga área, pois Londrina, como vasto entreposto e centro de convergência, registra enorme população flutuante. Mas urge, repetimos, impedir a proliferação de prostíbulos, por mais bem disfarçados que se apresentem, pelos quatro cantos e até no centro da cidade, como ocorre. (...) As causas do mal que representa a prostituição são várias e complexas. Medidas de repressão não bastam para resolvê-lo. Mas cumpre a cidades como a nossa encará-lo de frente, com determinação e energia, para que não transcenda aquela delimitação.<sup>21</sup>

O confinamento na zona não diz respeito apenas a lugares, mas também horários. Confinar é impor tanto uma determinada circunscrição territorial quanto uma dada regulamentação temporal. No caso da zona, o controle do tempo dirá respeito principalmente à saída das mulheres para compras e passeios, etc. Justiça se faça, as prostitutas confinadas podiam sair da zona e circular pela cidade, mas apenas em horários reservados e desde que se portassem com decência, decoro, pudor, como as mulheres honestas. Uma das imposições para a saída de meretrizes da zona é que elas circulassem em charretes ou carros fechados. Por isso, como vimos, as charretes eram chamadas de “balaio de puta”. Como recordou o boêmio Francisco:

---

<sup>21</sup> N/a, Moralização e costumes, *Folha de Londrina*, 24/08/58.

Elas ficavam confinadas lá. Quando saía mulher, por exemplo, era de charrete. Era difícil você ver uma mulher sair assim... Sempre de charrete. Era uma charretaiada que tinha, rapaz, nossa senhora! Tinham muitas charretes bonitas.

O saber portar-se com decência nos espaços centrais não apenas fazia parte do “acordo de cavalheiros”, como talvez permitisse aos corpos confinados, pelo embaralhamento mesmo no meio da população homogeneizada, uma espécie de suspensão momentânea do estigma:

À noite, as prostitutas trabalham. Dormem durante a manhã e, à tarde, vão às compras, à matinê, ou às sorveterias. Então, vestem-se e maquilam-se discretamente. Um desconhecido as confundirá com as virgens ou senhoras “de família”, que na mesma hora circulam nos mesmos lugares.<sup>22</sup>

Outros registros, contudo, deixam entrever que mesmo essa “convivência” condicional não era tão tranqüila nem tão comum:

Preconceito e feroz. As prostitutas tem hora determinada para transitar pela cidade. Devem viver isoladas, confinadas, na zona. A linha dos trens é um limite, linha divisória, não subissem para a área familiar. As prostitutas não tem essas liberdades e corre um tempo em que não se pode dizer que tudo o que é moda não incomoda. Hoje, mulher comum e prostitutas se vestem com semelhanças. Naquele tempo, segundo os antigos - foram eles que fizeram aquele tempo -, a mulher-família se vestia com recato, grave prudência, saias lá embaixo, pernas escondidas. Hoje mostram tudo o que têm. E até o que não têm. Observam os antigos.

Restaurante Calone, 1951. Na Avenida Paraná, entre o Cine Ouro Verde e o Edifício Autolon, as prostitutas entram, roupas avançadas, decotadas, ousadia das indecências. Pedem, as três, sorvete. O dono do bar, dissimulado, sem que as mulheres percebam, joga sal no sorvete antes de servir. E cobra três vezes mais caro para que elas não voltem nunca mais. À noite, talvez o mesmo homem procure no bordel uma daquelas três mulheres para comprar amor. E não aceitará o produto, se o servirem frio.<sup>23</sup>

Os padrões de decência, obviamente, eram sempre definidos pelos tolerantes e nunca pelas toleradas. Os horários e as condições de circulação das

meretrizes eram fixados por portarias expedidas pela delegacia de polícia. Em dezembro de 1952, um jornalista da *Folha de Londrina* protestava contra o “inconseqüente e absurdo horário reservado à saída e passeio das mariposas”:

Queremos acreditar que o Delegado Regional de Polícia não tenha meditado muito quando resolveu modificar o antigo horário determinado para saída e passeios das decaídas em nossa cidade. (...) Senão vejamos: vigorava até há bem pouco o horário de meia noite às seis para saída de meretrizes às ruas centrais e qualquer outro horário do dia, desde que, neste caso, saíssem elas de carro. Pois bem! Recente portaria baixada pela polícia vem de modificá-lo, proibindo-as de sair apenas no horário de meia-noite às 6 horas, portanto, exatamente o contrário do que previa o regulamento anterior.

Está, assim, reeditado novamente o transtorno que martirizou a cidade durante tanto tempo, ao ponto de permitir, a medida ora assumida, a mistura de senhoras e moças de família às prostitutas, que se iniciam na freqüência aos cinemas, restaurantes, lojas e ruas da cidade. Nada é mais importante do que o pudor das nossas famílias. E se não os resguardamos do contacto da corrupção, o melhor é não existir Delegacia de Polícia, porque suas finalidades não estão sendo cumpridas como era de se esperar.<sup>24</sup>

A ditadura do relógio, a exemplo do tempo produtivo das fábricas, cronometra os períodos de circulação dos corpos, seus turnos de trabalho, os horários de funcionamento das casas desconfinadas, etc. A não observância, por parte das “toleradas”, desses horários do *metier* é tão abusivo para a quebra daquele acordo tácito quanto o são as insubordinações às regras de enclausuramento nos espaços de tolerância.

O convívio urbano, na vida de todos os dias, de mulheres “decaídas” e damas e moçoilas virtuosas era uma preocupação que os jornalistas traduziam em suas colunas. A mistura dos corpos e o embaralhamento dos diferentes códigos de moralidade eram motivos de reclamações constantes. O cuidado que deveria ser mantido para evitar

<sup>22</sup> FERREIRA, Fernando P., *Bordel de interior...*, p. 79.

<sup>23</sup> ANTONIO, J. *Os anos loucos...*, p. 26.

<sup>24</sup> N/a, *A Polícia não está certa!*, *Folha de Londrina*, 12/12/52.

a confusão dos corpos nas ruas e lugares públicos não dizia respeito apenas à leitura correta dos signos e códigos de comportamento. Esse zelo moralista se revelava em momentos inusitados, como na preocupação com o tipo de leitura das moças. Ivan Luz, protestando contra a “baixa literatura bordelesca” comercializada na cidade, escrevia:

As publicações preferidas [pelas moças] são as mesmas que gozam da preferência das prostitutas. A baixa literatura bordelesca está nivelando as moças de família às infelizes dos prostíbulos. Antes que mercadejem o corpo, já vão leiloando a alma.<sup>25</sup>

O princípio do confinamento como segregação espacial é, portanto, bastante claro: trata-se de impor uma forma de ordenamento à própria desordem, de controlar e explorar os fenômenos de marginalidade, de gerenciá-los em moldes seguros e produtivos. No caso da prostituição, trata-se, ao mesmo tempo, de assegurar a existência de heterotopias no corpo social, de efetivar e preservar espaços alternativos, mais relaxados e porosos, mais fluidos e lúdicos, dentro de uma sociedade zelosa de sua moral pública e de sua disciplina urbana.

A preocupação com o controle da população marginal tornava-se mais imperativa, como vimos, nos anos cinquenta, justamente pela perda da eficácia segregativa daquele modelo original de organização do espaço. Com a emergência de uma massa cidadina e anônima relativamente grande, e principalmente pela invasão dos marginais em meio à “população flutuante” que desembarcava na cidade, as dissonâncias urbanas tornavam-se, para a sociedade dominante, um problema na ordem do dia. O crescimento da cidade significava a perda de um *optimum* de confinamento que ditara desde sua fundação a lógica funcional de constituição e uso dos espaços. Conforme o

---

<sup>25</sup> LUZ, Ivan. Que é que falta?, **Folha de Londrina**, 26/01/57.



centro urbano se expandia em direção às margens e as margens se ramificavam nos espaços centrais, o acantonamento original tornava-se obsoleto e incapaz de controlar eficientemente as atividades ilícitas. O crescimento desordenado dos espaços de meretrício, e mais especialmente dos muquifos desconfinados, fazia com que os poderes urbanos e as elites letradas passassem a considerar a prostituição como “um problema social que constitui cancro de difícil extirpação”, como diziam os jornalistas da época. Alocados inicialmente fora do tabuleiro central, os territórios marginais estavam agora em pleno miolo urbano. Não era a toa que os jornalistas passavam a falar, cada dia com mais insistência e empregando metáforas inspiradas na medicina, em quistos, chagas, manchas, purulentas perebas anti-sociais.

A cidade era outra. À medida que o crescimento urbano ganhava um ritmo mais frenético e a euforia econômica tomava conta dos espíritos, dois temores se impunham aos cidadãos da nova “capital mundial do café”: a geada, capaz de transformar em pouco tempo a “terra da promessa” em “terra da promissória”, segundo um trocadilho cunhado pelos próprios habitantes; e a invasão dos marginais que “tomavam a cidade de assalto”, atraídos pela fama de cidade rica e boêmia. Contra a primeira, flagelo de Deus, o único recurso eram as orações. Contra os segundos, sempre se recorreu a medidas menos metafísicas e mais concretas de repressão e controle.

## ESPAÇO, TERRITÓRIO E PODER

“É exatamente o que uma cidade é, que impõe a reflexão sobre o que, num dado momento, é proposto como remédio. O corpo da cidade estava doente, disseram-nos, mas após o tratamento não foi bem uma cidade curada que surgiu aos nossos olhos, foi A cidade, o modelo de todas as cidades, o que deve ser uma cidade. (...) Pensamos que se tratasse de poções, de remédios, de panacéias, mas ao final do processo devemos admitir que era uma questão de lei, de princípio, de estrutura.”

Didier Gille, *Estratégias urbanas*

Mais que físicas e espaciais, as fronteiras entre o centro e as margens são simbólicas e imaginárias. Estão mais inseridas num processo geopolítico de produção e uso dos espaços sociais que numa cartografia física de espaços “reais”, visíveis. As fronteiras - que não são nítidas nem fixas mas evoluem e se transformam no devir geral da cidade -, dizem respeito antes de tudo ao espaço vivido, isto é, às diferentes formas de vivência do espaço da urbe, à maneira como os diferentes grupos e classes imprimem forma, função e sentido ao lugar que ocupam na cidade. Espaço vivido de maneira conflituosa. Os conflitos cotidianos entre o centro e as margens podem ser entendidos não tanto como uma luta pelo domínio do espaço, mas como um conflito mesmo entre um ideal de espaço e as formas concretas de constituição de *territórios* diferenciais no solo da cidade. Para fins de análise, talvez seja o momento de buscar estabelecer uma *diferença entre espaço e território*. Essa distinção não pretende ser universalizante e deve ser compreendida no contexto da análise que foi realizada até aqui. Todavia, ela permitirá relativizar a dicotomia integração/exclusão dos marginais, abordando o espaço como uma das instâncias de dominação e resistência - de luta, enfim, entre os grupos

sociais. Em outras palavras, perguntar pela natureza essencialmente política do espaço urbano.

A concepção foucaultiana de território extrapola as análises geográficas e inclui a noção jurídico-política. O território, para Foucault, se constitui pelas práticas e estratégias de controle que atuam sobre um lugar determinado. O território é “aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.”<sup>26</sup> É uma produção mesma desse poder, no sentido que esse pensador empresta ao termo; poder que produz os próprios indivíduos:

Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças.<sup>27</sup>

A noção de território em Foucault é muito centrada na questão do poder: o território nasce desse exercício mesmo do poder, na medida em que ele incide sobre os corpos localizados.

Um outro pensador, Félix Guattari, tematiza a questão do território de maneira um pouco diferenciada - e talvez mais instrumentalizável para a análise que desenvolvemos. Na concepção de Guattari, embora a problemática do poder não esteja excluída, a noção de território se abre mais para uma acentuação da subjetividade, da alteridade existencial que abre pequenos flancos no espaço do capital, constituindo lugares-outras como uma conquista micropolítica dos corpos rebeldes:

<sup>26</sup> FOUCAULT, M. Sobre a geografia. In: **Microfísica do poder**, op. cit., p. 157. Ver também os comentários de Sarah Feldman, “As segregações espaciais da prostituição...”, op. cit., p. 60.

<sup>27</sup> Idem, ibidem, pp. 161/62. Em sua introdução aos textos de *Microfísica do poder*, Roberto Machado esclarece: “Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder.” (p. XII).

Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e os espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita.<sup>28</sup>

Ao espaço disciplinar e enquadrador da ordem capitalista, que determina variadas formas de constrangimentos, sobrepõem-se “formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas.”<sup>29</sup>

Reservemos então o conceito de *espaço* para designar aquele ideal de funcionalidade que orientou a organização do complexo urbano, marcado pelos princípios de diferenciação e circulação. E usemos o conceito de *território* para nomear os lugares heteróclitos que surgem nas margens e estralam nos interstícios do espaço, lugares ao mesmo tempo de incidência do poder e de permanente resistência a ele. *Grosso modo*, enquanto o espaço (funcional, hierarquizado, disciplinado, higienizado) é determinado pela lógica do capital, os territórios, por ser uma apropriação e uso diferencial do solo urbano, podem apresentar outras lógicas que não aquela. E essa não-sinonímia entre lógica espacial e lógica territorial é justamente o principal ponto de conflito e de tensão permanente entre espaço e território. Vimos como o ideal do confinamento é buscar incluir os lugares-outros na mesma lógica de funcionalidade que rege os demais espaços programados. De um ponto de vista micropolítico, confinar é inclusive impedir que os territórios se constituam, ou, como diz Guattari, “transformar o

---

<sup>28</sup> GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaço & Debates**. São Paulo: CERU, ano V, n. 16, 1985, p. 110.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p. 109.

território existencial num espaço liso funcional”. Mas essa política é sempre plenamente bem sucedida? Evidentemente que não.

Se é verdade que a zona do meretrício nasceu como uma heterotopia funcional - como “espaço”, portanto -, não é menos verdadeiro que ela se transformou em território existencial na medida em que foi sendo vivida e representada como espaço da alteridade; na medida em que os corpos marginais se enraizaram no terreno e o lugar se tornou “afetivo” por aderência e apego, rico de significados, experiências, vivências errantes. Retomando e adaptando a bela formulação de Italo Calvino em *Seis propostas para o próximo milênio*, poderíamos dizer que, enquanto o espaço é governado pela racionalidade geométrica, os territórios deixam-se perder no emaranhado das existências humanas.

Os conflitos entre uma determinada concepção de espaço e as territorialidades marginais, no caso da prostituição, descortinam-se mais claramente quando das tentativas de remoção e reconfinação da zona.

A medida em que a cidadela pioneira crescia e seu processo de modernização se acelerava, o *locus* primeiro da prostituição se tornava, mais e mais a cada dia, uma inconveniência para os cidadãos. Novamente a imprensa é o melhor termômetro dessa mudança de atitude da sociedade dominante em relação às “toleradas”. No final da década de trinta, a localização do meretrício era já um “problema urbano” discutido pelas autoridades e pelas elites da cidade. A partir daí, a tematização das margens evoluiu num crescendo e os territórios marginais tornaram-se alvos de discursos moralizadores e campanhas em prol de sua erradicação e transferência:

Em vista do rápido progresso da cidade e da inconveniência da localização do meretrício, é pensamento das autoridades fazer transferir da rua Rio Grande do Sul, para ponto mais afastado e longe das casas de família, as pensões alegres e casas de tolerância. (...)

As constantes queixas recebidas pelas autoridades e a estas levadas pelos moradores das ruas vizinhas à rua Rio Grande do Sul, é que estão determinando a providência ainda em projeto.<sup>30</sup>

A transferência, contudo, só iria acontecer no final na década seguinte com a fundação da nova zona na Vila Matos. A nova localização da zona era lucrativa em todos os sentidos, pois haviam muitos interesses envolvidos, desde os comerciantes e proprietários de imóveis nas vizinhanças aos especuladores imobiliários que lucrariam com a venda de lotes às “toleradas”, além de satisfazer aqueles que se sentiam moralmente ofendidos pela “acintosa” presença das marafonas em espaço tão central:

Bacharel, político e boêmio, o delegado de então por volta de 1949, era Edmundo Mercer Júnior. Atendendo aos alaridos da sociedade e aos interesses imobiliários que a rua Rio Grande do Sul representava, baixou portaria dando conta de que num prazo de trinta dias a zona do meretrício seria transferida para a Vila Matos. Os terrenos, vendidos pelos famosos “picaretas” por trinta mil cruzeiros (sic). O preço do Cristo traído. (...) O decreto que determinou o fechamento das “pocilgas e antros de ladrões” foi assinado pelo Prefeito Milton Menezes, fundamentado na exposição de motivos de três órgãos públicos: Saúde Pública, Polícia e Prefeitura Municipal.<sup>31</sup>

Mas a transferência nunca significaria uma erradicação completa da zona antiga. As luzes do *bas fond* original, mantidas acesas pelas vivas ou surdas resistências dessegregacionistas, nunca se apagaram de todo:

<sup>30</sup> N/a, Sobre a localização do meretrício, **Paraná Norte**, 07/09/39.

<sup>31</sup> MARINÓSIO NETO, Londrina, *la petit Paris*, op. cit., p. 22/23. Marinósio Filho deixaria claro que os negócios com as “toleradas” era sempre lucrativo: “Os lotes foram vendidos por ‘trinta contos’. Quinze de entrada e o restante, um conto por mês. Antes, não valiam cinco contos. Até por menos ninguém os queria.” **Dos porões da delegacia...**, op. cit., pp. 14/15. Quando do fechamento e da transferência da zona da Vila Matos, uma década e meia depois, esse tipo de especulação imobiliária seria novamente um de seus motivos.

Essa zona de prostituição da rua Brasil ela foi se extinguindo aos poucos. Ficaram os resíduos, porque, apesar do fechamento de inúmeras casas, sempre ficavam aqueles hotéis de alta rotatividade. Isso aí ninguém conseguiu eliminar, só com o tempo. Até hoje ali ainda há hotéis de alta rotatividade. É um lugar marcado. Tem vários hotéis ali. Mas com a evolução da cidade, a construção de novos prédios, foi desaparecendo aos poucos. (Edson Maschio)

Por anos a fio, os poderes urbanos, acompanhados pelo discurso renitente da imprensa, reiterarão as práticas repressivas, buscando sanear física e moralmente aquela área estigmatizada, erradicar dali os “resíduos” que voltavam a apropriar-se de espaços que se queriam higienizados. Em 1952, os jornais já diagnosticavam a ineficência do reconfinação:

Há alguns anos atrás, a zona do meretrício de Londrina era situada na rua Rio Grande do Sul, quase que em pleno centro da cidade. As autoridades locais, considerando que aquela localização estava em lugar inadequado, providenciaram logo a remoção das casas de tolerância para um ambiente afastado do convívio de famílias londrinenses.

Depois disso, a mencionada via pública foi ocupada por um número bastante considerável de hotéis e pensões, como atualmente qualquer um pode constatar. Mas como qualquer um pode também verificar, há naquela rua, ainda, remanescentes de mulheres decaídas, embora pertencendo a outro antro de devassidão - a Boite Colonial...

Se as mulheres que habitam algumas daquelas hospedarias se comportassem direito, ainda era passável. Todavia, assim elas não procedem, se portam de modo a desrespeitar o decôro de famílias residentes nas vizinhanças.

Já por diversas ocasiões recebemos queixas contra aquele estado de coisas, mas primeiro procuramos nos cientificar do fato, o que se deu domingo passado. Quando passamos pelo “Hotel Bambu”, observamos três “mariposas” da Boite Colonial, na sacada do edifício, em posições imorais, quando nas imediações transitavam crianças, moças e pessoas idosas.

Apelamos para as nossas eficientes autoridades, para que ponham um paradeiro nessa situação, tomando as imediatas providências.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> TITÃ, Novo “bas fond”, **Folha de Londrina**, 24/09/52.

Prostitutas e marginais resistiam em abandonar seus antigos territórios. No mesmo ano de 52, o jornalista Titã observava que a Rio Grande do Sul “atualmente reconstituiu quase que inteiramente todos os aspectos de sua antiga função, a de zona do meretrício.”<sup>33</sup> Em 1955, ainda não se tinha perdido a esperança:

Decididamente, a rua Brasil (ex-Rio Grande do Sul) parece um caso perdido. A libertinagem, ali, continua a resistir à grita da imprensa, às reclamações das famílias e até às medidas policiais de repressão aos maus costumes. Como a esperança é a última que morre, ainda cremos na regeneração daquela via pública...<sup>34</sup>

O conflito pelo espaço - ou entre espaço e território - não dizia respeito apenas aos lugares da antiga zona, mas praticamente a todo o centro urbano, pois assim como todo território marginal está votado à “recuperação”, também todo espaço urbanizado é potencialmente marginalizável. Essa marginalização e “deterioração” de espaços “sadios” era o principal problema apontado pelo discursos moralizadores e pelas práticas saneadoras desde o início dos anos cinquenta. Remover e reconfinar, nesse sentido, era impedir que os espaços urbanizados se transformassem em autênticas sucursais da zona do meretrício.

A partir desses anos, verifica-se nos jornais a intensificação de representações dicotomizadoras do espaço urbano e de seus ocupantes. A estratégia textual das notícias e editoriais alarmistas pode ser sintetizada no seguinte esquema narrativo: primeiro, a *constatação* de um fato ou situação escabrosa envolvendo os lugares e personagens da prostituição; a seguir, a *condenação* - via de regra em termos morais - de tal estado ou situação, que depunha contra os foros de cidade da ordem e do trabalho e punha em vexame as famílias; logo após, a *apresentação de soluções*, que

---

<sup>33</sup> TITÃ, Os cortiços voltam a funcionar, **Folha de Londrina**, 07/11/52.



invariavelmente deveria passar pelo aperfeiçoamento e intensificação dos mecanismos de repressão e controle policial; e, finalmente, o *chamamento às autoridades* para que estas aplicassem tais soluções, tomando as providências necessárias e cumprindo eficientemente o seu papel no trabalho de manutenção da ordem.

As imagens que diziam da terra da promessa ou do Eldorado passavam a dividir espaço com as imagens da cidade babilônica, repleta da presença do mal.<sup>35</sup> A imprensa procedia a um mapeamento moral cotidiano da cidade, esquadrihando, detectando e registrando os “espaços deteriorados” e “decaídos” que resistiam à política regeneradora e se expandiam de maneira descontrolada. Aos poucos, os jornalistas compunham a representação de um plano subterrâneo e desregrado, território de um diversificado elenco de personagens noturnas e viciosas, palco dos “mais heterogêneos espetáculos de devassidão e luxúria.”<sup>36</sup> Os jornais colocavam em circulação concepções dualistas presentes no imaginário da sociedade burguesa, as séries de oposições ordem/desordem, mundo/submundo, civilização/barbárie, centro/margem, virtude/vício, bem/mal. etc. Enquanto do centro irradiavam todas as virtudes morais e cívicas, das margens exalavam todos os males deletérios, todos os crimes possíveis e imagináveis, todos os indizíveis vícios e pecados.

Por meio da imagem da “invasão” dos espaços centrais e da ameaça desestabilizadora que isso representava, o discurso dos grupos dominantes assumia uma posição defensiva, de resposta a um perigo exterior e estranho àquele pacto constitutivo que estivera na origem de uma cidade *sui generis*, cidade da ordem, do trabalho e do

---

<sup>34</sup> ARGUS, s/t, **Folha de Londrina**, 13/08/55.

<sup>35</sup> Cf. ADUM, S., op. cit., principalmente o capítulo “A cidade liberal”; e ARIAS NETO, op. cit., principalmente o capítulo “O outro lado do Eldorado”.

progresso. O discurso da imprensa operava por mecanismos de classificação dual, estabelecendo dicotomias no seio do social e construindo a representação dramática de uma guerra por posições. A população estaria dividida entre incautos e espertalhões, entre tipos pacatos e tipos desordeiros, vítimas e algozes. Os primeiros seriam os cidadãos desavisados, honestos, trabalhadores e obedientes às leis, presa ingênua de prostitutas escoladas e da malandragem que empestava a cidade, no baixo meretrício, nos botequins, nas pensões e muquifos, nos salões de bilhar, clubes de jogo e outros “focos” igualmente perniciosos de reunião de marginais. Particularmente os pontos de baixo meretrício são descritos como lugares de extrema violência e imoralidade, sujeira e perigo, palco de constantes turbulências e desordens.

A reiteração cotidiana do discurso moralizador estabelecia uma rígida dicotomia entre o mundo da ordem e o da desordem, ou entre o *mundo* propriamente dito e um *submundo* sem contornos muito definidos, vago, escuro e nebuloso, e por isso tanto mais perigoso. Ao final desse jogo de metáforas, as imagens do bem e do mal construíam a representação de uma cidade cindida: de uma lado, a cidade bela, moderna, ordeira, trabalhadora e progressista; de outro lado, ou nos porões dela, uma cidade de triste figura, pobre, suja, feia, bárbara e sobretudo perigosa. O mapeamento moral da cidade circunscrevia territórios diferenciados. Um amplo repertório de imagens negativizantes conferia a determinados pontos da cidade uma categoria de espaço estragado, não raro empregando metáforas fisiológicas que simulavam uma analogia clássica - a da sociedade com o corpo humano - e concluíam por um diagnóstico: o do corpo urbano doente. A política regeneradora objetivará então a clássica segregação dos fluxos:

---

<sup>36</sup> **O Combate**, outubro de 1952.

erradicar os “cancros sociais”, separar, confinar, compartimentar os espaços, as gentes e as coisas para manter a disciplina e a eficiência da racionalidade urbana. É a política própria do estado higienista. Nas sociedades modernas, como demonstrou uma já ampla historiografia, o higienismo veio de encontro a uma representação da cidade como lugar confuso, impuro, imoral, sujo e perigoso.

Os marginais e seus territórios tornavam-se, assim, simultaneamente objetos de discurso e alvo das intervenções “detefonizadoras” dos poderes urbanos. Foucault chamou a atenção para a função desempenhada pela imprensa, a de “impor à percepção que se tinha dos delinquentes contornos bem determinados”,

apresentá-los como bem próximos, presentes em toda parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciais e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória.<sup>37</sup>

Caso fosse possível uma cartografia retroativa desses territórios marginais, um mapa que estabelecesse seus pontos e limites na facticidade de sua existência concreta, ver-se-ia claramente que, no plano das representações sociais dominantes sobre eles, o espaço simbolizado nunca coincide com o espaço físico assinalado. E isso não em decorrência das permanentes mudanças, mobilidades, reposicionamentos desses territórios no terreno geopolítico da cidade, mas principalmente pela amplificação que é dada aos seus contornos nos discursos que partem do centro e tomam as margens por objeto. Esse “exagero” alarmista nunca é gratuito, nunca é inocente. Consciente e/ou ou inconsciente, ele é um pressuposto aos imperativos de controle das ilegalidades

populares, faz parte mesmo dessa política como prática discursiva. A exponencialização imaginária do perigo real, construída e sustentada sistematicamente pelos discursos que demandam a moralidade, a segurança e a ordem públicas, cria aquele “clima de opinião” que os aparelhos da mídia sabem explorar tão bem, e que torna legítimo, para amplos setores da sociedade, a violência e a repressão constante que se abatem sobre os marginais.

É claro que existiu sempre uma relação tensa e conflituosa entre os moradores do centro e os indivíduos segregados às margens, entre os cidadãos de direito e os marginais de fato (ou vice versa). A própria segregação geográfica sofrida pelas prostitutas pioneiras não deixa esquecer esse fato. Mas com a aceleração das mutações sociais e urbanas, é inegável que houve um acirramento dos conflitos e uma exacerbação dos sentimentos de tensão entre o centro e as margens. Essa tensão dizia respeito fundamentalmente ao uso e domínio do espaço; ou, mais extamente, às contradições latentes entre uma determinada concepção de espaço funcional, hierarquizado, liso, e uma multiplicação de *territórios existenciais* que punham em cheque aquele desejo de ordem. Com isso, o “acordo de cavalheiros” que, simbólica e fisicamente, dividia a cidade em diferentes zonas morais tacitamente aceitas, passava a ser constantemente quebrado. As formas de coexistência pacífica e os padrões de tolerabilidade tornavam-se obsoletos aos olhos da sociedade dominante. A mistura dos corpos e dos fluxos urbanos, a confusão de pessoas “forasteiras” que não paravam de chegar em levadas e mais levadas de migrantes, a mutação acelerada dos signos da urbe, a perda das referências e o obscurecimento da demarcação de espaços e territórios, tudo contribuía para a falência dos

---

<sup>37</sup> FOUCAULT, M. , *Vigiar e punir*, op. cit., p. 251.

princípios de diferenciação e funcionalidade que se buscava imprimir aos espaços da cidade antes mesmo de sua fundação.

Como vimos, as crônicas e a produção jornalística do período comportavam, a níveis próximos do paroxismo, um sentimento mal disfarçado de temor pela avalanche de gente que desabava na cidade. Esse medo tinha como causa os marginais e criminosos, os vagabundos que pululavam pelos inúmeros prostíbulos, principalmente os de baixo meretrício. A vaga incessante de migrantes fazia surgir uma multidão anônima relativamente compacta para os padrões da cidade. Imediatamente, a preocupação com a ordem, a segurança e a moral públicas se fizeram sentir, em moldes nada diferentes ao ideal burguês das cidades disciplinares. Em relação ao enxame de mariposas, a preocupação era sobretudo de ordem moral: controlar o aumento da promiscuidade urbana, impedir que elas voassem para as áreas “familiares”, que quebrassem as regras do decôro público.

As campanhas e movimentos pela moralização dos costumes passaram a mobilizar diversos grupos das elites e fazer adeptos entre todos os campeões da moralidade. De vários pontos do social partiam as denúncias, os alertas e as exigências por uma política de regeneração e reorientação da vida urbana da jovem e próspera, mas cada vez mais caótica cidade. Essa prática discursiva guardava uma perfeita sincronia com as intervenções dos poderes urbanos, num momento em que “Demolir, reconstruir, racionalizar, limpar, ordenar, passavam a ser palavras de ordem.”<sup>38</sup>

Os grupos dominantes criavam assim uma representação positiva de sua recusa, legitimando as intervenções dos poderes de polícia em sua prática de “disciplinar

a vida em coletividade”. A defesa da moral da família, dos costumes, dos valores e das conquistas de uma “cidade do trabalho”, constituíam os elementos de um bem maior em nome do qual se combatia a proliferação do mal. Em junho de 55, o jornalista de *O Combate* alertava mais uma vez a sociedade para a “onda de casas suspeitas” que maculavam o tecido da urbe. Esse tipo de diagnóstico, como vimos de passagem, era corriqueiro nas matérias e editoriais dos diversos jornais que circulavam localmente. Reproduzindo uma opinião difundida entre as elites, o jornalista concluía que o crescimento assustador e descontrolado das atividades ligadas à prostituição significava um grave prejuízo à ordem, à segurança e à moralidade públicas. A verdadeira explosão das “casas de pasto” contribuía para fomentar o crime, incentivar a dissolução dos costumes, a pouca vergonha e a promiscuidade. Para conter a invasão e a proliferação do mal, a “boa sociedade” não poderia ficar de braços cruzados. O policiamento deveria ser incrementado, colaborando com os órgãos de saúde pública e demais autoridades na missão de combater, reprimir e punir os contraventores e criminosos.<sup>39</sup>

Esse tipo de campanha moralizadora tinha como principal alvo os territórios do baixo meretrício. Verifica-se entre as elites dos anos cinquenta a permanência de um imaginário que, importado da Europa a partir do século passado, acompanhou a urbanização da sociedade brasileira. Estudando a prostituição em São Paulo no final do século XIX e início do século XX, Margareth Rago escreve:

Enfim, se determinados setores da população exigiam campanhas policiais e sanitárias de moralização das práticas sexuais ilegítimas, ou se mostravam solidários, por outro lado, é visível que o alvo de atuação destes poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, tavernas, “casas de tolerância” que

---

<sup>38</sup> ADUM, S., op. cit., p. 185.

<sup>39</sup> N/a, Tomaram de assalto a cidade, *O Combate*, ano IV, junho de 1955.

compunham a geografia do baixo meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade. Sabemos das inúmeras concepções a respeito da incivilidade e irracionalidade dos pobres, considerados no período como “classes perigosas” mais do que como classes trabalhadoras.<sup>40</sup>

Numa visão burguesa, as modalidades de baixo meretrício - esse “mar de lama” - são as que mereceriam maior atenção da polícia, da saúde pública e dos demais poderes urbanos encarregados de manter a ordem e zelar pelos bons costumes. E são esses territórios da “escória pauper” os objetos privilegiados do olhar armado, vigilante, censor e acusatório dos jornais - a imprensa como um olhar que examina, que cartografa a cidade -, assim como o são da polícia e dos aparelhos judiciários. Palco da prostituição rampeira, lugar de circulação intensiva de tipos oriundos das camadas mais baixas da população, o baixo meretrício é o antro por excelência da criminalidade popular, lugar de perigo mesmo para a polícia. Como observou o historiador polonês Bronislaw Geremek, estudioso da marginalidade:

O sistema judiciário e o aparelho policial são, antes de tudo, dirigidos contra os escalões inferiores da hierarquia social: são eles que se deve vigiar, que criam o perigo, que estão em contato permanente com o crime. Entre eles a infração parece ser um fenômeno endêmico a que só as penas severas podem conter.<sup>41</sup>

No campo de um imaginário persistente nas classes dominantes, o imperativo do controle social visa principalmente aquelas “camadas atemorizantes” da população, constituídas por indivíduos “desclassificados” e avessos aos valores da boa

<sup>40</sup> RAGO, M. **Os prazeres da noite...**, op. cit., p. 124.

<sup>41</sup> Citado por Laura de Mello e Souza. **Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 117. Discorrendo sobre as atitudes de “generalização das ilegalidades populares” na modernidade, Foucault aponta que esses processos “foram suficientemente marcados para servir de suporte ao grande medo de uma plebe que se acredita toda em conjunto criminosa e sediciosa, ao mito da classe bárbara, imoral e fora da lei que (...) está continuamente no discurso dos legisladores, dos filantropos, ou dos pesquisadores da vida operária. (...) que o crime não é uma virtualidade que o interesse ou as paixões introduziram no coração de todos os homens, mas que é coisa quase exclusiva de uma certa classe social...” **Vigiar e punir**, op. cit., p. 242.

sociedade; que cultivam, do ponto de vista da ordem, da moralidade e da segurança, um gênero indigno e socialmente maléfico de vida. São esses seres errantes e arruaceiros que fazem do baixo meretrício o seu ponto de concentração. Portanto, é fácil perceber que a virulência dos discursos visava única ou principalmente a prostituição clandestina, desgovernada e pulverizada pelos espaços centrais e, por isso mesmo, menos sujeita ao estrito controle pela polícia de costumes, pelos guardas sanitários, pelos médicos e autoridades administrativas. A prostituição confinada, afastada, regulamentada, normatizada, mais facilmente controlável pelos poderes de polícia, raramente entrava na pauta dos jornalistas, a não ser quando os tentáculos da urbe se estendiam sobre ela.

O desejo de controlar as perambulações pelos espaços centrais tinha no *trottoir* um alvo privilegiado. Constantes eram as reclamações para que as autoridades cômicas de seus deveres pusessem, de uma vez por todas, “um paradeiro no *footing* feito pelas mulheres de moral duvidosa pelas ruas centrais da cidade.” A prostituição de calçada, com seu espetáculo de “mariposas às soltas”, aparece como uma afronta e uma resistência escandalosa e inadmissível ao modelo do bordel confinado. Titã, clamando pelo recolhimento dessas mulheres, escrevia:

Apelamos para os mantenedores da ordem e dos bons costumes para que retirem do convívio social certas mulheres de maus procedimentos que, não obstante suas atitudes contra a moral, ainda promovem discórdias entre famílias de nossa comunidade (sic). Casos de consideráveis conseqüências tem-se registrado, quando estas pessoas menos decentes causam escândalos, quando não são protagonistas de atos indecorosos em plena via pública. Já que existe um local adequado para os jogos de amor, que sejam tais semidecaídas recolhidas em tal ambiente, livrando assim a sociedade de elementos nocivos à sua moral.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> TITÃ, Mariposas às soltas, **Folha de Londrina**, 21/07/52.



A preocupação com o pudor público, “para exemplo do povo”, não ganhava espaço apenas nas reportagens e editoriais. Em setembro de 52, um casal descuidado, flagrado em “cenas degradantes em pleno dia, no Jardim Paraíso”, mereceu de Kiko duas estrofes na coluna *A bola do dia*:

Firmado em falso preceito  
que daqui nada se leva  
o casal Adão e Eva  
não toma nunca juízo.

Se a polícia não der jeito  
só pedindo a Deus, de novo,  
que para exemplo do povo  
os expulse do paraíso...<sup>43</sup>

No ano seguinte, o *Código Municipal de Londrina*, sancionado em dezembro de 1953, estabelecia normas rigorosas de policiamento da ordem pública. Todo o capítulo I do Título II - *Dos costumes, da tranqüilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos* -, visava a moralização do viver urbano. O parágrafo primeiro do Artigo 59 atingia diretamente as pensões e as “casas de diversão”, eufemismo jurídico para designar os bordéis, boates, casas de dança:

A Prefeitura poderá negar ou cassar a licença para funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, casas de diversões e similares, que forem danosos à saúde, ao sossêgo público, aos bons costumes ou à segurança pública, e aos estabelecimentos que, por malícia ou fraude, tenham um alvará de licença para uma determinada finalidade e exerçam atividade diferente.

Mas a preocupação com a moral, o decôro e o sossêgo públicos extrapolavam o controle dos espaços e ambientes da prostituição. Toda a cidade era objeto desse desejo disciplinador:

Artigo 60 - Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas da cidade, vilas e povoados.

---

<sup>43</sup> ALMEIDA JR., F.P., *Poesia no dia-a-dia...*, op. cit., p. 10

Parágrafo 1. - A Prefeitura designará local próprio para banhos ou esportes náuticos, devendo as pessoas que nêles tomarem parte apresentarem-se de modo decente.

Artigo 61 - As casas de comércio não poderão expôr em suas vitrinas gravuras, livros ou escritos obscenos (...)

*Parágrafo único* - As bancas de jornais e revistas deverão abster-se da compra e venda de literatura nociva à formação moral da juventude.

Artigo 62 - É expressamente proibido, sob pena de multa:

I - perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos (...)

II - promover batuques, congadas e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares.

Artigo 65 - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casas de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício, e procedida vistoria policial.

Artigo 69 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos serão reservados quatro lugares destinados às atividades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização.

Artigo 73 - É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, apresentar-se com fantasias indecorosas, ou atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

*Parágrafo único* - Fôra dos três dias destinados aos festejos do carnaval, a ninguém é permitido apresentar-se mascarado ou fantasiado nas vias públicas, salvo autorização especial das atividades competentes.<sup>44</sup>

A repressão policial contra as prostitutas insubmissas às determinações das autoridades produzia cenas dantescas. O episódio do desfile das prostitutas de cabeças raspadas parece ter entrado para a história inoficial da cidade. Ele aparece em vários registros, com algumas variações. Em *Escândalos da Província*, esse “espetáculo original”, comentado até pelos jornais da capital, foi imputado à perseguição de um juiz

---

<sup>44</sup> **Código Municipal de Londrina** - Lei número 219, de 31 de dezembro de 1953. Ver especialmente o Título II, *Da Polícia de Ordem Pública*, citações às páginas 16/19.

que, “por sua natureza de pederasta, nutria ódio gratuito às meretrizes.” A cena é a seguinte:

Num daqueles dias, à hora matutina, a cidade foi surpreendida com um espetáculo original. Escoltadas por soldados, cinco prostitutas desfilaram pelas ruas centrais da cidade, levando no ombro um cartaz humilhante: “Somos prostitutas, vergonha da sociedade.”

Leon Arrochelas foi o autor intelectual da façanha. Há tempo que exteriorizava uma espécie de ojeriza contra as prostitutas, procedimento peculiar de sua natureza de pederasta. Aproveitando o calor da campanha de moralização, vislumbrara oportunidade de ouro para perseguir as prostitutas. Sem que se esperasse, ordenara ao delegado de polícia que o chamasse quando prendesse algumas. O delegado conseguiu prender cinco que cometiam desordens num bar. Comunicara-se com o juiz, recebendo então a estranha ordem: a polícia deveria rapar a cabeça das meretrizes e em seguida levar a efeito o desfile.<sup>45</sup>

Na versão de Marinósio Filho, o desfile das mulheres carecas aparece como uma passeata de protesto contra a violência dos policiais, que haviam raspado o cabelo de “umas trinta meretrizes”:

Todas as mulheres com as cabeças raspadas (...) iniciaram a marcha do protesto. Curiosos também participaram. O espetáculo foi dantesco. Um misto de agressão e desabafo. As meretrizes desfilavam, passos lentos. Umas sérias, outras gargalhavam. Havia as que choravam. A polícia permaneceu em seus postos. Observava apenas. O delegado não se fez presente. A avenida Paraná ficou apinhada de gente. A assistência delirava. Gritos, palmas, apupos, gargalhadas.

O moralista, “puritano”, repudiava. O debochado, zombava. Algumas senhoras assistiam silenciosas e outras se refugiavam nas casas comerciais. Lógico que houve senhoras que protestaram contra o espetáculo: “Prostituta não tem vergonha”. “Isso não é gente”. “Que imoralidade!”<sup>46</sup>

<sup>45</sup> MASCHIO, E. *Escândalos da província...*, p. 76.

<sup>46</sup> MARINÓSIO FILHO, *Dos porões da delegacia...*, p. 11. Na peça teatral *Zydrina*, o episódio mereceu o seguinte registro: “O delegado resolveu tomar medidas em relação às mulheres de vida fácil que infestam nossa cidade. Mandou raspar todas as cabeças do mulherio da zona do meretrício. As mulheres penalizadas e sem cabelos ainda foram obrigadas a desfilarem nas ruas da cidade. Esta medida visa moralizar os costumes e preservar nossos valores cristãos.” Cf. GRUPO Proteu de Teatro. *Zydrina*: Londrina: datiloscrito, s/d., p. 22.

O policiamento da cidade tornou-se mais sistemático nos anos cinquenta. A polícia local foi modernizada e equipada para fazer frente ao crescimento da marginalia. Em 1953, passou a contar com um departamento especializado no policiamento dos costumes. Por toda a década, a luta será encarniçada: “A polícia está efetuando prisões às portas de alguns hotéis e pensões, de mulheres que nelas se postam depois das 22 horas, em atitude de quem espera freguês.”<sup>47</sup> Às vezes realizavam-se batidas-monstro, com a prisão de dezenas de meretrizes. Em janeiro de 57, por exemplo, foram presas, numa única *blitz* na rua Brasil e na Duque de Caxias, “cerca de sessenta mulheres suspeitas”, e o jornal publicou a lista nominal.<sup>48</sup> Além do policiamento preventivo, as campanhas policiais mais ostensivas eram periódicas, principalmente quando um novo delegado assumia a função:

A Décima Terceira Delegacia Regional de Polícia, de Londrina, está empreendendo severa campanha de moralização dos costumes na cidade, através de batidas diárias aos muitos antros de deboche e lugares suspeitos. Enorme lista de malandros de ambos os sexos já sentiu a intensidade da iniciativa.<sup>49</sup>

A transferência da zona e o novo confinamento na Vila Matos possibilitou um policiamento preventivo mais eficiente do cotidiano da prostituição: “Quando a zona foi pra lá, aí tudo passou a ser mais organizado. A polícia sempre controlou a zona. A polícia controlava bem. Eles passavam a noite na rua, pra lá e pra cá, e pau comia quando eles pegavam: era cacetada de tudo quanto é lado”, recorda Francisco. Além do policiamento preventivo, as freqüentes incursões policiais - as *batidas* - faziam parte dos métodos de controle da marginalia. As “batidas” tinham por objetivo desarmar a

<sup>47</sup> ARGUS, s/t., **Folha de Londrina**, 12/01/57.

<sup>48</sup> N/a, Detidas 60 mulheres suspeitas, **Folha de Londrina**, 30/01/57.

<sup>49</sup> N/a, s/t., **Folha de Londrina**, 01/02/57.

população do meretrício (freqüentemente ocorriam conflitos e tiroteios na zona), prender indivíduos suspeitos de crimes, fazer, como diziam as colunas policiais, “colheita grossa de malandros e desocupados”.

Mas se o sistema de vigilância e as técnicas de confinamento e controle conseguiram “limpar” a cidade e impedir que a massa lumpem tomasse todo o espaço central, essa vitória, contudo, foi sempre muito frágil, pois, “por definição, o nomadismo urbano é recuperável e irrecuperável ao mesmo tempo. Ele é completamente recuperável pelo sistema de vigilância e irrecuperável porque de qualquer maneira ele sempre consegue fugir e recompor outros itinerários.”<sup>50</sup> Se é nas práticas de confinamento e no policiamento cotidiano da cidade que se pode notar mais claramente o desejo de imposição e manutenção de uma determinada organização do espaço, é nos pequenos flagrantes de resistência e burla dessas normas que se pode perceber a constituição de territórios diferenciais: formas outras de apropriação do terreno urbano.

---

<sup>50</sup> GUATTARI, F. Espaço e poder..., op. cit., p. 119.

## AS AMBIGÜIDADES DA TOLERÂNCIA

“A moralidade é o melhor de todos os instrumentos para levar a humanidade pelo cabresto.”

Nietzsche, *O anticristo*

“... porque na repressão vivem-se as grandes tragédias, nascem a santidade e o heroísmo. Na tolerância definem-se as diversidades, analisam-se e isolam-se as anomalias, criam-se os guetos. Eu preferia ser condenado injustamente a ser tolerado.”

Pasolini, citado por Michel Lahud em *A Vida Clara*

Nos anos cinquenta os bordéis eram sinônimos de “casas de tolerância”. Convém examinar mais de perto essa noção mesma de tolerância; isso de a prostituição ser uma ilicitude tolerada e a prostituta um marginal a quem a sociedade tolera por senso humanitário, segundo se justificava muitas vezes.

Em *The Brazilian family*, ensaio sociológico publicado originalmente em 1951, Antonio Cândido enunciava essa lógica da tolerância, que fazia com que a prostituta fosse vista “como um ser indispensável”, e a prostituição “como um complemento da presente organização familiar no Brasil”. Afinal,

se moças conservam sua virgindade, se o casamento é indissolúvel, se os meninos começam a vida sexual cedo, se maridos tem um certo direito à infidelidade, logicamente tem de haver uma certa classe de mulheres a equilibrar a situação.<sup>51</sup>

Os anos cinquenta eram ainda tributários do pensamento médico, jurídico e policial do século XIX, que defendia a regulamentação da prostituição. “Representando a sexualidade como força animal que ameaçava transbordar os limites estabelecidos pelas regras de civilização”, a tese regulamentarista

<sup>51</sup> CANDIDO, Antonio. *The Brazilian Family*, datiloscrito, p. 15. O ensaio foi publicado em LYNN-SMITH, Thomas, *Brazil: Portrait of half a Continent*, New York: Dreiden Press, 1972.

justificava a necessidade de um espaço de alívio das tensões libidinais na geografia urbana. “Mal necessário”, a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da razão e da violência policial. Para tanto, o regulamento [do policiamento de costumes] propunha uma série de normas de vigilância das áreas do prazer, tentando impedir a emergência de múltiplas condutas desviantes no submundo.<sup>52</sup>

Num livro publicado nessa década - *Mulheres deitadas* -, o delegado Armando Pereira expunha as razões utilizadas para a defesa da política de normatização e controle da prostituição. Nessa obra, a prostituta, embora representada como um ser abjeto, aparece dotada de uma grande e nobre missão:

Para mim, a prostituta é somente, prosaicamente, a cloaca, imunda e necessária, uma vez que a sociedade exige que o homem encontre ocasião propícia à satisfação de seus ímpetos pecaminosos, a fim de salvar a inocência dos lares<sup>53</sup>

Assim, a “mulher cúpida e sem alma” aparecia como uma barreira entre o “*homo lascivus*” e a mulher virtuosa, devendo inclusive “exercer um magistério”,

qual seja, o de ajudar o universo a se conservar perenemente nos limites de segurança... Ela é o refúgio do Homo Lascivus, ela lhe concede a ilusão do amor, ela lhe entorpece a idéia de procriar, ela, com audácias e cinismos, protege a donzela, ela evita que o homem mergulhe na fome e na guerra, a que fatalmente chegaria, quando o acotovelamento das multidões tornasse inconfortáveis todas as esquinas do planeta... (...) A lição que minha arrogância natural de homem retirou do assunto é de humildade. Nós precisamos delas, das pobres decaídas, cloacas inglórias. Sem elas, teríamos o caos, porventura a desordem, a voragem da violência sexual.<sup>54</sup>

É nesse sentido que o pensamento regulamentarista defenderá a idéia da prostituição como um “mal necessário” à própria civilização. O fundamento histórico dessa tese é muito antigo e tem certamente origens religiosas. Já no século V, um dos

<sup>52</sup> RAGO, M. *Os prazeres da noite...*, op. cit., p. 112.

<sup>53</sup> PEREIRA, Armando. *Mulheres deitadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1955, p. 249.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, p. 251 e 254.

primeiros filósofos cristãos, Santo Agostinho, escrevia: “As prostitutas e outras pestes dessa natureza? Tirei da sociedade humana as prostitutas e tereis manchado tudo de volúpia.”<sup>55</sup>

Em outros momentos, a prostituta ganha um olhar mais “compreensivo” que acusatório. É quando, numa espécie de rousseunismo, atribui-se à sociedade a culpa pela existência da prostituição: a prostituta como vítima de uma sociedade injusta, hipócrita e perversa. É o caso do poema *Helena*, de Vicente Viana:

Pobre moça! Ali no bacanal imundo  
Em que os homens maldosos a lançaram um dia,  
Suspira e canta e chora o seu pesar profundo  
Na ilusão da vida em prebilada orgia.

E assim, de tenda em tenda, farta de esperança,  
Segue a trilha lúgubre do voraz abismo...  
Na loucura do prazer, passo a passo avança  
Deixando inda mais longe o nome do batismo!

E a corrupta Helena, por dardejar lasciva  
No charco em triste sina, humilde, não importa,  
Indiferente, etcetizada o bem esquiva...

A crença ao verdadeiro Deus não a conforta,  
Seguindo além do perjuro a corrupção altiva...  
Subjugada, somente em Baco a dor suporta.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Citado por Otávio de Freitas Júnior, *Histórico e causas da prostituição*, In: **A prostituição é necessária?**, op. cit., p. 11: A noção do mal necessário já existia na antiguidade: “Com o advento da monogamia, os administradores das cidades da antiguidade criaram casas de prostituição, monopólio do Estado, onde mulheres escravas se entregavam aos homens para, satisfazendo-os, baixar o perigo da concupiscência, salvar-se a virtude das outras mulheres.” (pp. 9/10). A tolerância religiosa pela prostituição firmou-se sobretudo na Idade Média e o argumento foi tradicionalmente transmitido com a instituição: “Os primeiros bordéis se formaram na Europa meridional, com mulheres recrutadas entre peregrinas do norte, que tentavam ir a Roma e à Palestina, em piedosas romarias, e se arruinavam nas estradas. Talvez daí o velho ditério que boa romaria faz quem em sua casa fica em paz. A Igreja tolerou, aceitou e, segundo alguns, até incentivou a novidade: era necessário preservar a honra e a castidade das mocinhas dos castelos e das mulheres dos barões, todas mui devotas e piedosas, mas quem garante? O cinturão de carne humana das prostitutas parecia garantia maior contra a lubricidade dos castelões que os cintos de castidade ou os fossos e pontes levadiças.” (p. 10). Daí se entende plenamente um dos *Provérbios do Inferno*, do poeta inglês William Blake: “As masmorras são erguidas com as pedras da lei; os bordéis, com os tijolos da religião.”

<sup>56</sup> VIANA, Vicente. Poema publicado na *Folha do Povo*, em 23/06/57, citado por Rosimeire Castro em **O cotidiano e a cidade...** op. cit., p. 1.



Que culpa, afinal, tem a pobre Helena, se foram os homens que a lançaram no bacanal imundo? Se na “prebilada orgia” ela se ilude e se “somente em Baco a dor suporta”? A “corrupção ativa” não faria dela, por outro lado, uma espécie de heroína maldita, um pouco como Baudelaire se referia à prostituição: “lodosa grandeza, desonra exemplar”?

Outros argumentos diferenciavam as meretrizes em duas grandes categorias: as prostitutas vítimas de um destino atroz e aquelas outras de “natural vocação”: umas teriam caído na vida por necessidade; outras, por imoralidade nata. Essa tipologia foi utilizada pelo jornalista d’*O Combate* ao examinar “o lado humano da questão”:

A necessidade, quase sempre desesperante, de sustentar filhos, por vezes de pais desconhecidos, e talvez aos próprios pais, obriga-as ao flagelo da bebericação, ou seja: fazer com que os clientes lhes pague mais e mais bebida, recebendo daí uma paga irrisória que lhes custa parte da saúde e escravização total ao tenebroso vício do alcoolismo.

Entretanto, há entre essas messalinas as que fazem essa vida por natural vocação. São, por índole, dissolutas e imorais, sacerdotizas do prazer lascivo.

Mas tanto as vítimas do destino (que carecem de recursos), quanto as vítimas de sua própria “índole” (que carecem de vergonha), são, nessas representações típicas, efeitos de uma mesma causa:

Uma mão que as amparasse, em forma de instituições regeneradoras, baseadas em princípios cristãos, seria solução precisa, mas a própria hipocrisia de uma sociedade perversa, no seu criminoso e indiferente egoísmo, nos faz meditar que a solução para esse mal não será ainda para esse século. Os próprios poderes públicos, a própria legislação em vigor, são frágeis e, porque não dizer, alimentam esse estado de cousas. A regeneração de uma decaída é difícil. Estão aí, para desanimá-las, erguidas de uma forma irremovível, os preconceitos ferrenhos dos homens, que logo após lançar sobre as pobres seus olhares sarcásticos e impiedosos, irão, despidos do seu manto hipócrita,

passar horas lá com elas. (...) E sucedem-se assim, de mistura aos sentimentos por vezes embotados dessas mariposas, os mais heterogêneos espetáculos, onde tomam parte, quase sempre, homens e mais homens, na sua abjeta indiferença para com um problema que mais e mais, dia a dia, se agrava, para a vergonha de toda a raça.<sup>57</sup>

Como lidar com um problema sem solução, a não ser administrando esse problema e convivendo com ele? Como banir as prostitutas se elas são, no fundo, produtos de um mundo imperfeito? Como deixar de tolerar as messalinas, representantes da “mais antiga profissão do mundo”, se a sociedade aceita e tolera coisa muito pior? Quem pode atirar a primeira pedra? Essas prostitutas, por outro lado, não são úteis? Muitos não vão “passar horas lá com elas”?

Assim, a própria lei regulamenta a tolerância, desde que na zona específica, como no Parágrafo Quarto da Lei municipal 133, de 1951:

Nas secções residenciais “permissivas”, poderá a prefeitura tolerar a inserção de estabelecimentos úteis ou necessários, não-incômodos, não repugnantes ou nocivos, os quais, por natureza, não sejam adequados às outras zonas.<sup>58</sup>

Em seu estado de dicionário, a noção de tolerância designa uma “margem especificada como admissível para o erro em uma medida ou para discrepância em um padrão”, conforme define o *Aurélio*. O objeto da tolerância, nessa lógica, seria aquilo que nem pode ser aceito plenamente nem rejeitado totalmente. Aplicada à sociedade, e no tocante ao fenômeno da prostituição em particular, o regime das tolerâncias revela todas as suas ambigüidades. Ele pode ser apreendido como uma prática que “resolve”, de certa forma e de modo sempre crítico, a “questão tão difícil das relações complexas (...) que uma sociedade mantém com aqueles que recusam, voluntariamente ou não,

<sup>57</sup> N/a, Mulheres marcadas, **O Combate**, outubro de 1952.

<sup>58</sup> Lei 133, de 7/12/51. Apud: CASTRO, Rosimeire. **O cotidiano e a cidade...**, op. cit., p. 102.

momentaneamente ou não, os códigos e regras que a fundamentam e a cimentam e mesmo às vezes a nomeiam.”<sup>59</sup>

Uma hipótese a ser desenvolvida é que a tolerância social à prostituição é sempre construída nos pontos de intersecção ou embate entre as forças sociais que trabalham no sentido da integração e aquelas outras que simultaneamente pressionam no sentido da “exclusão” dos tipos marginais ou marginalizados. Vimos, no capítulo anterior, o quanto a prostituição foi (e é) aceita pela sociedade, os diferentes lucros que se pode extrair dela, sua positividade como heterotopia do erótico e do lúdico, como espaço de suspensão das identidades fixas e de realização de experiências dionisiacas.<sup>60</sup> Ao lado das reações moralizantes em defesa da moral familiar e do decôro público, vimos como alguns flagrantes literários e principalmente os depoimentos orais dos boêmios de outrora apontam para a aceitação que essas atividades ilícitas encontravam na sociedade, como *locus* de um erotismo extra-conjugal.

Enquanto a imprensa, por exemplo, destacava o lado “negativo” da expansão dos territórios marginais, os boêmios vivenciavam a dimensão positiva que esses mesmos territórios proporcionavam como lugares do prazer. Muitas vezes os próprios jornalistas que atacavam insistentemente o “problema” da prostituição na cidade eram notórios freqüentadores dos lupanares. Era comum os homens da imprensa comemorarem nos territórios boêmios, altas horas da madrugada, o fechamento de mais

---

<sup>59</sup> FARGE, A. Marginais. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**, op. cit., p. 514.

<sup>60</sup> Comentando as teses de Michel Maffesoli, Margareth Rago escreve que “uma sociedade não pode impedir a manifestação das forças dionisiacas, do prazer e do lúdico que operam em seu interior, sem correr o risco de ver explodir em formas violentas e perversas essa dimensão recalcada da vida humana. Cabe-lhe, então, procurar integrar simbolicamente suas ‘regiões sombrias’”. Assim, a prostituição “instaura formas coletivas e diferenciadas de circulação dos fluxos desejantes. (...) Desse modo, o espaço da prostituição possibilita uma ‘nova respiração’ das coisas e das pessoas, diz Maffesoli, necessária para o equilíbrio da sociedade.” **Os prazeres da noite...**, op. cit., p. 24.

uma edição dos periódicos. As imagens da repulsão que construíam em suas matérias não os impedia - aparentemente sem senso de contradição ou hipocrisia -, de freqüentarem os botecos da zona, as mesas e as camas dos bordéis: “Sim, os tempos de jornalistas boêmios realmente existiram. Eu vivi muito intensamente estes momentos noturnos. (...) Trabalhávamos a partir do meio da tarde até duas da madrugada. Depois farreávamos até o clarear do dia. O período da manhã era para dormir.”<sup>61</sup>Também Oliveira Junior rememora a intimidade dos jornalistas com a vida noturna, as “noites boêmias, que terminavam no crepúsculo matutino”, e onde os homens da imprensa iam buscar “As reportagens da novela noturna dos cabarés regurgitando de mulheres eróticas e bonitas e de homens endinheirados.”<sup>62</sup>

Como escreve o historiador Jean-Claude Schmitt, na escrita de uma história da marginalidade há que se evitar o falar apenas das recusas e das rejeições da sociedade, pois delas “não se podem dissociar as forças de integração que atuam no mesmo momento e se desenvolvem paralelamente aos fatores de exclusão.”<sup>63</sup>O embate entre as forças de exclusão e as forças de integração, entre os imperativos de recusa e de aceitação das práticas marginais, parece produzir uma espécie de momento de síntese, sempre instável e delicada, a que podemos chamar de *tolerância social*.

Essa integração, todavia, é sempre condicionada e gerenciada pela sociedade dominante, isto é, definida pelas relações assimétricas de poder que constituem o próprio social e o atravessa de cima a baixo. Não uma tolerância

---

<sup>61</sup> Depoimento de Walmor Macarini, citado por Marinósio Filho e Marinósio Neto em **História da Imprensa de Londrina**..., op. cit., p. 65.

<sup>62</sup> OLIVEIRA JUNIOR, B. **Eu e tu e outras crônicas**..., op. cit., p. 6.

<sup>63</sup> SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Dir). **A história nova**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 279.

desinteressada, um reconhecimento da pluralidade dos modos de existência, etc., mas, antes, uma tolerância instrumental, servente ao controle, à dominação e à exploração. Fenômeno que pode ser entendido como uma prática de integração controlada que, sem descartar a utilidade dos marginais, busca contudo estabelecer e manter uma diferença essencial em relação aos sujeitos “normais”, plenamente integrados. Esse tipo de tolerância, portanto, pode ser entendido como um mecanismo sutil engendrado pelas práticas de dominação de uma sociedade disciplinar ou de uma sociedade do controle. No filme *Saló*, de Pier Paolo Pasolini, a fala de uma personagem revela o conteúdo em última instância político dessa lógica: “Numa sociedade onde tudo é proibido, tudo pode ser feito; numa sociedade onde alguma coisa é permitida, só se pode fazer essa coisa.” A tolerância, síntese do negativo e do positivo, permite e é resultado de uma taxinomia do enquadramento promovido pela ordem dominante:

Na linguagem habitual, podemos dizer que as “pessoas-margens” (marginais) são as vítimas de uma segregação e são cada vez mais controladas, vigiadas, assistidas nas sociedades (ao menos nas desenvolvidas). (...) No fundo, tudo o que não entra nas normas dominantes é enquadrado, classificado em pequenas prateleiras, em espaços particulares, que podem até mesmo ter uma ideologia teórica particular.<sup>64</sup>

Ao produzir a tolerância de/a determinadas práticas, os mecanismos de poder produzem simultaneamente uma subjetividade deteriorada, uma individualidade decaída, uma identidade estigmatizada para os sujeitos tomados como objeto dela. A produção imagética joga com elementos caricaturais, recorrendo a estigmas, estereótipos e preconceitos historicamente difundidos, rearranjando seus elementos, agregando-lhes

---

<sup>64</sup> GUATTARI, Félix. Cartografias do desejo. Apud: CASTRO, Ricardo V. de. Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 154.

sentidos novos e pondo-os em ininterrupta circulação no *socius*. O resultado, se assim se pode dizer, desse circuito é a produção de um estatuto marginal para uma categoria mais ou menos definida de homens e mulheres tidos como avessos aos valores do bem, isto é, aos valores dominantes. Ao fim, produzem o estatuto do marginal como um sujeito patologizado. Em suma, a tolerância ao que é marginal deve ser compreendido como um regime mais sutil que a repressão pura - o poder como uma coisa que só diz não -, podendo ser incluída dentro daquelas estratégias de gerenciamento das ilegalidades controladas de que fala Foucault em *Vigiar e Punir*.

A própria tolerância aparece implicitamente como uma “concessão” da sociedade moral, uma vez que só se pode tolerar algo que em algum tempo ou lugar tenha sido proibido: o regime de tolerância como um relaxamento de um interdito original, seja moral, religioso ou jurídico. Vale lembrar que no Brasil a prostituição é uma atividade caracterizada como contravenção pelo Código Penal, principalmente a prática do lenocínio (o lenão ou caftén como empresário do alcouce). Mas a proibição ou o interdito de direito nunca foi incompatível com a tolerância de fato. Antes de atribuir esse aparente “fracasso” ao mal funcionamento das leis, como apontam os eternos reformadores, dever-se-ia buscar aí algo mais.

No cotidiano, os limites entre o tolerável e o intolerável são sempre tênues e críticos. Novamente, a questão da espacialidade urbana é fundamental para um entendimento do funcionamento daquilo que estamos chamando regime das tolerâncias. Esse regime regula ou busca regular as distâncias e as proximidades entre os corpos marginais e os corpos “cêtricos”, estabelecendo simultaneamente as regras da aproximação físico-erótica (nos territórios marginais “adequados”) e do necessário

distanciamento moral (nos espaços públicos normatizados). O ponto arquimediano de tolerância, nunca mantido em nenhum tempo, só seria possível se a marginália não invadissem os espaços dos cidadãos e permanecesse sempre como uma existência à parte. Evidentemente, a tolerância social tende a diminuir quando essas distâncias não são observadas pelos tolerados, quando os segregados fogem da zona de confinamento ou quando a cidade cresce em direção a ela.

Frisou-se que a preocupação maior das autoridades públicas era que a produção e o funcionamento dos espaços do prazer não fugissem ao controle da sociedade dominante. Controlar e impedir as miúdas desordens do cotidiano marginal - brigas, bebedeiras, algazaras, golpes do “suadouro”, atentados ao pudor público, desacato às autoridades, etc. - era o objetivo do policiamento preventivo diuturnamente exercido na zona e fora dela. Policiamento necessário, pois tolerar não é apenas aceitar uma diferença positiva que as práticas-outras possam representar; é, antes de tudo, legitimar também a violência do poder que sobre os corpos desqualificados recaem de diferentes lugares sociais.

## BOEMIA E MARGINÁLIA

“Eu sempre fui boêmio. Eu tenho tanta história...”

Mário Fuganti, *depoimento*

Em maio de 1952, um escrevinhador que assinava com as iniciais A.D.O., publicou na *Folha de Londrina* um interessante artigo intitulado “Nossos tipos: o boêmio”. Para fins de análise, transcrevo na íntegra:

Esse nosso tipo é um dos mais originais no país, pois é hoje muito rara a cidade do Brasil em que não se ache um boêmio.

Há só duas classes de boêmios conhecidas. O verdadeiro boêmio e o impostor, que quer fazer-se passar por boêmio.

O verdadeiro boêmio geralmente é um rapaz de bons princípios. Gosta da boemia assim como poderia gostar de estudar ou outra qualquer ocupação que mate o seu tempo. Tem um pouco de cada coisa, como seja: bebe, fuma, joga no mais das vezes todos os jogos do "continente", entende a gíria do malandro mas não a pratica, a não ser uma ou outra palavra. Raramente dorme à noite, a não ser por algo excepcional. Bebe tôda a sorte de bebidas alcoólicas, desde a nossa "branquinha" até o "Whiskey" americano. Frequenta tanto uma "gafieira" como uma "boite" ou "dancing" ou um "cabaret", assim como também sabe portar-se dignamente em um ambiente familiar.

O verdadeiro boêmio gosta de nossa música, mas escolhe quase sempre para suas "rodinhas" o tango argentino ou os clássicos boleros, hoje muito em moda. Gosta de cantar nem que seja desafinado e em geral todos eles têm a sua música predileta, pois esse tipo de boêmio é muito sentimental, não incomodando-se nunca em fazer o bem (sic).

O outro tipo, esse é o indesejável em qualquer roda, a ovelha negra das "madrugadas", pois quase sempre é "bêbado", "escroque", "gatuno" ou "vigarista". Não gosta de "batente", seja ele qual for, e volta e meia está dando trabalho para o policiamento da cidade. Dizem-se boêmios porque, infelizmente, há alguns compositores nossos que dizem em suas melodias que o boêmio é tudo isso e eles querem seguir o que ouvem, porque são de índole perversa e má. Não respeitam ninguém; o que eles querem é a malvadês, sendo que vivem procurando encrenca em qualquer ambiente, não importando-se em brigar com velhos, aleijados, cegos ou doentes; querem é ter assuntos para gabarem-se na noite seguinte. Com essa classe é que a nossa polícia deveria acabar, pois só assim o verdadeiro boêmio não seria incomodado em suas brincadeiras, já que este em geral não é nenhum "arruaceiro" e não procura encrenca. A não ser que haja algum



"engraçadinho" que queira passá-lo para trás, ou fazê-lo de otário, aí então o nosso boêmio dá a "bronca", e às vezes tão grande que agita uma cidade inteira, pois é um rapaz bem amistoso e querido por todos.<sup>65</sup>

Em sua aparente ingenuidade - ou para além dela -, o texto acima constrói uma tipologia que distingue claramente o boêmio do marginal. Boêmios e malandros não falaria a mesma língua, apesar do boêmio saber a gíria da malandragem. O boêmio tem todas as virtudes do cidadão ideal: bons princípios, moral familiar, é trabalhador e respeitador; o falso boêmio, todos os defeitos e vícios dos desclassificados de índole vagabunda. O verdadeiro boêmio é o homem que brinca, o ser lúdico que ama os prazeres da noite, que anda no lado escuro mas permanece tocado pelas luzes do bem. O falso boêmio, ao contrário, é um ser das trevas, "de índole perversa e má". Por meio de oposições e antinomias extremamente maniqueístas, duas figuras se delineiam com precisão, em sua irredutível diferença. A boemia seria, para o bom moço, uma extravagância menor, um divertimento inocente, que não acarreta prejuízo nem representa nenhum perigo para a sociedade do bem. Suas fugas desejanter para os territórios marginais são esporádicas e dentro da ordem: ele sempre volta para o lado de cá da linha, depois de ter se refestado do lado de lá; ou, antes, ele mantém um pé em cada lado dela, em ambos comportando-se com bons modos. É um ser que sabe transitar do centro para o limiar, do limiar para o centro. Ele frequenta os territórios marginais, mas sabe que sua casa não é ali; não se identifica com as margens: sua situação é de trânsito, de passagem, de escape. Enquanto para o rapaz de bem as atividades boêmias tem até um certo charme e são vistas com bastante complacência, para outros constituem um comportamento vicioso e deplorável, posto que estes outros fincam pé no lado de lá e

---

<sup>65</sup> A.D.O., Nossos tipos: o boêmio, **Folha de Londrina**, 14/05/52.

inveredam pelos caminhos da criminalidade: são bêbados, escroques, gatunos e vigaristas.

O texto supra citado deixa entrever que o entendimento de quem era ou não um boêmio tinha a ver com a posição do indivíduo nos estratos hierárquicos da sociedade: o verdadeiro boêmio seria uma espécie de extravagante ocasional, mais aceito que estigmatizado, oriundo dos quadros sociais médios ou superiores, perfeitamente integrado à estrutura produtiva e aos valores dominantes da sociedade. De noite, um boêmio; de dia, um cidadão de prol.

Nessa definição do boêmio como um tipo social, fica evidente a distância entre a boemia e, por exemplo, os freqüentadores dos botequins e dos “muquifos de mulheres rampeiras” concentrados na zona e espalhados pela cidade. Nessa forma de classificação, os tipos que pululam no baixo meretrício - “antro da escória social e refúgio de indivíduos desclassificados”, como diziam os jornais - estariam mais próximos da criminalidade popular que da boemia. Eles se deslocariam num plano subterrâneo, território de uma diversificada fauna de personagens perigosos, inimigos declarados do trabalho e da lei, rebarba da sociedade e escória do mundo. É dessa classe de gente que a polícia deveria cuidar com maior zelo, pois só assim os verdadeiros boêmios e suas famílias não seriam incomodados. Para a elite boêmia, como vimos, o muquifo era um termo depreciativo que nomeava os espaços *pauper* do baixo-mundo, lugar de prostituição barata, praticada por mulheres já declinantes no “capital beleza”, valhacouto de criminosos e antro da malandragem pé-de-chinelo. Ponto de circulação de uma plebe urbana em permanente contato com o crime, essa região se definiria antes pelo perigo

que pelo prazer. Toda uma lógica das diferentes territorialidades articulava essas gradações de lugares, interiores e ambientes.

É sugerido que o “verdadeiro boêmio” é um sujeito oriundo das camadas médias e altas, que constituiriam uma espécie de elite mesmo na sociabilidade da vida noturna. Da mesma forma, e por oposição, é sugerido que os indivíduos oriundos dos segmentos mais baixos da população, seriam, nesse modo de classificação, identificados aos “falsos boêmios”, isto é, aos marginais, mais próximos dos criminosos comuns que da imagem algo elogiada do *bon vivant*. Se assim se pode dizer, sobre o verdadeiro boêmio o estigma recai quase como uma valoração positiva, ao passo que os falsos boêmios deveriam simplesmente serem tratados como caso de polícia. Enquanto o boêmio é representado como um homem educado, ordeiro e pacífico - em resumo, um cidadão civilizado -, são representados como marginais todos aqueles que apresentam um *modus vivendi* refratário à disciplina capitalística do trabalho (o falso boêmio “não gosta de ‘batente’, seja ele qual for”), aos valores dominantes da sociedade, às posturas e comportamentos tidos como cívicos e civilizados. Além de ser um falso boêmio, o marginal é antes de tudo um bárbaro. A não-absorção dos padrões de civilidade burguesa; a não-inserção aos foros de civilização e urbanidade; a refração à ideários, comportamentos e valores dos grupos hegemônicos; o caráter nômade, errante e vagabundo atribuído aos marginais, tudo isso aparece como representando um grau de nocividade para a sociedade envolvente.

Essa tipologia endossava, assim, as campanhas moralizadoras em voga nos anos cinqüenta. Sintetizando concepções correntes na sociedade, esses discursos normalizadores manipulavam estereótipos e estigmas que concorriam para produzir uma

identidade de baixa categoria para certos indivíduos e grupos. Vimos como esses discursos tinham um papel político na disciplinarização do cotidiano urbano, orientando práticas de repressão e controle no contexto conflituoso da cidade.

Essas representações, longe de fazerem parte das idiossincrasias do tal A.D.O., encontravam eco no imaginário e no senso comum da época. Em todos os depoimentos que coletei de antigos boêmios, esses informantes fizeram questão de frisar a diferença que os separava da marginália, principalmente distinguindo o boêmio da figura do malandro, do vadio e do criminoso.<sup>66</sup> Há um cuidado por parte dos depoentes em preservar uma boa imagem de si, de não serem identificados e confundidos com tipos marginais. Seja edulcorando o passado e considerando a boemia uma malandragem honesta e sadia, seja mais comumente diferenciando malandragem e boemia como fenômenos distintos, os boêmios preservam, nas auto-representações, suas identidades “cênicas”:

Malandro nunca dava sopa, por que ele era visado até... que a polícia sempre ganhava das donas de casa, essas coisas, e sempre davam uma olhada de vez em quando. Se pisasse malandro ali, desses “durango kids” que não tem nada... O que é que iam fazer lá? Entravam no pau e já caíam fora (risos). (Rosendo)

A malandragem antigamente era uma malandragem sadia, antigamente era muito sadio. Não era malandro... de roubar, de fazer isso e aquilo. Era malandro que tinha muito a ver até com a sociedade: tem muita gente boa malandro, não é, filho? Picaretas e malandros tinham muitos. Agora hoje, por exemplo, tem malandro de tudo quanto é jeito. Naquele tempo, você via: a malandragem que tinha era a turma que gostava mesmo da coisa... E não tinha tanta coisa como hoje. (Francisco)

<sup>66</sup> Com base em outras oposições, essa diferenciação parece ser recíproca, como observa o antropólogo Luis Mott: “Na ótica de boa parte dos praticantes da prostituição, sobretudo os mais marginalizados, a sociedade é composta por dois tipos de gente: os ‘espertos’ e os ‘otários’. Alguns michês e travestis vêm geralmente seus clientes homoeróticos como otários em potencial, que serão depenados, roubados, extorquidos, agredidos, se derem qualquer vacilo ou se não se sujeitarem às regras do *bas fond*.” In: **Folha de São Paulo**, 30/06/96 (Caderno “Mais”). Esse surdo conflito entre marginais e “otários” tem nos contos de João Antonio e na dramaturgia de Plínio Marcos dois momentos de rara observação dialética.

Quem era malandro naquela época? Era o sujeito que chegava aqui, que não tinha recursos, que não tinha uma profissão definida, não tinha um trabalho fixo, então já passava a receber essa coloração na hora, de malandro. Naquela época esse pessoal já chamaria a atenção da polícia. Isso naturalmente no começo da cidade, quarenta, cinquenta e poucos. Havia um policiamento ostensivo. (Maschio)

Muitas vezes os boêmios, por serem homens de bem, podiam se dar ao luxo de receberem um tratamento diferenciado da polícia, principalmente aqueles oriundos das elites.<sup>67</sup> Mário Fuganti, em toda uma vida de desfrute da sociedade do prazer, se orgulhava de não ter sido preso uma única vez. Mesmo nos “arrastões” feitos na zona, o peneiramento na delegacia separava o joio do trigo. Se não passasse na peneira, o mau elemento ia “dar com os costados no xadrêz”:

Você sabe que o cara... Até hoje... Se você fosse bem parecido e tivesse alguma coisa [dinheiro ou trabalho fixo], não ia preso. Quem paga é mesmo aquele pé-rapado não é? Quem vai preso é o pé-de-chinelo. Ah! não tem dúvida nenhuma. (Francisco)

Em outras formas de registro, inclusive e principalmente nos depoimentos de velhos boêmios, percebe-se que sobre o boêmio a marca do estigma é quase nula.<sup>68</sup> O indivíduo notívago e “dado à putaria” é definido como um tipo social que transita do mundo administrado da sociedade do centro para o mundo mais distenso das margens da cidade, de onde sempre retorna como um cidadão de bem. No lado de lá ele encontra os

<sup>67</sup> Como observou Sônia Adum: “Em nome da ordem pública se exerce a violência cotidiana nos espaços da cidade. É claro que esta ordem diz respeito apenas às camadas desfavorecidas e incógnitas deste núcleo social. Quando ela ultrapassa esta linha, isto é, quando chega a afetar membros dos grupos abastados e conhecidos moradores, passa a ser objeto de críticas contundentes nos jornais e debates acalorados na Câmara Municipal. Os policiais e os delegados passam rapidamente de ‘mocinhos’ a ‘bandidos’, e sua ação é criticada e designada como bárbara. Este também é um motivo da troca de delegados e da ‘moralização’ da polícia. (...) O espaço da ‘cadeia’ é reservado para os pobres e desconhecidos, nunca para os ricos conhecidos.” *Imagens do progresso...*, op. cit., pp. 193/94.

<sup>68</sup> Os dicionários da época - como a edição de 1951 do *Aurélio* - definiam a boemia como “estúrdia”, “vida airada”; boêmio dizia-se “do indivíduo estúrdio, patusco, vadio.” O termo mais pesado é vadio, que não parece ter sido um adjetivo aplicado comumente ao boêmio na linguagem corrente, mas sim ao malandro. Por sua vez, “estúrdia” referia-se à estroinice, travessura, extravagância, leviandade menor.

marginais, e por isso conhece o seu jargão. Se o boêmio, em suas aventuras noturnas, não abre mão do princípio do prazer buscado nos espaços alternativos de erotismo e ludicidade, tampouco nega, por sua adoção diuturna dos valores dominantes, o princípio da realidade que constitui o mundo da família, do trabalho, da ordem e da temperança. É como se o boêmio fosse um ser anfíbio, que transita sem grandes impedimentos entre duas regiões morais; um trãnsfuga de meio expediente, pessoa “de bem” que tem como *hobby* um modo meio excêntrico de viver. Excentricidade mesmo assim moderada:

O cara chega numa cidade: quando ele é muito católico, ele vai procurar a Igreja; e quando não é, ele vai procurar para o outro lado (risos), a boate. (...) O boêmio é aquele que... Existe dois tipos de boêmio: existe o boêmio bobo e o vivaldino, o cara vivo. Porque o que bebeu não é boêmio, é um trouxa. O que é que um homem faz depois de bêbado? Vomitar e cair, são essas coisas. E o vivaldino nunca bebeu. O cara que gosta da boemia ele nunca encheu a cara. Beber pouca coisa, mas ficar com a noção. O que é que faz um bêbado? (Rosendo).

A suspensão do mundo normatizado buscado pelo boêmio deve ter hora e lugar. Nesse sentido, também suas escapadelas tem algo de socialmente tolerado, pois implica de certa forma a aceitação de regras de conduta e comportamento definidos pelo “centro”, à maneira de uma transgressão organizada e codificada. Persistindo nessa lógica, é fácil chegar a algumas conclusões: o boêmio em tempo integral seria identificado ao vadio, um ser economicamente improdutivo e, portanto, um indivíduo oneroso à uma sociedade do trabalho, quer dizer, da produção de mercadorias. Quem se tornasse um boêmio vinte e quatro horas por dia perderia sua inscrição na boemia e passaria a figurar no fichário policial que arrolava os vagabundos, criminosos e nocivos à sociedade.

Nesse sentido, os bordéis podem ser considerados como um ponto de intersecção entre o centro e as margens. Heterotopia comum aos “integrados” à sociedade envolvente - os cidadãos “normais”, representados sobretudo pela clientela boêmia - e aos mais ou menos “excluídos” dela, aqueles indivíduos que, por suas práticas desviantes em relação aos padrões hegemônicos de comportamento e moralidade, são remetidos a uma situação de relativa marginalidade. No limiar os extremos se encontram.

A boemia não só não se confunde com a marginália como está em latente conflito com ela. Um dos principais objetivos do policiamento é justamente minimizar e controlar esses conflitos. Para os boêmios, a zona como espaço das heterotopias é um mundo propiciador de uma *sociabilidade-outra*, baseada na suspensão momentânea das identidades convencionais e na realização ex-cêntrica do princípio do prazer. É a própria “sociedade do prazer”, como definiu um antigo boêmio. Emergindo e transparecendo na representação do passado vivido, esse caráter hedonista da experiência é o principal traço das memórias da boemia. Mas, para os diferentes tipos de marginais que fazem do meretrício o seu verdadeiro lar - prostitutas, gigolôs, rufiões, jogadores e toda uma ampla categoria de indivíduos refratários aos padrões formais de trabalho -, esse mesmo espaço assume outras significações: é o lugar da “cavação”, da “viração”, onde é possível, com muita manha e picardia, “levantar algum”, “fazer o baú”, aplicar pequenos golpes e expedientes que pode significar muitas vezes a única fonte de renda. Daí porque os jornais vincularem constantes alertas aos “incautos”, aos desavisados, vítimas em potencial dos inúmeros estratagemas para lesar os homens de bem.

Que a sociedade do prazer é também o palco de inúmeros e constantes conflitos já tivemos a oportunidade de sugerir. Esses conflitos aparecem muito mais na

crônica policial da imprensa que nos depoimentos orais ou na literatura sobre a prostituição na cidade.<sup>69</sup> João Antonio já chamava a atenção para essa características dos relatos dos antigos boêmios, a de harmonizar o passado: “Importante, nesse espetáculo todo, para alguns, é que em tudo isso havia tranquilidade e a vida era festiva nos bordéis.”<sup>70</sup>

Toda memória, enquanto representação do passado, não pode deixar de dar desse passado uma perspectiva particular. Esse fato é marcante nas reminiscências boêmias. Confrontando entre si os depoimentos de velhos boêmios, verifica-se uma certa padronização da matéria rememorada. Em vários momentos isso é tão marcante que determinadas informações tornam-se verdadeiros clichês, a despeito da diversidade de situações sociais, experiências vividas e concepções de mundo dos informantes. Verifica-se que houve uma forma de convencionalização, ao longo de toda uma geração boêmios, dos conteúdos que deveriam ser lembrados (pois a convivência inclui, de fato, a tarefa comum de recordar o passado). Nesse processo, um conjunto de aspectos são eleitos como dignos de serem lembrados, podendo e devendo ser rememorado, enquanto outros são simplesmente apagados. Os depoimentos memorialísticos dos boêmios, como aliás todas as formas de rememoração individual ou coletiva, operam uma seleção dos conteúdos re-citados. A seletividade da memória elege seus toténs e seus tabus: “O

---

<sup>69</sup> A representação literária coincide em muitos pontos com as lembranças seletivas dos boêmios. Em parte porque muitos dos literatos da cidade participavam ativamente da vida boêmia; em parte porque, no caso das narrativas mais recentes, os relatos de antigos boêmios foram a principal matéria prima de construção desses textos.

<sup>70</sup> ANTONIO, J. Os anos loucos..., p. 26.



importante é que a memória não é tanto um mecanismo de gravação como de seleção e esta, dentro de certos limites, está mudando constantemente.”<sup>71</sup>

Se, conforme indicou Tavares de Andrade, a questão da prostituição na história da cidade e da região pode ser enquadrada no rol dos “temas-tabus” da memória oficial - representando conteúdos “que são incompatíveis com a tarefa de rememorar mitologicamente para comemorar os tempos primordiais”<sup>72</sup> - algo semelhante ocorre quanto às memórias dos boêmios. Marcada pelo signo do hedonismo, a romantização do passado anula as situações de conflito e tensão, sejam aquelas que se verificavam entre o centro e as margens, sejam aquelas outras que faziam parte do cotidiano da vida noturna nos prostíbulos. A zona aparece como o harmonioso paraíso do dionisiaco, como recorda o velho Rosendo:

Aquilo parecia uma harmonia, parecia uma família, todo mundo. É como falava o finado Adalberto, que era meu amigo de boemia: “Os dias mais felizes da minha vida eu passei foi dentro da putaria.” (risos)

Perguntei a um entrevistado se havia violência na zona. Ele negou que havia nela qualquer espécie de violência ou situação de conflito. A zona, em sua definição, era formada por uma grande e harmoniosa reunião de boêmios alegres e mulheres exuberantes. Depois, numa outra passagem, narrou um episódio em que um seu amigo apanhava de uma mulher num dos quartos: “Aí eu disse: ‘Que é isso, rapaz, apanhando de mulher?’ Aí eu tirei a cinta e bati nela.” Se era fato que mulher “tinha-se para escolher”, como escreveu Vicente Viana, esse mesmo escritor, ao contrário das

---

<sup>71</sup> HOBBSAWN, Eric J. A Outra História - Algumas Reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). **A outra história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 23.

<sup>72</sup> ANDRADE, J.M.T., **Projeto Ethos do pioneiro...**, op. cit., s/p.

tomadas seletivas dos boêmios, aponta para um aspecto nada romântico das “casas de mulheres”:

Às vezes matavam uma. A cidade ficava alarmada. Outras vezes os peões, os saqueiros faziam arruaça, batiam nas mulheres, quebravam camas, guarda-roupas, cadeiras, mesas, saíam garrafadas, sarrafadas e alguém acabava gemendo por baixo dos pés de laranjeira.<sup>73</sup>

Apesar da zona como um todo ser um território de prostituição heterossexual feminina, os círculos boêmios eram redutos de uma sociabilidade masculina, a despeito da presença das meretrizes. Puta era puta, boêmio era boêmio: coisas distintas. Todos os traços do comportamento boêmio - hábitos de vida noturna, o gostar da putaria (ser “femeeiro”) - caracterizam-no como uma atividade masculina. Para A.D.O, por exemplo, o verdadeiro boêmio era “um rapaz de bons princípios”. Uma moça de bons princípios poderia ser uma boêmia? Mesmo nos bares centrais, fora da zona, as “mulheres boas” não entravam:

O Bar Lider tinha prostitutas também. À noite era só o que dava. Elas vinham jantar ali, a mulherada vinha jantar depois da madrugada. Os homens todos traziam as mulheres ali, para jantar. Não entrava mulher boa ali, mulher casada não, direita não. Era só mulher da vida. (Francisco)

Não é por acaso que a memória da boemia revela-se extremamente falocêntrica. Nela o eros feminino não aparece: a mulher aparece como objeto do desejo, não como sujeito dele. Se mesmo a prostituta não aparece como boêmia, muito menos a “mulher honesta”. Nos anos cinquenta, e talvez mais ainda numa cidade de hábitos provincianos, a boemia era uma vocação eminentemente masculina. As mulheres que se

---

<sup>73</sup> VIANA, V. Cadê a viola? In: **Chão vermelho**, op. cit., p. 20.

aventurassem a freqüentar a vida noturna não seriam consideradas boêmias, mas sim vadias e vagabundas, mesmo que não vendessem o corpo.

Como caracterizar, então, a linha de fuga do boêmio? Ele é um rebelado ou um submisso? Essa pergunta, talvez despropositada, não permite uma resposta simplista. O boêmio, tipo ambíguo, permanece o que sempre foi: com um pé em cada lado da linha que separa e ao mesmo tempo une centro e as margens. Apesar de tudo, a fuga boêmia, por sua simples existência, pode ser vista como uma crítica velada à sociedade burguesa e suas imposições ideológicas e disciplinares. O tempo gasto no prazer erótico, lúdico e dionisíaco - tempo do ócio, da fruição gozosa da vida -, evidencia a temporalidade do trabalho como *uma* forma de vivência do tempo, e não *o* tempo natural, único, universal. Da mesma forma quanto à concepção de espaço: como disse Foucault, os bordéis desempenharam um papel, “o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todos os lugares no interior do qual a vida humana está aprisionada.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu desconfio que o nosso caso está na hora de acabar.”

*Fim de caso*, canção de Dolores Duran

No dia 9 de janeiro de 1966, a zona de meretrício da Vila Matos foi fechada. O objetivo, segundo declararam as autoridades, era reurbanizá-la e transformá-la em um bairro residencial. A zona ocupava, na época, uma área de aproximadamente 60 mil metros quadrados e estava novamente espremida entre o centro da cidade e as vilas do subúrbio. Sob a chefia do delegado Ladislaw Bukowski, uma verdadeira operação de guerra foi montada para o fechamento, reunindo todo o contingente da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. Um jornalista que assistiu a tudo registrou que a medida foi “executada com o maior estardalhaço, com tomadas de cena no melhor estilo cinematográfico”:

E mais, foi recebida com simpatia pela grande maioria dos londrinenses que viam agravar-se dia a dia a situação. Especialmente para os moradores das proximidades do meretrício, a “limpeza da área” caiu como um presente do céu.<sup>74</sup>

O argumento utilizado para a remoção da zona da Vila Matos foi o mesmo usado duas décadas antes em relação à zona da rua Rio Grande do Sul: o crescimento urbano em direção àqueles territórios, os prejuízos à moralidade pública, etc, tornavam inconveniente sua localização. E novamente não faltaram as campanhas moralizadoras, os conflitos de vizinhança, os abaixo-assinados em prol da remoção, a exploração eleitoreira e imobiliária da questão, etc. Mas o argumento maior era o crescimento da

cidade, a expansão do centro em direção às margens. A transferência da zona aparecia como uma exigência do progresso:

O problema da transferência do meretrício vinha sendo estudado há alguns anos, inclusive por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal. É que não se trata mais de um bairro localizado numa parte despovoada da cidade, como o foi há tempos. Com a expansão urbana de Londrina, a Vila Matos tornou-se um quisto anti-social que vinha causando males sensíveis à comunidade. Por todos os seus lados, construíram-se residências familiares e a rua Curitiba, que atravessa um dos flancos da zona do meretrício, converteu-se em artéria movimentadíssima, ponto de passagem, estabelecendo comunicação mais acessível entre o centro e a Vila Casoni.<sup>75</sup>

Desde o início da década de sessenta, uma nova transferência era justificada como uma imposição do progresso. Marinósio Filho escreveu que “o progresso vive aporrinhando as ‘ninfas’” e reproduziu num de seus livros os desabafos das prostitutas:

O desenvolvimento urbano já estava aporrinhando a Vila Matos. Eram loteamentos que se transformavam em “Jardins” para insultar a cidade das “ninfas”. Cada empurrão que a Vila Matos recebia era mais um nome feio que o desenvolvimento ouvia. Xingavam a mãe do desenvolvimento. Era cada palavrão de arrepiar. (...)

Deu-se a mudança oficial da zona do meretrício. Não houve entusiasmo para com o [novo] local. Enterro de indigente. Sem lágrimas, sem flores, sem ninguém. Poucas e inexpressivas mulheres encorajaram-se à nova aventura. “Derrubamos mata, abrimos caminhos e estradas, construímos, fazemos de tudo, pagamos tudo que nos cobram e depois? Depois somos jogadas, outra vez dentro do mato, em nome do progresso. Em nome da cidade que está crescendo. Não temos valor algum. Somos umas filhas da p... e, ainda, nos chamam de “mal necessário”, de “toleradas”. Este o desabafo de Cleide, uma das muitas que não foram para a nova zona. Preferiu o “trotóir” na rua Sergipe.<sup>76</sup>

A nova zona, segundo o veredicto de Marinósio, nasceu predestinada a ser raquítica. Expulsa para o extremo limite do município, em plena zona rural, na divisa

<sup>74</sup> REZENDE, Claret de. O meretrício e sua defesa, **Folha de Londrina**, 26/01/66.

<sup>75</sup> N/a, Bukowski fechou a zona do meretrício, **Folha de Londrina**, 09/01/66.

com a cidade de Ibiporã, poucos e pobres bordéis vingariam ali. A cidade não comportava mais uma aventura boêmia como a que marcou os anos do ouro verde, com seus lances gloriosos que persistem ainda hoje na memória dos que viveram aquele tempo. O fim da época de ouro da prostituição na cidade é comumente ligado ao fim do breve reinado do café na economia regional. De fato, em meados dos anos sessenta a própria Vila Matos já estava em declínio. A deterioração do luxo dos grandes bordéis acompanhou o fim do fausto do café. As melhores casas foram sendo fechadas e as cafetinas mais ricas debandaram e foram buscar freguesia em outras plagas. Laura, por exemplo, montou o *La Licorne* em São Paulo; sua concorrente, Selma, fundou o *Versailles*, naquela mesma cidade. Enquanto as luzes das grandes casas se apagavam, a Vila Matos tornava-se um grande cortiço. Aos poucos, aquela zona, que abrigara durante quase duas décadas a nata da boemia e o supra sumo da prostituição, “foi sendo relegada às meretrizes de poucos cruzeiros e ao pessoal de navalha na cinta e peixeira, já marginalizados do dinheiro que então não corria mais solto.”<sup>77</sup>

Por toda a década de setenta, tomada por marginais e por por uma população de expulsos do campo - e o próprio estigma da área contribuía para manter os aluguéis mais baixos -, a Vila Matos resistiu às políticas reurbanizadoras. Como da remoção anterior, ficaram por longo tempo os “vestígios”, os “resíduos”. Nos anos oitenta, o local foi escolhido para a construção da nova rodoviária, com um moderno projeto de Oscar Niemeyer. Com o início da construção da obra, a Vila Matos foi finalmente ao chão e sua população distribuída pelos conjuntos habitacionais da COHAB ou jogados pela periferia. Em 1988 a rodoviária foi inaugurada. Com o formato de uma

---

<sup>76</sup> MARINÓSIO FILHO, *Dos porões...*, pp. 27/29.

grande nave espacial, é tida como um dos símbolos de progresso e modernidade da cidade que os pioneiros abriram no meio da mata. Todo final de ano ela é decorada de modo a parecer uma imensa árvore de natal, com milhares de luzes de todas as cores. Virou um cartão postal, desses que mentem colorido. O viajante que chega à cidade, desconhecedor de sua história, não sabe que sob aquele concreto, como numa cidade fantasma, estão soterrados gargalhadas, choros, músicas, estouros de champanhes e muitos outros sons mais íntimos: barulhos de uma vida noturna que não existe mais. Os viajantes não sabem e desembarcam na cidade.

Na verdade, pouca gente faz uma idéia do que foi “os anos loucos do café”, anos de intensa orgia. Os mais jovens certamente ouviram falar de uma tal Vila Matos nas conversas menos pudicas de seus avós. Mas é como se fosse um mito, uma lenda, uma Pasárgada sonhada pelo cansaço do desejo. Entretanto, para uma geração de boêmios saudosos, falta alguma coisa, algo se perdeu na vida da cidade e em suas próprias vidas. Como diz o velho Francisco com uma voz de profunda melancolia: “Depois que acabou essa zona, Londrina morreu muito na parte de diversão. Uma cidade precisa ter uma zona mesmo, não é rapaz? Mas acabou, como tudo se acaba na vida. Tudo se acabou. Acho que não existe mais zona não é? Acho que não.”

---

<sup>77</sup> N/a, Aqui, Vila Matos, onde o dinheiro correu solto, **Folha de Londrina**, 01/05/75.

## FONTES DOCUMENTAIS

### 1. JORNAIS<sup>78</sup>

- \* **O Combate**, 1952-1961
- \* **Paraná-Jornal**, 1949
- \* **Imprensa do Paraná**, 1962
- \* **Folha do Povo**, 1957-1958
- \* **Gazeta do Norte**, 1961
- \* **Correio do Norte**, 1946-1947
- \* **Paraná-Norte**, 1934-1939
- \* **Folha de Londrina**, 1952-1991
- \* **Panorama**, 1975
- \* **Pretexto**, 1985-1992

### 2. REVISTAS E BOLETINS

- \* **Intercâmbio: Revista Cultural**, 1953
- \* **Revista da Associação Norte Paranaense de Imprensa**, 1964
- \* **Panorama**, 1951-1976
- \* **O Cruzeiro**, 1955
- \* **Branco & Preto**, 1986-1990
- \* **Ilustração Brasileira**, 1953
- \* **Boletim do Museu Histórico Pe. Carlos Weiss**, 1983-1985
- \* **Boletim do Centro de Letras e C. Humanas da UEL**, 1983-1991
- \* **Semina: Revista Cultural e Científica da UEL**, 1978
- \* **Boletim Geográfico**, 1945
- \* **Guia Globo de Exportação e Importação**, 1953
- \* **Revista do Rotary Club de Londrina**, 1967
- \* **Boletim do Depto. de História da UFPR**, 1968-1977
- \* **Terra Roxa**, 1947
- \* **Boletim do Inst. Hist., Geog. e Etnográfico Paranaense**, 1973
- \* **Boletim Paulista de Geografia**, 1956
- \* **Seleções do Reader's Digest**, 1953

---

<sup>78</sup> Todos os jornais elencados foram editados em Londrina. As datas referem-se apenas aos períodos consultados para a pesquisa, e não ao período de circulação dos jornais. Essa última observação vale quanto às revistas e boletins, publicadas em diversos lugares.



### **3. DOCUMENTAÇÃO ORAL**

- \* Edson Maschio - Depoimento coletado por Antonio Paulo Benatti e Allan Sandro Perez em 19/08/1993.
- \* Mário Fuganti - Depoimento coletado por Antonio Paulo Benatti e Nelson Dácio Tomazi em 13/05/1992.
- \* Rosendo Rodrigues de Carvalho - Depoimento coletado por Antonio Paulo Benatti em 02/06/1995.
- \* Clério Pelegrini - Depoimento coletado por Antonio Paulo Benatti em 31/03/1994.
- \* Antonio Catenazzi - Depoimento coletado por Antonio Paulo Benatti em 31/05/1995.
- \* Francisco Ferreira Leite - Depoimento coletado por Antonio Paulo Benatti e Allan Sandro Perez em 14/08/1993.
- \* José Maria Tavares de Andrade - Acervo do Núcleo de História Oral do C.D.P.H.-UEL, s/d.

### **4. DEPOIMENTOS ESCRITOS (Acervo do C.D.P.H.-UEL)**

- \* Ludovico Gimer Surjus, s/d.
- \* Adriano Marino Gomes, 21/11/66
- \* Paschoal Sorace, 16/10/72
- \* Lázara Anicezar da Silva, ago./72
- \* José Ziober, 08/09/72
- \* Helena Corio da Silva, 15/08/72
- \* Alfredo e Joana Casanova, 06/10/72

## BIBLIOGRAFIA

**1. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA** (artigos, teses, dissertações, monografias e textos literários referentes à cidade, à região e/ou ao tema/objeto da pesquisa).

\* ADUM, Sônia M. S. Lopes. **Imagens do progresso: Civilização e barbárie em Londrina (1930-1960)**. Dissertação (mestrado em História). Depto. de História da UNESP, Campus de Assis, 1991.

\* ALMEIDA, Gladstone de. **Guia Geral de Londrina** (Indicador Histórico e Comercial). Londrina: Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954.

\* ALMEIDA JUNIOR, Francisco Pereira de. **Poesia no dia-a-dia**. Londrina: Secretaria de Educação e Cultura, 1988.

\* ANDRADE, José Maria Tavares de. Frente pioneira, movimento social? **Textos de Debates**. João Pessoa: Depto. de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, ano I, n. 1, abr. 1980.

\* \_\_\_\_\_. Ethos do pioneiro. **Semina**: revista cultural e científica da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: Editora da UEL, v. 1, n. 1, abr./jun. 1978.

\* \_\_\_\_\_. **Projeto ethos do pioneiro**: notas de pesquisa. Londrina, s/d., datiloscrito, 40 pgs.

\* ANTONIO, João. Os anos loucos de Londrina. **Panorama** (Edição Histórica). Londrina, mar. 1975.

- \* \_\_\_\_\_. Londrina de João Antonio. **Panorama** (Edição Histórica). Londrina, mar. 1975.
- \* ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975**. Dissertação (Mestrado em História) - São Paulo: Depto. de História da Universidade de São Paulo, 1993.
- \* \_\_\_\_\_. O pioneirismo: discurso político e identidade regional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n. 28, 1994.
- \* ASCOLI, Haroldo Renato. **Terras de Promissão no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1950.
- \* BALHANA, Altiva Pilatti. Desenvolvimento demográfico e urbano. In: EL-KHATIB, Faissal (Org.) **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969 (vol. 1).
- \* BARROSO, Vicente. **O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sôbre o dinheiro**. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1956.
- \* BASTIDE, Roger. Itinerário do café. In: **Brasil, terra de contrastes**. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiróz. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1971.
- \* BATISTA FILHO, João. Alguns aspectos do estudo do Projeto CURA em Londrina. **Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas**. Londrina: UEL, n. 6, jul. 1983.
- \* BRAGA, Rubem e D'HORTA, Arnaldo Pedroso. **Dois repórteres no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1953.

- \* BRANCO, Gustavo & MIONI, F. **Londrina no seu Jubileu de Prata**: documentário histórico. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959.
- \* CANCIAN, Nadir Ap. **Cafeicultura paranaense (1890-1970)**: estudo de conjuntura. Curitiba: Grafipar, 1981.
- \* CASTRO, Rosimeire Aparecida Angelini. **O cotidiano e a cidade**: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Depto. de História da Universidade Federal do Paraná, 1994.
- \* CAVALCANTI, Lísia Maria. Centésima Décima Quarta Tertúlia: Londrina e a zona pioneira do norte do Paraná. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, ano III, n. 28, jun. 1945.
- \* CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Prephácio, 1991.
- \* CHAVES NETO, Elias. O café - uma civilização e um problema. **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- \* COMNINOS, Constantino. Aspectos demográficos da urbanização do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: CODEPAR, n. 5, mar./abr. 1968
- \* COSTA, Samuel Guimarães da. Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado. **Panorama**. Curitiba, n. 15, jan. 1965.
- \* COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, 25 anos de sua história**. São Paulo: Edição Comemorativa do Jubileu de Prata, 1959.

- \* DUQUE ESTRADA, Jorge Ferreira. **Terra Crua**. Curitiba: Edição do autor, 1961.
- \* FARAH, Elias. **Terra Roxa**. Curitiba: Mundial, 1961.
- \* FERREIRA, Antonio Celso & SIMON, Cristiano G. Biazzo. Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave. **História: Questões e Debates**. Curitiba: APAH, ano 9, n. 17, dez. 1988.
- \* FERREIRA, Fernando Pessoa. Bordel de interior. In: PEREIRA, Armando et alli. **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \* FERREIRA, Vicente. A história do Paraná e a história do norte. **Panorama**. Curitiba, v. 26, n. 240, set. 1976.
- \* FONSECA, Vinicius. O Norte do Paraná. In: **O Observador Econômico e Financeiro**, ano XVIII, n. 211, set. 1953.
- \* FRANÇA, J. Tadeu. **Luzes negras do submundo**. São Paulo: L. Oren Editora, 1973.
- \* GEIGER, Pedro. Centésima décima quinta tertúlia: excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina-Ourinhos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, ano III, n. 28, 1945.
- \* GRASSIOTO, Maria L. Fava. **Evolução do crescimento urbano de Londrina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Londrina: Depto. de Geociências da UEL, 1976, datiloscrito.
- \* GRUPO Proteu de Teatro. **Bodas de café** (Peça teatral). Londrina, datiloscrito, s/d.
- \* \_\_\_\_\_. **Zydrina** (Peça teatral). Londrina, datiloscrito, s/d.

- \* HARA, Tony. **As relações de poder em Londrina através das crônicas de jornal na década de 50**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Londrina: UEL, 1994, datiloscrito.
- \* KRETZEN, João. Londrina, o Milagre do Sertão do Norte. In: **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná** (Compêndio Informativo). Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, 1949.
- \* \_\_\_\_\_. A ascensão vertiginosa da agricultura no Norte do Paraná. In: **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951.
- \* LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \* LARIANOFF, Eugênio. Instalação do Município de Londrina. **Boletim do Museu Histórico Pe. Carlos Weiss**. Londrina, n. 5, 1985.
- \* LÉVI-STRAUSS, Claude. Zona pioneira. In: **Tristes trópicos**. Trad. de Jorge C. Pereira. Lisboa: Edições 70, 1986.
- \* LIMA, Enezila de. O ensino superior em Londrina. **Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas**. Londrina: UEL, 1991.
- \* LONDRINA. **Enciclopédia dos Municípios**. Vol. XXXI, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- \* LUZ, Américo Machado da. O norte pioneiro: um pouco de sua história. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, vol. XVIII, 1973.

- \* LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião Norte Novo de Maringá (1950-1980)**. Tese (Doutoramento em História). São Paulo: Depto. de História da Universidade de São Paulo, 1988.
- \* MANSUR, Aziz. **Paraná econômico**. Curitiba: Ed. da Revista “Expansão Econômica”, 1941.
- \* MARINÓSIO FILHO. **Crimes que abalaram Londrina**. Londrina: Edição do autor, 1973.
- \* \_\_\_\_\_. **Dos porões da delegacia de polícia**. Londrina: Gráfica Técnica de Londrina/Canadá Produções Didáticas S/A, 1979.
- \* \_\_\_\_\_. **Duas filhas malditas**. 2. ed. Londrina: Centro Cultural Brasileiro de Pesquisas e Estudos Sociais, 1985.
- \* \_\_\_\_\_ & MARINÓSIO NETO. **História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. Londrina: Editora da UEL, 1991.
- \* MARINÓSIO NETO. *Londrina, la petit Paris*. **Branco & Preto**. Londrina, n. 6, dez. 1987.
- \* MARTINS, José de Souza. **Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica**. **Estudos Históricos**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, n. 10, 1971.
- \* MASCHIO, Edson. **Escândalos da província**. Londrina: Promoções Publicitárias, 1965
- \* MATULEVICIUS, Sérgio. **Norte do Paraná: “Eldorado” do Brasil**. **Panorama**. Curitiba, no. 1959.

- \* MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. de Ary França e Raul de Andrada e Silva. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984.
- \* \_\_\_\_\_. A zona pioneira do Norte-Paraná. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, ano III, n. 25, abr. 1945.
- \* MONTEIRO, Duglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 12, 1961.
- \* MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 22, mar. 1956.
- \* NAKAGAWARA, Yoshia. **Londrina, tempo 50**. Londrina, s/d., datiloscrito.
- \* NASSER, David. Geada. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 1, 22/10/55.
- \* NICHOLLS, Willian. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: F.G.V., v. 24, n. 4, out./dez. 1970.
- \* NORTE do Paraná: Eldorado para os antigos e país da terra roxa para os modernos. **Guia Globo de Exportação e Importação**. Porto Alegre: Ed. Clarim, 1953.
- \* OLIVEIRA Jr., Benedito. **Eu e tu e outras crônicas**. Londrina: Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina, 1974.
- \* OLIVEIRA, Francisco A. da Cruz. O Café e o norte do Paraná. In: OLIVEIRA, Francisco et al. **O café no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1978.



- \* OLIVEIRA, Roldão et al. Era uma vez o norte ou as coisas que aconteceram depois que o café chegou. **Documento sobre o café**. Encarte especial da Folha de Londrina, 22/08/73.
- \* PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- \* PELLEGRINI, Domingos. **O tempo de Seo Celso**. Londrina: Gráfica Ipê, 1990.
- \* PESQUISA Sócio-econômica: “Vila Matos”. Londrina: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Londrina, 1977, datiloscrito.
- \* PITTMANN, Ophélia & PITTMANN, Booker. **Por você, por mim, por nós**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- \* PUPPI, Ildefonso. A cidade paranaense: a evolução urbana. In: **Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná (1853-1953)**. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.
- \* RIOS, José Arthur. Londrina: um caso de colonização planejada. **Carta Mensal**. Rio de Janeiro: Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, ano XXVII, n. 316, jul. 1981.
- \* SEFRIN, Adriane e BATISTA, Maria F.C. A prostituição em Londrina (1950-1970). In: CERNEV, Jorge (Org.). **História do Paraná: trabalhos de pesquisa**. Londrina, 1989, datiloscrito.

- \* SEGAWA, Hugo. Geografia da arquitetura moderna brasileira. **Roteiro**, n. 135, 1991 (“Dossiê Interior”).
  
- \* SILVA, Joaquim Carvalho da. **Pau d’Alho**. Londrina: Editora da UEL, 1984.
  
- \* SURJUS, Ludovico Gimer. Palestra proferida no Rotary Club de Londrina. **Revista do Rotary Club de Londrina**, 17/08/67.
  
- \* TEIXEIRA, Sílvia L. & ASARI, Alice Y. **Do campo à periferia**: características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina. Monografia. Londrina: CESULON, 1977, datiloscrito.
  
- \* THEODORO, Apolo. Morreu Selma, a rainha da zona. **Folha de Londrina**, 07/04/1991.
  
- \* TOMAZI, Nelson Dácio. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Dissertação (Mestrado em História) - Depto. de História da UNESP, Campus de Assis, 1989.
  
- \* TUMA, Magda M. Peruzin. **Viver é descobrir...** Londrina - Estudos Sociais. 3. ed. Londrina: Gráfica Ipê, 1992.
  
- \* VIANA, Vicente. **Chão Vermelho**. Londrina: Editora Luzes, 1984.
  
- \* VICENTE, Edson. Nova Diana, **Folha de Londrina**, 8/02/1983.
  
- \* VIDIGAL, Cássio. Contribuição para o estudo de uma região do Paraná. In: **Revista do Ateneu Paulista de História**. São Paulo, ano VI, n. 6, jul. 1969; ano VII, n. 7, mai. 1970.

- \* WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.
- \* WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- \* WESTPHALEN, Cecília Maria et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 7, 1968.
- \* \_\_\_\_\_ et al. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 25, 1977.
- \* YAMAZAKI, Nilza & TAIT, Ângela. A Nova Diana está fechando. **Pretexto: Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da UEL**. Londrina, junho de 1992.
- \* ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**. São Paulo: Ed. Juriscred, 1975.

## 2. BIBLIOGRAFIA GERAL (textos teóricos, metodológicos e historiográficos).

- \* ADLER, Laure. **Os bordéis franceses (1830-1930)**. Trad. de Kátia M. Orberg e Eliane F. Pereira. São Paulo: Companhia das Letras/ Círculo do Livro: 1991.
  
- \* ALBANO, Celina & WERNECK, Nísia. Anotações sobre espaço e vida cotidiana. **Espaço & Debates**. São Paulo: CERU, ano VI, n. 17. 1986.
  
- \* BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi (antropos-homem)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
  
- \* BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. (Obras Escolhidas, V. III). Trad. de José Carlos M. Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
  
- \* BRESCIANI, Stella (Org.) **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
  
- \* BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1987.
  
- \* BUCK-MORSS, Susan. O *flâneur*, o homem-sanduíche e a prostituta: a política do perambular. Trad. de Hélio A. Saltorelli. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, ano X, n. 29, 1990.
  
- \* BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad. de Henrique A. Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

- \* BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- \* CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Trad. de Diogo Mainardi. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \* \_\_\_\_\_. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \* CANDIDO, Antonio. *The Brazilian Family*, 1951, exemplar mimeo.
- \* CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \* CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro vezes cidade**. Rio De Janeiro: Sette Letras, 1994.
- \* CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- \* CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades - Uma antologia**. Trad. de Dafne N. Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \* ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \* FELDMAN, Sarah. As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, ano IX, n. 28, 1989.

- \* FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Ver a cidade**: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.
- \* FERRAZ, J. C. DE Figueiredo. **Urbs nostra**. São Paulo: EDUSP/PINI, 1991.
- \* FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- \* \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- \* \_\_\_\_\_. Espaços-outros: utopias e heterotopias. Trad. de Chico Homem de Melo. In: **Outra** (revista). Londrina: ed. independente, n. 01, 1984.
- \* FREITAS Jr., Otávio. Histórico e causas da prostituição. In: PEREIRA, Armando et al. **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \* GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. Trad. de Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção "Encanto Radical").
- \* GILLE, Didier. Estratégias urbanas. In: ALLIEZ, Eric et al. **Contratempo**: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- \* GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, v. 200, 1991.
- \* GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, ano V, n. 16, 1985.

- \* HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- \* HOBSBAWN, Eric J. A Outra História - Algumas Reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). **A Outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- \* HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- \* KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: O marxismo da melancolia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- \* KOTHE, Flávio R. **Para ler Benjamin**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- \* LE GOFF, Jacques (Dir.). **A História Nova**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \* \_\_\_\_\_. Memória. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- \* LOPES, Myrian Bahia. Porto, Porta, Poros. In: BRESCIANI, Stella. **Imagens da Cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- \* MACHADO, Maria Clara T. Prostituição: além da moral burguesa - um misto de resistência e conformismo. **História e Perspectiva**. Uberlândia, ano 1, n. 1, jul./dez. 1988.
- \* MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- \* MARTINE, George. O significado demográfico da fronteira agrícola. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, ano IV, n. 13, 1984.
- \* MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \* PEREIRA, Armando. **Mulheres deitadas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1955.
- \* PERLONGHER, Nestor. **Territórios marginais**. Campinas: IFCH-Unicamp, n. 27, 1991, mimeo.
- \* RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \* \_\_\_\_\_. Amores ilícitos na Paris de Émile Zola. **História e Perspectiva**. Uberlândia, ano 1, n. 1, jul./dez. 1988.
- \* \_\_\_\_\_. De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil. In: RIBEIRO, Renato Janine (Org.). **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \* \_\_\_\_\_. Prazer e Perdição: a representação da cidade nos anos vinte. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 13, set. 86/fev. 87.
- \* \_\_\_\_\_. **A prostituição em São Paulo nas décadas iniciais do século XX**. Campinas: IFCH/Unicamp, n. 24, 1990, mimeo.
- \* RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Trad. de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.



- \* ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \* ROUANET, Sérgio Paulo. As passagens de Paris. In: **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \* SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \* SEIGEL, Jerrold. **Paris Boêmia**: Cultura, política e os limites da vida burguesa: 1830-1930. Trad. de Magda Lopes. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- \* SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas...** : A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992.
- \* \_\_\_\_\_. Da necessidade do bordel higienizado. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \* STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: Homens, mulheres e capital. Trad. de Denise Bottman. São Paulo Brasiliense, 1986.
- \* VVAA. **Amor e sexualidade no Ocidente**: edição especial da Revista *L'Histoire/Seuil*. Trad. de Ana M. Capovilla, Horácio Goulart e Süely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1992.